

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

ANUÁRIO DO MUSEU IMPERIAL



PETRÓPOLIS
1946

SUMÁRIO

- Os mestres do imperador* – Rodolfo Garcia, **7**
Excursões do príncipe regente d. João na capitania do Rio de Janeiro (1809) – Laurênio Lago, **23**
Raimundo Augusto Quinsac de Monvoisin – David James e Marques dos Santos, **29**
A aristocracia rural do café na província fluminense – Alberto Ribeiro Lamego, **53**
O Rio de Janeiro no primeiro quartel do século XIX – Gastão Cruls, **127**
Santo Antônio do Recife – Robert C. Smith, **141**
A propósito da condessa de Belmonte – Manuel Inácio Cavalcanti de Albuquerque, **177**
Música brasileira – Maciel Pinheiro, **193**
O grito do Ipiranga na concepção dos artistas – Alcindo Sodré, **201**
Vitor Meirelles e Pedro Américo – Mário da Silva Cruz, **217**
Arquivo do Museu Imperial – A educação das princesas – Lourenço Luís Lacombe, **241**
Noticiário, **261**



Pedro II aos 10 anos de idade. Trabalho sem assinatura, adquirido na Itália. (Museu Imperial)

OS MESTRES DO IMPERADOR

Os mestres do imperador

Os acontecimentos políticos que se desenrolaram no Brasil, nos primeiros dias do Segundo Reinado, da abdicação de dom Pedro I à maioridade de d. Pedro II, revolucionariamente antecipada, – assistiu-os o menino imperador com extraordinária firmeza de ânimo, que os contemporâneos julgaram admirável em sua pouca idade. As duras provas que passou desde o berço – escreveu um biógrafo desconhecido – tinham proporcionado ao seu espírito uma feição séria e meditativa, à sua inteligência uma maturidade precoce e ao seu pensamento uma rara elevação. Quando outros meninos ainda o são, d. Pedro II já era um homem, compenetrado das altas responsabilidades que lhe caberiam na vida política de sua pátria. O mesmo biógrafo, observando a circunstância de ter ele vindo à luz vinte meses depois de promulgada a Carta Constitucional brasileira, disse que o imperador e a Constituição eram irmãos. De fato, a história apresentará poucos exemplos de governantes que mais estimassem a lei de seu país, que melhor guardassem essa lei, mais ciosos das liberdades por ela asseguradas ao seu povo.

Em ambiente de lutas e apreensões pelo destino da nação moldou-se o caráter do imperador, a quem uma educação liberal e esclarecida preparava para a missão que lhe estava reservada, e de que soube desempenhar-se gloriosamente com absoluto direito ao título de neto de Marco Aurélio, com que o sagrou o maior poeta de seu século.

* * *

Confiado desde que veio ao mundo aos cuidados de d. Mariana Carlota de Verna Magalhães Coutinho, sua verdadeira mãe no amor e na criação, d. Pedro II teve nessa senhora sua primeira mestra. D. Mariana era uma dama de preclaras qualidades de coração e de inteligência, e dedicou-se com zelo maternal

à educação dos príncipes, órfãos em idade infantil. Em 1830, para uso do herdeiro do trono, fez estampar um pequeno livro, hoje de suma raridade, que se intitulava: *Introdução do Pequeno Catecismo Histórico Oferecido a Sua Alteza Imperial D. Pedro de Alcântara, por D^a. M. C. de V* – Rio de Janeiro, Tip. Imperial de Émile Seignot-Plancher. – Rua do Ouvidor, 95, 1^o andar, 1830.

A dedicatória que traz esse livrinho merece transcrição integral:

“Senhor. – Ofereço a Vossa Alteza Imperial este pequeno catecismo histórico, na esperança que possa ser de alguma utilidade a Vossa Alteza Imperial, pois que em sessenta e uma lições ensina em resumo todos os dogmas da santa religião cristã, e os fundamentos de nossa fé, principiando na criação do mundo até a Igreja atual. Vossa Alteza Imperial fará depois (quando a idade lhe permitir) um estudo mais extenso sobre a religião, estudo tão necessário, bem que desgraçadamente hoje tão abandonado, e por isso há tantos incrédulos, que acham mais cômodo duvidar, que estudar para adquirir o conhecimento da verdade, e os costumes tanto sofrem desta indesculpável negligência. A religião cristã, mesmo temporalmente falando, fará sempre a felicidade da sociedade. Se dela se tem feito abusos, nada alteram a sua perfeição e pureza, eles só vêm da perversidade dos homens, que de tudo abusam, e invocando o nome da religião cometem crimes, que ela tão expressamente proíbe. Um soberano verdadeiramente cristão há de infalivelmente fazer a felicidade dos povos que lhe foram sujeitos, sendo bens do trono as virtudes principais da religião, a justiça e a caridade. Vossa Alteza Imperial que em tão tenros anos principia a desenvolver tanto os princípios da virtude e firmeza de caráter, espero que com o andar do tempo fará glória ao Brasil, a quem Vossa Alteza Imperial se dará por bem pago dos sacrifícios que fizer merecer a sua admiração, estes são os ardentes votos e bem esperanças, desta – De Vossa Alteza Imperial fiel criada – D^a. M. C. de V.

Pela mão de d. Mariana, bem cedo devia ter começado o príncipe a aprender a ler e escrever, porque seu pai, em 12 de abril de 1831, de bordo da nau inglesa em que havia de retirar-se do Brasil no dia seguinte, lhe escrevia:

“Meu querido filho e meu imperador, muito lhe agradeço a carta que me escreveu, e mal a pude ler, porque as lágrimas eram tantas que me im-



Auto retrato do Imperador feito aos 9 anos (1834)
(Col. do MUSEU IMPERIAL)

pediam o ver; agora, que me acho, apesar de tudo, um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua e para certificar-lhe que, enquanto vida tiver as saudades jamais se extinguirão em meu dilacerado coração”.

De outra carta de seu pai, datada de Paris, em 9 de janeiro de 1832, são estes tópicos:

“Louvo-te a aplicação que tens mostrado em teus estudos; eu espero que continues, pois com isso é que hás de te achar para o futuro, e dar muito prazer a teu pai”.

“Recebi o pequeno desenho que me mandou d. Mariana: muito lhe estou agradecido, e muito estimarei que muitos outros desenhos diferentes me remetas; sendo alguns deles de vistas dos lindos lugares que eu conheço”.

* * *

Henri Raffard (*Pessoas e coisas do Brasil*, in *Revista do Instituto Histórico*, tomo LXI, parte 2^a, p. 290), relata que, quando depois do 7 de abril, o menino imperador foi trazido da Quinta da Boa Vista para o Paço da Cidade, para ser mostrado ao povo, a fim de satisfazer-lhe a ansiedade, veio acompanhado por d. Mariana. Ao passar pelo Campo da Honra, foi ele reconhecido pelos populares que, no meio das aclamações e geral entusiasmo, procuraram desatrelar os animais para puxar a carruagem; mas d. Mariana, com algum custo, conseguiu demovê-los desse intento, e pondo o menino no colo, lhe dizia a cada momento: “Imperador, cumprimente; cumprimente, imperador” – para que ele correspondesse às manifestações de extraordinário apreço que provocou sua presença.

Para seus companheiros, de recreação, quando chegou a idade própria, d. Mariana teve o cuidado de escolher-lhe camaradas; e fez apresentar no paço os meninos Luís e João, filhos de seu vizinho no Engenho Novo, desembargador Luís Pedreira do Couto Ferraz; Francisco Otaviano, filho de um médico conceituado, dr. Otaviano Maria da Rosa, e d. José, filho legitimado do marquês de São João da Palma. Desses companheiros de meninice, Luís Pedreira do Couto Ferraz foi mais tarde o visconde de Bom Retiro, conselheiro de Estado, ministro do Império e senador pela província do Rio de Janeiro; seu irmão João

Pedreira do Couto Ferraz seguiu carreira burocrática e foi secretário do Supremo Tribunal de Justiça; Francisco Otaviano de Almeida Rosa foi advogado notável, político, diplomata, jornalista e poeta, senador pela mesma província; d. José de Assis Mascarenhas não ficou por muito tempo junto ao príncipe, porque o desgostava. O mais achegado dos amigos do imperador foi Luís Pedreira, o único que gozava de sua intimidade, até falecer, em 1884.

O pequeno imperador tinha prazer em brincar de soldado, e para formar pelotões que ele comandava, eram chamados, entre outros meninos, os filhos de Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, depois visconde de Sepetiba, e de Cândido José de Araújo Viana, mais tarde marquês de Sapucaí. Nos exercícios de esgrima, que eram dirigidos pelo futuro duque de Caxias, então coronel Luís Alves de Lima, o parceiro do imperador costumava ser o filho do dr. Roque Schüch, Guilherme Schüch, depois barão de Capanema, sábio engenheiro por longos anos diretor dos Telégrafos.

A maior parte do ano passava o imperador e suas irmãs no Paço da Imperial Quinta da Boa Vista, em São Cristóvão, onde habitavam o primeiro andar; nesse mesmo piso estavam os aposentos do tutor e sua família, na parte central saliente do lado do Pedregulho. A parte reentrante tinha dois grandes salões, o da frente ocupado pelo museu de mineralogia, e o do fundo pela biblioteca trazida pela imperatriz d. Leopoldina, em 1817, quando veio para o Brasil. A pequena livraria de d. Pedro I acomodava-se no reduzido espaço do chamado torreão velho. Havia também no paço um teatrinho, onde os príncipes representavam, em francês, peças adequadas. Os meses de verão costumava a corte passar na Imperial Fazenda de Santa Cruz.

Em todo o Palácio Imperial – observou um cronista – não se encontrava o fausto da realeza: ostentação e luxo eram ali desconhecidos. A única coisa que destoava dos hábitos de uma família burguesa era um corpo de guarda, que dava sentinelas para três entradas, uma pequena guarda de arqueiros. Os melhores móveis que o palácio teve, e por ocasião do segundo consórcio de d. Pedro I, foram comprados a um particular, o proprietário chileno d. Carlos Arcos, quando se retirou para a Europa, depois de ter residido algum tempo no Rio de Janeiro.

Em 16 de janeiro de 1833 falecia a princesinha d. Paula Mariana, irmã do imperador, pouco antes de completar dez anos de idade. A 5 de janeiro deixava a princesa de escrever a seu pai, juntamente com as irmãs, por se achar afetada de febre; desde esse dia, d. Mariana e d. Maria Antônia, que também era dama do paço, não mais abandonaram seu leito e assistiram seus últimos momentos. A princesa morreu com perfeito conhecimento de seu estado e completamente resignada: era uma santinha, – diz o cronista citado. A 21 de janeiro, o imperador, d. Januária e d. Francisca escreveram a seu pai, participando-lhe o triste acontecimento; à carta do primeiro o tutor José Bonifácio pôs este *port-scriptum*, haurido de Horácio:

Durum! Sed levius fit patientia
Quidquid corrigere est nefas...

Em 24 de setembro do ano seguinte novo, e por ventura maior golpe estava reservado ao jovem príncipe, com o falecimento do seu pai, em Lisboa. A notícia chegou ao Rio de Janeiro a 21 de novembro. D. Pedro tomou luto com a corte por seis meses, três de luto rigoroso e três de aliviado. D. Pedro I, ao abandonar o Brasil, aqui deixara, ao par de inimigos, grandes amigos e dedicações profundas. D. Mariana Carlota de Verna pertencia a esse número e soube corresponder perfeitamente à confiança que nela depositou o pai aflito, forçado por dolorosas circunstâncias de um momento político decisivo, a abandonar seus filhos em terra longínqua, que deixava de ser sua pátria. D. Mariana estava ele certo – seria verdadeira mãe para aqueles órfãos. D. Pedro II dedicou à ilustre dama afeição filial, tributando-lhe sempre as maiores provas de veneração. Quando, desgostosas com a gestão de José Bonifácio e com as intrigas palacianas, d. Mariana e sua filha d. Maria Antônia se exoneraram de suas funções e se retiraram do paço, em fins de 1833, o imperador e as irmãs muito sentiram a falta das queridas *Dadama* e *Totônia*, como lhes chamavam; durante esse tempo d. Mariana, que conservou seus aposentos no paço e a respectiva sége, nunca deixou de utilizá-la para ir visitar o imperador quase diariamente. Dos primeiros atos do marquês de Itanhaém, como tutor, foi chamar d. Mariana e d. Maria Antônia para servirem, esta como dama da princesa d. Francisca, e aquela como primeira dama de d. Pedro II.

D. Mariana era viúva de Joaquim José de Magalhães Coutinho, que veio para o Brasil com o príncipe regente d. João, e faleceu no Rio de Janeiro em 1823. Possuía uma chácara no Engenho Novo, onde o imperador, a exemplo do que costumava fazer seu pai, ia passear freqüentemente. Foi agraciada com o título de condessa de Belmonte, por decreto de 3 de maio de 1844, e faleceu em 17 de outubro de 1855.

* * *

Os mestres de d. Pedro II foram os seguintes, na ordem em que se acham inscritos no *Livro de Assentamento dos Mestres de Sua Majestade o Imperador, e Sereníssimas Senhoras Princesas. – Mordomia da Casa Imperial* – que se encontra no arquivo do Museu Imperial de Petrópolis, códice 81:

1. Padre Renato Pedro Boiret. Mestre de francês. Foi nomeado por portaria de 17 de julho de 1833, com o ordenado de 400\$000 anuais, elevado por portaria de 16 de novembro do mesmo ano a 750\$000; outra portaria de 8 de novembro de 1834 mandou que se lhe abonasse por adiantamento o primeiro ordenado de 400\$000, e a quartéis a gratificação de 350\$000; ainda outra portaria de 17 de novembro de 1835 elevou a 600\$000 sua gratificação, que foi mandada pagar adiantada por outra portaria de 5 de janeiro de 1835.

Boiret era francês e veio para o Brasil depois de ter por muito tempo residido em Lisboa; aqui alcançou as dignidades de cônego da Sé do Rio de Janeiro e capelão-mor do Exército nacional. No despacho de 6 de abril de 1825 saiu nomeado comendador da Ordem de Cristo. No apostolado, sociedade maçônica-política, que em 1823 se reúne na corte, tomou o pretensioso nome de *Sócrates*. Antes de ser mestre de francês de d. Pedro II, fora da princesa d. Maria da Glória.

Por suas maneiras desabusadas e sua moralidade duvidosa esse padre não deixou boa fama entre os contemporâneos. Foi amigo da leviana madame Bonpland, mulher do ilustre botânico francês desse apelido, ao tempo prisioneiro do ditador Francia do Paraguai. Madame Bonpland estivera em Buenos Aires, antes de estacionar no Rio de Janeiro; mas, por suas atividades equívocas, o governo daquela província se viu constrangido a con-



LA SOURCE

*de toutes les vertus dans un Roi n'est
autre chose que l'amour de son peu-
ple. Nulle autorité ne peut avoir fonde-
ment solide que dans l'avantage de celui
que obéit.*

Les bienfaits.

*sont des prophètes qu'on scribe dans le
cœur des hommes*

*La patience est amère mais son fruit
est doux*

D. Pedro 2^o

Palais de Rio de Janeiro 24 Juillet de 1834

Exercício caligráfico de d. Pedro II, executado em 1834
(Col. do MUSEU IMPERIAL)

vidá-la a residir em qualquer outro lugar que não fosse da nação platina. No Rio de Janeiro travou logo relações com o padre Boiret; freqüentava sua casa, onde havia um aprazível jardim, ponto de reunião de uma sociedade por demais elegante e livre, e onde era servido delicioso café. O padre tratou de introduzi-la no Paço Imperial, e lord Cochrane (*Narrativa de Serviços*, p. 149, Londres, 1839), chegou mesmo a afirmar, não sem uma ponta de malícia, que “essa senhora tinha singulares oportunidades para vir a saber segredos de Estado...”. Era propósito oculto de Boiret que ela viesse a alcançar influência sobre d. Pedro I, de maneira a suplantá-lo. Domitila de Castro. Que não logrou inteiro sucesso, informa Maria Graham (*Esboço Biográfico de D. Pedro I*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LX, p. 130), que a última novidade que soube a seu respeito foi que estava viajando no Pacífico, em companhia de um oficial complacente...

O cônego Renato Pedro Boiret faleceu em 22 de julho de 1838, e foi sepultado no Convento de Santo Antônio, desta cidade.

2. Nataniel Lucas. Mestre de inglês. Foi nomeado por portaria de 17 de julho de 1833, com os vencimentos anuais de 400\$000. Seus ordenados tiveram as mesmas alterações do mestre de francês. Por aviso de 17 de maio de 1842 foi-lhe concedida uma licença de seis meses para ir à Inglaterra a fim de tratar de sua saúde, e ali faleceu algum tempo depois. Para seu lugar foi nomeado o padre Marcos Neville, francês por nascimento, mas brasileiro naturalizado. Por aviso do Ministério do Império de 8 de agosto de 1859 foi marcado provisoriamente seu vencimento anual de 1:600\$000, sendo 800\$000 de ordenado e igual quantia de gratificação, de conformidade com a tabela anexa à lei nº 939, de 26 de setembro de 1857, a contar de junho desse ano.

Marcos Neville foi depois professor de inglês da princesa d. Isabel e lecionou esse idioma por muitos anos na Escola Normal da corte. Deixou duas seletas inglesas, publicadas no Rio de Janeiro, em 1882 e 1884. Faleceu em 5 de novembro de 1889.

3. Luís Aleixo Boulanger. Mestre de escrita e geografia. Foi também nomeado pela portaria de 17 de julho de

1833, com as mesmas alterações dos mestres precedentes, em relação aos ordenados. Em 1 de maio de 1839 foi dispensado do exercício, por não ser mais necessário, mandando-se-lhe abonar adiantado somente o ordenado.

Calígrafo admirável, desenhador, retratista, poeta e escritor, perfeito executor de trabalhos heráldicos, Boulanger exerceu por dilatado espaço de tempo o lugar de escrivão da nobreza e fidalguia. Residia no Rio de Janeiro desde 1829 e aqui faleceu em 24 de julho de 1874.

4. Simplício Rodrigues de Sá. Mestre de desenho e pintura. Foi nomeado por portaria da mesma data e com as mesmas modificações dos anteriores mestres. Simplício foi um dos discípulos de J. B. Debret. Em 1835 adoeceu dos olhos, como a enfermidade se prolongasse, foi substituído por Félix Emílio Taunay, diretor da Academia de Belas-Artes, que se ofereceu a lecionar por seu colega, recebendo este o ordenado e ele a gratificação, ao que anuiu o marquês tutor. Simplício faleceu em 9 de março de 1839. Para o cargo efetivo foi nomeado Mariano José de Almeida, em 1860, com o ordenado de 800\$000 anuais e igual quantia de gratificação. Foi dispensado em 15 de dezembro de 1864.

5. Fortunato Mazziotti. Mestre de música. Foi nomeado por portaria de igual data dos mestres já mencionados e com idênticas alterações. Por aviso da Secretaria do Império, de 2 de junho de 1845, foi determinado que de 1º de julho desse ano em diante deixasse de ser contemplado em folha, visto haver cessado a função do respectivo emprego; mas por decreto de 11 de setembro do dito ano se mandou abonar a gratificação de 66\$666, a contar do dia primeiro daquele mês. Por decreto de 16 de outubro de 1855 foi nomeado mestre de música Isidoro Beviláqua, com os mesmos vencimentos do seu antecessor. Em 30 de outubro de 1857, por aviso do Ministério do Império e por força do artigo 26 da lei nº 939, já citada, foi seu vencimento elevado a 1:600\$000, metade de ordenado e metade de gratificação. Findou seu exercício a 15 de dezembro de 1864.

6. Lourenço Lacombe. Mestre de dança. Nomeado, como os outros mestres, pela portaria de 17 de julho de 1833, e, quanto aos vencimentos, teve as alterações já referidas. Lacombe era francês e residia no Rio de Janeiro havia algum tempo.

Foi tronco de distinta família brasileira, que tem dado ao país excelentes servidores na administração, no magistério e nas letras. Faleceu em 28 de janeiro de 1867, nesta cidade.

Outro mestre de dança foi Júlio Toussaint, nomeado por decreto de 20 de novembro de 1856. Seu ordenado foi majorado em virtude da lei de 26 de setembro de 1857, citada. Para o lugar de rabequista foi designado pela portaria de 17 de julho de 1833, tão citada, Nuno Alves Pereira, que em 4 de maio de 1835 foi mandado excluir de folha, a partir de 1º de abril, por haver falecido.

7. Roberto João Damby. Mestre de equitação. Por portaria do tutor marquês de Itanhaém, de 3 de dezembro de 1835, foi mandado incluir na folha dos empregados da Casa Imperial, com a gratificação anual de 480\$000, a contar de 1º de julho daquele ano. Faleceu em 25 de abril de 1842.

8. Félix Emílio Taunay. Mestre de francês. Substituiu ao padre Boiret, por nomeação do marquês tutor, de 24 de outubro de 1838, com o ordenado de 400\$000 e mais a gratificação de 600\$000, anuais. Félix Taunay, barão de Taunay, filho de Nicolau Antônio – um dos membros da missão artística de 1816, nasceu em Montmorency, perto de Paris, a 1º de março de 1795, chegou ao Rio de Janeiro com seu pai, e aqui permaneceu, ininterruptamente, mais de sessenta e cinco anos, falecendo aos oitenta e seis, a 10 de abril de 1881. Foram suas últimas palavras: “Adieu, belle nature du Brésil!”

Para si próprio compusera este epitáfio, que está gravado no mármore de seu túmulo, no Cemitério de São João Batista:

Philologue, à demi poète,
Spectateur éternel du Beau,
Je perdis mon temps à sa quête...
Un doux regard sur mon tombeau!

É de d. Pedro II a seguinte tradução portuguesa, em homenagem ao seu velho mestre e amigo:

Filólogo, meio poeta
E do belo sempre cultor,
Tempo perdi com esta meta...
Olhai-me a tumba com amor!

Em um livro do visconde de Taunay, seu eminente filho, d. Pedro II escreveu à margem estas palavras: “Devo-lhe muitíssimo, principalmente quanto ao amor do belo e seu cultivo” – que exprimem bem seus sentimentos de gratidão pelo velho preceptor.

9. Cândido José de Araújo Viana. Mestre de literatura. Foi nomeado por ato do marquês tutor, de 11 de janeiro de 1839, com o ordenado e gratificação de 1:000\$000 e 1:400\$000 anuais, respectivamente. Araújo Viana, visconde e depois marquês de Sapucaí, nasceu em Congonhas de Sabará, Minas Gerais, em 15 de setembro de 1793. Matriculou-se na universidade de Coimbra, direito, em 16 de outubro de 1816 e formou-se em 9 de junho de 1821 (*Estudantes Brasileiros na Universidade de Coimbra*, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LXII, nº 686).

Marquês de Sapucaí foi magistrado, em cuja judicatura se aposentou, senador do Império pela província de Minas Gerais, nomeado em 29 de outubro de 1839, com assento em 13 de abril do ano seguinte, presidente do Senado nas sessões de 1851 a 1853. Faleceu na corte em 23 de janeiro de 1875.

10. Doutor Roque Schüch. Mestre de alemão. Por nomeação do marquês tutor, de 1º de abril de 1839, entrou logo em exercício. Vencia o ordenado de 400\$000 e a gratificação de 600\$000 anuais. Faleceu em 4 de março de 1844. Outro mestre de alemão foi Guilherme Schulze, nomeado por decreto de 16 de dezembro de 1860, com exercício nesse mesmo dia e o ordenado de 800\$000 e igual quantia de gratificação, por ano. Foi dispensado em 15 de dezembro de 1864.

11. Alexandre Antônio Vandelli. Mestre de ciências naturais, foi nomeado por portaria do marquês tutor, de 1º de junho de 1839, com o ordenado de 1:000\$000 e a gratificação de 1:400\$000 anuais. Ainda por portaria de 1º de dezembro mandou-se meter em folha com os vencimentos declarados. Alexandre Vandelli nasceu em Lisboa em 1784, e era filho do famoso naturalista dr. Domingos Vandelli. Faleceu no Rio de Janeiro em 1859. Deixou escritos interessantes sobre as matérias de sua especialidade, em parte publicados em revistas de Portugal e do Brasil, e em parte ainda inéditos. Desses últimos alguns se guardam na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

12. Francisco Crispiniano Valdetaro. Mestre de instrução elementar. Foi nomeado por decreto de 1º de maio de 1854. Por aviso de 4 de novembro desse mesmo ano, mandou-se abonar a gratificação de 100\$000 mensais, a contar da data da nomeação. Pelo artigo 24 da citada lei nº 939, começou a vencer o ordenado de 1:200\$000 e a gratificação de 800\$000 por ano, a contar de 1º de outubro de 1854.

* * *

Dos *Assentamentos dos Mestres do Imperador*, aqui aproveitados, não constam os nomes de Luís Alves de Lima, que, como se disse, foi o mestre de esgrima, e o do aio do príncipe, que exerceu desde 1831 o gentil-homem Francisco Maria Teles, sob as tutelas de José Bonifácio e do marquês de Itanhaém.

Em 1835 foi chamado para pedagogo do imperador o sábio e virtuoso carmelita frei Pedro de Santa Mariana. Do relatório apresentado em 15 de maio desse ano pelo tutor à Assembléia Geral consta a tal respeito: “Tendo no ano próximo passado convocado uma comissão composta de pessoas conhecidamente interessadas no progresso da educação de S. M. I. e A. A. para concertarem um método que estes augustos senhores deveriam seguir, concordaram todos na necessidade de pôr-se ao lado do imperador um pedagogo, que não só assistisse às suas lições, e às das princesas, como o preservasse de adquirir idéias falsas das coisas, aumentando-lhe pela lição os conhecimentos indispensáveis a um monarca constitucional, dando para assim dizer unidade e sistema à educação. Convencido também desta necessidade, convidei frei Pedro de Santa Mariana, lente jubilado de matemática para desempenhar essas funções, ao que ele do melhor grado se prestou. Devo acrescentar que tem desempenhado o seu lugar com todo o desvelo e probidade, que suas virtudes davam lugar a esperar.

“Tendo, pois, deixado por isso o engajamento da Academia Militar, onde ganhava 30\$000 por mês, mandei abonar-lhe igual quantia pelo cofre da Casa Imperial, até vossa deliberação: esta quantia não é suficiente. Frei Pedro, além das obrigações que lhe impus, vai esclarecendo as idéias de meus augustos pupilos

com prolegômenos de matemática e de lógica, e infundindo-lhes o gosto pela leitura da história”.

Frei Pedro de Santa Mariana era natural de Pernambuco, Recife, onde nasceu em 30 de dezembro de 1782, filho de Carlos José de Sousa e de d. Mariana Machado Freire. Aos 14 anos entrou para o Convento do Carmo, na capital pernambucana; a 17 de fevereiro de 1797 recebeu o hábito, professando a 7 de fevereiro de 1799. Recebeu ordens sacras em Lisboa, em 1805, e freqüentou ali, no ano seguinte o Colégio dos Nobres e Academia Real da Marinha. Voltando ao Brasil, foi nomeado lente substituto de matemática da Academia Militar do Rio de Janeiro em 1816; passou a catedrático em 1818. Jubilando-se em 1833. Entrando para o serviço do Paço Imperial, nunca mais abandonou a Quinta da Boa Vista, tal era a estima que lhe dedicou d. Pedro II, a cujas instâncias o Papa Gregório XVI o nomeou bispo de Crisópolis *In Partibus Infidelium* por bula de 6 de março de 1841, sendo sagrado na capela da Imperial Quinta em 13 de junho seguinte.

O bispo de Crisópolis faleceu em 6 de maio de 1864, com 82 anos de idade, e foi sepultado na capela-mor do convento da Lapa, com honras extraordinárias. O imperador, que lhe assistiu os últimos momentos, esteve presente aos funerais, em companhia da imperatriz. Todos os anos, no aniversário da morte do santo velhinho, d. Pedro II ia ao convento para ouvir missa em intenção de sua alma.

* * *

Das *Instruções para serem observadas pelos mestres do imperador*, dadas pelo marquês de Itanhaém, o primeiro artigo consagrou a máxima – conhece-te a ti mesmo e que devia servir, como ali se diz, de base ao sistema da educação do príncipe, da qual os mestres haviam de tirar precisamente todos os corolários que formassem um corpo de doutrina, cujo estudo pudesse dar ao imperial discípulo idéias exatas de todas as coisas, a fim de que, discernindo-lhe o falso do verdadeiro, viesse em último resultado a compreender bem o que seja a dignidade da espécie humana, ante a qual o monarca era sempre homem, sem diferença de qualquer outro indivíduo humano, posto que sua categoria civil o elevasse acima de todas as condições sociais.

Do artigo segundo consta o ensino das relações existentes entre a humanidade e a natureza em geral, para que o imperador, conhecendo a força da natureza social, viesse a sentir a necessidade de ser monarca bom, sábio e justo, amigo dos representantes da nação, e companheiro de todas as influências e homens de bem do país

O artigo terceiro recomenda aos mestres que fizessem ver ao imperador que a tirania, a violência da espada e o derramamento de sangue nunca fizeram bem a pessoa alguma, ilustrando a lição com exemplos tirados da história.

Pelo artigo quatro, os mestres deviam mostrar ao imperador o acordo e harmonia entre a religião e a política, e de ambas com as outras ciências.

O artigo quinto cogita dos conhecimentos exatos e reais das coisas, que deviam ser ministradas ao imperador, evitando-se – declara o artigo sexto – que ele decorasse um montão de palavras sem significação, porque a educação literária não consistia de certas regras de gramática, nela na arte de falar; por consequência – é do artigo sétimo – os mestres não deviam tomar tempo com teses, nem mortificar a memória do discípulo com sentenças abstratas, mas descer logo às hipóteses e classificar as coisas e idéias.

Os demais artigos das *Instruções*, que são ao todo doze, encerram regras e conselhos da pedagogia da época, acompanhadas de exemplos históricos aplicados aos diversos casos. O último artigo é assaz importante, porque versa matéria de ordem política, que jamais deixou de ser observada pelo imperador durante seu longo reinado, como os fatos testemunham com tanto relevo. Diz o artigo doze: “Finalmente, não deixarão os mestres do imperador de lhe repetir todos os dias que um monarca, toda vez que não cuida seriamente dos deveres do trono, vem sempre a ser vítima dos erros, caprichos e iniquidades de seus ministros, cujos erros, caprichos e iniquidades são sempre a origem das revoluções e guerras civis; e então paga o justo pelos pecadores, e o monarca é que padece, enquanto que seus ministros ficam rindo-se e cheios de dinheiros e de toda sorte de comodidades. Por isso cumpre absolutamente ao monarca ler com atenção todos os jornais e periódicos da corte e das províncias, e, além disso, receber com atenção todas as queixas

e representações que qualquer pessoa lhe fizer contra os ministros de Estado, pois só tendo conhecimento da vida pública e privada de cada um dos seus ministros e agentes é que o monarca pode saber, se os deve conservar ou demiti-los imediatamente, e nomear outros que melhor cumpram seus deveres, e façam a felicidade da nação”.

* * *

Ficam nas linhas acima sumariamente referidos os mestres que teve o imperador d. Pedro II na sua meninice e mocidade; outros vieram depois, filólogos, astrônomos, naturalistas, por isso que sua incontestável curiosidade intelectual e seu interesse pelo progresso das artes e ciências o acompanharam sempre pela vida afora, até seus derradeiros dias.

B. Mossé, na biografia que escreveu e que foi editor anônimo, o barão do Rio Branco, que a reviu e refundiu inteiramente, observou a tal respeito:

Dom Pedro II a eu plusieurs autres professeurs, et aujourd’hui encore, quoique un savant lui-même, il est en même temps un étudiant. Tel nous l’avons vu, à Cannes et à Aix-les-Bains – *Dom Pedro II – Empereur du Brésil*, p. 32, Paris, 1889, in 4^o peq.).

O último desses professores, o sábio orientalista dr. Cristiano Frederico Seybold, que o seguiu no exílio, na dedicatória de sua edição do *Vocabulário de la Lengua Guarani*, do padre Paulo Restivo (Stuttgart, 1893), evocou com emoção e justeza os versos do épico lusitano:

Ditosa Pátria, que tal Filho teve!
Mas antes Pai: que enquanto o Sol rodeia
Este globo de Ceres e Netuno
Sempre suspirará por tal aluno!

(Camões, *Lusíadas*, VIII, 32).

Rodolfo Garcia

**EXCURSÕES DO PRÍNCIPE REGENTE D. JOÃO
NA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO (1809)**

Excursões do príncipe regente d. João na capitania do Rio de Janeiro (1809)

Em junho de 1809 o príncipe regente d. João em digressão na capitania do Rio de Janeiro, resolveu visitar a localidade de Tambi.

Tambi era um distrito pertencente à freguesia de Santo Antônio de Sá.

Suas terras eram fertilíssimas e os habitantes, em geral, dedicavam-se à agricultura, sendo os produtos da lavoura remetidos ao Rio de Janeiro pelo rio Macacu.

Seus moradores solicitaram da autoridade eclesiástica a criação de uma capela, onde se realizassem os ofícios do culto divino.

Atendido o pedido, foi erigida a capela em lugar distante duzentas braças do rio Macacu sob a invocação de Nossa Senhora do Desterro e administrada, em início, pelos padres jesuítas.

D. João aceitou a hospedagem oferecida pelo abastado agricultor capitão de ordenanças João de Sousa Lobo. A comitiva real também foi aí hospedada.

Fidalgamente tratado durante sua estada, d. João resolveu em decreto de 24 do referido mês promover aquele capitão ao posto de coronel de milícias agregado ao regimento do distrito de Macacu.

Ainda pelo mesmo decreto recompensou os serviços dos filhos do citado coronel, Antônio Mariano de Sousa Lobo e José Torquato de Sousa Lobo, promovendo-os ao posto de alferes agregados ao mesmo regimento.

A guarda à real pessoa era comandada pelo tenente Luís Manuel Pereira de Magalhães, tendo como subalternos os alferes do 1º Regimento de Cavalaria de Milícias, Bernardo Pinheiro de Carvalho e Manuel Nunes Fagundes, porta-bandeira Brás

Antônio dos Santos e sargento Florêncio Antônio dos Santos do 2º Regimento de Infantaria de Milícias, os dois últimos cunhados do aludido coronel.

Todos foram promovidos, o primeiro ao posto de capitão, os dois seguintes ao de tenente e os últimos ao de alferes.

Em julho ainda de 1809 o príncipe d. João seguiu em vilegiatura para o sítio do porto da Estrela.

Estrela teve grande empório comercial, seu porto de muito movimento, era o ponto de embarque dos produtos do recôncavo da capitania do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, destinados ao Rio de Janeiro.

A guarda à real pessoa era comandada pelo capitão de caçadores do regimento de milícias do distrito de Inhomirim Julião José de Oliveira, tendo como subalternos o tenente do mesmo regimento José Feliciano de Sousa Meireles, alferes Joaquim de Sousa Meireles e porta-bandeira Florêncio da Costa Nery, que foram promovidos em decreto de 25 do referido mês de julho, o primeiro ao posto de tenente-coronel agregado ao referido regimento e os demais, respectivamente, aos postos de capitão-tenente e alferes.

Nessa ocasião o príncipe regente mostrou desejos de conhecer os trabalhos de construção da estrada da serra, obra determinada em novembro de 1802 pelo vice-rei d. Fernando José de Portugal e julgada a melhor do Brasil e a mais útil pelos grandes interesses que os povos e a Real Fazenda tirariam da sua perfeição.

Sua construção estava a cargo do capitão Aureliano de Sousa Oliveira, da arma de infantaria, mas sempre encarregado de comissões de engenharia e que foi promovido a sargento-mor do corpo de engenheiros em decreto de 28 de janeiro de 1809.

Ele aí esteve em pleno sertão por mais de sete anos até a conclusão da obra (1802-1809).

D. João hospedou-se na fazenda *Cordoaria*, de propriedade do capitão do regimento de milícias do distrito de Inhomirim João Antônio da Silveira Albernaz que foi promovido ao posto de coronel agregado ao mesmo regimento.



El-rei d. João VI - Gravado por G. F. de Queiroz, em Lisboa, 1817,
segundo pintura de D. A. de Sequeira
(Col. do Museu Imperial)

Dezesseis anos depois, o governo imperial, por decreto de 22 de setembro de 1825 adquiriu a mesma fazenda pela quantia de 12:857\$240, a fim de ser nela estabelecida a fábrica de pólvora que funcionava na fazenda da lagoa Rodrigo de Freitas.

O príncipe regente, reconhecendo os valiosos serviços na construção da estrada, resolveu em decreto de 25 de julho de 1809 promover Aureliano de Sousa Oliveira ao posto de tenente-coronel.

Ele faleceu no Rio de Janeiro a 3 de março de 1828, sendo coronel, e foi sepultado nas catacumbas da igreja de São Francisco de Paula.

Dois dos seus filhos prestaram valiosos serviços ao Brasil, onde alcançaram as mais elevadas posições.

Aureliano de Sousa Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba, nascido a 21 de julho de 1800 e falecido a 25 de setembro de 1855 e Saturnino de Sousa Oliveira, nascido na localidade *Córrego Seco* a 29 de novembro de 1803 e falecido a 18 de abril de 1848.

Percorrendo a estrada da serra d. João reconheceu os bons serviços de construção do capitão do regimento de milícias de Inhomirim José Vitorino Álvares e do ajudante do 2º Regimento de Cavalaria Manuel Antônio Salgado, que foram recompensados, o primeiro com a promoção ao posto de tenente-coronel e o segundo com a graduação no posto de capitão.

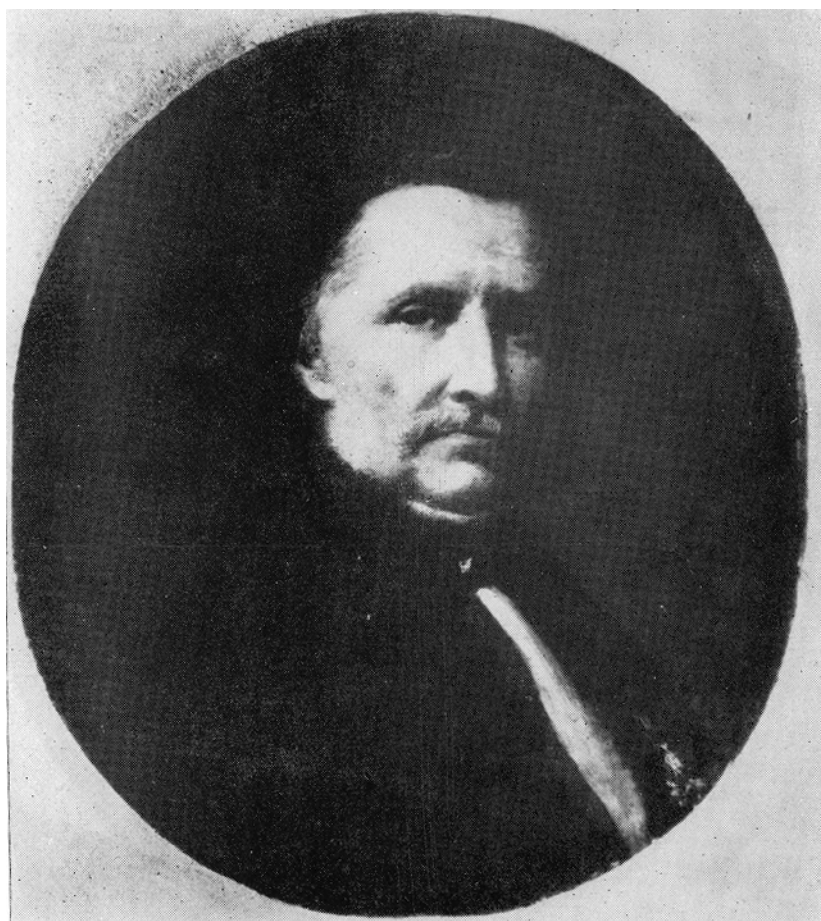
Na digressão da serra o príncipe regente teve duas guardas à real pessoa.

A primeira era comandada pelo capitão do 2º Regimento de Milícias, Agostinho Antônio Pereira de Magalhães, subalternos tenente Joaquim José Pereira de Magalhães e Francisco Gomes da Silveira e furriel Joaquim José Rosa, que foram promovidos, respectivamente, aos postos de sargento-mor o primeiro, ao de capitão os dois seguintes e ao de alferes o último.

A segunda era comandada pelo capitão do regimento de milícias do distrito de Inhomirim, Manuel Rodrigues Coelho, sendo subalternos o tenente José Vieira Afonso e alferes Manuel Gomes Cardoso e porta-bandeira Antônio José Pereira da Silva, que foram promovidos, respectivamente, aos postos de tenente-coronel, capitão, tenente e alferes.

Laurênio Lago

RAIMUNDO AUGUSTO QUINSAC MONVOISIN



Auto retrato de Monvoisin (1850)
(Col. do Museu Imperial)

Raimundo Augusto Quinsac Monvoisin

Pintor de história, gênero, paisagem e retrato, nasceu Monvoisin em Bordéus, a 31 de maio de 1790 e faleceu em Boulogne-sur-seine (Paris), em 26 de março de 1870. Discípulo de Guérin na Escola de Belas-Artes de Paris, a partir de 1816, obteve o segundo prêmio em 1820, sendo, em 1821, pensionário do rei, em Roma. De lá enviou, em 1824 ao Salon de Paris, os quadros *Aristomêne* e *Callirhoé* ¹.

De regresso à França, distinguiu-se nos *Salons*, alcançando, por duas vezes, a primeira medalha, em 1831 e 1837 ².

Durante o período de 1825 a 1842, continuou Monvoisin a expor os seus trabalhos no *Salon*. Dessa época, datam suas séries dos reis de França e dos marechais da Renascença, encomendados pelo governo, para as galerias históricas do Palácio de Versalhes.

A partir de 1836, Monvoisin desentendeu-se com o diretor dos museus reais franceses, sr. de Cailleux. Desanimado por esse motivo e abalado por aborrecimentos íntimos, Monvoisin resolveu deixar o seu país.

1. Cf. "Explication / des ouvrages / de Peinture, / sculpture, gravure lithographie / et architecture / des artistes vivans, / exposés au Musée Royal des Arts, / le 25 Aôut 1832 /, pág. 136:

"Monvoisin, à Rome.
1224 – Aristomène

"Près de périr dans une fosse profonde, où il avait été précipité avec ses compagnons, il aperçut un remara qui s'y était introduit, le saisit, et l'animal voulant s'échapper, Aristonlène se traina après lui, et découvrit ainsi l'issue du souterrain."

1245 – Callirhoé

"Etant allé, selon la coutume, offrir sa virginité au Scamandre, un jeune homme, qui l'aimait depuis longtemps, sans espérance, fit si bien, par son stratagème, qu'il reçut, ce qui était destiné au fleuve".

2. Cf. Pedro Lira, *Dicionário Bibliográfico de Pintores*, Santiago de Chile, Imprenta, Encuadernación y Litografía Esmeralda, Bandera, 30, 1902.

Em começo do séc. XIX, foram ao Chile vários artistas estrangeiros, alguns de reconhecido mérito, entre os quais contam-se Carlos Wood, Ernesto Charton de Treville, Martin Petris Herbert, Camilo Domeniconi, José Gil de Castro, João Bianchi, João Searle e outros.

Em 1843 e 1844, dois artistas que gozavam de renome – e deixaram obras de mérito – estiveram no Chile e em outros países da América: o pintor Monvoisin e o desenhista e pintor bávaro João Maurício Rugendas. Eram, então, os mais hábeis em sua arte, que jamais tinham visitado aquele país. Rugendas encontrava-se pela segunda vez na América. (A primeira estada no Chile fora em 1834-40 e a segunda, em 1844, quando se avistou com Monvoisin em Santiago). Monvoisin empreendia sua primeira visita. Deixara Paris, partindo do Havre em maio de 1842, esperando estabelecer-se no Chile, em condições vantajosas. Conhecera chilenos de destaque, entre eles José Luís Borgofio, que fora seu discípulo, Mariano Egafia e Pedro Palazuelos, a quem havia retratado, bem como Francisco Xavier Rosales. Estes o instaram a essa viagem a Santiago, onde encontraria trabalho bem remunerado.

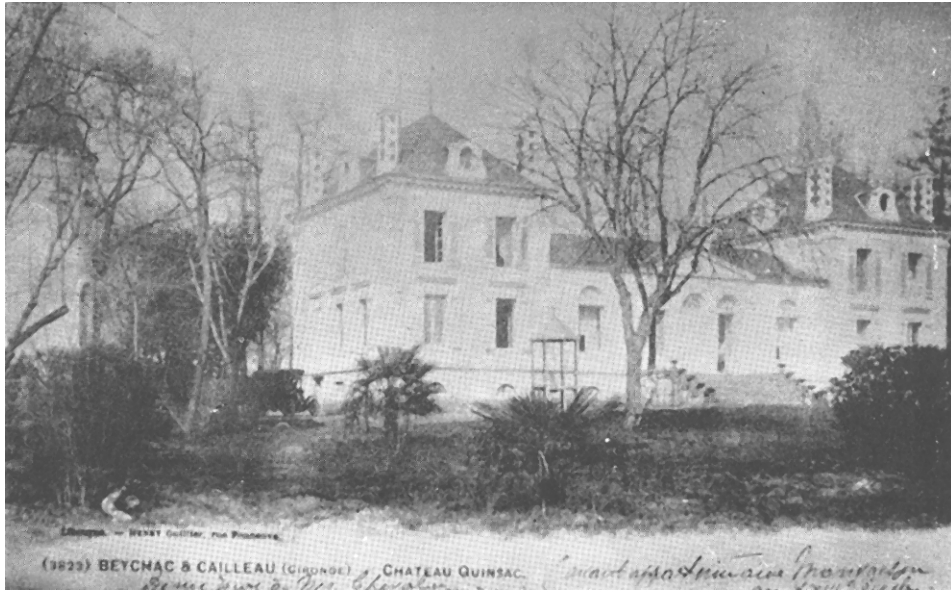
Francisco Xavier Rosales, encarregado de negócios do Chile em Paris, recomendou-o ao seu governo, como um grande artista, capaz de fundar uma escola de pintura ³.

Achava-se Monvoisin bastante próximo de seu novo destino – pois encontrava-se no cabo Horn – quando terrível tempestade obrigou o seu navio a retornar a Montevideú. Prosseguindo para Buenos Aires, aí permaneceu durante três meses, executando quadros de grande beleza. Em novembro de 1842, deixava a Argentina, através dos pampas e da cordilheira, chegando a Santiago em fins de janeiro de 1843.

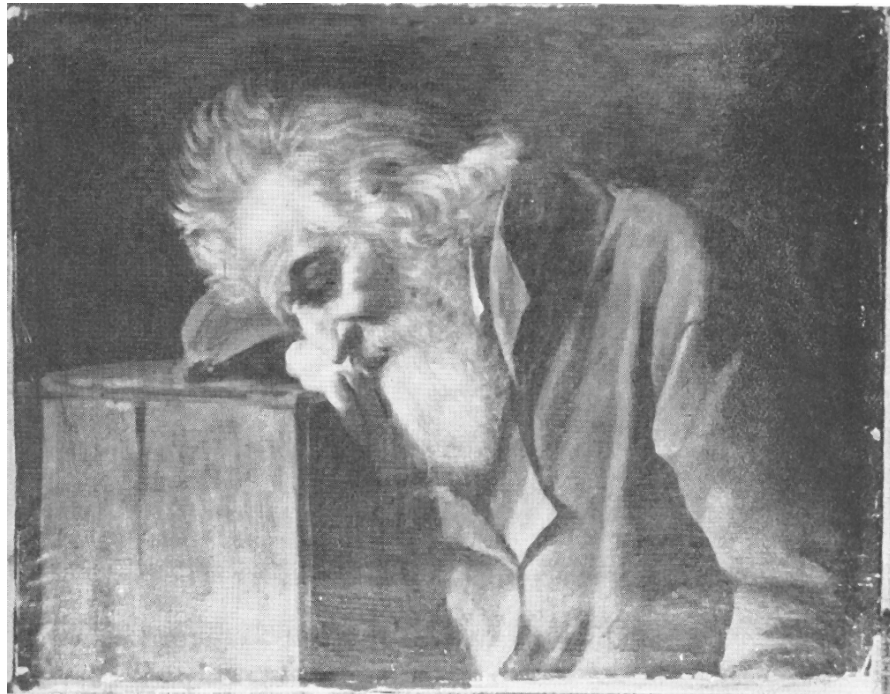
Informa Alvarez Urquieta ⁴ que a passagem de Monvoisin pela Argentina foi breve, “devido às dificuldades que teve com a primeira autoridade dessa República, que não simpatizava com os franceses”.

3. Diego Barros Arafia, *Un decento de la historia de Chile (1841-1851)*, capítulo III, pp. 368-70. Santiago de Chile, 1905.

4. Luís Alvarez Urquieta, acadêmico de número, *Notas sobre Raymond Auguste Quinsac Monvoisin*, in Boletín de la Academia Chilena de la História, tomo 2, pp. 110-111, Santiago de Chile, 1941.



Castelo de Quinsac na França, casa da família de Monvoisin



Retrato de homem

(Musée d'Angers)



A batalha de Denain - 1835. (Quartel General de Bordéux)



La Bergère Soninaise
(Archives Municipales de Aix)

Monvoisin, pintor de rara fecundidade, executava com igual mestria um retrato, quadro de composição ou paisagem. Levou ao Chile doze ou quatorze painéis, que foram exibidos em março de 1843 em salão da antiga universidade de São Filipe, sendo visitado por centenas de pessoas, arrancando a admiração de inúmeras personalidades que, deslumbradas, fizeram encomendas de seus retratos. A exposição foi acontecimento de incalculável importância para a formação artística do Chile. Sua notícia, feita pelo jovem proscrito Domingo Faustino Sarmiento ⁵, revela impressões cheias de interesse e espontaneidade.

Manuel Bulnes, então presidente da República, acolheu com entusiasmo a idéia da fundação de uma escola de pintura, sob a chefia do artista francês. Foram dados passos para se realizar esse pensamento sem resultado, porque o governo não podia criar tal escola, senão em condições modestas e o país só poderia fornecer alunos jovens, mais ou menos incultos, aos quais seria necessário dar os primeiros rudimentos do desenho.

Sobre a acolhida de Monvoisin em Santiago, nada será mais expressivo do que a seguinte nota:

Febrero, 8, 1843 – Con mucha satisfacción se ha impuesto el gobierno del oficio de V. S. núm. 217 que me ha entregado personalmente el señor Monvoisin, al que acompañan copias de las propuestas que dirigió a V. S. y de la contestación que dio. Una de las adquisiciones mas importantes que V. S. ha podido hacer en Europa, es ciertamente la de este distinguido profesor, por la fundada esperanza que hace concebir, de ver, con su venida a Chile, establecida una escuela de dibujo i pintura en nuestro país que le proporcione jóvenes perfectamente instruidos en una arte tan útil y agradable. Todo lo espera el gobierno del talento y bene acreditadas aptitudes del señor Monvoisin; y lisonjeado altamente con esta idea, le ha recibido del modo mas benévolo y satisfactorio que V. S. podía prometer-se; y puedo asegurarle que con igual agrado y aceptación ha visto su arriba a Chile todos los que conocen su extraordinario mérito.

Ya se deja ver que el gobierno no ha vacilado un momento en acoger los importantes designios del señor Monvoisin. Se establecerá, pues cuanto antes se pueda una academia de dibujo y pintura, bajo su dirección, de cuenta de la Republica, y sin perjuicio de la escuela que de la suya quiera plantear el señor Monvoisin. Se le ha facilitado la importación de todos los instrumentos y tuiles que trae al erecto, libres de todo derecho. Se le ha proporcionado, a su elección, una de las salas de los edificios públicos desocupados (En el edificio de la antigua universidad) para la camada colocación de

5. Domingo Faustino Sarmiento, *Cuadros de Monvoisin*, no *Progreso* de Santiago, 3 de março de 1843.

los objetos de pintura y escultura que conduce: y se le ha adelantado una cantidad de pesos, a cuenta de la asignación que se le señalara.

Como todas las providencias que el gobierno debe expedir para planeación de la academia indicada corresponden al ministerio de justicia y instrucción pública, paso a su conocimiento el oficio de V. S. a que contesto con sus adjuntos.
– Ramón Luis Irrarazaval ⁶.

Consagrou-se, então, Monvoisin à sua arte, de vez que, em São Filipe, vendera seus quadros por bons preços, pintando muitos outros que lhe encomendaram.

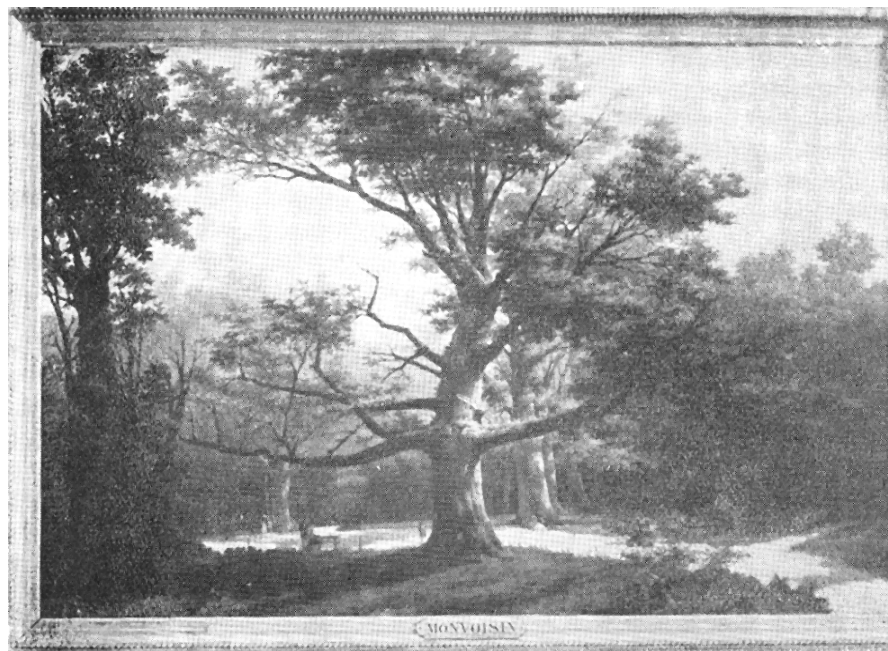
O *atelier* de Monvoisin – diz Barros Araña ⁷ – quase tomou o caráter de fábrica, tal a rapidez com que executava os trabalhos. Estava o artista associado a uma jovem francesa Clara Fileul, antiga aluna e durante muito tempo sua colaboradora. A ela cabia grande parte do trabalho: Monvoisin pintava as cabeças e, às vezes, delineava os corpos e sua ajudante encarregava-se do resto. Um retrato de meio corpo valia seis onças de ouro; porém se levava mãos, pagava-se uma onça a mais por cada uma. Nos retratos de mulher, Monvoisin costumava dar realce com adornos de rendas negras. Estas eram pintadas mecanicamente, com a aplicação sobre a tela de um pedaço de renda empapado em tinta, processo usado em França e que lhe tinha custado algumas críticas. Apesar desse espírito mercantil ou industrial, (verdadeiro *fa presto!*), aplicado à execução das obras de arte, Monvoisin procedia de outra maneira, quando se tratava de pessoas de certa cultura, destaque social ou quando fazia retrato de mulher formosa; mormente, quando se tratava de gente rica... Por isso, tantos de seus retratos são obras-primas, pois não faltava requinte e habilidade a esse apreciado discípulo do barão Guérin.

Disse Vicente Grez ⁸: “A influência que Monvoisin exerceu entre nós foi, pois, a mais benéfica. Ensinou a nossa nascente sociedade a amar o belo, pôs ante seus olhos obras que poderiam chamar-se primas e a iniciou nesses segredos de sentimento, que só sabe comunicar o verdadeiro talento. Se não exerceu uma influência mais vasta, no ambiente artístico do Chile, foi porque, infelizmente, os recursos do governo não permitiram, naquela época,

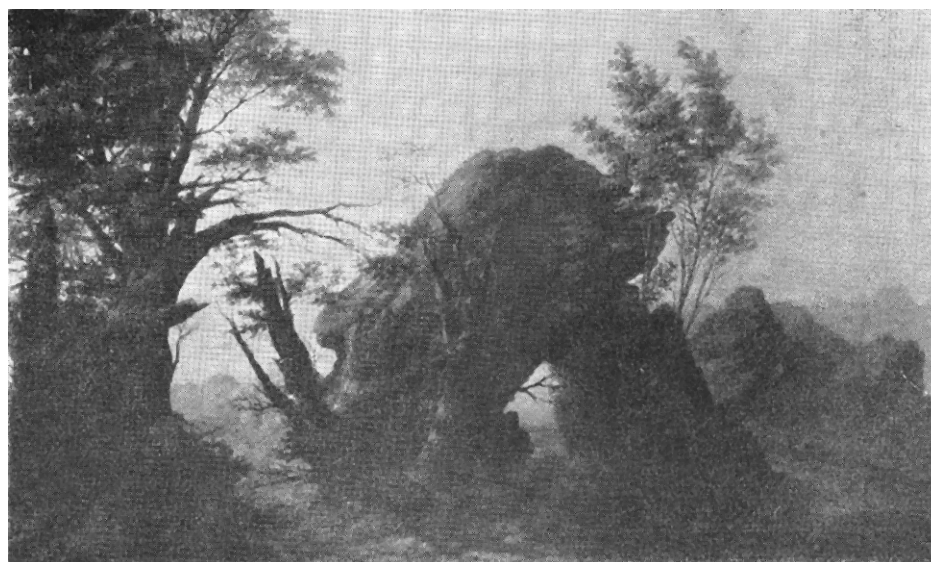
6. Citado por Barros Araña: *op. cit.* p. 369.

7. *Op. cit.*

8. Citado por Alvarez Urquieta, p. 114, *op. cit.*



Paisagem de Boulogne (1864)



“Um lago na Cordilheira”
(Col. Suzanne Gaudefroy)



Afrescos de "Los Molles"

pagar-se ao diretor da nossa escola de pintura o ordenado que com justiça exigia o grande artista”.

Benjamin Vicuña Mackenna disse de Monvoisin: “Sabia ser grande, medíocre ou mau, segundo seu capricho, sua ganância ou sua glória”⁹.

Eduardo Balmaceda Valdés, em seu livro, *De mi tierra y de Francia*¹⁰ alude: “A figura de Monvoisin não se apagará jamais na recordação de nossa sociedade; foi ele quem nos legou a documentação objetiva, porém, simbólica, mais notável sobre aristocracia, no séc. XIX; poucos senhores daquele tempo escaparam do mercantil pincel do artista”.

Quanto à vinda de Monvoisin à América, existe uma versão pitoresca: aventuras amorosas, nas quais teria por concorrente o romancista Paulo de Kock que, ridicularizando o pintor, escreveu a novela satírica *Mon voisin Raymond*. Referem-se outros a rivalidades artísticas com Vernet e Ingres e à animosidade de M. de Cailleux, cujas críticas lhe foram desfavoráveis. Ajunte-se a isto, desentendimentos com Domenica Festa, sua esposa, miniaturista e aquarelista de certo talento, que obteve diversos prêmios e a quem Monvoisin abandonou.

“A antipatia que Monvoisin inspirou a seus confrades, o perseguiu no mundo da crítica e das letras. Assim, Gastão Planche, em seus estudos sobre o *Salon* de 1836, a propósito da *Batalha de Denain*, disse mais ou menos isto: “Sabíamos que não podíamos esperar grande coisa do talento de Monvoisin, mas pensávamos ter ao menos o direito de encontrar diante de nós um quadro sensato”¹¹.

Alvarez Urquieta, diz que Monvoisin era desenhador correto, colorista agradável, sabendo compor, e o que lhe faltou para figurar entre os grandes pintores foi a originalidade, ou uma qualidade distintiva, na qual ele tivesse excedido, pois, são essas as duas condições necessárias que caracterizam o gênio dos grandes artistas.

Em seu estudo, afirma Urquieta que Paulo Delaroche e Ary Scheffer não seriam melhores desenhistas ou melhores coloristas

9. Idem, idem.

10. Imprenta Universitaria, Santiago, 1932, p. 36.

11. Cf. Vicente Grez, *Les beaux arts au Chili*, 1889, pp. 14-17.

do que Monvoisin. Donde lhes vem a reputação muito superior a sua? É que um apresenta-se sem rival nos efeitos dramáticos e o outro, difundiu em suas obras uma sensibilidade profunda e delicada. Se remontarmos a Delacroix – diz Urquieta – observaremos que ele foi incomparável na composição; é, sobretudo, a coragem e a riqueza de seu colorido que fizeram o artista mais original e inspirado dos tempos modernos.

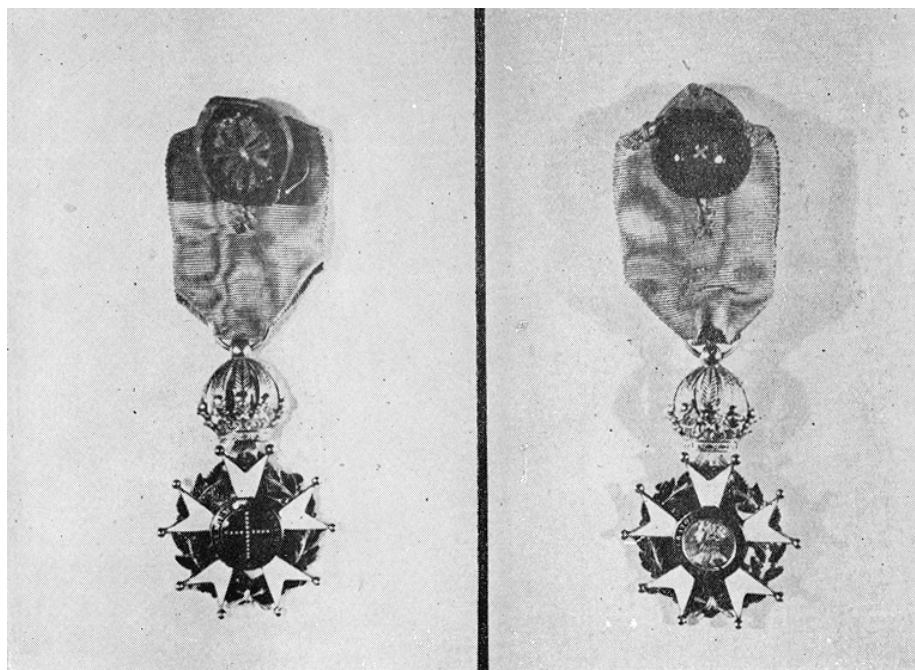
Sem falar das obras de Monvoisin que existem no Chile, é fácil determinar as sucessivas influências que lhe dominaram o talento. No seu *Coriolano*, em *Philemon* e *Baucis*, outrora na Galeria Edwards, em seu *Rio Scamandro*, o pintor observa, no começo, com fidelidade e depois com certa liberdade, as tradições da escola de David e do barão Guérin, que iria desaparecer. Em *Aristomène*, a influência de Guérin (diretor da Vila Médicis em Roma, quando Monvoisin era pensionário) é muito forte. Mas aí se encontra a reminiscência do *Naufração da Medusa* de Géricault.

Mais tarde, a influência dominante será a de Delacroix, em *Ali-Pacha* e *Vasiliki*, por exemplo, e a de Paulo Delaroche, na *Queda de Robespierre*, *Os Girondinos*, *Blanche de Beaulieu* e vários outros. O que acabamos de dizer dá uma idéia aproximada do valor relativo do talento de Monvoisin entre os pintores franceses.

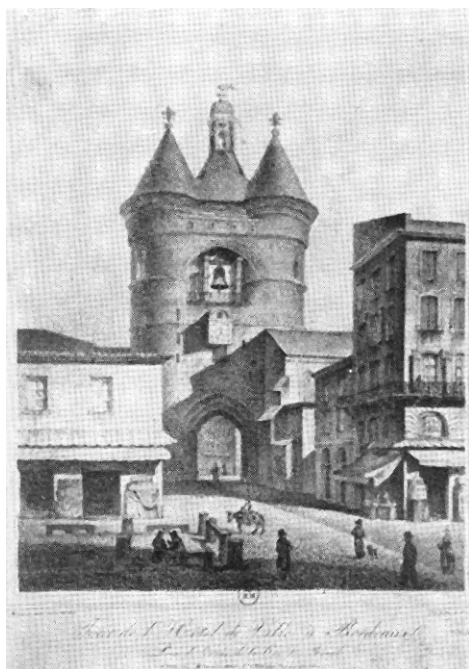
Anteriores a primeira viagem à América, em 1842, são os seus quadros: *Xisto V deixando as muletas*; *Ali-Pachá e Vasiliki*; *Menino Pescador*; *Heloisa com as cartas de Abelardo*; *Nove Termidor: Joana de Castela (Joana, a louca)*, junto ao leito mortuário de seu marido; *Morte de Carlos IX*; *Morte de Gilbert*, no Hotel Dieu; *Batalha de Denain*; *Retrato da mãe do artista*; *Branca de Beauileu*; *Os Girondinos na prisão*; *A Assunção...*

Encontrando dificilmente assuntos e não recebendo encomendas de quadros históricos, Monvoisin não pintou grandes composições no Chile; pelo menos, elas não são numerosas.

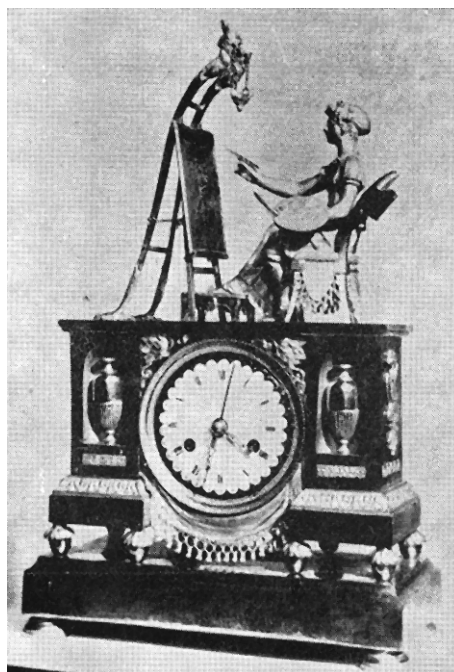
Seus quadros históricos, de repercussão hispano-americana, executados no fim de sua permanência na América, por 1854-55 são os seguintes: *Elisa Bravo aprisionada pelos araucanos*; *Abdicação de O'Higgins* e *Morte de Caupolican*.



Ordem do Cruzeiro conferida a Monvoisin por d. Pedro II.



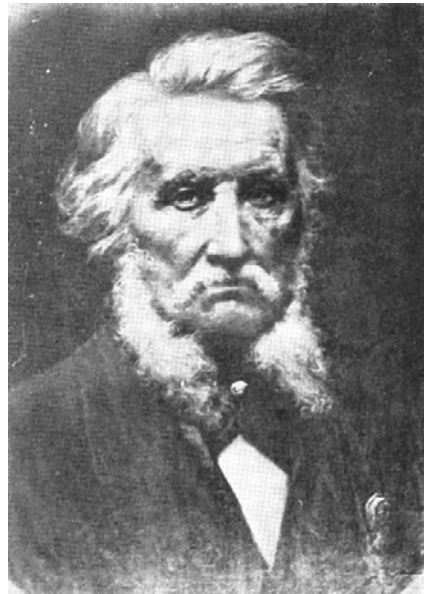
Torre da Prefeitura de Bordéus.
Estampa da Biblioteca Nacional de Paris



Relógio oferecido a Monvoisin
por d. Pedro II



O general Manuel Borgoño (1859)
(Col. Orrego Bastos)



Auto-retrato aos 79 anos
(Col. Suzanne Gaudefroy - Boulogne)



Litografia do retrato do Almirante
Blanco Encalado (1853)



Fotografia de 1856-57 onde se vêem: Monvoisin (à
esquerda), e sra. Gaston Monvoisin e seu filho e
um senhor desconhecido

O barão Guérin apreciava profundamente o talento de Monvoisin como retratista, considerando-o o seu melhor aluno nesse gênero e mesmo superior a Delacroix e a Géricault, seus companheiros no ateliê de Guérin, na Escola de Belas-Artes de Paris. No Chile, Monvoisin teria feito duas centenas de retratos, dos quais muitos são faltos de valor psicológico e outros, podem figurar entre os melhores retratos franceses do século XIX. Os mais belos quadros desse gênero estão com as famílias da velha aristocracia chilena: Borgolio, Tocornal, Egalia, Bello, Larraín, Zañartu, Zegers e outras.

Seguindo a tradição de Ingres em França, Monvoisin fez quadros religiosos para igrejas do Chile: o grande Cristo da catedral de Concepción, a *Fuga do Egito*, do refeitório dos padres, no colégio dos Padres Franceses em Valparaíso; a *Virgem Puríssima*, da antiga coleção Alvarez Urquieta e a *Missa Católica*, (apresentada em sua primeira exposição, em São Filipe, 1843), na coleção Manuel Larraín Echeverria.

Em 1912, Richon-Brunet, distinto artista francês e crítico de arte, organizou, sob os auspícios de *El Mercurio*, de Santiago, uma exposição de oitenta e três telas de Monvoisin, em sua maioria retratos. Esse acontecimento artístico pôs em evidência o mérito do laborioso artista ¹².

Embora não sendo professor oficial, teve alguns alunos em Santiago, destacando-se os argentinos Processa Sarmiento (irmã de Domingo Faustino Sarmiento) e Gregório Torres, que morreu jovem, deixando retratos estimados e algumas composições incorretas; José Luís Borgolio, José Gandarillas e Francisco Mandiola, o principal pintor chileno da época.

Foi, na verdade, uma pena quando o governo chileno, ao criar, mais tarde, a Academia de Pintura, não tivesse dado a sua direção a Monvoisin, em vez de entregá-la a um pintor dedicado, porém, medíocre, que foi Alexandre Cicarelli. A esse propósito, queremos crer que Cicarelli já devia conhecer da Europa o artista francês, pois, quando em 1847 Monvoisin esteve no Rio de Janeiro, os artigos do seu colega italiano na imprensa fluminense eram de

12. Alvarez Urquieta, p. 103, op. cit.

grande louvor e admiração: chamava-o *Apóstolo da América espanhola*¹³.

Depois de uma permanência de dois anos no Chile (1843-1845), e igual período no Peru (1845-1846), Monvoisin voltou ao Chile, comprando a opulenta propriedade de Los Molles, de um irmão do barão Picolet de Hermillon (que foi ministro residente da Sardenha no Rio de Janeiro em 1849), pois ganhara no Peru muito dinheiro. Retornando, ainda, à cidade de Lima, em abril de 1847, seguiu pelo istmo de Panamá para a Europa. A 25 de agosto, encontrava-se em Paris, onde foi breve a sua estada.

Monvoisin no Brasil

Já a 4 de setembro, Monvoisin partia da Europa em direção ao Chile. De passagem, esteve no Rio de Janeiro, onde chegou a 19 de outubro, depois de uma viagem de quarenta e cinco dias.

De bordo de *Le Vaillant*, tendo à vista o Rio, iniciava uma carta a seu irmão, narrando-lhe que fizera esplêndida viagem. Nessa carta, em continuação, Monvoisin, a 29 de outubro, acrescentava: “Aqui cheguei a 19, sem novidades. Começarei por te dizer que, não obstante o extremo calor, passo muito bem. Co-

13. Alexandre Cicarelli, professor honorário da Academia de Nápoles, é outro artista cujo nome, como o de Monvoisin, tem repercussão sul-americana. Pensionado pelo seu governo, fez os últimos estudos em Roma, tendo sido aluno de Camuccini, o *Davi italiano*. Chegando ao Rio em 1843, o conterrâneo de dona Teresa Cristina, procurou se identificar com o novo meio. No nosso *salon*, daquela data, expôs os seguintes quadros: *Parada de tropas em Nápoles*, *Pescadores na praia de Pausilippo* e dois retratos.

O imperador o acolheu com o carinho que então já dedicava aos artistas, abrigando-o no Paço da Cidade. O seu quadro do *Casamento de Dom Pedro II na Capela Real de Nápoles*, que é um trabalho interessante, foi adquirido pelo monarca, em 1847. Está no Castelo d’Eu.

Diz Pedro Lira que Cicarelli “formado em uma escola que chegava à agonia, sem instrução nem temperamento pessoal – embora houvesse na Itália produzido algumas obras estimáveis – decaiu, pouco a pouco, na América”. Em verdade, no Rio de Janeiro ainda foram apreciados os seus trabalhos, sendo um artista de certa erudição e cultura geral.

Quem sabe – essa é a nossa impressão – se por influência de Monvoisin, em 1848, partiu Cicarelli para Santiago, no Chile, a fim de fundar, por encargo da administração Bulnes, a Academia de Pintura? No posto de diretor, chegou até 1871, época em que se retirou à vida privada, dedicando-se a trabalhos filantrópicos, aos quais aplicou parte de sua fortuna.

Dos seus numerosos discípulos em Santiago, apenas três continuaram estudos na Europa: Antônio Smith, Pascoal Ortega e Miguel Campos (Cf. Pedro Lira, *Dicionário Biográfico de Pintores*).

No Chile, o artista produziu poucos quadros originais dedicando-se à pintura de retratos.



La Pantanelli em "Norma"
(Museu Hist. Nacional - Chile)



Sra. Eugênia Gorgono de Barros
(Chile, 1852)



Retrato de D. Pastora Cortêr y
Alcázar de Ramirez Rosales,
Marquesa de Cañada Hermosa (1852)
(Col. D. Arturo Saelle, Viña del Mar)



Óleo de d. Milagros Masenli de
Sánchez (1854)
(Col. Justo Pastor Ibarra)

mecei um grande retrato do imperador (farei o da imperatriz e outros), em trajes majestáticos. Fui afavelmente acolhido pelo imperador, que mostra-se satisfeito com o retrato que estou fazendo. Minha presença aqui açulou a gente artística, que me desejaria ver levando o diabo... Não importa, caminho sempre, e não desejo ver, em saudações respeitadas senão a aparência, o resto pouco me incomoda”¹⁴.

Sua fama repercutiu favoravelmente entre nós, sem dúvida, pela bagagem artística de que já dispunha e favorecido pelo ambiente francês, cheio de altos e baixos, mas também muito seleta, da urbe fluminense.

Conforme diz Monvoisin a seu irmão, dom Pedro II – mecenas das belas-artes – o acolheu favoravelmente. Havia razões para que o artista retratasse o nosso monarca e o fez muito bem. Depois de diversas *séances* no Paço de São Cristóvão, surgiu o mais belo e fiel retrato, até então executado, do imperador moço.

O jornal *Le Nouvelliste*, publicado as terças, quintas e sábados, pela Tipografia Francesa, à Rua de São José, 64, descreveu, na sua seção de notícias locais, de forma completa, as

14. UMA CHARADA – Além dessa carta, em suas memórias diz Monvoisin ter pintado o retrato de dona Teresa Cristina. O conde d'Eu, com sua memória prodigiosa, afirmou, em carta de 1903, que tal qual se achava em sua residência de Boulogne-sur-Seine, quando foi consultado por M. Ernest Labadie, grande erudito de Bordéus.

O professor David James, com seu espírito de pesquisador fascinado por Monvoisin, quer que esse quadro tenha existido ou exista (oxalá!).

Um advogado do diabo, porém, admite a possibilidade do quadro nunca ter existido! E apresenta razões:

Poderia esse quadro ter sido pintado, sem que, sobre ele tivesse tamborilado *Le Nouvelliste*? Sem que tivesse feito a mesma coisa Alexandre Cicarelli e outros críticos da corte fluminense? Sem que, sobre ele, tivesse feito um elogio e uma mofina, *la gent artistique do Mercantil*?

Sem que o imperador jamais o tivesse mandado figurar numa exposição da academia?

Sem que Gonzaga Duque ou outro estudioso a ele se tivesse referido, como existente em sala do Paço da Boa Vista ou do Paço da Cidade?

Mesmo em se admitindo que esse quadro fosse feito para a Europa (para algum parente da imperatriz), *Le Nouvelliste* a ele se teria referido!

Não parece crível que, durante todo o Segundo Reinado, não tivesse aparecido uma notícia, por lacônica que fosse, a respeito do retrato da imperatriz, pintado por Monvoisin!

Dona Teresa Cristina, durante a estada de Monvoisin no Rio, estava esperando o príncipe dom Pedro Afonso nascido a 19 de julho de 1848. Não estaria passando bem – quem sabe? – e por esse motivo o artista teria esboçado um desenho (?) sem terminar a sua obra!

O geral desejo dos interessados é que saia perdendo o advogado que tão pouco se recomenda! Ver ainda nota 21. (Nota de F. Marques dos Santos).

atividades de Monvoisin, ao pintar o retrato imperial. Essas notícias são tão expressivas que as transcrevemos na língua original:

Le Nouvelliste, de 9 de novembro:

Samedi dernier, l'Empereur a donné une séance à M. Monvoisin, peintre d'histoire, chargé de faire un portrait en pied de S. M. Pendant que le peintre travaillait, il a été charmé d'entendre ce souverain lui rappeler, avec une grâce parfaite, ses belles pages qui ornent les galeries françaises, et juger avec une remarquable justesse les oeuvres des maîtres des écoles rivales les plus opposées.

A peine trois quarts d'heure étaient-ils écoulés, que M. Monvoisin annonça à son auguste modèle que la tête était reproduite. L'Empereur crut avoir mal entendu: mais sur la nouvelle assertion du peintre, il se leva et fut saisi d'étonnement et d'admiration, en voyant un aussi beau travail exécuté comme par enchantement.

Le succès obtenu par M. Monvoisin est précieux pour les amis des arts, qui ont vu avec plaisir confier le portrait d'un prince aussi distingué à un des plus habiles artistes dont la France s'honore.

Ainsi que de grandes illustrations, M. Monvoisin que nous mettons, sur la même ligne, trouve, comme on le voit, du charme à quitter par intervalles le drame de la peinture historique pour isoler une pensée d'artiste sur une seule image. Rembrandt a fait l'histoire psychologique de l'homme en peignant des têtes isolées dans un cadre, sur un fond tout noir. Philippe de Champagne, avec son portrait célèbre du chanoine, a écrit avec le pinceau une chronique du XVe siècle. Titien a ciselé en couleurs le buste de François Ier, et sous ce peintre immense comme sous la palette enchantée de M. Monvoisin, un portrait ne pouvait être une image froide, un torse sépulcral. Titien a reproduit tout entier cette existence aventureuse et galante du roi insoucieux et fou qui formait sur un affût de canon à Marignan, comme dans les bras de Joconde à Fontainebleau. Raphael lui-même s'est peint en miniature, la tête négligemment appuyée sur sa main, et regardant avec esprit le promeneur désœuvré dont les yeux en passant, sont tournés vers lui. Devant tout portrait d'un grand peintre, il y a autant d'heures à donner à la rêverie contemplative, que devant un tableau d'histoire.

Pour nous résumer, M. Monvoisin fait battre la chair sous l'étoffe; il a deviné avec une sagacité rare, tous les procédés mystérieux de son art; mais pardessus tout, il possède à un degré incomparable ce talent sans lequel le portrait est une oeuvre morte: la magie de la ressemblance. Là M. Monvoisin n'a point de rivaux: il est curieux de voir comment, en deux coups de Pinceau, il a rendu le caractère de la physionomie de l'Empereur. Nous savons fort bien, que nous embarrasserons ce grand artiste en écrivant ces lignes; mais il y a dans la mission du journaliste une clause expresse qui l'oblige à s'incliner respectueusement devant un peintre si haut placé, et à lui donner acte de ce nouveau succès, M. Monvoisin si insouciant de bruit et de renommée dut-il en être contrarié.



D. Luísa Gomez de Reyes (1844)
(Museo de B. Artes - Chile)



Paisagem de Boulogne (Monvoisin pintando)



Retrato de d. Isidora Legers de Hunneus



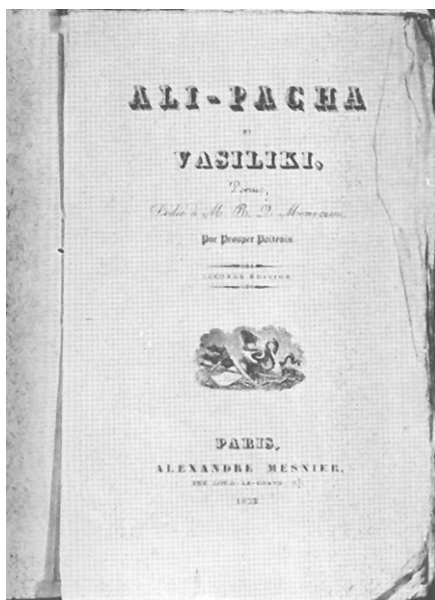
Jeanne d'Arc na foqueira (inacabado)-1869
(Col. Suzanne Gaudefroy - Boulogne)



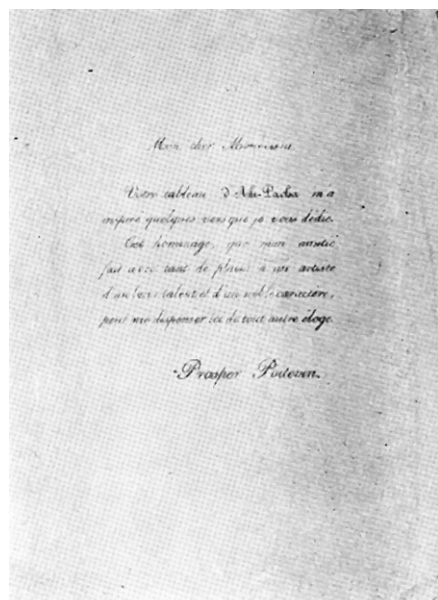
Gravura existente na Biblioteca Nacional de Paris



S. Luís IX (Catedral de Bordéux)



Col. Suzanne Gaudefroy



Col. Suzanne Gaudefroy

Le Nouvelliste, de 25 de novembro:

Le portrait en pied, de S. M. l'Empereur du Brésil, commencé il y a douze jours, par M. Monvoisin, est terminée aujourd'hui.

C'est une oeuvre importante, sous le rapport de l'art, qui mérite un sérieux examen et une exacte appréciation.

Le tableau présent dans son aspect général une grande harmonie, une suavité de coloris. Comme le disait un homme d'esprit et de goût, ce portrait est heureusement rendu.

La figure de l'Empereur, hardiment et noblement posée, est d'une ressemblance parfaite; les accessoires en son grands et riches, l'exécution large et puissante.

Le costume impérial présentait de grandes difficultés pour en harmonier toutes les parties. La pélerine jaune de toucan, le manteau vert et or, la tunique blanche, le cordon bleu, tout cela était autant de tons discordants difficiles à rapprocher les uns des autres, sans nuire au charme du tableau. Il faut en convenir, M. Monvoisin a surmonté ces obstacles avec un bonheur, qui n'en laisse pas même soupçonner l'existence.

L'exécution de ce portrait est le produit d'un talent très rare de nos jours: tout y est bien dessiné, bien modelé, bien coloré. La chair est de la chair, le satin du satin, le velours du velours, l'or de l'or, le diamant du diamant. Au travers du bas de soie on voit la chair, et l'on distingue les formes du nu sous les plis de ce riche costume.

Cette oeuvre n'est pas seulement le portrait de l'Empereur, c'est encore la reproduction de la tunique, du manteau, des souliers, de la couronne, du sceptre, des draperies, du trône, enfin de tout ce qui entre dans cette composition.

Souvent on répète que le nu est plus difficile à rendre que les draperies: c'est là une erreur passée en lieu commun démentie chaque jour par le prix énorme attaché aux oeuvres des Mieris et des Gérard-Dow.

Dans ce beau portrait, tout est peint en pleine lumière, toutefois, l'harmonie ou la valeur des plans n'en souffre pas. Sans aucun doute M. Monvoisin a dû faire des sacrifices; mais il a si bien étudié les lois de la nature, il les suit avec tant de justesse qu'il produit véritablement l'illusion.

Pelas duas crônicas acima, divulgou-se no Rio de Janeiro a fama de Monvoisin. Coincidindo a abertura do *Salon* de 1847 com a terminação do retrato imperial, Monvoisin o expôs, sob o número 54 do catálogo, aos fluminenses amadores de belas-artes, juntamente com o retrato número 55 (de um senhor L., cujo nome não podemos identificar) e outro retrato, sob o número 56, todos consignados à p. 63, onde se lê: "O sr. Monvoisin de Quinsac, Rua do Ouvidor, 163".

Trás o referido catálogo M. C. F. figurando como copista do quadro número 54. Quem seria? Não residia no Rio de Janeiro artista com essas iniciais! Nada menos nos parece do que tratar-se de M^{lle} Clara Filleul, discípula do artista e sua colaboradora.

A situação de Monvoisin no Rio de Janeiro mais se consolidou com a crítica erudita do *Jornal do Comércio*, de 9 de dezembro de 1847, cujo autor ignoramos e que escondia seu anonimato sob três estrelinhas:

Estamos agora diante da tela mais importante da *Exposição*: o retrato de dom Pedro II em pé e com traje imperial. Este quadro, pintado pelo sr. Monvoisin, é tão superior a todos os mais, que dele não falamos senão para exprimirmos a nossa admiração e inspirarmos a todos o desejo de vê-lo.

Nos passados anos exprimimos nosso sentimento de que entre tantos retratos de S. M. não houvesse um só que recordasse, nem de longe, a sua distinção e graciosidade. Finalmente, eis um retrato de dom Pedro II que o representa com verdade: eis aqui essa fronte cuja conformação anuncia altas faculdades intelectuais; o seu olhar, apesar de sua brandura, diz que ele é o senhor, e esse olhar harmoniza-se admiravelmente com o gesto tão altivo e tão digno pelo qual, levando a mão à espada parece que assegura que estará sempre pronto a puxá-la para a defesa da sua coroa e do seu Império. Sua atitude é nobre e desembaraçada; esse manto pesado não o oprime; é jovem, forte: nunca parença foi mais felizmente apanhada.

Agora, debaixo do ponto de vista de arte, diremos que tudo é admirável neste retrato; esse traje resplandecente, esse veludo, esse ouro, essa pedraria, são feitos com arte, tudo harmoniza-se de tal modo que nada nos ofende ou deslumbra a vista; e todavia o veludo reluz, o brilhante cintila, o ouro parece correr, S. M. sai da tela, avança-se; a ilusão é completa.

Glória ao talento! Qualquer que seja o país onde nasceu o verdadeiro artista, qualquer que seja a terra a que aporte, em toda a parte as suas obras eternizam a sua memória e o seu nome passará à posteridade.

Em o *Mercantil*, de 14 de dezembro, onde, sobre arte, pontificava Manuel de Araújo Porto-alegre, nem sempre assinando os seus artigos, foi publicada uma crônica sobre a *Exposição de Belas-Artes de 1847*, em que pomposamente era elogiado o retrato do imperador, por Monvoisin:

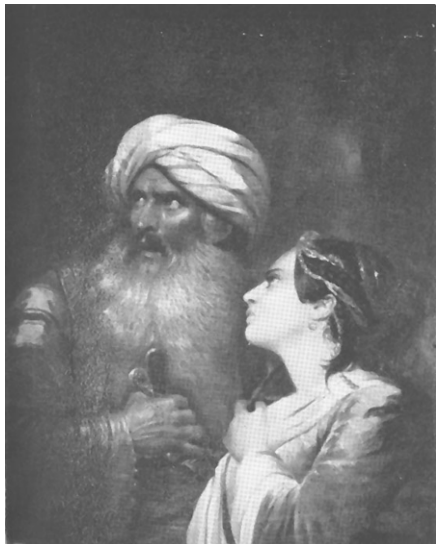
Logo que se lança os olhos sobre este quadro, o todo se apresenta, se vê de um só golpe. Que severidade no desenho! Que harmonia no colorido! Como tudo se destaca sem dureza! Que magnífico efeito de luz! Que toque de mestre! Os veludos, o ouro, as sedas, rendas, brilhantes, como



Retrato de criança
(Col. Robert Heymann, Paris)



Retrato a lápis de uma senhora
desconhecida (1829)
(Museo de Arte Decorativo)



Ali Pachá e Vasiliki
(Col. R. Heymann, Paris)



Retrato da sra. d. Josefa Monastério de
Davallol (1842)

está tudo bem tocado! Vê-se que tudo foi feito à primeira demão, e que o artista não andou apalpando. Na cabeça havia o conhecimento, havia o fruto dos anos e do estudo. Desde que começamos a ver quadros, é esta a quarta vez que temos verdadeiramente pintura moderna diante dos olhos. A primeira vez foi o retrato do dr. Magalhães, por Porto-alegre, a segunda, foi a *revista do rei de Nápoles*, que expôs Cicarelli e a terceira foi o retrato de S. A. a princesa de Joinville, de Ary Scheffer.

Dirá alguém talvez que o retrato não é perfeitamente semelhante: mas a esses responderemos que os reis e imperadores, todos os homens ilustres são de ordinário conhecidos pelos retratos que deles se fazem, e dom Pedro II tem sido sempre mal retratado, exagerado em todas as formas; o povo tem um falso tipo com o qual compara todos os retratos que aparecem de S. M. No de Monvoisin, porém foram aplicadas todas as regras do belo; ele viu em S. M. um caráter augusto, uma inteligência em alto grau, uma bondade extrema, uma penetração aguda; formas macias, tez delicada e colorido finíssimo. Este será o retrato que levará à posteridade os traços augustos do primeiro monarca americano.

Agradecemos a Monvoisin o ter-se dignado deixar-nos um vestígio de sua passagem no Rio de Janeiro. O seu quadro será sempre visto com satisfação pelos amadores do bom senso, com admiração por aqueles que possuem um sentimento artístico. Muitos alunos e alguns professores da academia vimos que motejavam na obra de Monvoisin; mas a estes diremos que: bem-aventurados os pobres de espírito, porque deles é o reino dos céus; e aqueles asseveramos que se algum dia saírem das trevas em que soem envolvê-los esses vampiros das artes, se arrependerão de terem ousado censurar um artista de tanto mérito, um homem cujo nome não é pronunciado com indiferença no mundo artístico da Europa; mundo a que não podem ainda pertencer (com raríssimas exceções) nenhum dos artistas que aqui rolam. Há ainda outro retrato pelo mesmo artista, o melhor da exposição, e que prova o nosso juízo acerca da semelhança do de S. M.”.

Vê-se pelo *Nouvelliste*, *Jornal do Comércio* e por essa crítica do *Mercantil* que não houve discrepância, quanto à apreciação do belo retrato de dom Pedro II.

O espírito de intriga e de despeito artístico, que existia naquele tempo em certo grupo, não deixava em consagração absoluta nenhum artista, e menos quando ele era estrangeiro. Disto, aliás, se apercebeu Monvoisin quando, no décimo dia de sua permanência escreveu ao irmão:

Ma présence ici a remué toute la gent artistique qui désirerait bien me voir au diable. N’importe, je marche toujours, et ne veux voir dans leur salutations respectueuses que l’apparence; le reste m’importe peu.

De nossa parte, no entanto, não duvidamos que o autor dos elogios (bastante sofisticados, aliás) do *Mercantil* de 14 de dezembro, tivesse escrito, no mesmo jornal, a 15, a seguinte mofina:

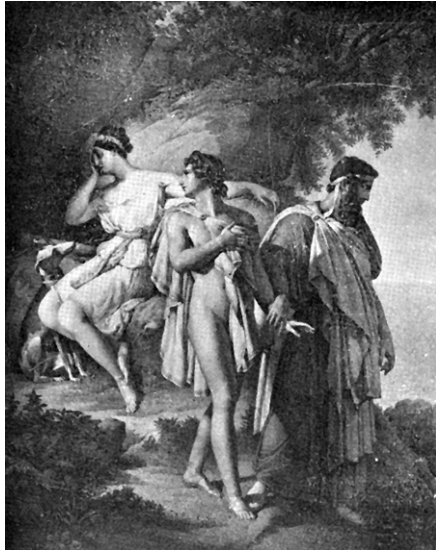
Ao sr. Monvoisin – Atraído pelos constantes e repetidos elogios feitos ao quadro de Monvoisin também fui vê-lo à Academia das Belas-Artes; com efeito impossível parecera a outrem retratar melhor o veludo, o ouro, as rendas, as sedas, os brilhantes; tudo no quadro denota mão de mestre; mas o senhor Monvoisin esqueceu-se do principal, que era retratar a S. M. I., isto é, retratou todos os atributos da realeza; porém a realeza mesma, essa ficou no pincel.

Alexandre Cicarelli, pintor napolitano, autor do *Casamento da Imperatriz na Capela Real de Nápoles*, homem culto que conosco vivia e escrevia sobre arte, bombasticamente, respondeu a essa diatribe, de então conhecida procedência, no *Jornal do Comércio* de 20:

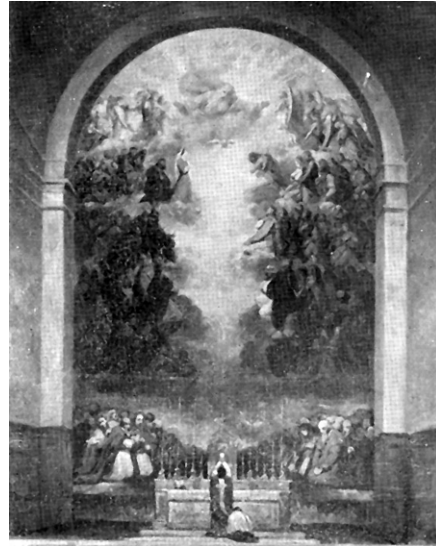
Ousadia, ignorância e estupidez: não poderei dar outro nome ao proceder do anônimo que inseriu no *Mercantil* de 15 do corrente mês um artigo falando do sr. Monvoisin e do retrato de S. M. o Imperador. Acredita o anônimo que com poucas palavras, e essas desonestas, pode destruir uma carreira envelhecida no santuário das artes, e que com um lapso de pena pode abater e conculcar uma reputação européia? Do que servem esses catálogos das exposições do Louvre, onde o nome do ilustre Monvoisin aparece no meio de todas as celebridades da época, a essa fortuna adquirida pelo seu nobre e digno pincel, ao homem estúpido e imprudente que ousa vituperar um mérito que ele nunca será capaz de ajuizar! Um charlatão recuará diante desta colossal reputação e não ousaria manifestar a sua crassa ignorância em um tal amontoado de sandices. A arte deve ser interpretada por homens de inteligência, por espíritos civilizados e não por ciganos especuladores.

O retrato de S. M. I., feito pelo sr. Monvoisin, é uma obra de arte em toda a sua augusta plenitude; é uma ótima produção, cheia de vida, expressão e dignidade: um pobre e mesquinho retratista, um franqueiro de caricaturas só aprecia o material; mas a alma, a parte essencial e divina da arte, o apanágio do pintor histórico, lhe é desconhecido. Napoleão disse a Davi: “Tu me ensinas a pintar”, quando este artista lhe disse que dos grandes homens o pintor só devia copiar a fisionomia e mandar à posteridade a inteligência do modelo.

Os soberanos da França não concedem a graça de sessões senão a valentes mestres, porque querem passar à posteridade divinizados pela sublimidade do engenho. Sangra-se-me o coração quando ouço profanar este santo nome de artista; lacera-me a alma quando vejo o templo profanado pelo traficante.



Telémaco e Eucaris (influência do barão de Guérin). Bibl. Nat. Paris



A Missa
(Col. Manuel Larrain Echeverria)



Aristomenes - 1824 (Palácio Cosiño)



Virgem Puríssima
(Col. Álvarez Urquieta)

A arte tem uma santa missão a preencher nesta terra; ela deve elevar a alma e circundá-la de sensações agradáveis e inocentes, adoçar os costumes e favorecer a indústria.

Também as artes têm sido a sua religião, o seu culto e os seus mártires; na sua história contam-se os seus apóstolos desinteressados e os seus eleitos. Monvoisin é o apóstolo da América espanhola e o seu apostolado dará um verdadeiro fruto, porque ele bebeu a inspiração junto do grande Messias e as suas obras têm aquele cunho que assola o engenho.

Se nesta capital não se tirar a erva venenosa que nasce entre as pedras fundamentais do templo e se se não cultivar a arte com outra semente que não seja a atual, a arte não vingará.

Os verdadeiros profetas sempre foram mártires, até que a razão eterna calasse na posteridade e os reintegrasse na escala santa a que foram predestinados.

O princípio que me anima é o útil; o amor da verdade me faz fustigar a impostura e ir de encontro a esse miserável zoilo que, escondido debaixo do manto do anonimato vem traiçoeiramente guerrear o meu pobre irmão de arte, o ilustre Monvoisin.

Deus, além da sua grande manifestação na criação, tem ainda uma outra para a humanidade, e esta é a arte; a arte é a criadora do templo do Senhor; ela o constrói para o adorar e não para que seus altares sejam profanados por mercenários.

O artigo do *Mercantil* contra o sr. Monvoisin é um brado do inferno lançado pelo gênio das trevas, ou talvez o eco manifestado à luz da imprensa de certo rumor, de certas vozes corroídas de inveja que por aí circulam e que na sua estúpida cegueira apalpam à luz do sol o lugar onde devem bater: a mão de um louco pode fustigar um colosso por cem anos, mas nunca abatê-lo.

O demônio da arte tem por missão espalhar a discórdia, o desânimo, e tudo baralhar; já tem vencido alguma coisa: mas não há de ficar vencedor. A arte é uma religião; tem também os seus anjos, seus demônios, seu templo e os seus falsos profetas.

Cicarelli era hostilizado no *Mercantil* e, daí, o embaçado cronista desse jornal, que não poupava os seus inimigos, em 23 de dezembro, responder-lhe o seguinte, enfiando Monvoisin no mesmo cordel:

Aos srs. Monvoisin e Cicarelli – Em resposta a nove linhas mui simples do *Mercantil* de 15 do corrente sobre o quadro de Monvoisin, leio eu agora no *Jornal do Comércio* de 20, um longo artigo que, principiando pela *ousadia, ignorância e estupidez*; continuando por *palavras desonestas, homens estúpidos, imprudentes, charlatões, ciganos especuladores, fanqueiros de caricaturas e traficantes* e acabando pelo brado do inferno, pela estúpida cegueira, pelo demônio da arte e pelos falsos profetas, está subscrito pelo ilustre sr. Cicarelli, que o ano passado teve a honra de expor na Academia de Belas-Artes o quadro do *Rei de Nápoles* trazido da Itália!!!

Pelo amor de Deus, sr. Cicarelli, assim como o verdadeiro pintor não deve pôr seu nome em quadros alheios, assim também o sr. Cicarelli, pessoa aliás tão civil e polida, não devia subscrever esse artigo recheado de erva venenosa, que apareceu com sua assinatura. Se não entendeu o que eu disse no *Mercantil* de 15, eu me explico melhor.

Tome o sr. Cicarelli um pincel, substitua as vestes majestáticas do quadro de Monvoisin, por qualquer outro costume; v.g. por uma beca de desembargador, ou por outra murça de cônego; e depois interrogue às sombras do próprio Napoleão (que vm. trouxe como autoridade em pintura) ou ao mesmo Monvoisin; e eles que lhe digam de quem é o retrato; ao leitor que ainda assim me não entender, eu rogo que torne a ler o pequeno artigo do *Mercantil* de 15 e verá que não neguei ao quadro do Monvoisin vida, expressão e dignidade; e que só disse que ele se esquecera de retratar d. Pedro II – De mais, se é certo o antigo rifão – Vai-se o rei e fica a majestade; é igualmente certo que no quadro de Monvoisin, indo-se a majestade, não fica o rei.

No *Jornal do Comércio*, de 25 de dezembro, vem a réplica:

Enquanto o anônimo se esconder nas sombras, serão sempre enérgicas as expressões que tinha de dirigir-lhe; as sombras e maquinações sempre foram contrárias à luz da verdade, aos progressos das belas-artes: apareça sem pejo do seu nome e discutiremos à luz da imprensa uma questão transcendente de estética, que muito importará a um país novo.

Se o senhor anônimo não conhece as belezas que se encontram no quadro do sr. Monvoisin, a culpa não é nossa, é da sua má infundada vaidade: Anaxágoras via no sol uma pedra.

A ordenação geral é concebida com um louvável e magistral bom senso; as linhas se cadenciam em toda a composição de maneira harmônica; há toda a inteligência possível nesta parte melindrosa de um quadro, o partido tomado dos necessários a acessórios é de um homem de gênio: desenho correto, dignidade na concepção de um colorido luminoso e natural, são as qualidades que o artista Monvoisin estampou naquela obra de primeira plana.

Um retrato de particular é uma prosa familiar; mas um retrato de soberano deve ser uma poesia lírica. A idéia de representar a realeza com a majestade conveniente já é por si sublime; e muito pobre de espírito é aquele artista que desconhece o toque sublime de que se deve animar a fisionomia de um soberano.

Dois retratos do sr. d. Pedro se hão feito nesta época que preenchem perfeitamente este princípio de estética: o do quadro do sr. Monvoisin e o busto do sr. Pettrich. Os dois mestres estamparam nas suas obras tudo quanto há de inteligente e poético na frente do imperador do Brasil; colocaram em seu olhar a penetração e em seus lábios a bondade e a liberalidade: qualquer destas duas cabeças, isoladas, sem as insígnias imperiais, falariam eloqüentemente a um espectador inteligente, a um fisionomista e lhe arrancariam uma involuntária admiração e um respeito para com o augusto original.

Escrevo ainda esta resposta ao sr. anônimo por duas razões: a primeira porque devo uma satisfação ao público; e a segunda, por minha digni-



Sépia de Belisário, feito por Monvoisin
no RJ para o álbum de Manuel de
Araújo Porto-alegre
(Col. Marquês dos Santos)



General Manuel Bulnes (1843)
(Col. de Alfonso Bulnes)



Casa em Boulogne, onde faleceu
Monvoisin



Retrato de don Francisco Álvares
(Museo de Viña del Mar)



Joana a Louca (1834)
(Museu de Amiens)



Ali Pachá e Vasiliki - (1833)
Palácio Cosiño



Retrato de mulher (1834)
(Museo des Beaux Arts, Bordéus)



Retrato de Blanche Monvoisin com
6 anos (1840)
(Col. Cloemete Vicuña Perez
Santiago de Chile)

dade, tendo encetado a restauração da verdade e prometido ao público a verdade com toda a minha desinteressada franqueza.

Reenvio ao sr. anônimo as pequenas galanterias com que me mimoseia; o seu espírito faceto tem a ligeireza e a graça que se devem encontrar em um elefante dançando de maromba na tromba sobre um fio de arame.

O público deve ser muito acautelado na leitura das críticas artísticas feitas por anônimos, que as mais das vezes são – falsos profetas – depois na arena da imprensa aparecem vultos mascarados combatendo energicamente princípios falsos; mas esses princípios são cavados na mina imunda do interesse particular, do egoísmo, que ainda não produziu um primor de arte, uma epopéia e um ato de heroísmo.

O quadro do sr. Monvoisin é um documento salutar para a arte neste Império e uma testemunha constante que desmentirá as astuciosas argúcias, as banais teorias dos falsos profetas e dos charlatões imprudentes.

Se o anônimo quer sustentar uma discussão artística e ser útil ao país em que vive, tire a máscara, que o espera com resignação – Alexandre Cicarelli.

A 29 de dezembro, vem no *Mercantil* a seguinte tréplica:

Ao sr. Cicarelli – Julgava eu que o negócio Monvoisin era já negócio findo, quando ainda leio no *Jornal do Comércio* de 25 do corrente um novo artigo do sr. Cicarelli, como em resposta ao meu de 23, mas que eu só aceito como emenda ao seu primeiro artigo, o tal da *ousadia, ignorância e estupidéz*; contendo de mais algumas preleções em pintura, as quais não contesto por serem matérias já sabidas. Fica portanto – em pé tudo quanto eu disse no meu segundo artigo em reforço ao primeiro.

“Em respeito a tão ilustre contendor, acrescentarei que eu nunca disse que o quadro do sr. Monvoisin não tinha belezas, nem tampouco neguei penetração no olhar, nem bondade nos lábios da alta personagem retratada.

Aceitando a proposição avançada pelo sr. Cicarelli de que um quadro; de soberano é poesia lírica, respondo que justamente o que eu noto é haver no quadro poesia demais e se o sr. Cicarelli acha sublime representar a realza com a majestade conveniente, eu acho sublimíssimo, que a majestade de um retrato não seja pintada sem a realza.

Fico por saber quais sejam as pequenas galanterias com que mimoseei ao sr. Cicarelli e que ele me reenvia; se são as *ervas venenosas, as palavras desonestas, o brado do inferno* e a *estúpida cegueira*, são coisas que talvez por abundância de lá mesmo tenham vindo e que eu tornei a remeter à sua origem e se foi o falar no *quadro dos cavalos*, oh! nisso não falaria eu como galanteria, por ser coisa tão sublime que (segundo a voz constante dos profissionais) depois deste quadro o sr. Cicarelli ainda não fez coisa que o igualasse.

A grande alma dessas polêmicas e de toda a intriga artística época estava sediada no *Mercantil*. Em o *Jornal do Comércio* escreviam os *conservadores*, pessoas que não se moviam pelo des-

peito à obra alheia, artistas que concluíam os seus trabalhos e apresentavam-nos às exposições.

Félix Emílio Taunay nesse último jornal publicava os seus discursos, do mês de março, à abertura do ano letivo na academia, de dezembro, quando o imperador ia visitar o *Salon*. (Então modestamente designado por *Exposição Geral de Belas-Artes*) e, finalmente, a alocução que fazia, em presença do ministro do Império, ao encerrar as exposições, com a entrega de prêmios aos alunos laureados da academia, geralmente, no dia 18 ou 19 de dezembro de cada ano. Afora essas publicações de praxe, Félix Emílio, com sua louvável dedicação, escrevia, nos *Comunicados do Jornal do Comércio*, artigos e críticas de grande elevação, nobres e apreciáveis.

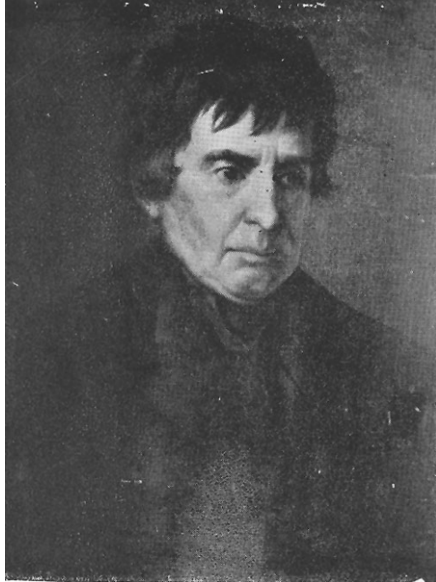
Em sua valiosa pinacoteca, no Paço de São Cristóvão, o imperador, outro quadro a óleo, de Monvoisin ¹⁵. Esse quadro, sem dúvida, o oferecido ao monarca, por ocasião do aniversário, em 1849, pelo cavaleiro de Hoch Kofler ¹⁶ à vista do que, em livro de registro de ofícios da Mordomia da Casa Imperial (existente no Museu Imperial), datado de 5 de dezembro de 1849, encontramos, escrito pelo mordomo José Maria Velho da Silva, àquele personagem:

Tendo feito entrega a S. M. o Imperador do quadro representando *um jovem araucano do Chile*, (o grifo é nosso) pintado pelo artista Monvoisin, que V. S. me remeteu para esse fim, com o seu ofício de 2 do corrente mês, tenho a honra de comunicar a V. S. que o mesmo augusto senhor me ordenou que em seu nome agradecesse a V. S. a sua obsequiosa oferta.

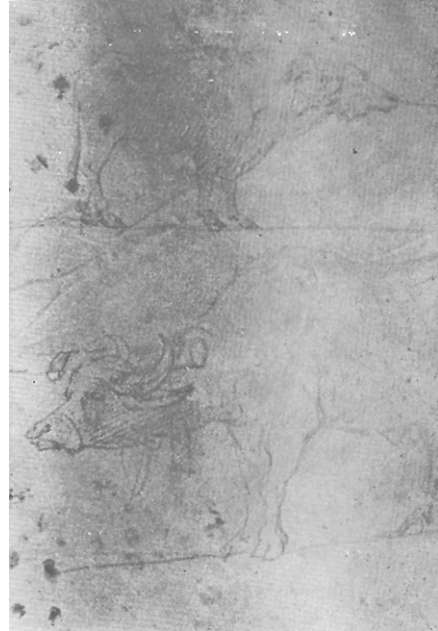
Sem dúvida, os títulos *Jovem Peruano* e *Jovem Araucano*, foram dados ao mesmo quadro, à vista do que se lê à página 82 da *Notícia do Palácio da Imperial Academia* e da *Exposição* de 1859: “As descrições dos quadros e a designação de seus autores e escolas foram ministradas pelos seus possuidores e exaradas no catálogo sem alteração: *excetua-se os quadros pertencentes à galeria de Sua Majestade o Imperador*”. O equívoco ou a divergência de títulos, foi originada pela pessoa que classificou a tela de Monvoisin para figurar na referida exposição da academia.

15. Cf. *Notícia do Palácio da Academia Imperial de Belas-Artes do Rio de Janeiro e da Exposição de 1859*, p. 94, onde figura um quadro de Monvoisin, nº 35, com o título de *Jovem Peruano* (?). A essa exposição, uma das mais grandiosas do reinado, dom Pedro II enviou dezesseis quadros de sua galeria.

16. Dom Carlos von Hoch Kofler, cavaleiro do Santo Império, cônsul-geral do Chile, no Rio de Janeiro.



Domingo Eynaguirre
(Soc. de Agricultura - Chile)



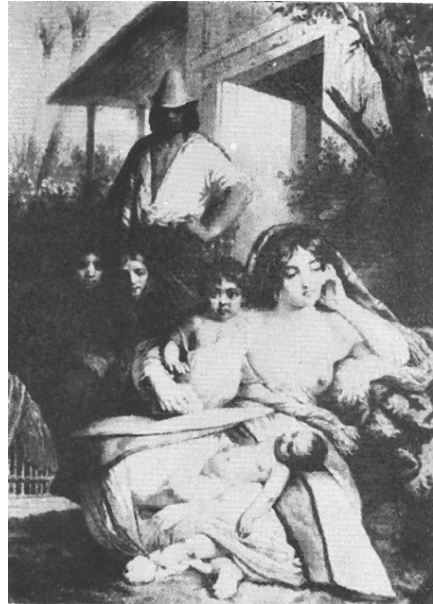
Desenhos a lápis de Monvoisin



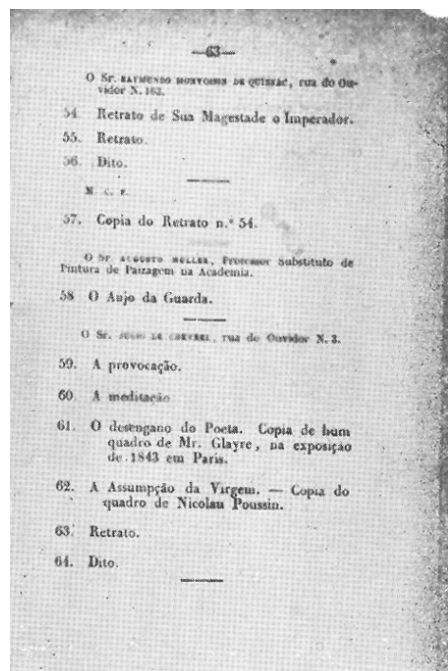
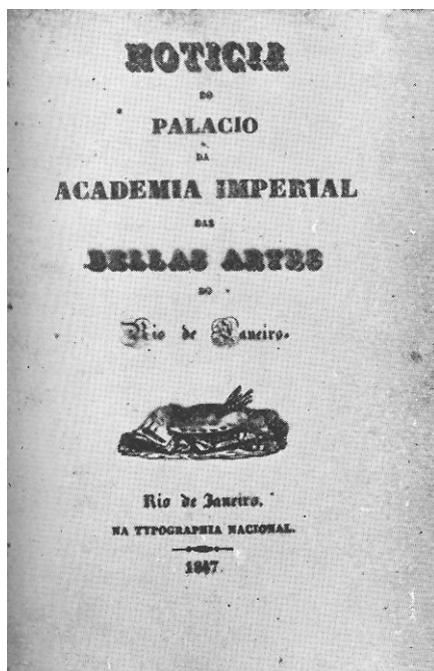
Desenho a lápis de Monvoisin



Elisa Bravo naufraga na costa do Chile



Elisa Bravo (outra litogr.)



De autoria de Monvoisin, o único trabalho de que temos notícia, deixado por ele no Brasil, é um esboço a sépia, medindo 10,5 × 7 cm. Apresenta boa técnica, embora o braço esquerdo da figura tenha um escorço defeituoso. Representa *Belisário*, general bizantino, vencedor dos ostrogodos, no reinado de Justiniano. No fim da vida, acusado de traição, foi privado da vista e reduzido a pedir esmolas¹⁷. Esse desenho encontra-se num belo álbum que pertenceu a d. Paulina de Lamare Porto-alegre.

Depois de seu retorno à França, em 1858, Monvoisin fez uma série de paisagens “*Souvenirs de mes voyages en Amérique*”, das quais duas são vistas da baía do Rio de Janeiro. Essas telas foram adquiridas na França pelos seus atuais proprietários, srs. Raimundo de Castro Maia e Jaime Sloan Chermont.

Aqui desejamos consignar uma nota interessante, quanto ao nome do pintor francês: Quinsac Monvoisin ou Monvoisin de Quinsac? No desenho acima referido, ele assinou: M. de Q. Do mesmo modo, à página 62 do catálogo do *Salon* de 1847, reproduzida no fim deste trabalho, lê-se: *Raimundo Monvoisin de Quinsac*. Quer nos parecer que Monvoisin, proprietário do imenso “fundo” de *Los Molles*, em Marga-Marga, perto de Valparaíso queria apoiar-se sobre sua riqueza e sobre suas origens aristocráticas durante a sua estada no Rio de Janeiro. Ou, então, teria acrescentado a partícula *de* por influência do meio em que vivia.

O retrato de dom Pedro II, pintado por Monvoisin, conforme Gonzaga Duque¹⁸ no fim do Segundo Reinado, achava-se na parede do fundo da *Sala dos Estrangeiros*, no Paço da Boa Vista. Elogiando-o, disse esse cultor dos estudos de arte brasileira: “Como pintura tem mérito, a cor é riquíssima, notando-se um deslumbrante amarelo no forro do manto”.

Hoje a famosa tela pertence a Sua Alteza o príncipe dom João, bisneto do retratado. Grato nos é lembrá-la, decorrido um século após sua fatura, sem que alguém jamais tivesse recordado as

17. Parecerá estranho, hoje, o assunto! No entanto, na época, todos conheciam Belisário, título e principal personagem da tragédia lírica em três atos, de Salvador Camarano, representada com música de Caetano Donizetti. Pela primeira vez fora levada à cena, no Rio de Janeiro, no Teatro de São Pedro de Alcântara, em 1844.

18. L. Gonzaga Duque-Estrada, *A Arte Brasileira, Pintura e Escultura*, p. 249, Rio de Janeiro, 1888.

críticas e peripécias interessantes, acima extensamente revividas, as quais nenhuma impressão causaram a Monvoisin...

Como bom francês, o artista teve no Rio de Janeiro bons amigos – gente que não publicava mofinas em *O Mercantil* – e, certamente, deixou-nos bem impressionado. Seu principesco retrato foi, em verdade, o melhor que, nessa época, se pintou do monarca ¹⁹. Até hoje nos agrada, e agradou ao imperador, que condecorou Monvoisin com a insígnia de cavaleiro da nossa Legião de Honra, queremos dizer, com a Imperial Ordem do Cruzeiro e ainda o obsequiou com uma linda pêndula de bronze ²⁰.

Ao partir do Rio de Janeiro, Monvoisin levou um casal de pretinhos, que eram primos, e os guardou durante a permanência no Chile. Ao embarcar Monvoisin com sua família, de volta à Europa, em 1857, a negra ficou, mas o negro seguiu com o amo. Em França, Severino, que assim se chamava, entrou como tambor para os zuavos da guarda. Fez a campanha de 1870-71, ficando prisioneiro na Alemanha, onde teve os pés gelados. Voltando à França, foi enviado a convalescer na Argélia. Estava, porém, tuberculoso, e morreu.

Mme. Gaston Raymond Monvoisin, casada com um sobrinho e afilhado de Quinsac – segundo a referência de uma sua neta, Mme. Suzanne Gaudefroy, a David James – divertia-se muito ao referir-se à volta de seu tio à fazenda de *Los Molles*, sobre o dorso de um burro, com as pernas balançando, negrinho à frente e negrinha atrás, e sobre eles grande chapéu de sol, de penas de avestruz!

Com esse painel pitoresco, concluiremos esta crônica sobre um artista tão interessante, cuja obra se caracteriza pelo correto desenho, fino e por vezes delicado colorido, pelo caráter que dava a grande número de personagens por ele retratados. Conforme

19. Coube à professora norte-americana, Mary Wilhelmine Williams, ilustre autora de *Dom Pedro II, the Magnanimous*, divulgar, pela primeira vez esse retrato, em seu belo livro, o melhor trabalho que, em língua inglesa, já se escreveu sobre o nosso inolvidável chefe de Estado.

O diplomata Heitor Lira, em sua *História de Dom Pedro II* também o reproduziu.

20. No livro de registro de ofícios da Mordomia do Paço Imperial (hoje recolhido ao Museu Imperial) com data de 16 de janeiro, lê-se o seguinte: “S. M. o Imperador me ordena remeter a M. Monvoisin a prenda que acompanha esta, como uma demonstração do apreço que o mesmo augusto senhor faz do seu talento artístico.

“Cumprindo com este, tenho igualmente a satisfação de asseverar a M. Monvoisin da estima e consideração que lhe tributa – José Maria Velho da Silva – Rio de Janeiro, 16 de janeiro de 1848”.

bem disse Richon-Brunet, na América, longe do ambiente artístico europeu, e sem meios de comparação, teve de buscar-se a si mesmo, e sua obra, no Novo Mundo, foi mais pessoal e, por conseguinte, mais original, tornando-se cada vez mais estimada ²¹.

David James
Francisco Marques dos Santos

Bibliografia

- ADOLPHE SIRET. Dictionnaire historique et raisouné des peintres de toutes écoles, depuis l'origine de la peinture, jusqu'a nos jours ... Terceira edição original, consideravelmente aumentada, 1883, tomo II.
- Bryan's Dictionary of painters and engravers. Nova edição revista e ampliada sob a supervisão de George C. Williamson, Litt. D., Londres, 1904, vol. III.
- DIEGO BARROS ARANA. Un decenio de la Historia de Chile (1841-1851). Primeiro período (1841-1846) – Capítulo II, pp. 338-70. Santiago, Chile, 1905.
- DOMINGO FAUSTINO SARMIENTO. Quadros de Monvoisin, in Progresso, de Santiago, Chile, 3 de março de 1843.
- EDUARDO BALMACEDA VALDÉS. *De mi tierra y de Francia*, Imprenta Universitaria, 1932, Santiago, Chile. Explication des ouvrages de peinture, sculpture, gravure, lithographie et architecture des artistes vivans, exposée au Musée Royal des Arts. le 25 Aout 1824.
- HEITOR LIRA. História de Dom Pedro II. C.E.N. São Paulo, 1938.
- JORNAL DO COMÉRCIO, de 20 de dezembro de 1847.
- JOSÉ FLORES ARAOZ. Raimundo Monvoisin, conferência realizada na Associação Nacional de Escritores, Artistas e Intelectuais, encerrando o ciclo de atividades culturais do ano de 1940, in Cultura Peruana, Vols. I, nº 1 e 2, de janeiro, fevereiro e maio de 1941. Lima, Peru.

21. Graças ao trabalho insano e dedicado do professor David James, deve-se a elaboração deste trabalho. Uma biografia de Monvoisin será publicada em espanhol pelo professor James, na Coleção Buen Aire, da Casa Editorial EMECÉ, Calle San Martin 427, Buenos Aires, Argentina em começo do ano próximo. Em aditamento à nota 14, cumpre-nos informar que já se achava composto este trabalho quando S. A. o príncipe dom Pedro, bisneto de dom Pedro II, nos mostrou em Petrópolis, uma relação de telas de família, onde figura um retrato de sua augusta bisavó, pintado por Monvoisin, e um quadro pequeno, sem a grandiosidade do que representa o imperador. Não era um *pendant* do que figurava na *sala dos estrangeiros*, daí a razão de ter ficado esquecido e sobre ele não terem falado os cronistas do Império.

Está certo o professor David James! E muito certo o pintor Monvoisin, que diz ele em suas memórias, ter pintado o retrato da imperatriz do Brasil (Nota de Marques dos Santos).

- L. DUSSIEUX. Les artistes français á l'étranger, Paris, 1852.
- LE NOUVELLISTE. Publicação Francesa no Rio de Janeiro, de 9 e 25 de novembro de 1847.
- LUIS ALVAREZ URQUIETA. Notas sobre Raymond Auguste Quinsac Monvoisin, in Boletín de la Academia Chilena de la Historia, pág. 189-215, tomo II, Santiago, Chile, 1941.
- MARY WILHELMINE WILLIAMS. Dom Pedro the Magnanimous. Second Emperor of Brazil. Chapel Hill, The N. Carolina Press, 1937.
- MERCANTIL. Jornal do Rio de Janeiro, de 14 e 15 de dezembro de 1847.
- PEDRO LIRA. Diccionario biográfico de pintores. Imprenta, encuadernación y litografía Esmeralda, Bandera, 30, Santiago, Chile, 1902.
- RICHON-BRUNET. Monvoisin, pintor del viejo Chile. In El Mercurio. 12 de setembro de 1934, Santiago, Chile.
- SENTINELA DA MONARQUIA. Jornal do Rio de Janeiro, de 12 de novembro de 1847.
- VICENTE GAEZ. Les Beaux Arts au Chili, 1889.

**A ARISTOCRACIA RURAL DO CAFÉ NA
PROVÍNCIA FLUMINENSE**

Aristocracia rural do café na província fluminense

“A colonização do Brasil se processou aristocraticamente – mais do que a de qualquer outra parte da América... Aristocrático, patriarcal, escravocrata, o português fez-se aqui senhor de terras mais vastas, dono de homens mais numerosos que qualquer outro colonizador da América. Essencialmente plebeu, ele teria falhado na esfera aristocrática em que teve de desenvolver-se o seu domínio colonial no Brasil. Não falhou, antes fundou a maior civilização moderna nos trópicos”.

Gilberto Freire: *Casa Grande e Senzala*, Rio, 1934, p. 199.

“O latifúndio cafeeiro, como o latifúndio açucareiro, tem uma organização complexa e exige capitais enormes; pede também uma administração hábil, prudente e enérgica. É como o engenho de açúcar um rigoroso selecionador de capacidades. Só prosperam, com efeito, na cultura dos cafezais as naturezas solidamente dotadas de aptidões organizadoras, afeitas à direção de grandes massas operárias e à concepção de grandes planos de conjunto. O tipo social dela emergente é, por isso, um tipo social superior, tanto no ponto de vista das suas aptidões para a vida privada, como no ponto de vista das suas aptidões para a vida pública. Daí formar-se, nas regiões onde essa cultura se faz a base fundamental da atividade econômica, uma raça de homens magnificamente providos de talentos políticos e capacidades administrativas”.

Oliveira Viana: *Evolução do Povo Brasileiro*, SP, 1ª ed. p. 91.

Em cada terra, em cada povo, a evolução social necessariamente subordina-se às possibilidades culturais de cada época, e à adaptação destas ao meio geográfico. Por isso é que, para julgarmos um período histórico temos de a ele retroceder. De compreensivamente identificarmo-nos com a mentalidade que o domina. Em nós mesmos ressuscitar a vida desse tempo, para, com o mesmo idealismo de contemporâneos, imparcialmente avaliarmos o que fizeram, pelo que em tal ambiente fariamos.

Nada mais falso, adulterado e aberrante das retas normais de um pesquisador que, exumar o passado com o espírito focalizado no presente. Não se pode medir a marcha do carro de bois e o desfilar das tropas pela velocidade do avião ou do automóvel. Nenhum crédito pode merecer uma exposição histórica, na qual

levianamente se censure a gente de outros tempos, com uma argumentação especulativa de princípios que atualmente regem a coletividade.

Há nisso uma inconsciente candidez, quando não a vileza de uma parcialidade insidiosa. A ignorância dos fenômenos evolutivos ou a perfídia exibicionista de ambiciosos, famintos de momentâneos êxitos literários, fugazes como a impostura ante a verdade.

Injúrias que apenas desonram os que as emitem, são as que ainda hoje, esporadicamente se vociferam contra a nossa organização imperial, negando-lhe o altíssimo valor da sua insubstituível atuação histórica nos fundamentos da pátria brasileira.

Sem o grande estágio unificador do Império, seria quase certo termos hoje o nosso território repartido numa colcha de retalhos de republiquetas, que antecipadamente se ensaiaram em pruridos de independência do passado século. Foi a coesão em torno à Coroa que manteve o Brasil unido contra as tentativas de cissiparidade, que outro não seria do sucesso de tais revoltas, impatrioticamente ainda festejadas, e lembradas até em selos do Correio, como eventos marcantes e dignos de veneração em nossa história.

Essa unidade nacional, devêmo-la ao sistema imperial, continuador mais suave e plástico da política dos vice-reis, que rigidamente mantiveram o nome de Brasil sobre a imensidade territorial entregue à sua guarda. É que a organização social do Império cimentava-se com o que de mais sólido apresentava então a economia do país, com os fundamentos básicos da sua potencialidade: a riqueza da exploração agrícola em todos os seus milhares de núcleos de Leste a Oeste e de Norte a Sul disseminados.

No Império é que se dá o primeiro e fundamental ensaio de unidade nacional, pela prestigiosa formação de uma hierarquia *brasileira* de valores com a nobilitação dos nossos senhores rurais. Com o seu agrupamento em torno ao imperador, cria-se nesta aristocracia agrária uma união de vistas solidificada por interesses comuns com direta ascendência nas populações do interior, de mentalidade até então exclusivamente fixa na ilimitada subserviência aos grandes caudilhos e potentados da gleba.

Através dessa harmonia nobiliárquica em relação à Coroa é que o poder central coordena e firma um disperso e embrionário espírito de brasilidade, que os despóticos e distantes vice-reis jamais poderiam espontaneamente consolidar.

Em seu magnífico estilo e com uma lógica irretorquível, teve Oliveira Viana o grande mérito de ser o primeiro a reabilitar a formidável função civilizadora dessa aristocracia rural. Viu ele o Brasil imperial em sua exata missão econômica, política e cultural, transmitindo-nos em páginas imortais uma científica exposição da imensa obra de uma época.

Para a ela chegar, teve, porém de esclarecidamente enveredar para uma orientação segura nas pesquisas desse gênero. “O primeiro dever de um verdadeiro nacionalista é nacionalizar as suas idéias – e o melhor caminho para fazê-lo, é identificar-se pela inteligência com o seu meio e a sua gente”¹.

Por isso é que, em sua análise do passado há uma profunda compreensão não só da índole do nosso povo mas da sua estrutura social inerente a cada trecho da sua história. Desse modo foi que ele pôde sintetizar o panorama social do Império em frases definitivas: “Na amplíssima área dos latifúndios agrícolas, só os grandes senhorios rurais existem. Fora deles, tudo é rudimentar, informe, fragmentário. São os grandes domínios como que focos solares: vilas, indústrias, comércio, tudo se ofusca diante da sua claridade poderosa”².

Dentro deste cenário *real e insubstituível* é que evoluciona toda a vida brasileira do Império. Fora dele, somente chegaríamos a ficções inúteis.

País de economia então exclusivamente agrária, é para o Brasil rural que um monarca judicioso terá sempre de focalizar a sua política. São as fazendas que alicerçam toda a base econômica de nossa existência imperial. Por isso é que Pedro II cerca de todo o prestígio esses grandes senhores de terras, eleva-os às pompas nobiliárquicas, agregados ao redor de um trono pobre, que herdara sem sequer uma corte para o realçar.

Atraindo-os a si, realizava o imperador o ato mais habilidoso do seu governo. Consolidava a economia nacional em torno à Coroa. O capital, elemento indispensável à evolução cultural do país, deixava as arcas patriarcais dos casarões roceiros, pondo-se à disposição da cultura.

1. Oliveira Viana. “Pequenos estudos de psicologia social”. São Paulo, 1ª edição, pp. III e IV.

2. Oliveira Viana: “Populações Meridionais do Brasil”, 3ª edição, São Paulo, 1933, p 173.

Com o exemplo da vida palaciana, protocolarmente singela, mas requintada, prestes adquiriam aqueles rudes lavradores novos hábitos e costumes. Poliam-se pelo contato, e, empenhadamente vinham a se esmerar na educação dos filhos.

Com a nossa aristocracia agrária é que o Brasil verdadeiramente ingressa na civilização ocidental, pois com ela é que a cultura se dissemina por todas as províncias por meio dos núcleos solarengos.

Como focos centralizadores da população rural é que os solares iniciavam a mais rápida e lógica marcha dos processos civilizadores num país inculto e de extensão continental. E essa estruturação impunha-se no Brasil pelo próprio determinismo dos fatores geográficos. Nenhum outro sistema político poderia desbravar essa hinterlândia imensa, povoá-la, organizá-la, civilizá-la. Era o imperativo natural da terra exigindo a sua divisão em latifúndios pelo homem.

Explica-nos Oliveira Viana como de começo era impossível a formação de uma classe média rural, de pequenos lavradores por si mesmos capazes de atingirem um razoável padrão cultural pelo trabalho agrícola. O exemplo de Campos que demos a ver com toda uma patuléia de adventícios invadindo a terra e fragmentando-a em milhares de fazendolas, é um caso excepcional, localizado em uma planície marítima, onde a natureza condicionara ocorrências geográficas singulares. O assalto à cordilheira como toda a conquista do interior brasileiro, exigia a grande fazenda, a sesmaria retalhando imensidões de selvas, o latifúndio, com o domínio precursor do homem sobre o deserto.

Dessa arremetida de selecionados pioneiros, voluntariosos de mando e rudemente cobiçosos de fortuna é que resultou a magnificência econômica da serra fluminense no período imperial.

Mas todo esse fausto cultural apoiava-se na ignomínia da escravidão – gritam retardatários abolicionistas.

Mas necessariamente. Indispensavelmente. Qualquer que houvesse sido o regime político no passado século, inevitavelmente teria ele de iniciar-se com a herança escravagista da colônia, e por decênios ainda teria de mantê-la.

Assim o fizeram todos os grandes povos. Antes de transformar-se em monstruosidade inconcebível, foi sempre a escravidão uma etapa social. Sem precisarmos retroceder ao esplendor he-



Coronel José de Sousa Breves, capitão-mor de Manga Larga, que tomou parte na guarda do príncipe dom Pedro, por ocasião do “Grito do Ipiranga”

lênico ou à expansão civilizadora de Roma, todas as grandes nações da atualidade firmavam-se ainda há não muito, no cativeiro. E embora sob aparências e sofismas legísticos humanitários, sob as mais diversas formas, é sobre a escravidão que se fundam todos os imperialismos, com a exploração das massas nunca vista, ante a qual o nosso cativeiro se reduz a insignificante quadro histórico.

Quanto à escravidão do negro, basta-nos reler a história inglesa ou a norte-americana. Se deram a liberdade ao negro estes países, foi somente com a antecipação de alguns decênios. E se tão violenta e escandalosa foi a pressão inglesa para a supressão do nosso tráfico, nada teve ela de humanitário como se apregoa.

Com o escravo barateávamos o custo da matéria-prima – sobretudo do algodão, – mais do que nas próprias fontes africanas e asiáticas, e drenava-se para o Brasil mais do que o capital permissível à sua manutenção como um vasto país financeiramente colonial.

A empedernida finança internacional fantasiando-se de um hipócrita sentimentalismo nela inexistente, com o monopólio da propaganda até hoje nos amesquinha com o labéu de escravagistas, para que, néscios esquecendo as chagas alheias, vituperem contra o nosso passado e a nossa gente.

Vozes patrióticas, entretanto, sempre desmascararam essas filantrópicas imposturas. Entre muitos, Wanderley Pinho nos aponta que “a Inglaterra, acordando por motivos mais econômicos do que políticos ou humanitários, no coração de seus estadistas, uma seródia filantropia... se fazia libertadora, depois de explorar o comércio de escravos até as vésperas de resolver a persegui-lo”³.

“Os filantropos e anti-escravagistas ingleses, – escreveu Gustavo Barroso, – transportavam os negros apreendidos às suas possessões nas Antilhas, Barbados, Santa Lúcia, Trindade, Bahamas, Jamaica, onde os entregavam sob o rótulo de *aprendizes*, com o prazo de sete anos de trabalho forçado, verdadeira escravidão disfarçada com o letreiro de aprendizagem da liberdade...”⁴. “Nenhuma nação do mundo tivera mais es-

3. Pinho, Wanderley de: “Cotegipe e seu tempo”. São Paulo, 1937, p. 201.

4. Barroso, Gustavo: “História secreta do Brasil”. São Paulo, 1938, vol. III, p. 168.

cravos, tinha-os naquele tempo e continuaria a tê-los até hoje sob formas disfarçadas, como nas minas de diamantes da África Sul, do que a liberal e judaica Inglaterra”⁵.

Mas são os próprios anglo-saxões a exporem as misérias da escravidão no grande Império. Apropriando-se a Inglaterra durante as guerras napoleônicas de possessões francesas nas Antilhas, como Tobago e Trinidad e, nela encontrando extinta a escravidão, importam culis da Ásia, sujeitando-os a um sistema de trabalho o qual nada mais é que um cativoiro⁶.

O respeitável Macauley ao falar da colonização da Índia, diz-nos que os seus habitantes “estavam acostumados a viver sob o peso da tirania, mas nunca sob uma tirania como esta... Sob os seus velhos senhores tinham pelo menos um recurso: quando o mal se tornava insuportável, o povo erguia-se e deitava o governo abaixo. Mas o governo inglês não era daqueles que se derrubam com facilidade. Tal governo, opressivo como a forma mais opressiva do despotismo bárbaro, derivava a sua força da civilização. Parecia mais governo de espíritos maus do que governo de homens tirânicos”⁷.

Diante disto, conquanto a maioria dos visitantes estrangeiros do passado século acentue a benevolência dos senhores brasileiros para com os escravos, ao confrontá-los com os das colônias européias e as da América do Norte, lamúrias embora veneráveis, como as de Darwin, tornam-se indisfarçavelmente crocodilianas.

Compete ao sociólogo extrair dos fatos históricos as premissas para a conduta social dos grupos humanos, dentro das possibilidades geográficas e etnológicas. Com este fito é que devemos analisar a civilização do nosso Império, alheamente a sentimentalismos duvidosos de panfletárias demagogias.

A sincronização do pesquisador com o período a estudar é o melhor indício de criteriosa honestidade. Não temos o direito de condenar etapas históricas que, como contemporâneos aplaudiríamos, sem que previamente consideremos a síntese dos fenômenos de que resultaram e as posteriores conseqüências sociais de tais eventos.

5. Idem p. 169.

6. Tomas, Allen C.: “A history of England”, New York, 1913, p. 506.

7. Macaulley, Iorde: “Ensaio históricos”. Trad. de Antônio Ruas, São Paulo, 1940, vol. I, pp. 332-333.

De degrau em degrau arfa a humanidade para os cimos e, leviana seria a nossa crítica, se, do alto ao contemplá-los, no comodismo e com a mentalidade que graças ao seu penoso esforço desfrutamos, empiricamente viéssemos a condená-los.

Execrável instituição foi a escravatura e ninguém hoje pensaria em defendê-la. Não basta, porém isso, para que, viperinos demagogos para atacar o Império, contra ela clamem, ocultando com o seu alarido a mesma desumanidade em países dirigentes da civilização, os quais, sem alarde algum, lançam-na ao esquecimento.

Sem que de modo algum façamos a apologia do cativo, há nele um lado positivo cuja omissão seria indesculpável num trabalho deste gênero, justamente quando o exclusivismo racial tornou-se mais explorado argumento contra os totalitarismos. Trata-se da gigantesca mestiçagem do povo brasileiro.

Consideremos apenas o que sobre este ponto escreveu um dos mais ardorosos e ilustrados abolicionistas: “No Brasil a escravidão é uma fusão de raças; nos Estados Unidos é a guerra entre elas. Nossos proprietários emancipavam aos centos os seus escravos, em vez de se unirem para lixar os abolicionistas, como faríamos criadores de Kentucky ou dos plantadores da Luisiana”⁸.

Foi a escravidão que etnicamente fez o povo brasileiro já mestiçado com a parcela indígena, e foi ela que lhe deu a base econômica para a Independência e para a República. É sob estes dois aspectos que, para fins sociais devemos hoje encará-la. Sem os grandes senhores rurais não teria o Brasil meios financeiros para a sua existência como nação, e, por sua vez, não teriam aqueles podido organizar os seus domínios sem a escravidão.

Somente os grandes magnatas rurais é que podem agregar e movimentar essas vastas massas de escravos para desbastar a terra, multiplicando-lhe o valor pela estruturação de uma sólida economia agrícola. É exclusivamente sob esse ângulo que, desviando-nos de quimeras e visando apenas a pura realidade, teremos de julgar a aristocracia rural do Império, elite condutora do poder econômico do Brasil, e por isso mesmo dirigente da sua evolução cultural.

8. Nabuco, Joaquim “Minha formação”. Rio, 1900, p. 227.

E a mais imparcial e rigorosa das análises haver ela executado uma obra formidável com a matéria bruta que dispunha.

Com raras exceções compunha-se aquela nobreza de duos excepcionais pelas qualidades de organização e de pela vivacidade intelectual com que rapidamente se adaptavam primores da civilização e pelo caráter que ainda hoje os sobrepõem à maioria dos capitalistas da atualidade, sendo suficiente que, naquele tempo a simples palavra empenhada tinha mais que a copiosa documentação legalizada com que hoje se acautelam as transações comerciais.

Basta-nos, aliás, percorrer uma galeria de retratos da nobreza do Segundo Reinado, para que, ao menos perspicaz dos observadores, logo se revelem as características de verdadeiros chefes de homens nascidos para o comando, de íntegras personalidades a se destacarem pelo merecimento próprio.

Paralelamente ao que se dava com os senhores de engenho da baixada, por toda a parte na serra onde os cafezais surgiam, com eles erguiam-se expoentes de uma elevada cultura nos detentores de fortunas rurais.

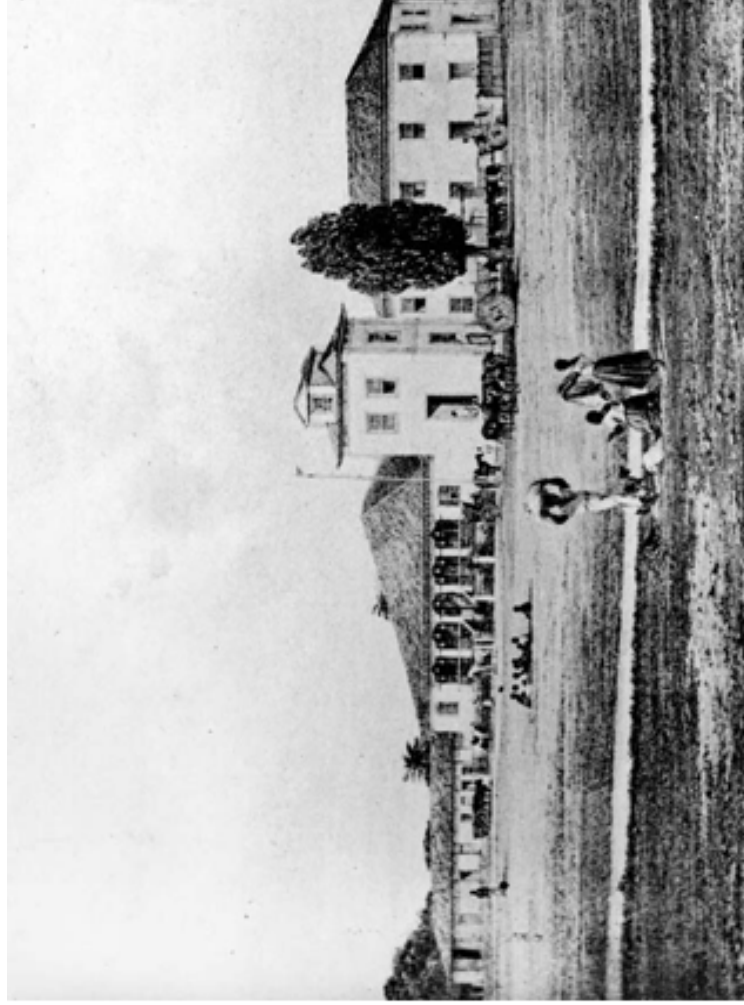
A partir do extremo oeste, nas cabeceiras do rio Pirai, numa das zonas de mais acentuados relevos, destacam-se prematuramente *os Portugal*.

Foi ainda no século XVIII que os primeiros imigrantes dessa família levaram para as margens do Pirai e do Ribeirão das Lages o sangue vermelho e grosso de sadios camponeses transmontanos. Em 1775, 1779 e 1792, Braz, José e Manuel Gonçalves Portugal obtêm respectivamente sesmarias em São João Marcos ⁹.

Grande foi a influência da numerosa descendência dos três pioneiros, dos quais Manuel destacar-se-ia como o vigoroso tronco da família em Rio Claro. Foi ele que, já posseiro de grandes áreas de terras no alto Pirai, vimos energicamente repelir a invasão dos angrenses tendo à frente o seu vigário.

Unindo-se pelo casamento aos Gonçalves de Moraes, – outra família de grandes senhores de terras em São João Marcos, com uma robusta prole de lavradores firmava-se um dos mais notáveis galhos genealógicos fluminenses, com uma seqüência até

9. Ascendino Dantas, Luís: "São-João-Marcos e Rio Claro", Niterói, 1936, p.



A fazenda de Quissamã no álbum de Victor Frond

hoje ininterrupta de políticos, magistrados, fazendeiros, médicos e militares. Um dos Portugal viria ser o *barão de Turvo*, em Pirai.

Joaquim, o segundo filho de Manuel Gonçalves Portugal, é quem funda as fazendas da Rola e de Sant'Ana. Nesta última que se levanta o solar da família, uma das perduráveis concretizações da continuidade hereditária da aristocracia agrícola em nossa terra.

Sant'Ana é um dos mais típicos edifícios da primeira geração dos grandes senhores do café. Nada tem ele ainda do fastígio arquitetônico dos solares posteriores, como os de Pinheiro, Grama, Secretário, Bemposta e Gavião, entre outras suntuosas residências campestres da nossa aristocracia rural ¹⁰.

É ainda um simples casarão do tempo em que as fortunas dos fazendeiros podiam se computar pelo tamanho das sedes de linhas coloniais, pela vastidão das salas e mesas de jantar, pelo número de quartos para a família, agregados e hóspedes. Contém essa casa mais que centenária, iniciada em 1821 e terminada em 1840, seis salas, dezoito quartos, dispensas, copa, cozinha e demais cômodos para os misteres domésticos.

Em sua capela com decorações a ouro e ornada de pinturas murais, respira-se ainda o ar do velho tempo das senzalas, dos langorosos corais de ladainhas cantadas pelos negros, dos festivos dias em que de longe vinham parentes e amigos em carroções de bois e em ruidosas cavalgadas, assistir ao ritual solene das missas da padroeira, empanturrar-se em banquetes intermináveis, extasiar-se ante os fogos de artifício que, pela noite fora e em complemento aos bailes, iluminavam e coloriam os cafezais e os farrapos de florestas que ainda cobriam o topo dos morros circundantes.

Mau grado a elevada cultura das suas gerações, revê-se porém ainda na arquitetura desse prédio como que os traços e trajes antiquados dos precursores proprietários de engenhos do litoral. E essa feição é acentuada, por ser um tipo de fazenda mista.

10. "À margem do rio do Braço e à esquerda do rio Pirai, distante mais ou menos quatro quilômetros, beirando a serra dos Coutinhos, no seu verdejante vale, assenta a fazenda de Sant'ana, o solar tranqüilo dos Portugal... Casa colonial, entre selvas e pomares, lá está ainda, cuidada pelo carinho dos seus herdeiros, vendo passar as gerações uma após outras, que se formaram à sombra das suas ramadas". (Ascendino Dantas, obr. cit., p. 25).

Embora dominada pelo espírito do café, a velha fábrica de aguardente permanece como herança dos plantadores de canaviais de serra abaixo. Herança indissipável mesmo nas mais produtivas zonas cafeeiras modernas, bastando citar o exemplo de Itaperuna onde mais de 900 engenhocas atuais de aguardente, açúcar ou rapadura, testemunham a subordinação dos montanhesees à evolução econômica dos ancestrais da baixada.

Sant'Ana apresenta-nos desse modo um cenário misto, no qual a mentalidade litorânea dos engenhos inicia o desbravamento da serra, sendo porém, rapidamente submetida a um novo espírito mais em concordância com o meio geográfico serrano que teve origem na cultura do café.

Por isso é que, não obstante o seu primitivismo arquitetural que nos poderia levar a supor dentro dessa casa a hereditária permanência de uma estagnação espiritual, Sant'Ana foi o “cadinho caldeador de proles abençoadas, formador de espíritos que fulguraram e fulguram ainda, na lavoura, no comércio, na indústria, nas ciências, nas letras, nas armas, na administração civil, política e religiosa, enobrecendo a família e servindo a pátria, como bem nos diz o historiador de São João Marcos ¹¹.

Um dos grandes fazendeiros de café nesta zona serrana ocidental foi o *barão do Rio Claro*, Antônio Manuel de Freitas, paulista nascido em Cunha ¹². A seu respeito, diz-nos Araújo Guimarães: “Quase nas divisas de São Paulo, os barões do Rio Claro eram verdadeiros fidalgos, cercados pelo esplendor de uma vida aristocrática” ¹³.

Sendo este setor o primeiro onde começa o plantio de café na serra, vários outros grandes troncos familiares iriam também ali nascer de resolutos imigrantes, destacando-se o dos *Valadão*

11. Entre os membros dessa família, mais em evidência pela sua dedicação à coletividade, apontaremos o coronel José Gonçalves de Sousa Portugal (1833-1904), lavrador e ex-presidente da Câmara Municipal de Rio Claro, o dr. Tertuliano Gonçalves de Sousa Portugal, (1848-1914), deputado à assembléia estadual e magistrado, o dr. Aureliano Gonçalves de Sousa Portugal, nascido em 1851, médico, deputado estadual e diretor de demografia do Distrito Federal, o coronel José Gonçalves de Sousa Portugal Júnior (1857-1930), fazendeiro e presidente da Câmara de Rio Claro, o dr. Olímpio Viriato Portugal, (1862-1924), presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo, o dr. Alberto Gonçalves de Sousa Portugal, médico e o capitão João Batista Portugal, ex-prefeito de Rio Claro, com exceção do primeiro, nascido na fazenda da Rola, todos os demais nasceram em Sant'ana.

12. *Anuário Genealógico Brasileiro*. Ano III, 316.

13. Araújo Guimarães: “A Corte no Brasil”. Porto Alegre, 1936, p. 229.

iniciado com Manuel Valadão em 1808, o dos *Morais*, com Antônio de Moraes em 1808, o dos *Oliveira*, com Alexandre José de Oliveira em 1822. Algumas destas famílias passando a Barra Mansa e a Piraí, originariam poderosos clãs rurais.

Por intermédio do café a terra selecionava as aptidões mais progressistas. De rudes e por vezes bárbaros pioneiros fazia brotar uma culta e benemérita descendência, como no caso dos Moraes.

Diz-nos Agripino Grieco que, “o primeiro em ordem desses Moraes tinha o cognome de *Cabeça-de-Cuia*, por isso que, perdendo a tampa do crânio, em luta com uma onça, fez resguardar os miolos com um pedaço de cuia, que acabou por aderir-lhe à cabeça e lhe permitiu viver assim muitos anos”¹⁴.

Outro, famoso, foi Antônio Gonçalves de Moraes, o *Capitão-Mata-Gente*, sogro do *barão de Guanabara* e que nunca matou ninguém.

As fazendas do Piloto e do Salto-Pequeno pertencentes à família, tornaram-se taperas de sinistras recordações do cativo. Mas são esses mesmos Moraes que, com a sua descendência nos irão provar a ação seletiva do meio serrano, realçando atributos capazes de formarem homens eminentes, que iremos ver com os seus admiráveis focos de cultura solarenga pelas margens do Paraíba.

Continuando, porém, a percorrer a mais antiga zona de cafezais da serra, encontraremos em Resende o *barão de Monte Verde*, Joaquim Pereira da Silva, o *barão de Bananal*, Luís da Rocha Miranda Sobrinho, o *visconde do Salto*, Antônio José Dias Carneiro, e o *barão de Bela Vista*, José de Aguiar Toledo, – posteriormente *visconde de Aguiar Toledo*. – Todos eles grandes proprietários de cafezais. A *baronesa de Bela Vista*, foi, como vimos em “Homem e a baía”, uma das grandes damas de mais brilhante atuação na sociedade carioca do seu tempo.

Resende, entretanto, parece ter sido a zona fluminense menos afamada pelo número dos seus titulares, sendo eles relativamente poucos em confronto com os seus centenas de fazendeiros. O próprio título de *barão de Resende* seria conferido por motivos onomásticos a um filho do *marquês de Valença*.

¹⁴. Grieco, Agripino: “Pelo Estado do Rio da Montanha ao Mar”. *O Jornal*, ed. comem. do bicentenário do café, 2ª seção, p. 9.

Devido a causas que não podemos precisar, mas possivelmente oriundas de uma tríplice corrente imigratória, mineira, paulista e fluminense, surge-nos a hipótese de haver sido esta subzona uma das mais povoadas da serra desde os primeiros tempos da cultura do café. Em 1871, já ali vamos encontrar 28.974 habitantes, população esta excedente à de Barra Mansa e apenas inferior na serra à dos municípios de Vassouras, Valença e Paraíba do Sul. Mas o número de escravos em Resende era no censo de 1876 bastante menor que o daqueles grandes centros cafeeiros, o que nos leva a supor, em face da formidável produção de café resendense, uma partilha maior da propriedade com bem menor percentagem de ricos proprietários com as suas legiões de cativos ¹⁵.

Esta observação parece confirmada pelas palavras de Zaluar, o qual, em 1860 atravessou a subzona após haver tanto louvado os grandes senhores do café de Barra Mansa.

“É difícil calcular o número de tropas, as grandes botadas e os muitos passageiros que a toda a hora transitam por essa importante via de comunicação; muitas vezes aglomeram-se a ponto que dificultam o trânsito, apesar de toda a largueza da estrada” ¹⁶. A mais antiga área de cafezais da serra é uma das de maior atividade agrícola, mas o município de Resende é “aquele em que as fortunas estão melhor repartidas. Aqui não há milionários nem indigentes, há remediados” ¹⁷.

Contrariamente a Resende, porém, São João Marcos sempre distinguiu-se por uma elite rural de grandes titulares, entre os

15. O recenseamento de 1872 apresenta as seguintes cifras para a população dos referidos municípios, que confrontamos com os respectivos números de escravos em 1876. Vassouras, população em 1872: 36.513. Escravos em 1876: 20.038. Valença, população em 1872: 31.628. Escravos em 1876: 26.259. Paraíba do Sul. População em 1872: 31.149. Escravos em 1876: 18.072. Resende. População em 1872: 28.974. Escravos em 1876: 9.000.

Os dados de 1872 foram colhidos no “Relatório apresentado ao il^{mo}. sr. dr. José Tomás da Porciúncula, presidente do Estado do Rio de Janeiro, pelo diretor interino dos Negócios do Estado, bacharel Miguel Joaquim de Carvalho. Rio, 1892, e os de 1876 do “Relatório anexo ao do ministro dos Negócios do Império, de 1878”.

16. Zaluar, Augusto Emílio: “Peregrinação pela Província de São Paulo, 1860-1861”. Rio, p. 36.

17. Idem, p. 42.

quais um dos mais antigos da serra, o *marquês de São João Marcos* com grandeza, Pedro Dias Pais Leme, o qual já era *barão de São João Marcos* em 1818.

Entre os grandes nomes do Império nascidos nesta região ou nela tendo propriedades cafeeiras notáveis, contavam-se o *barão de São João do Príncipe com grandeza*, Ananias de Oliveira e Sousa, o *barão do Paraí com grandeza*, José Gonçalves de Moraes, o *barão de Guapi*, Joaquim José Ferraz de Oliveira, o *barão de Ivaí*, Antônio Rodrigues de Azevedo, o comendador Antônio Xavier da Rocha e Nuno Eulálio dos Reis, capitão-mor de São João Marcos e filho do *barão do Rio Claro*, Antônio Manuel de Freitas.

Nenhum deles, porém, jamais ostentaria a imensa fortuna do comendador *Joaquim José de Sousa Breves*, “o rei do café”, o absoluto senhor de mais de 90 fazendas e de 6.000 escravos.

Fora seu pai José de Sousa Breves, um dragão imperial que tomara parte no Grito do Ipiranga. E o filho, nascido na fazenda da Mangalarga, no município de Piraí, ampliando a herança paterna, veio a tornar-se o maior potentado cafeeiro fluminense.

“Prestigiava-o qualquer coisa de patriarcal, à moda do Oriente. Sua figura, alteando-se na veneração popular, tornava-se, vista à distância, mais que histórica, legendária, e esse diretor de uma profusa estirpe, num dos cômicos exageros muito comuns à gente simples do interior, acabou tomando proporções de tipo dinástico, de líder de ciclo heróico”¹⁸.

Desde a restinga de Marambaia e as praias de Mangaratiba aos confins setentrionais do município de São João Marcos, nenhum outro nome sobre o dele prevalece.

Em “O homem e a restinga” retraçamos a descida à costa desse formidável senhor de terras que instalara na Marambaia uma grande fazenda com o seu porto particular para a chegada dos veleiros africanistas. Era ali um enorme viveiro dos seus milhares de escravos.

Do que resta da sua casa grande na restinga, em cujas ruínas mediam-se ainda em 1922 cinquenta e oito metros de fachada, pode-se avaliar como o “maior dos Breves” completava a sua

18. Grieco, Agripino: “O maior dos breves, impressionante figura de gentil homem rural”. O *Jornal*, ed. comem. do bicent. do café, 7ª seção, p. 9.

organização rural de serra acima com uma saída exclusiva à beira-mar, libertando-se da tutela fiscalizadora do Rio de Janeiro.

O grande clã dos Breves tinha o seu porto de mar ostensivamente independente. Mangaratiba é obra quase toda sua. Para ali desciam anualmente para os seus navios, centenas de milhares de arrobas de café. Setenta diligências diárias adicionavam-se às intermináveis fileiras de tropas que de São João Marcos pela sua estrada vinham ao litoral.

Em Mangaratiba tinha ele o seu teatro, a sua chácara plantada com uma flora importada de todos os recantos, os seus trapiches, as suas cocheiras, os seus enormes armazéns. As récitas teatrais de João Caetano divertiam ali a sua família e comitivas ilustres, quando ao descerem para os banhos de mar na Marambaia, estacionavam por alguns dias na pequena cidade, cuja prosperidade hoje desapareceu, cujo bulício de navios, de tropeiros, de diligências completamente evanesceu.

Com a sua extraordinária capacidade organizadora, o comendador localizara quase numa dependência única os portos de Marambaia e de Mangaratiba. O primeiro, onde mantinha sempre renovados os milhares de braços necessários aos seus latifúndios, com as silenciosas chegadas dos navios negreiros ocultava-se na outra banda da Sepetiba com a febril encenação do segundo, sempre agitado pelo burburinho de uma atividade mercantil, com as torrentes de café que da serra desciam. “A Marambaia era neste sentido um ponto estratégico. Ela lhe abria completamente o domínio do mar para as comunicações com os navios negreiros que lhe traziam do outro lado do Atlântico o combustível humano com que alimentava o fogo do trabalho do cafezal. Aquela era o pulmão da sua grandeza latifundiária, em baixo e no alto da serra. O crescimento do cafezal impunha o aumento do braço escravo. A repressão do tráfego encetada nos mares pela Inglaterra criava toda a sorte de obstáculos à importação do braço negro; de sorte que, a posse de um local seguro daqueles, de desembarque, importava para Breves no mesmo que possuir uma ligação permanente com os piratas que deveriam assegurar-lhe o abastecimento da mão-de-obra no cafezal”¹⁹.

19. Chateaubriand, Assis: “Um viveiro de mão-de-obra para o cafezal”. *O Jornal*, ed. comem. do bicent. do café, p. 9.

Embora o contrabando negreiro existisse em outros pontos em pequena escala, nenhum desses ancoradouros clandestinos podia competir com o dos Breves. Não obstante a vizinhança do Rio de Janeiro era ali, ao abrigo da grande restinga, que se continuava a fazer durante quase todo o período imperial o descarregamento contínuo de escravos para as fazendas do grande potentado.

A esse privilégio deve o “rei do café” ter podido continuar ampliando sempre as suas lavouras, até que a Abolição de um golpe destruiu todo o poderio do seu clã.

A esse fator geográfico da restinga é que se deve a excepcional predominância dos Breves na zona serrana de São João Marcos e de Piraí, resultando em desproporcional desequilíbrio entre a fortuna dos Breves e a da maioria dos fazendeiros regionais. A essa hipertrofia talvez igualmente se deva a mesquinhez urbana de São João Marcos.

Aos Breves, donos de palácios a centralizarem latifúndios imensos, pouco interessava a existência de um núcleo urbano onde se nivelariam com toda uma multidão de pequenos e médios fazendeiros ou com uma burguesia remediada.

Antes de tudo era ele o homem da gleba. O andejo fiscalizador da sua quase centena de fazendas rigorosamente administradas com o seu tino e sua vivacidade de grande homem de ação. Ao seu palacete no Rio de Janeiro, próximo à Quinta Imperial e onde quando em vez pompeava uma faustosa vida de grão-senhor, preferia a existência nos seus domínios agrícolas. A capital desse rei sem coroa era São Joaquim da Grama, a predileta do nababo, nas proximidades de Passa Três.

“Aí, ao centro dos seus domínios senhoriais, alteou-se o solar da família em São Joaquim da Grama. Esta célula-mater das inumeráveis propriedades suas, sempre formigante de atividade rural. São Joaquim era um núcleo populosíssimo, perdido entre bosques e montanhas, uma espécie de arcádia ou de abadia agreste, em que se entreteciam todos os deleites da sociabilidade, sob os auspícios da acolhida cavalheiresca do dono e dos sorrisos da que lhe foi companheira dedicada, essa piedosíssima figura de monja sem escapulário, dona Maria de Morais Breves, cristã sem mácula, em cujas mãos a esmola se adoçava e a oferta de um pedaço de pão era galante como a oferta de uma rosa.

Ao castelo acorriam dezenas de ricos e titulares do Rio, que iam ali tomar um banho de serenidade entre as folhas verdes, espaiar-se junto aos escravos pretos, eles os pobres brancos, escravos da vaidade da metrópole. O prédio de estilo colonial era uma antologia viva do gosto arquitetônico, e estatuetas, azulejos, trabalhos de talha, móveis raros, porcelanas caras, competiam com os relevos da cantaria da fachada, trabalhados por um artífice que se esmerara em arabescos alegóricos, caprichoso como um ourives em pedra bruta. Em derredor, perdendo-se quase sem transição em pomares fartos, alongavam-se as aléias de um jardim gentilício”.

É desse modo que, num desenho justo e sobriamente colorido, nos descreve Agripino Grieco o grande solar de São Joaquim da Gramma, do qual somente uma ala hoje permanece. O que resta da fachada de uma grande estufa, basta porém, para que possamos rememorar o fausto dessa casa, apenas uma das inúmeras sedes rurais do potentado nos municípios de Rio Claro, São João Marcos e Piraí, “todas borbulhantes de vida, miniaturas de cidades”.

“Conceição era célebre pelas suas dezenas de quartos para hóspedes do Rio, Olaria, cópia exata do palácio do Podestá de Brescia, construída por um arquiteto vindo da Itália, ficou em meio porque a esposa de Breves se opôs terminantemente a passar de São Joaquim da Gramma para lá. Seus salões são todos de teto estucado; saguão trabalhado em mármore de Carrara; soalho de madeiras mosaicadas e ampla escadaria vistosamente teatral”.

E ainda não é tudo. “Confiança, herdada do *barão do Piraí*, sogro do coronel, notabilizou-se por seus jardins suspensos, e pelas seteiras à moda medieval. Bela Aliança, recebida pelo russo *Haritoff*, quando desposou a sobrinha do formidável senhor de cafezais, viu festas de suntuosidade moscovita, enquanto o pobre conde não se casava com uma ex-escrava e, atirado à miséria, não vinha a ser um tradutor de ministério aqui no Rio”.

E a lista continua, de toda uma série de nomes cujo esplendor econômico desapareceu. São Sebastião, Alto dos Negros, Laje, Glória, Parado, Morro do Frade, Julião, Retiro, Retirinho, Flaviana, Santa Paulina, Matias Ramos, todas elas eram fazendas do patriarca, bem como Pinheirinho, Bela Aurora, Figueira, Rosário, Bela Vista e Várzea, esta última berço dos Moraes, onde residira o *Cabeça-de-Cuia*.



A fazenda do Secretário, segundo Victor Frond

Entre inúmeras outras destaca-se Fortaleza “comprada a quatorze irmãos que ali mantinham um serralho, com salas graduadas, portas falsas, subterrâneos e outros elementos de romance medieval, harém “de senhoras raptadas no Rio e em São Paulo”.

No dizer de Clodomiro de Vasconcelos, era Breves “homem de poucas luzes”. Mas é isto justamente o que o torna extraordinário. Esse rude camponês por si mesmo soube ascender à mais culta vida da sua época.

Com o séquito de mucamas brancas que acolitavam a sua família no Rio em camarotes da época, com a sua galeria de estátuas de mármore em tamanho natural colecionadas em São Joaquim da Gramma, com toda a sua corte de titulares que o visitam constantemente, é ele sempre o lavrador, orgulhoso da sua origem plebéia, desdenhoso dessa nobreza de sangue rubro.

Para a sua descendência o que cobiça é a aristocracia verdadeira, de brasões patinados pelo tempo. Assim é que casa uma sobrinha com um nobre russo da guarda imperial do czar, a formosa madame Haritoff de quem já falamos em “O Homem e a Bahia” e que em plenos cafezais brasileiros hospeda na serra em 1886, o grão-duque Alexandre da Rússia, sobrinho de Alexandre III e noivo da sua filha, nesse castelo da Bela Aliança, onde “as festas campestres e hospedagens faustosas substituíam os *mardis* e os bailes das Laranjeiras”²⁰.

Outra parenta sua casa-se com o conde italiano Fé d’Ostiani. Mas para si mesmo, o Breves se contenta com uma simples comenda, e de uma feita quase manda surrar um genealogista *à la mode*, por querê-lo convencer da sua descendência de Pepino o Breve²¹.

Com a derrocada da nobreza rural do café devido à Abolição, em nenhuma família assistimos, todavia, a um completo desmoronamento que na dos Breves. O contraste entre a grandeza e a queda fulminante assume os tremendos aspectos de uma tragédia.

Com todo o seu capital movimentado na compra de escravos, o 13 de maio tira-lhe todas as possibilidades de salvar-se. As suas 250.000 arrobas de café de 1887 reduzem-se a 30.000 em

20. Wanderley Pinho: “Salões e Damas do Segundo Reinado”. São Paulo, 1942, pp. 205-212.

21. Grieco, Agripino: “Pelo Estado do Rio da Montanha ao Mar”. O *Jornal*, ed. comem. do bicent. do café, 2ª seção, p. 9.

1889, ano em que morre a 30 de setembro, acorrentado a vultuosas dívidas insolváveis. Pretos forros e mucamas apossam-se das fazendas abandonadas, posteriormente invadidas por estrangeiros.

Vários dos seus magníficos solares rurais desaparecem sob as águas da represa da Light. Os outros desmoronaram-se em ruínas. Da própria imponência do palácio da Grama, “só resta a ala direita entre frangalhos de engenho, pedaços de um vasto hospital e pedras de casario das montanhas, senzalas e palacetes que abrigavam mais de 2.000 pessoas”. Por toda a parte em torno ao solar, “avulsamente perduram portões, pilares, azulejos, mosaicos, chafarizes com gárgulas alegóricas, colunas truncadas, arcadas bambeantes e pedaços de leões de mármore espatifados por imbecis que lá se foram divertir com exercícios de tiro ao alvo”²².

O nome que dominava em toda a parte ocidental da serra desceu à pequena burguesia e à plebe. E o que resta de toda essa opulência, são as ruínas irreconhecíveis dos seus aparatosos solares.

Era em tais palácios que viviam os grandes senhores fluminenses do café. Era esta a elevadíssima civilização por eles transplantada para a cordilheira. Nunca se vira em parte alguma do mundo e em tão breve tempo, uma tamanha transfiguração total do mais selvagem dos cenários terrestres, a floresta virgem, nos maiores requintes somente possíveis então nos grandes centros culturais.

A obra dos grandes senhores do café com todos os seus estigmas de um feudalismo brutal calcado na escravidão, fora a única possível para uma tal transformação. Nenhuma outra poderia executar essa colossal e completa mudança da paisagem serrana. Somente a rudeza do trabalho pelo braço do cativo conseguirá desbastar a mata virgem, preparando-a para uma futura evolução industrial, através de um estágio inicial exclusivamente agrário.

Tendo-se em vista a época patriarcalista com a sua respectiva mentalidade rural, onde o senhor de terras, sobretudo o fazendeiro de café com o seu dinâmico particularismo, representava no palco social a expressão máxima da economia brasileira, com os seus grandiosos solares urbanos e rurais, focos da mais elevada

22. Idem, “O maior dos Breves etc”.

cultura do período imperial, o estágio do café na serra fluminense foi talvez o de mais importância em nosso passado.

Foi ele que traçou uma curva brusca e ascendente no gráfico da nossa evolução cultural, após a longa e retilínea caminhada que há três séculos colonialmente percorríamos. Foi com ele que de súbito alvoreceram novas perspectivas econômicas, transformadoras de uma mentalidade ainda tosca, o qual, através do brilho dos salões da nobreza imperial, abria espantadamente os olhos para uma vida que desconhecia, cujos atrativos iria agora almejar.

Aos salões dos titulares brasileiros, com toda a sua exibição de luxo e de abastança, deveu a nossa população o primeiro contato com um elevado nível de vida, desconhecido pela massa popular, a exemplo do que acontece hoje nas salas de cinema que lhe põem à vista o alto padrão social norte-americano, fruto da prosperidade econômica.

O salão da nobreza do Império foi a primeira tela vista pelo público, onde, com o bem-estar e as boas maneiras, aprendia a nossa gente a melhor viver e a cobiçar uma existência superior, mais repousada e bela, anteriormente ignorada.

Com os salões urbanos aprimorou-se a burguesia do Rio de Janeiro e de todas as demais cidades. Com os salões dos grandes solares rurais, milhares de fazendeiros espiritualmente evoluíram, educando-se com a importação de maneiras e costumes da capital para as fazendas.

“Em Geografia Humana – diz-nos Alberto Sampaio, – quando se estudam as diferenças entre o *habitat urbano* e o *habitat rural*, para definir o papel eutécnico da educação do povo, na melhoria do *quadro climato-botânico* de cada localidade, para que a vida humana tenha aí maiores *chances* ou probabilidades de prosperidade, a partir da fartura de *meios de subsistência* e riquezas naturais em geral”²³.

Ora, aquela melhoria e esta fartura foram exclusivamente realizadas na serra pelos senhores rurais do Império. Com o café encontrando ali um meio geográfico magnificamente adequado ao seu desenvolvimento, não se limitaram, porém eles a erigir uma poderosa estrutura econômica na cordilheira. Por meio desta, civilizou-a, dando-lhe o máximo esplendor cultural então possível, sob um regime de escravidão.

23. Sampaio, A. J. de: “Fitogeografia do Brasil”. São Paulo, 1945, p. 190.

Foi deles a primeira grande etapa civilizadora. Porque, “civilizar os campos, melhorá-los a cada passo, livrá-los da rusticidade bruta e hostil, é o objetivo da civilização que, a pouco e pouco se vem infiltrando no hinterland de cada país novo, para aí possibilitar grandes massas de população rural, próspera e feliz”²⁴.

E, na serra fluminense, jamais teve essa iniciativa progressista fundamentos tão individualmente rurais como em São João Marcos. Porque ali, aos fatores geográficos das proximidades dos portos marítimos, uniu-se a hipertrofia financeira do potencial econômico de uma grande família aristocraticamente soberana em seu isolamento rural. Por tais motivos, o centro urbano de São João Marcos desde a fundação atrofiou-se, desprezada pelo comércio e humilhada ante os palacetes esparsos por entre uma imensidão de lavouras, nunca tendo, por sua insignificância como cidade, uma sensível influência mesmo administrativa sobre o campo, onde não obstante o predomínio dos Breves, vimos formar-se uma elite agrária de notáveis projeções culturais por outros municípios.

Herdeiros dessa aristocracia rural de São João Marcos, foram entre muitos o engenheiro Francisco Pereira Passos, o famoso filho do *barão de Mangaratiba*, Antônio Pereira Passos, prefeito e reformador da capital federal²⁵. Alfredo Pujol, Ataulfo de Paiva, o almirante Jorge Americano, o engenheiro Florentino Avidos, ex-presidente do Estado do Espírito Santo, Joaquim de Oliveira Machado, ex-presidente do Estado do Amazonas, o escultor Correia Lima. E ainda nesse imenso distrito, em 17 de agosto de 1841, na fazenda de Santa Rita em meio aos cafezais de Rio Claro, floria para o Brasil um dos seus maiores poetas: Luís Nicolau Fagundes Varela.

Desta nossa primeira entrada nas plantações de café da serra, passamos já por entre um poderoso escol de grandes fazendeiros de mentalidade tenazmente progressista. Viemos a conhecer uma eminente classe condutora dos destinos fluminenses no período imperial, cuja descendência ramificando-se em múltiplas atividades, até nossos dias vem difundindo os benefícios culturais recebidos com as fortunas do café.

24. Idem.

25. Contesta Agripino Grieco o nascimento de Pereira Passos em São João Marcos, afirmado por Ascendino Dantas, dizendo ser ele originário de Mangaratiba. (“Pelo Estado do Rio da Montanha ao Mar”).

São João Marcos é, entretanto, apenas uma parcela do imenso quadro civilizador dos cafezais da serra, mais sobressalente e rico de motivos culturais em outros municípios.

Em Barra Mansa e em Piraí, por exemplo, a ascendência desses fidalgos rurais notavelmente se destaca, como elemento espiritualizador do nível de cultura da população.

No primeiro desses municípios em cujos primórdios vimos a benemérita ação do *barão de Aiuruoca*, um numeroso escol de senhores rurais em pouco abateria as florestas, e, detentores de vastas fortunas adquiridas com o café, punham-se a construir solares celebrados pelos mais cultos viajantes.

Com eles centraliza Barra Mansa um dos mais expressivos cenários culturais da aristocracia agrária brasileira.

Joaquim José Ferraz de Oliveira, *barão de Guapi* nascido em São João Marcos e cuja mãe era índia²⁶, Manuel Gomes de Carvalho, português elevado a *barão do Amparo* e cujos filhos Joaquim, Manuel e João Leite Gomes de Carvalho respectivamente seriam o 2º *barão do Amparo*, o *barão do Rio Negro* e o *visconde de Barra Mansa*, Joaquim Leite Ribeiro de Almeida, que foi o *barão Ribeiro de Almeida* e “o maior paladino dos progressos locais”, e Luís de Sousa Monteiro de Barros, *barão de Monteiro de Barros*, colocam-se entre os mais eminentes criadores da invejada posição de Barra Mansa nos tempos do café.

A eles unida por laços de sangue e de interesses, destacava-se toda uma nata de fazendeiros constituída dos Vieira Ferraz, dos Gonçalves de Moraes, dos Ferreiras, Nobres, Matos, Francos, Breves, Crissiumas, Lombas, Teixeiras, Pintos e dos poderosos Marcondes, sobre os quais, numa terra de ricos se repetia em versos de batuques e cateretês:

“Gente que tem dinheiro,
casa com *fia* de Maricondes...”²⁷

Estreitamente ligada a essa nobreza rural de Barra Mansa era a de Piraí, outrora um dos mais opulentos municípios cafeeiros e hoje em plena decadência.

26. Moya, Salvador de: “Anuário Genealógico Brasileiro”, ano I, p. 202.

27. Figueira de Almeida, Antônio de: “Memória Comemorativa do Centenário de Barra Mansa”, Rio, 1932, p. 27.

Coube o título de *barão do Piraí*, com grandeza, a José Gonçalves de Moraes, da estirpe dos pioneiros de São João Marcos e grande cafeicultor enriquecido com as suas lavouras. Vimos que um dos seus genros fora “o rei do café”, o comendador Joaquim José de Sousa Breves. Outro seria o tronco de uma das mais notáveis famílias piraienses, o *barão de Vargem Alegre*, com grandeza, Matias Gonçalves de Oliveira Roxo, português de Trás-os-Montes, cuja descendência unida à dos Moraes e à dos Monteiro de Barros, daria uma das mais ilustres gerações da aristocracia agrária fluminense.

Dos cinco filhos do barão de Vargem Alegre, o primeiro, José de Oliveira Roxo, tornou-se o *barão de Guanabara*, o 2º, Matias Gonçalves de Oliveira Roxo, o *barão de Oliveira Roxo*, a 3ª, a *baronesa de Santa Maria*, e o 5º, Luís Otávio de Oliveira Roxo, o 2º *barão e visconde de Vargem Alegre*.

O 4º filho do barão do Piraí, o comendador Raimundo Breves de Oliveira Roxo, casou-se com dona Maria Rita Monteiro de Barros, neta do *barão do Piraí* e do *visconde de Congonhas do Campo*, dr. Lucas Antônio Monteiro de Barros ²⁸.

Um dos filhos do comendador é o dr. Matias Gonçalves de Oliveira Roxo, herdeiro do nome do avô, engenheiro, membro da Academia Brasileira de Ciências, paleontologista de fama e diretor da divisão de geologia e mineralogia do Departamento Nacional da Produção Mineral. Uma neta, d. Vera Monteiro de Barros Roxo é casada com o professor Carlos Delgado de Carvalho, bisneto do *visconde de Itaboraí* e pioneiro dos modernos estudos de geografia no Brasil ²⁹.

Como estes, tantos outros nomes que ilustram a cultura brasileira, procedem da nossa aristocracia imperial, muitos deles enraizados aos agricultores de café na serra fluminense.

Como se dera em Barra Mansa que veio a crescer de uma simples capela pela iniciativa do *barão de Aiuruoca*, Piraí deve o seu desenvolvimento a outro aristocrata rural, o sargento-mor de milícias José Luís Gomes, *barão de Mambucaba*, o qual a fez

28. O visconde de Congonhas do Campo era irmão do barão de Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros, tronco de numerosa descendência de cafezistas espalhados por Minas, Espírito Santo e Estado do Rio. (An. Gen. Bras., vol. III, pp. 234-235).

29. Idem, III, 528-529.

evolucionar de um insignificante arraial com a riqueza das suas fazendas de Santa Maria e de Ponte Nova ³⁰.

Todos esses ricos fazendeiros de Barra Mansa e de Piraí, aos quais acrescentaremos o *barão de Turvo*, José Gomes de Sousa Portugal, o *barão de Pouso Alto*, Francisco Teodoro da Silva, – cuja viúva veio a ser a *baronesa de Monte Verde* – mantinham suntuosas residências rurais, como as das fazendas da Grota Grande, do Martel, do Jordão, da Viúva e de Arataquara. Da famosa Bela Aliança dos Haritoff, situada entre a cidade de Piraí e Vargem Alegre já tivemos ocasião de falar.

Um dos mais notáveis destes solares era o do *barão de Vargem Alegre*, na fazenda deste nome e também proprietário de União. Pelo decidido apoio desse rico titular ao *barão de Rio Bonito* na questão da passagem da Estrada de Ferro Pedro II por Barra do Piraí, deve ele também com justiça ser considerado um dos fundadores dessa cidade.

Quem hoje comodamente viaja ao longo do Paraíba em vagões ferroviários, ao defrontar-se com toda interminável série de morros pelados e com as modestas habitações atuais, mal imagina o fausto das monumentais sedes de fazendas, em que por ali, outrora, se acastelavam os enriquecidos barões do café do Império.

Zaluar descreve-nos a casa de Pinheiro, do *comendador José Joaquim de Sousa Breves*, irmão e também genro da *baronesa de Piraí*, – tendo casado com uma das suas sobrinhas, filha desta, – como um “palácio elegante”, o qual “seria mesmo um suntuoso edifício em qualquer grande cidade”.

O comendador Breves era irmão do “rei do café”.

A admiração do viajante é a mesma que hoje sentiríamos se nela penetrássemos. “Um delicioso jardim se desdobra como um tapete de flores pelo pendor da colina sobre que está assentada esta suntuosa habitação, e dá-lhe um novo realce. Duas escadarias laterais de mármore branco e uma espaçosa varanda, para onde deita a porta do salão de espera, que é uma vasta quadra cujas paredes estão adornadas pelos primorosos retratos de S. M. o Imperador e S. M. a Imperatriz, devidos ao hábil pincel de Gromoelston. Seis ou oito magníficas gravuras representando as cópias de diferentes quadros de Horácio Vernet completam a deco-

30. Idem, III, 144 e IV, 68.

ração artística desta elegante sala, correspondendo a mobília e ornatos ao bom gosto que por toda a parte reina. A sala é uma peça soberba. Grandes espelhos de Veneza, ricos candelabros de prata, lustres, mobília, tudo disputa a primazia ao que deste gênero se vê de mais ostentoso na própria capital do Império. Enfim, todas as outras salas, o edifício inteiro está em harmonia com o luxo, profusão e riqueza do que acabo de descrever-te. Porém, o que mais me surpreende e merece a minha particular atenção, são os magníficos caminhos de rodagem que, em todas as direções cortam a fazenda”³¹.

Era em tais requintes de uma vida rural que o Breves aplica os recursos das suas “vastíssimas plantações de café, que cobrem um largo espaço de morros”, cultivadas com o esforço muscular de um “número prodigioso de cativos consagrados aos trabalhos agrícolas”.

Não se pense, porém, que Pinheiro com a sua vida aristocrática apresentava-se como um caso excepcional entre as fazendas desta zona serrana. Muitas delas acomodavam-se ao mesmo padrão, expressivo dos mais elevados primores culturais.

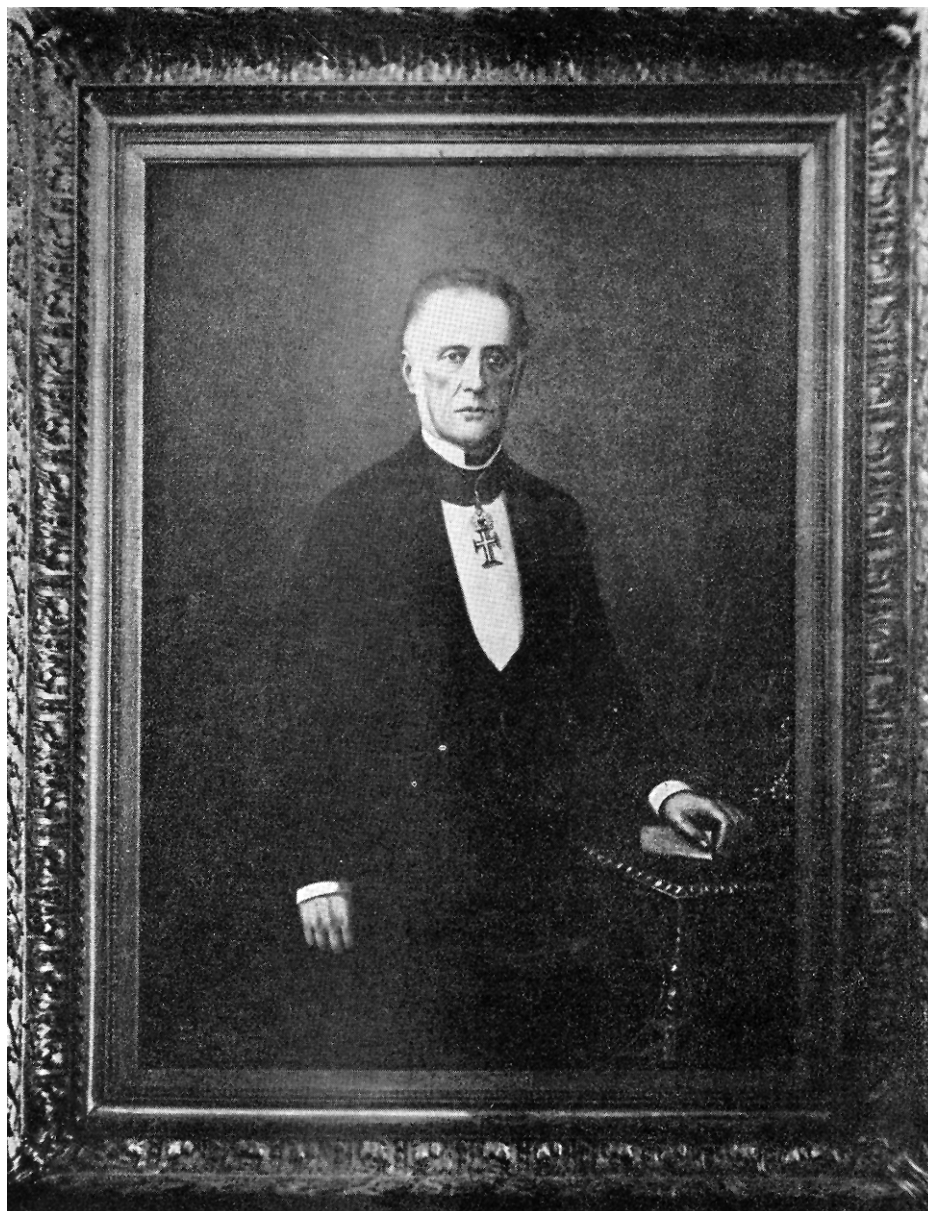
Como exemplo de uma organização rural complexa e progressista, Zaluar mostra-nos ainda o Ribeirão Frio do *comendador* Joaquim Ferraz, “uma cidade em ponto pequeno, onde se cultivam muitos ramos da indústria e se põe em movimento todas as gradações do trabalho”.

Além do engenho, hospital, botica e oratório, ali há forjas, alfaiates, marceneiros, ferradores, falanges e escravos disciplinados. Quatrocentas enxadas trabalham num âmbito de duas léguas. O milho, o feijão, o arroz, porcos, muares e cavalos reforçam o patrimônio agrícola de um milhão de pés de café, de cuja produção o imenso terreiro seca de uma só vez 6.000 arrobas.

No interior do solar onde anota a “espontânea e franca cordialidade, o hospitaleiro agasalho com que todos os hóspedes são recebidos, tanto conhecidos como estranhos”, frisa o viajante a limpeza, a ordem, o asseio das cozinhas, a água encanada, o que enfim se poderia desejar em conforto e bem-estar, mesmo em modernas moradias rurais.

A fina educação dos hospedeiros manifesta-se por “uma conversa amena e espirituosa de salão”, intercalada pela música de

31. Zaluar, Augusto Emílio: “Peregrinação pela Província de São Paulo, 1861”, pp. 9-10.



O visconde do Rio Preto (óleo de Viacin)
(Col. do Museu Imperial)

um magnífico piano, em cujo teclado “delicados dedos interpretam algumas das mais difíceis composições”.

Tal era o interior dos palacetes residenciais dos senhores do café na serra. Não admira pois que, a eles comparadas, vilas como Dores em relação à fazenda de Ribeirão Frio, nada mais sejam que um “burgo apinhado de casinhas brancas, meio oculto entre as dobras de montanhas”.

São esses grandes proprietários que, à própria custa, fazem estradas e pontes para as cidades. Assim é que anota Zaluar cinco pontes, grandes e bem seguras construídas pelos fazendeiros, entre a fazenda dos Poços, do *comendador Antônio Monteiro de Barros* e Barra Mansa.

O que era a vida social desta cidade nesse tempo de faustos protocolares, pode-se deduzir do que nos diz ainda o viajante ao ali chegar em dia de festa: “Apesar do grande concurso de povo que reuniu esta cidade, correu que o terror do luxo afastou daqui muitas famílias, e que se não fosse o medo com que estavam das ricas toaletes que haviam de aparecer, e da imensidade de balões que tinham de encher as salas, muito maior devia ter sido a concorrência”³².

Assim, pois é que viviam os aristocratas do café na serra fluminense, e assim é que timbravam de aparecer nas suas pequenas cidades, com os mesmos hábitos e costumes da corte imperial.

As manifestações máximas desse elevado padrão cultural e aristocrático não foram ainda apresentadas; com os dois maiores centros da civilização cafeeira serrana, os que tinham maior número de titulares agraciados pelo imperador: Valença e Vassouras.

Dois nomes que por si só relembram toda uma época de refinamento e de fastígio. Valença, a velha cidade dos marqueses. Vassouras, o maior ninho de aristocratas rurais do Brasil depois de Campos.

No município de Valença antes da sua subdivisão, dos sadios contingentes de mineiros e portugueses para ali emigrados, um famoso escol de fazendeiros de café deveria surgir. No território centralizado pela primitiva Aldeia das Cobras, entram os Ribeiro de Rezende, os Alves Barbosa, os Machado Cunha, os Nogueira da Gama, os Pereira Faro, os Sousa Barros, os Araújo Maia, os Custódio Guimarães e outras estirpes todas a forjarem

32. Zaluar, Augusto Emílio, obr. cit., p. 19.

os seus brasões com o aço das foices, dos machados e das enxadas, na contínua faina das lavouras de café.

À testa dessa laboriosa e culta aristocracia rural destacava-se Estevão Ribeiro de Rezende, sucessivamente barão, conde e *marquês de Valença*. Mineiro do Rio das Mortes e nascido ainda no século XVIII, veio a falecer em 1886 numa velhice patriarcal e com numerosa descendência. Casou-se com d. Ilídia Mafalda de Sousa, irmã do *barão de Limeira*, Vicente de Queiroz.

Dos seus 16 filhos, Pedro Ribeiro de Rezende seria o 2º *barão de Valença*, Estevão, o *barão de Rezende*, e Geraldo, o *barão Geraldo de Rezende*. Os dois últimos, por sua vez emigrantes como o pai, iriam continuar na terra paulista a projeção dos cafezais fluminenses. Foi o *barão de Rezende* um rico fazendeiro em Piracicaba e o *barão Geraldo de Rezende* um dos maiores de Campinas.

Tal era o prestígio do *marquês de Valença* que, uma de suas filhas, dona Amélia de Sousa Rezende casou-se com o titular francês conde de Cambolas e *marquês de Palarin*, e outro filho seu, legitimado, Estevão Ribeiro de Rezende, foi elevado a *barão de Lorena* ³³. Uma de suas netas, filha do 2º *barão de Valença*, dona Maria de Souza Rezende, foi a *condessa de Serra Negra* ³⁴.

Outro ramo desta família igualmente nobilitado foi o do coronel Geraldo Ribeiro de Rezende, irmão do marquês, cujo filho José de Sousa Rezende foi o *barão de Juiz de Fora*, e os filhos deste, Geraldo Augusto de Rezende, *barão do Retiro* e José Ribeiro de Rezende Filho, *barão do Rio Novo*, com grandeza ³⁵.

Somente pelo lado masculino deram os Ribeiro de Rezende no Vale do Paraíba oito titulares.

Com o mineiro José Vieira Machado Cunha surgia o de *barão do Porto das Flores*, com seu filho Misael o de 2º *barão de Porto das Flores* e com seu irmão Manuel Vieira da Cunha o de *barão da Aliança*.

Fazendeiro no distrito de Rio Bonito, em Valença, foi outro mineiro, Carlos Teodoro de Sousa Fortes, *barão de Santa Clara*.

33. Moya, Salvador de. Obr. cit., III, 136.

34. Idem, III, 527.

35. Idem, III, 109-112.

Jacinto, Francisco e José Alves Barbosa, descendentes dos sesmeiros de Vassouras, seriam respectivamente o 1º, 2º e 3º *barões de Santa Justa*, e, da mesma família, José Rodrigues Alves Barbosa, o *barão de Santa Fé*, nascido em Vassouras ³⁶.

Outra grande árvore genealógica vindo a crescer nos cafezais valencianos, foi a dos Nogueira da Gama, nascida com mais um mineiro, de São João d'El-Rei, Manuel Jacinto Nogueira da Gama. Doutor em matemáticas pela universidade de Coimbra, lente da Real Academia da Marinha de Lisboa, marechal-de-campo, ministro do Império e *marquês de Baependi* ³⁷. Casando-se com uma filha do nababo Braz Carneiro Leão, torna-se dono de enorme extensão de terras no vale do Paraíba, onde a sua sesmaria doada por d. João VI, tinha cerca de 540 quilômetros quadrados, por ele retalhados e vendidos em fazendas com grandes lucros ³⁸.

Do nome da *marquesa de Baependi*, d. Francisca Mônica Carneiro da Costa, – irmã da 1ª *viscondessa de São Salvador dos Campos dos Goitacás* e do *conde de Vila Nova de São José*, – procedia a fazenda de Santa Mônica, uma das mais famosas do tempo.

O mais velho dos filhos do casal, Braz Carneiro da Costa e Gama foi o *conde de Baependi*, com grandeza. Uma das filhas, a *condessa de Carapebus* e outra a *condessa de Tourinho*, em Portugal.

O segundo filho do *marquês de Baependi*, Manuel Jacinto Carneiro Nogueira da Gama, veio a ser o *barão de Juparanã*, e o terceiro, Manuel Nicolau Carneiro Nogueira da Gama, o *barão de Santa Mônica*, com grandeza, casado com d. Luísa de Loreto Viana de Lima e Silva, filha do *duque de Caxias*, fluminense

36. Francisco Rodrigues Alves, um dos concessionários da primitiva sesmaria de Vassouras e Rio Bonito e primeiro desbravador do local da cidade de Vassouras, foi o tronco das famílias Santa Justa, Alves, Avelar, Almeida e outras, de numerosa descendência de cafezistas, (Matoso Maia Forte, obr. cit. p. 53). Afonso de Taunay, diz-nos entretanto que o primeiro cultivador do local da cidade de Vassouras foi Francisco Rodrigues Barbosa. (Antigo documentário cafeeiro, *Jornal do Comércio*).

37. Taunay, Afonso de E.: "Velhas casas grandes". *Jornal do Comércio*, 15 de março de 1945.

38. Idem.

nascido no município que hoje tem seu nome e que faleceu na fazenda de Santa Mônica.

Um sobrinho do marquês, Nicolau Antônio Nogueira Vale da Gama, foi o *visconde de Nogueira da Gama*, com grandeza, mordomo do imperador. Era filho do coronel José Inácio da Costa Nogueira e de d. Francisca Vale de Abreu e Melo, – que depois de viúva tornou-se a *viscondessa de São Mateus*, – e casado com d. Maria Francisca Calmon da Silva Cabral.

O primogênito do *visconde de Nogueira da Gama* foi o dr. José Calmon Nogueira Vale da Gama, um dos fundadores do Jockey Clube do Rio de Janeiro. Uma de suas filhas, d. Francisca Calmon Nogueira da Gama veio a ser a *condessa Penamacor*, em Portugal, e outra, d. Maria Francisca Nogueira da Gama, a *baronesa de Moniz de Aragão*, na Bahia. Neto da baronesa e do *barão de Moniz de Aragão*, – dr. Egas Moniz Barreto de Aragão e Meneses, – é o dr. Pedro Calmon, escritor, jurista e historiador, membro da Academia Brasileira de Letras e um dos nossos maiores oradores da atualidade. Foi esta assim uma das mais eminentes e aristocráticas famílias resultantes da civilização fluminense do café.

Grandes latifundiários na mesma margem esquerda do Paraíba em princípios do século XIX, foram igualmente o *marquês de Lages*, João Vieira de Carvalho, português, o desembargador José Loureiro, o guarda-mor Manuel do Vale Amado e seu genro o comendador José Inácio Nogueira da Gama, irmão do *marquês de Baependi* ³⁹.

A Antônio Pereira de Sousa Barros, nascido em Valença de pais portugueses caberia o título de *barão do Engenho Novo*, por também possuir numerosos prédios neste bairro do Rio de Janeiro ⁴⁰. Manuel Pereira de Sousa Barros, igualmente valenciano, foi o *barão da Vista Alegre* ⁴¹. O capitão Gomes Pimentel que hospeda o pianista Gottschalk em sua fazenda, seria o *visconde de Pimentel*, ⁴², e ainda nascido na

39. Taunay, Afonso de E.: obr. cit.

40. Idem, I, p. 118.

41. Idem, III, p. 544.

42. Damasceno Ferreira, Luís: "História de Valença", Rio, 1925, p. 115.

fazenda Bom Jardim em Valença, foi o *barão de Araújo Maia* ⁴³.

Com todo esse halo aristocrático a testemunhar uma prodigiosa riqueza em cafezais, o nome de Valença era um dos mais respeitados no período imperial. Um símbolo do potencial econômico e cultural da serra fluminense no ciclo do café.

Cabe aqui dizer que, parte da grande fama de Valença provinha também do sucesso de fazendeiros vindos de Vassouras, mormente da zona de Sacra Família, após a fundação em 1801 da aldeia indígena valenciana por José Rodrigues da Cruz ⁴⁴.

“A mais interessante, porém, das sesmarias concedidas foi a de João Pinheiro de Sousa, genro do patriarca Inácio de Sousa Werneck, que deixando a sua fazenda em Sacra Família, foi para a margem esquerda do Paraíba fundar uma grande propriedade, desdobrada posteriormente em várias outras, e com ela ser o tronco da família dos Ipiabas que se entrelaçou com outras, como as famílias Vieira Machado, da Cunha, Antônio José Fernandes, Sales Pinheiro, Almeida Ramos, Rocha Werneck, etc.”

Matoso Maia Forte, sempre bem documentado sobre as grandes famílias vassourenses e de quem anotamos essas linhas, fala-nos da importância da grande sesmaria nos primórdios de Valença, e como refúgio humanitário para os índios, sempre bem acolhidos pelo benemérito fazendeiro.

Foi ela a fazenda de São João, onde em convívio estreito com a natureza e com aborígenes, criaram-se os seus filhos Peregrino José de América Pinheiro, 1º barão depois *visconde de Ipiabas*, com grandeza, e Inácio José de América Pinheiro, *barão de Potengi*.

43. Vasconcelos, barão de Smith Vasconcelos: “Arquivo Nobiliárquico Brasileiro”. Lausanne, 1918.

44. Sendo a fertilidade das terras de Valença bem conhecida do patriarca da grande família dos Wernecks de Vassouras, o alferes Inácio de Sousa Werneck, incumbido pelo vice-rei de auxiliar o aldeamento dos índios, levou ele a notícia aos seus parentes. “E não poucos foram os senhores de terras de Sacra Família que se adiantaram em pedi-las no sertão compreendido entre os rios Paraíba e Preto.

Entre eles, citamos os Pinheiro de Sousa, Inácio de Sousa Werneck, – filho de Manuel de Azevedo Ramos, – o alferes José de Sousa Vieira e Manuel Joaquim de Azevedo. Dos fazendeiros de Ubá, José Rodrigues da Cruz e Pereira de Almeida – barão de Ubá –, também pediram terras além do Paraíba. Dos grandes lavradores de Pau Grande, Luís Gomes Ribeiro igualmente solicitou terras para seus filhos João Gomes Ribeiro e José Ribeiro de Avelar e sua filha Luísa Inácia”. (Matoso Maia Forte: “Memória da fundação de Vassouras, nota a p. 84.

Com João Pinheiro de Sousa, nascia pois outra grande estirpe de lavradores de café, descendentes sobretudo em elevado número do abastado visconde de Ipiabas.

O filho deste, Francisco Pinheiro de Sousa Werneck, viria a ser o 2º *barão de Ipiabas* e suas filhas Ana Peregrina, Francisca Peregrina, Carolina e Maria Peregrina, tornar-se-iam respectivamente as *baronessas de Potengi, de Almeida Ramos, de Palmeiras e da Aliança* ⁴⁵.

Com tamanha abundância de grandes fortunas e de títulos honoríficos a seu redor, Valença com o seu amparo, deveria rivalizar com Vassouras como cidade. Os fazendeiros valencianos distinguiam-se, todavia dos vassourenses por um mais altivo enclausuramento em seus solares campestres. Jamais teria a pequena cidade uma elite rural com todas as suas vistas focalizadas na formação de um belo centro urbano como o da “Princesa do Café”, do qual viessem a se orgulhar.

Alguns dos seus nomes de aristocratas são, porém, até hoje venerados pelos serviços urbanos prestados à coletividade, entre eles destacando-se o do *conde de Baependi* e o do *visconde do Rio Preto*. Deste último guarda a cidade indeléveis recordações da sua passagem benfazeja.

Domingos Custódio Guimarães também viera de São João d’El Rei como o *marquês de Valença*, sendo ali um proprietário rural. Imigra, entretanto para a terra fluminense, onde atraído pelo café compra a fazenda Paraíso, próximo ao arraial de Porto da Flores, e faz dela “a jóia de Valença”.

“Na sua simples grandeza, a casa aparentava a placidez de um solar. Dentro resplandecia o luxo no estilo dos mobiliários, na pureza dos cristais e dos espelhos, nos desenhos das finas tapeçarias, na sobriedade dos damascos, nas pratarias lavradas. Galerias de quadros de valor, museu de raridades, capelas, tudo continha a fazenda do *visconde do Rio Preto*” ⁴⁶.

Todo o fausto dessa magnífica vivenda não impedia, porém, que o grande lavrador olhasse com carinho a pequena cidade embora distante do seu solar. “Dotou ele a vila de edifícios amplos, de templos, de conforto e o município de estradas. Foi um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia”.

45. Matoso Maia Forte: obr. cit., pp. 63-64.

46. Araújo Guimarães, op. cit. p. 230.

Foi ele uma das mais expressivas figuras da aristocracia fluminense do café. “Possuidor de uma brilhante inteligência, enérgico, vibrátil, impetuoso, tendo visão clara dos homens e da sociedade, esse varão de têmpera antiga compenetrava-se do seu dever de aristocrata, na proteção das classes desprotegidas. E por isso, dedicou-se em desenvolver o conforto e o bem-estar do povo valenciano.

O seu temperamento ardoroso não podia sentir obstáculos à sua frente. Sabia querer”⁴⁷. O *visconde do Rio Preto* era grande do Império.

É ele quem introduz a iluminação a gás no Brasil, importando maquinismos para a sua fazenda de Paraíso. Foi pai do 2º *barão do Rio Preto*, Domingos Custódio Guimarães Filho.

Solares não menos considerados que este, espalhavam-se, entretanto por toda a antiga área municipal de Valença, em grande parte hoje tomada pelos municípios de Santa Teresa e de Barra do Piraí. Famosos, eram entre outros: o da Independência, do *visconde de Nogueira da Gama*, o de Campos Elíseos do *barão de Ipiabas*, os de Sant’Ana, São José, Aliança e Monte Alegre do *barão do Rio Bonito* e do seu irmão o *comendador Faro*, e a fazenda Nova do *barão do Pilar*, José Pedro da Mota Saião.

Com todo esse fausto nobiliárquico, Valença era todavia, sobrepujada por Vassouras com a sua plethora de titulares. Neste grande centro cafeeiro é que iremos ver, como em nenhum outro, o enorme potencial econômico do requintado ambiente social da serra fluminense.

Mais próxima do Rio de Janeiro cujas luzes mais rapidamente recebia, e, já de longa data atravessada pelo “Caminho Novo” com o seu intenso tráfego desde o século anterior, na zona de Vassouras o povoamento antecedeu ao de Valença, com maior mistura do sangue fluminense da baixada unido ao mineiro. Alta foi também ali a percentagem de elementos portugueses. Todos esses fatores parecem ter condicionado em Vassouras um meio social excepcionalmente indicado por seu dinamismo, para um desenvolvimento cultural extraordinário.

Um grupo de invulgares atributos progressistas ali aparece. A julgá-lo pelo crivo da época, isto é, pelo grande número de

47. Idem, pp. 220-221.

“barões do café”, coloca-se Vassouras em primeiro lugar entre os municípios serranos por seu potencial agrícola e por sua formidável ascensão cultural.

Entre os seus grandes dirigentes até hoje venerados, à primeira vista sobressai na sua brilhante aristocracia agrária, a magnífica figura do *barão de Vassouras*, grande do Império.

Como o *visconde de Ipiabas* e o *marquês de Valença*, também ele viera da comarca do Rio das Mortes, em Minas Gerais, onde nascera em Conceição da Barra.

Foram ali seus antepassados o sargento-mor José Leite Ribeiro e Francisco José Teixeira, ambos emigrantes de Portugal em meados do século XVIII, e associados na mineração aurífera ⁴⁸. Um dos filhos do sargento-mor seria Custódio Ferreira Leite, o *barão de Aiuruoca*, esplêndida figura de gentil-homem rural que já vimos tão fundamentalmente ligado às origens de Barra Mansa.

Poucas famílias iriam dever tanto à serra fluminense em sua evolução cafeeira no passado século, do que aos descendentes de José Leite Ribeiro. Por prova basta uma simples enumeração de alguns titulares entre os seus mais eminentes netos e bisnetos. É toda uma estirpe de homens notáveis, em sua maioria selecionados pelo trabalho nos cafezais:

Barão de Aiuruoca: Custódio Ferreira Leite.

Visconde de Araxá: Domiciano Leite Ribeiro, escritor de estilo ameno e apreciado.

Barão de Itamarandiba: Joaquim Vidal Leite Ribeiro.

Barão do Amparo: Joaquim Gomes Leite de Carvalho.

Barão do Rio Negro: Manuel Gomes de Carvalho.

Visconde de Barra Mansa: João Gomes de Carvalho.

Barão de Guaxupé: Manuel Joaquim Ribeiro do Vale.

Barão de Vidal: Luís Vidal Leite Ribeiro.

Barão de Ribeiro de Almeida: Joaquim Leite Ribeiro de Almeida.

Barão de Santa Margarida: Fernando Vidal Leite Ribeiro ⁴⁹.

48. Taunay, Afonso de E.: “Uma irmandade de grande cafezistas e civilizadores. – Os Teixeira Leite”. O *Jornal*, ed. comem. do bicent. do café, 7ª seção, pp. 1 e 2.

49. Filho do barão de Itamarandiba (“An. Geneal. Bras.”, III, 350).

Alguns destes nomes já foram destacados, ao passarmos por Barra Mansa, e outros descendentes do sargento-mor veremos ainda entre os titulares de Vassouras.

Da união entre as famílias de José Leite Ribeiro e Francisco José Teixeira é que procedem os Teixeira Leite. Dos numerosos filhos Teixeira, o seu homônimo que viria a ser o *barão de Itambé*, ao casar em 13 de setembro de 1802 com a filha do sargento-mor, d. Francisca Bernardina do Sacramento Leite, fundava o tronco de uma grande estirpe de ilustres fluminenses⁵⁰.

Como um grande número de mineiros nos primeiros tempos da expansão dos cafezais na serra, “os Leites se afazendaram em Barra Mansa, Conservatória, Valença, Santa Teresa e Vassouras, como na Mata mineira”. Nada menos de sete filhos dos *barões de Itambé* emigram, a fim de se tornarem cafezistas.

Para isto lhes serve a rude educação rural que o pai lhes dera. “Nascidos na lavoura, praticaram o comércio das tropas e acabaram fazendeiros de café”⁵¹.

Em 1827 já vamos encontrar um terceiro Francisco José, – que se tornaria o mais famoso dos Teixeira Leite, – plantando cafezais entre as florestas de Vassouras. Em breve, tanto os irmãos e cunhados como o velho pai vão ter com ele. E todo esse voluntarioso clã, em estreita comunhão de vistas e de interesses, vai se tornar uma das mais eficientes alavancas progressistas não só de Vassouras, como de toda a parte ocidental da serra.

Não pormenorizaremos sobre a enorme função dessa família na fundação da cidade e no seu governo, na construção da matriz e na benemerência de contínuos donativos para obras públicas, cujo exemplo contagiaria toda a aristocracia do café de Vassouras, tornando-a a cidade fluminense mais carinhosamente auxiliada pelo prestígio financeiro de toda uma rica elite de senhores rurais.

O que a nosso ver definitivamente liga essa família à evolução social e econômica brasileira foi a construção da Estrada de Ferro Pedro II, hoje a Central do Brasil.

Com as suas grandes fortunas adquiridas com o café, adicionadas aos milhares de contos deixados pelo barão de Itambé, os irmãos Teixeira Leite idealizam, patrocinam e custeiam os es-

50. Taunay, Afonso de Escragnoille art. cit.

51. Idem.

todos iniciais da nossa maior via férrea, cujo valor pode-se hoje avaliar pelo tráfego entre Minas e São Paulo e Rio de Janeiro ⁵².

Ao traçarmos a evolução de Barra do Piraí e de Vassouras, vimos o que foi a sua iniciativa e a sua luta contra os Faro por um traçado em que estes foram vencedores. Alguns novos dados agora adicionados, auxiliam-nos a melhor compreender a vigorosa fibra daqueles fazendeiros.

Dominados inteiramente pela idéia da construção da estrada, fazem vir dois engenheiros, “os irmãos Waring, que à sua custa fazem um reconhecimento da corte até a margem do Paraíba”.

Como de supor, o interesse dos Teixeira Leite e de todos os senhores rurais convizinhos seus, era de que a via férrea passasse por Vassouras. Motivos técnicos desviaram-na, porém, para Barra do Piraí.

Sacrificara-se a “princesa do café”. Ruíram as suas mais cobiçadas esperanças. Mas o chamado “movimento de Vassouras”, agitado pelos Teixeira Leite e com todo o apoio de “parentes cheios de relações prestigiosas, ocupando altas posições no comércio comissário e bancário, ou na grande lavoura cafeeira”, e aliados pelo parentesco a grandes personalidades de destaque, deixou-nos como eterna dádiva da sua eficiência progressista, a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Um membro ainda desse eminente clã rural, o *comendador Antônio Carlos Teixeira Leite* seria um dos fundadores da Es-

52. Pertinazmente pelejaram pela realização do seu projeto. Eram sete irmãos sobremodo unidos todos eles, dispondo de fortunas que naquele tempo se tinham como notáveis e cujo anúncio de cifras faria hoje sorrir – José Eugênio, Francisco José, Carlos, Antônio Carlos e Custódio, corpo e alma devotados ao tentame civilizador, impacientes pelo momento em que veriam a primeira locomotiva a correr ao longo do Paraíba, ligando a capital do país às capitais paulista e mineira e vivificando enormes tratos de terra fértil. Muito auxiliou aos Teixeira Leite, igualmente devotado à mesma obra, o doutor Caetano Furquim de Almeida, seu parente afim, como genro que era do barão de Vassouras, homem de viva inteligência e grandemente influente nos círculos financeiros da época, espírito culto e atilado...

“O visconde de Itaboraí era também incrédulo. A melhor cabeça do ministério, em 1852, estava paralisada pela descrença dele, que julgava a estrada de ferro uma utopia e com relutância cedia à pressão, primeiro dos Teixeira Leite, depois da opinião pública.

Foram os Teixeira Leite que deram maior impulso à opinião para reclamar a lei de 26 de junho de 1852, que autorizou a garantia de juros de cinco por cento aos capitalistas, para uma estrada de ferro partindo da corte, bifurcando-se além da serra, dirigindo um braço para Minas, outro para São Paulo. Eram uma família rica, influente, considerada e seus créditos concorreram para facilitar”. (Cristiano Otoni, cf. Taunay, art. cit.).

trada de Ferro Leopoldina. O mais ilustre representante da grande família foi, entretanto, Francisco José Teixeira Leite, o *barão de Vassouras*⁵³. Uma de suas filhas, d. Cristina Teixeira Leite, casou-se com o *visconde de Taunay*, grande do Império, escritor dos mais ilustres da literatura brasileira, consagrado autor de “Inocência”, da “Retirada da Laguna” e de numerosas outras obras⁵⁴.

Não conseguindo ver o seu projeto vitorioso, ainda pôde, entretanto, o *barão de Vassouras* estender os trilhos de uma linha entre a sua cidade e a Estrada de Ferro Pedro II, na margem do Paraíba. Neste ponto foi que a Central do Brasil, ao construir o ramal de Vassouras entre Governador Portela e Juparanã, homenageou com a estação de Barão de Vassouras o seu eminente fundador.

Não são, entretanto, os Teixeira Leite os únicos a contribuir para o renome de Vassouras, mas sim todos os titulares vassourenses. Foram todos os seus fazendeiros, irmanados para tornar a cidade a “princesa do café”. O apego a essa gleba que desbravaram é que faz com que procurem sempre elevá-la às culminâncias das possibilidades culturais da sua época. É isso o que distingue Vassouras. O permanente zelo de toda a sua numerosa aristocracia agrária pela cidade.

Repetir os nomes dos Almeida, dos Werneck, dos Furquim, dos Correia e Castro, dos Gomes Ribeiro e dos Avelar, é com eles evocar toda a história de Vassouras no ciclo do café. Enumerar apenas os de maior realce, é retornar aos fastígios da sua

53. Varonil padrão dessa mentalidade agrária, rústica no original, mas por si mesma capaz de evoluir aos cimos da cultura foi esse aristocrata rural. E ninguém mais apto a nos revelar a sua ascensão com sinceridade do que o seu próprio neto, e eminente historiador Afonso d'Escragnolle Taunay, o qual a ele se refere com estas palavras: “Representante legítimo do nosso velho espírito patriarcal, se a instrução de sua rude mocidade, contemporânea do rude Brasil joanino, lhe fora deficiente, era-lhe esta inferioridade compensada, e de mais largo modo, pelas opulências do tato e do critério, da moderação, da inteligência e do patriotismo”.

54. O visconde de Taunay, dr. Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, era filho do barão de Taunay, Félix Emílio Taunay e da baronesa do mesmo título, dona Gabriela Hermínia de Robert d'Escragnolle, e neto paterno de Nicolau Antônio Taunay, membro do Instituto de França e da missão francesa mandada vir por d. João VI. Ao regressar este à França em 1821, deixou em seu lugar como professor da Escola de Belas-Artes de que fora um dos fundadores, seu filho Félix, futuro barão de Taunay e diretor da mesma escola. Brilhante oficial, homem de letras e político, foi o visconde de Taunay um dos mais eminentes vultos brasileiros do Império e dos fins do passado século. (Vide: “Trechos de minha vida”, São Paulo, 1922, e “Anuário Genealógico Brasileiro, III, pp. 465-468).

grandeza econômica, é seguir toda a evolução da qual foram condutores, transportando uma brilhante civilização para as selvas serranas.

Um dos mais antigos povoadores desta zona foi José Rodrigues da Cruz, o amigo dos índios e fundador de Valença, o qual desfazendo-se da sua parte na fazenda do Pau Grande, estabeleceu-se em Ubá, posteriormente adquirida por seu sobrinho o *comendador João Rodrigues Pereira da Cruz*, homem de “estudos e de sociedade” segundo Ribeyrolles e que pelos “serviços prestados à nação” foi pelo primeiro imperador elevado a *barão de Ubá* ⁵⁵. É a ele que tanto louva Saint-Hilaire, pela hospedagem recebida em sua fazenda onde coleciona ampla messe de espécimes botânicos e pela primeira vez entra em contato com os índios Coroados ⁵⁶.

Era bem antiga, por conseguinte, essa nobreza vassourense, com as suas raízes no Primeiro Reinado.

Quando se funda a vila de Pati de Alferes em 1832, já também ali se encontram presentes os futuros *barões de Campo Belo, de Palmeiras, de Pati, de Guaribu* e o 2º *barão e visconde de Ubá*, moços lavradores, todos eles derrubadores de florestas e semeadores de cafezais ⁵⁷.

Laureano Correia e Castro, que seria o *barão de Campo Belo*, já é o laborioso proprietário das fazendas de São Gonçalo e do Secretário. Seu irmão Pedro Correia e Castro, dono de Santo Antônio, e futuro *barão de Tinguá*, com grandeza, e o *comendador Antônio Batista Correia e Castro*, do Secretário Grande também viriam ser grandes cafezistas, possuidores de esplêndidos palacetes luxuosamente sustentados com a produção das suas lavouras.

Logo nos primeiros dias de Vassouras ao ser criada a Guarda Nacional, em 1834, para seu comandante é escolhido Laureano Correia e Castro, o qual despense com a sua organização a quantia de 70 contos, vultosa para a época ⁵⁸.

55. Ribeyrolles, Charles: obr. cit., pp. 201-202.

56. Saint-Hilaire, Augusto: “Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e de Minas”, trad. de Clado Ribeiro de Lessa, São Paulo, 1938, vol. I, cap. II.

57. Matoso Maia Forte: obr. cit., p. 39.

58. Raposo, Inácio: “História de Vassouras”. Vassouras, 1935, p. 30.



Relógio que pertenceu ao conde de S. Clemente
(Col. do Museu Imperial)

O *barão de Tinguá* funda a Santa Casa de Misericórdia, mantendo-a com uma grande doação anual, “apesar da situação embaraçosa em que se viu na última e triste fase da vida”. O *comendador Correia e Castro* dá um patrimônio de 40 contos para a matriz.

À frente de todos os grandes empreendimentos de Vassouras estavam sempre os Correia e Castro, arrastando com o seu prestígio os grandes nomes do município. “Palácios, asilos, viadutos, chafarizes, estradas eram construídas graças à iniciativa e apoio financeiro desses grandes proprietários”⁵⁹.

Uma completa enfermaria é instalada na Santa Casa pelo *barão de Campo Belo*. É ele um dos maiores expoentes da fidalguia rural de Vassouras. A sua residência é a famosa fazenda do Secretário, uma das mais antigas da serra, que vimos fundada em 1703 em plena floresta, pelo secretário do governador do Rio de Janeiro.

O prédio, que ainda existe, foi construído por Laureano Correia e Castro, um pouco antes dos meados do século XIX. Ali é que o surpreende Ribeyrolles como um verdadeiro grão senhor rural: “Trabalhador infatigável, mourejando desde o romper da alvorada, há quarenta anos que ele está, como seus negros jungidos ao cativoiro”.

Mas não obstante a sua incessante operosidade em rude faina agrícola é ele o cavalheiro que sabe receber, encantando os visitantes do palacete com a mais hospitaleira cordialidade.

Ao aproximar-se do Secretário, Ribeyrolles presente as Tulherias. Nada menos que a residência dos reis de França. Mas a recepção protocolar que espera transforma-se na mais afetuosa das acolhidas.

“Tendes à vista essa soberba habitação, surgida há quinze anos da terra virgem, agora toda florescente...” Ao lado da sua cascata e em meio aos “seus tabuleiros de relva, seus outeiros longínquos carregados de cafezais”, nada tem esse grande solar da hereditária rigidez aristocrática das velhas mansões dos nobres europeus. “Não é um palácio trissecular repleto de armaduras e lendas. É uma granja moderna, hoje abastada e que um homem, um único homem construiu em vinte anos de trabalho”.

⁵⁹. Araújo Guimarães: obr. cit., p. 216.

O *barão de Campo Belo*, eis em pessoa o seu primeiro Montmorency. E ele não o nega.

O que ele imita da cortesia dos antigos senhores feudais é a maneira simples e franca, é o culto da hospitalidade; visitantes e passantes ali têm casa e mesa generosa, inteira liberdade de hóspede. Lá não achei o sombrio castelo do meu sonho.

Coisa estranha: em Londres, em meio a três milhões de homens, Chateaubriand, proscrito, teve fome. Neste país, deserto imenso, num recanto desses bosques, humilde viajor, podereis entrar. A fazenda se abrirá para o pão e para o teto. Onde estão os verdadeiros civilizados? ⁶⁰.

A fina hospedagem que tanto admira o requintado francês, e causava espanto aos estrangeiros em visita aos solares serranos, era geral e obrigatória em toda essa aristocracia agrária do café.

No mesmo Secretário, o filho e herdeiro do *barão de Campo Belo*, o dr. Cristóvão Correia e Castro, “para receber por alguns dias o conde d’Eu, despendeu 40:000\$000, fazendo de seus terreiros de café esplendorosos jardins suspensos”. E o barão de Tinguá, mantinha em sua fazenda de Santo Antônio, que herdara dos pais, uma baixela de fina porcelana marcada com as armas imperiais, para condignamente receber o imperador ⁶¹.

Era desse modo, em nababescas demonstrações de gratidão que os fazendeiros aristocratas se preparavam para uma simples visita da família imperial. As grandes fortunas acumuladas com os generosos grãos vermelhos eram para os principescos desperdícios, para as suntuosas dissipações. A prodigalidade era o mais orgulhoso dos seus atributos, em poucas zonas tão visivelmente exposta como no da opulenta aristocracia rural de Vassouras, tão rica de poderosos clãs de fidalgos.

Uma das mais afortunadas dessas famílias foi a dos Wernecks, de numerosíssima descendência, por seu entrelaçamento com quase todos os grandes troncos vassourenses.

Mais um mineiro nascido na freguesia de N. S. da Piedade da Borda do Campo, Inácio de Sousa Werneck, fora o seu ini-

60. Ribeyrolles, Carlos: “Brasil Pitoresco”, trad. de Gastão Penalva, São Paulo, 1941, vol. I pp. 191-192.

61. Araújo Guimarães: obr. cit. p. 218.

ciador como já vimos ao falarmos desse patriarca no aldeamento dos índios de Valença, e o seu nome já foi escrito com a apresentação de vários titulares da aristocracia valenciana ⁶².

Os Sousa Werneck, os Santos Werneck, os Lacerda Werneck, os Chagas Werneck e os Rocha Werneck, são todos ramos do patriarca, possuidor de um imenso latifúndio no município de Vassouras, hoje dividido em numerosos sítios ⁶³.

Com a morte da esposa em 1811, retorna ele a Minas Gerais onde conclui o curso eclesiástico ali iniciado antes da sua vinda para o vale do Paraíba. “Em 1814 era presbítero e rezou a primeira missa na capela da sua fazenda, com assistência de seus filhos, genros, noras e netos e dos fazendeiros e famílias das vizinhanças” ⁶⁴.

Somente entre os varões, netos e bisnetos do patriarca, iremos encontrar os seguintes titulares:

Barão de Werneck: José Quirino da Rocha Werneck.

2º barão de Palmeiras: João Quirino da Rocha Werneck.

Barão de Bemposta: Inácio Barbosa dos Santos Werneck.

2º barão de Ipiabas: Francisco Pinheiro de Sousa Werneck.

2º barão de Pati do Alferes, com grandeza: Francisco Peixoto de Lacerda Werneck ⁶⁵.

Entre as suas netas, além das já mencionadas na aristocracia de Valença, anotaremos a *viscondessa de Queluz* e a *baronesa de Pati do Alferes*. Uma sua bisneta desposou o *visconde de Arcozelo*, português e grande fazendeiro em Vassouras, dono do solar de Monte Alegre, hoje transformado em hotel de veraneio,

62. O sargento-mor Inácio de Sousa Werneck, era filho de Manuel de Azevedo Matos, natural da freguesia da Piedade, na ilha do Pico, e de dona Antônia Ribeira do Pilar Werneck, do Recôncavo do Rio de Janeiro, filha de João Werneck falecido em Pilar de Iguazu, antes de 1722. (An. Geneal. Bras., vol. IV, p. 127).

63. Um dos membros dessa grande estirpe de cafezistas, José Pinheiro de Sousa Werneck, emigrou de Valença para Muqui, no estado do Espírito Santo, onde fundou Santa Teresa do Sumidouro, no alto rio Muqui. Era um grande fazendeiro de café e sua vasta casa grande celebrou-se por festas que duravam 15 dias. As suas fazendas da Província e Alpes foram transferidas a outros colonos por ele atraídos de Valença. Sumidouro deu origem a várias localidades: Macedônia, Progresso e Fortaleza, cujo proprietário, Antônio de Almeida Ramos; por sua vez emigrou para Conservatória, em Valença. (Informações da Prefeitura de Muqui).

64. Matoso Maia Forte: obr. cit., p. 63.

65. O 1º barão de Pati do Alferes foi o marquês de Jacarepaguá e visconde de Lorena. (An. Geneal. Bras., III, 90).

que a propaganda erroneamente dá como antiga residência do *barão de Javari*.

Bem mais sensacional é, porém, o que se constata com outra notável família de agricultores, a dos Avelar, a qual uniu-se a dos Ribeiro Gomes. Nela tivemos nada menos de nove membros de uma só estirpe, subindo pelo cultivo da terra os degraus hierárquicos da aristocracia imperial ⁶⁶.

São os seguintes os títulos onde o nome Avelar acusa os seus eugênicos atributos como plantadores de café na terra fluminense:

Visconde de Paraíba, com grandeza: João Gomes de Avelar.

Barão de Guaribu: Cláudio Gomes Ribeiro de Avelar.

1º barão de São Luís: Paulo Gomes Ribeiro de Avelar.

1º barão de Capivari: Joaquim Ribeiro de Avelar.

Visconde de Ubá, com grandeza: Joaquim Ribeiro de Avelar.

Barão de Massambará: Marcelino de Avelar e Almeida.

Barão do Ribeirão: José de Avelar e Almeida.

Barão de Avelar e Almeida: Laurindo de Avelar e Almeida.

Visconde de Cananéia: Bernardino Rodrigues de Avelar.

Da família Avelar eram ainda a *2ª baronesa de Alferes*, a *baronesa de Pati do Alferes*, a *baronesa de Werneck* e a *baronesa de Muritiba*.

Aos que negam o valor dos atributos étnicos familiares, na formação das elites dirigentes em cada grupo humano, selecionadas pela adaptação ao meio físico, o caso destas famílias apresenta argumentos de perplexidade. O que se poderá dele dizer com menos afastamento da realidade, é que os seus caracteres positivos, transmitidos com a linhagem, somente puderam se mani-

66. Entre as numerosas sesmarias e fazendas da zona de Vassouras cujo desbravamento fez aparecer um tão notável escol de lavradores, citaremos as seguintes, respigadas no folheto de Matoso Maia Forte: a das Cruzes ou do chanceler França, imenso território subdividido em numerosas fazendas, a do Pau Grande, as de Cachoeira de Mato Dentro e Ribeirão Alegre, do barão do Ribeirão, as de Serra Grande, Secretário, Santo Antônio, Secretário Grande, Estiva, Cachoeira, a sesmaria dos Pais Leme que "se estendia de Belém à serra de Santana e pelos vales do Sant'ana e do S. Pedro", as fazendas de Guaribu, Boa União, Boa Sorte, Glória, dos Avelar, a do Saco dos Werneck, as de Samambaia, S. Joaquim, Estação e Boa Esperança ainda dos Avelar, Piedade, berço dos Lacerda Werneck, Conceição e Santana das Palmeiras, Mato Grosso e Monte Líbano e Monte Alegre do barão de Pati, a de Manga Larga, Cavuru, a de Pindobas, de onde procedem os Chagas Werneck. Parte da sesmaria das Cruzes veio pertencer à condessa da Piedade. O seu primitivo sesmeiro fora o dr. Miguel Ângelo Fagundes França, tio-avô do poeta Fagundes Varela. Parte da sesmaria dos Pais Leme pertencia ao marquês de Quixeramobim, Pedro Dias Pais Leme.



Fazenda do Arcozelo (Pati do Alferes)

festar com toda a pujança, quando esses encontraram um meio capaz de ativamente os revelar.

Este meio foi o cafezal. O que se deu com os Avelar e com as demais estirpes já mencionadas da nossa nobreza rural do café, e o que ainda veremos com a seletiva elevação de outras famílias, são exemplos próprios a ventilarem problemas étnicos hoje vivamente discutidos.

Milhares de pioneiros subiram a serra, atraídos pelo café. Milhares de fazendas retangularam-se pelas florestas sobre um solo uniformemente fértil e a oferecer aos invasores idênticas possibilidades de cultura. Inúmeros foram entretanto, os nomes de primitivos donos de fazendas e sesmarias que desapareceram, e embora fosse grande o número de titulares, numa época em que a nobilitação era a recompensa aos lavradores mais eficientes, *poucos foram na realidade os troncos familiares, dessas dezenas de nobres que subiam da lavoura.*

É este o fenômeno que de um modo geral presenciemos em toda a província do Rio de Janeiro, sobretudo na zona serrana, de mais bruscas repercussões sociais que na baixada litorânea com as suas sedimenções de senhores de engenho, centenariamente selecionados no trabalho dos canaviais.

Na breve corrida para o domínio da serra é que melhor se nota como as estirpes mais ricas em atributos de mando e em aptidões realizadoras, sobressaem na dianteira das demais pelo alcance nobiliárquico do poder.

É isto o que sempre veremos, com exclusão de alguns casos excepcionais de aristocratas isolados.

Alguns desses titulares, mesmo alheios a uma permanente vida palaciana, adquirem grande prestígio com a amizade do imperador, como o *barão de Águas Claras*, o dr. Guilherme Augusto de Sousa Leite, o qual, em 1887, durante um mês hospedou em sua fazenda de Águas Claras, em São José do Rio Preto, dom Pedro II ⁶⁷.

Incontáveis foram os atos humanitários praticados pelos grandes senhores do café, sobretudo em Vassouras onde alguns já foram apontados. O maior exemplo desse humanitarismo estava reservado ao *barão de Cananéia*.

67. Moya, Salvador de: obr, cit., IV. 31.

A febre amarela, tida como doença epidêmica litorânea mas que não atingiu Campos com virulência, num meio de condições de salubridade muito inferiores, explode violentamente em Vassouras em 1880, caracterizando-se por uma terrível mortandade. Os que podem, fogem. O terror domina a população inteira. É então que, abandonando o conforto e a segurança do seu pomposo solar rural, abnegadamente sacrifica-se o *barão de Cananéia*, prestando socorros à coletividade.

Em 1881, a epidemia retorna com a mesma intensidade sobre a cidade ainda convalescente e, o mesmo ilustre vassourense vai de novo enfrentá-la com a sua filantropia comovente. “De porta em porta, distribuindo roupas, medicamentos, dinheiro e quanto fosse necessários aos deserdados da fortuna que, atacados da enfermidade terrível, só podiam em Deus depositar confiança”, lá ia ele.

“Quando todos fugiam dos seus lares, quando muitos abandonavam por covardia entes que lhes eram caros, quando a enfermidade crescia e a morte com ele se deliciava, lá ia ele sereno e forte, como um verdadeiro emissário da luz, percorrendo os casebres, visitando todos os amareletos com o sorriso dos justos que conforta, com os olhos cheios de doçura e piedade, com o coração repleto de bem-aventurança em Cristo”⁶⁸.

No terceiro surto de febre amarela, em 1889, mais uma vez o já então *visconde de Cananéia*, com a mesma renúncia vai dedicar-se aos infelizes, na mais digna das apresentações do espírito dessa aristocracia rural que, nesse mesmo ano se extinguiu com a República.

Era esta a mais fulgurante cintilação da alma vassourense, singularizada em Bernardino Rodrigues de Avelar.

Vassouras não era somente a mais requintada cidade serrana com a sua elite aristocrática, com as suas conferências dos príncipes da nossa literatura, com os seus famosos educandários, as suas modistas francesas, as suas festas e bailes tanto nos salões urbanos, como nos solares rurais onde Inácio Raposo avalia “o amor que se desenvolveu em todo o município pela arte de bem-vestir”, pelo “tamanho e qualidade dos espelhos que ainda hoje brilham nas fazendas”. Não é somente a Vassouras apaixonada

68. Raposo, Inácio: obr. cit., pp. 213-214.

pelo teatro e pela boa música, um dia atraindo a famosa Candiani – a cantora que deslumbrava o Rio de Janeiro, a qual com todo o seu elenco musical e artístico de centenas de figurantes a cavalo sobe à cidade para cinco récitas, demorando-se, porém ali três meses com grande escândalo dos cariocas, isto era fins de 1854 e princípios de 1855, quando Vassouras contava apenas 21 anos de vida.

A predileta da aristocracia rural tem como penhor maior da simpatia dos pósteros o iluminado espírito dos seus “barões da caridade”, como os denominava o povo agradecido.

Intimamente aparentados com toda aquela nobreza vassourense eram vários titulares de Paraíba do Sul.

Francisco Quirino da Rocha fora elevado a *barão de Palmeiras*, com grandeza. Seu filho, João Quirino da Rocha Werneck, o 2º *barão de Palmeiras*, habitava um palacete célebre, o Quirinal.

“Em Boa Vista, depois Avelar, e depois novamente Boa Vista, avultava o *visconde de Paraíba*, benemérito que foi um criador de felicidade em seu rincão, e cujo palácio suntuoso abrigou d. Pedro II”⁶⁹. Hilário Joaquim de Andrade, *barão de Piabanha*, era um grande fazendeiro de café e de cana, com a sua residência rodeada de jardins, que montou à sua custa um hospital no Rio, em 1885, por ocasião da epidemia de cólera⁷⁰. Não menos opulentos em Paraíba do Sul eram o *barão de São Roque*, Antônio Moreira de Castilho, o *barão de Ribeiro de Sá*, Miguel Ribeiro de Sá, que mandou projetar a futura cidade de Entre Rios, o *barão de São Carlos*, Carlos Pereira Nunes, o *barão do Rio do Ouro*, Braz Pereira Nunes, o *barão de Santo Antônio*, Antônio Pinto de Oliveira e o *visconde de Ibituruna*, com grandeza, dr. João Batista dos Santos, dono da fazenda Monte Cristo, e genro do 1º *barão de Santa Justa*.

Os Barbosas e Pereiras deram nesta zona o *barão de Entre Rios*, Antônio Barbosa Pereira, pai do 2º *barão e visconde de Entre Rios*, de nome idêntico ao do progenitor, e da *condessa do Rio Novo*, dona Marina Claudina Barbosa Pereira de Carvalho, agraciada com esse título após a morte de seu marido

69. Grieco, Agripino: “Paraíba do Sul do fastígio agrícola à estagnação dos burocratas”. O *Jornal*, ed. comem. do bicent. do café, 2ª seção, p. 7.

70. Vasconcelos, barão de; e Smith Vasconcelos, barão de: obr. cit., p. 352.

José Antônio Barroso de Carvalho, *visconde do Rio Novo*, benemérita doadora da sua fazenda Cantagalo onde já nascia a futura Entre Rios, à Casa de Caridade de Paraíba do Sul.

Figura enérgica de mulher foi a *baronesa de Santa Justa* “dona das maiores lavouras de café do tempo, gostando de vestir-se de homem e de assim andar a cavalo, correndo as várias fazendas, qual amazona bárbara...”⁷¹.

Quase toda essa nobreza morava em soberbos edifícios rurais “que davam em seu interior uma impressão de luxo e de grandeza, pelos reflexos dos grandes espelhos *bisautés*, dos cristais venezianos, das baixelas de prata e ouro, pelas finas tapeçarias orientais e francesas e pelos móveis de jacarandá lavrado ou de gosto puramente inglês, que impressionavam os próprios europeus... Todo o conforto que a indústria e o gênio europeus produziam, vinha ter ao interior fluminense”⁷².

Pau Grande, a velhíssima fazenda da serra, onde já em 1750 achavam-se “estabelecidos com bastantes lavouras” Manuel e Francisco Gomes Ribeiro, juntamente com Antônio da Costa Araújo⁷³, celebrizou-se como um dos núcleos serranos de maior irradiação de titulares. De Pau Grande é que com a união dos Gomes Ribeiro aos Avelar, saíra como vimos, uma notável descendência de barões.

Primitivamente uma fazenda de cana, acabaria também como as outras, dominada pelo dilúvio do café, cujas plantações já Saint-Hilaire observara.

Vira ele ainda o seu grande engenho de açúcar, o maior contemplado no Brasil depois da fábrica do Colégio em Campos e descreve-nos a sua casa grande como “um edifício imenso, rodeado de vastas senzalas. Todavia, Pau Grande lembra menos o aspecto dos nossos castelos que o de um mosteiro. A casa do proprietário tem um andar além do rez do chão; apresenta 16 janelas de frente ornadas de balcões de ferro, de fabrico europeu, e, no meio do edifício uma grande capela ao mesmo nível que ele

71. Grieco, Agripino: art. cit.

72. Araújo Guimarães: obr. cit.

73. Taunay, Afonso de E.: “Antigo documentário cafeeiro”. *Jornal do Comércio*.

mas cujo teto é totalmente distinto. O outro lado do edifício, que encosta num morro, tem duas alas entre as quais há um estreito pátio”⁷⁴.

Data essa construção, até hoje conservada, dos anos de 1797 e 1810, edificada segundo Taunay por Luís Gomes Ribeiro de Avelar, sendo então “assolarada numa das maiores casas grandes da capitania fluminense”⁷⁵.

Pau Grande foi, conforme o ilustre historiador, “o núcleo inicial e principal da cafeicultura da época”, concentrando “em suas redondezas a importância agrícola da região”.

Solares havia, como o de Cantagalo, pomposo edifício em meio a um parque magnífico. Em Cebolas, ficavam os domínios dos Martinho de Campos, e em Bemposta o dos Miranda Jordão. Os Passos, Bezerra Monteiro, Barros Franco, são nomes de prole entre os fazendeiros de Paraíba do Sul.

Figura histórica venerável foi em Cebolas outra dona Mariana Barbosa, amiga de Tiradentes, a qual fizera piedosamente enterrar o braço do mártir, pendurado a um poste em frente à sua fazenda⁷⁶.

Petrópolis e Teresópolis, não sendo municípios cafeeiros, por motivos climáticos, não tiveram propriamente uma nobreza de elementos locais, o que mais uma vez patenteia a ligação entre a aristocracia brasileira e o cultivo da terra. O *barão de Teresópolis*, o dr. Francisco Ferreira de Abreu era gaúcho. Mas o *barão de Petrópolis*, com grandeza, Manuel Valadão Pimentel, nascido em Macacu na Baixada Fluminense, entroncava-se entretanto, aos pioneiros de café de São João Marcos, deste modo pertencendo a uma linhagem de cafezistas.

Passando agora à zona dos “Sertões de Leste”, a maior da velha província em extensão de cafezais no passado século, veremos que dela surgiram alguns dos mais poderosos elementos da aristocracia imperial.

Tão grande se tornara a fama de Cantagalo, desde o século XVIII, com a miragem das suas minas de ouro que o primeiro possuidor do cobiçado título nobiliárquico regional, foi João Maria

74. Saint-Hilaire, Augusto de: obr. cit. p. 38.

75. Taunay, Afonso de: art. cit.

76. Grieco, Agripino: art. cit.

da Gama Freitas Berquó, sucessivamente *barão*, *visconde* e *marquês de Cantagalo*, sem vínculos na terra cantagalense.

Com a expansão dos cafezais, começa porém, logo a despontar uma nobreza rural da própria gleba que tanto amavam, e que faziam progredir com o seu trabalho pertinaz. Assim foi que, o 2º *barão de Cantagalo*, Augusto de Sousa Brandão, tivera por berço a própria cidade. Do mesmo sangue era Luís de Sousa Brandão, elevado a *barão de Porto Novo*⁷⁷. Da mesma família deve ter sido o *barão de Aparecida*, José de Sousa Brandão⁷⁸.

O 1º *barão do Carmo* foi Manuel Ferreira Pinto, mineiro de Ouro Preto emigrado para os “Sertões de Leste” e o 2º *barão do Carmo*, José da Silva Figueiredo. Acácio Ferreira Dias menciona ainda Joaquim Batista Laper como *barão do Carmo*, devendo este ser o terceiro do mesmo título⁷⁹.

As famílias Pinheiro e Silva Freire dariam também titulares que adicionariam às suas fortunas do café uma cultura sólida e refinada. Foram eles Joaquim Luís Pinheiro, *barão do Paqueta* e posteriormente *visconde de Pinheiro* com grandeza, seu filho José de Aquino Pinheiro, *barão de Aquino*, José Antônio da Silva Freire, *barão do Dourado*, e Manuel Joaquim da Silva Freire, *barão de Santa Maria Madalena*.

Fazendeiros de café neste município foram ainda o *barão de Macabus*, Antônio Machado Botelho Sobrinho e o *barão de Rimes*, Manuel Antônio Cláudio Rimes, o primeiro nascido em Madalena e o segundo em Cantagalo.

Outra importante família nos “Sertões de Leste” é a dos Moraes que, com José Antônio de Moraes nos deu o *visconde do Imbê*, com João Antônio de Moraes o 1º *barão das Duas Barras* e com Elias Antônio de Moraes o 2º *barão das Duas Barras*. Este último, fazendeiro e humanitário médico saudosamente lembrado em Cantagalo, há cerca de vinte anos veio a falecer quase nonagenário, com o glorioso título de “Homem sem par”, conferido pelos próprios conterrâneos⁸⁰.

77. Vasconcelos, barão de, Smith e Vasconcelos, barão de: “Arquivo Nobiliárquico Brasileiro”, Lausanne, 1918, p. 37.

78. Moya, Salvador de: obr. cit., vol. I, p. 71.

79. Ferreira Dias, Acácio: obr. cit., p. 334.

80. Idem, p. 370.

Na terceira geração desta família distinguiu-se o dr. Trajano de Moraes que levou a Estrada de Ferro Conde de Araruama ao alto da serra, tendo o seu nome substituído o do município de São Francisco de Paula.

Tão grande seria a lista de advogados, parlamentares, médicos, engenheiros, militares e publicistas de nomeada nascidos em Cantagalo, que demasiado longa se tornaria a sua citação. Baste-nos mencionar apenas o do grande jornalista José Carlos Rodrigues, e do cirurgião dr. Chapot-Prevost, célebre pela sua operação de xifópagas, e no ápice da literatura brasileira, Euclides da Cunha, que nasceu na fazenda de Santa Rita do Rio Negro.

O que importa no momento dizer é que, toda essa aristocracia cantagalense prende-se estreitamente a famílias vinculadas à terra pelo cultivo do café.

Direta ou indiretamente impulsionada por esta lavoura é que veio a se processar toda a evolução dos “Sertões de Leste” em todos os seus aspectos econômicos e culturais, centralizada nos dois importantes núcleos regionais: Nova Friburgo e Cantagalo.

Mencionar estes dois nomes é relembrar um dos mais insignes troncos familiares brasileiros. Por sua enorme influência cultural, por sua inquebrável tenacidade num constante desbravar de latifúndios, por sua ação revolucionária no sistema de transportes, por sua real e humanitária visão quanto ao problema da escravatura, por seus contínuos benefícios à coletividade, refulge o nome dos Clemente Pinto entre os maiores de que pode ufanar-se a terra fluminense.

Foi em 1829 que o pioneiro Antônio Clemente Pinto embrenhou-se nos “Sertões de Leste”, como tantos outros fascinado pelas minas de ouro do “Mão de Luva”, ocultas na floresta.

Homem de tino prático, vendo-se, porém, diante a uma ilusão, desvia-se logo para o cultivo da terra com uma pertinácia ruralmente portuguesa. Torna-se o proprietário de vastas sesmarias e as desbasta e planta. Acumula uma grande fortuna que ele mesmo bem emprega, e que os filhos sabem multiplicar. E a solidariedade parental entre os membros dessa família, enfeixou-se tão solidamente para a prodigalização de benemerências a toda uma vasta zona serrana que, era sempre com respeito que o seu nome ressoava entre os conterrâneos.

Exclusivamente por seu trabalho agrícola que o elevara à prosperidade, foi Antônio Clemente Pinto criado *barão de Nova Friburgo*, com grandeza, pelo imperador.

O título, porém, longe de o envaidecer, atraindo-o a um sibaritismo cortesão, inútil e indolente, ainda estimula a obstinação desse lavrador no amanho das suas fazendas.

É a ele, sobretudo que se deve a notável transição cultural observada nesta zona por d'Ursel, em sua já mencionada viagem a Friburgo.

Um pouco antes da sua chegada a uma das grandes fazendas em que se hospeda, vira ele uma cena digna ainda de um Debret ou de um Rugendas, a qual, para um mais vivo contraste com a nova era liderada pelos Clemente Pinto, passaremos a transcrever.

Revela-nos ele com o sistema de transportes, uma hierarquia familiar mantida mesmo em trânsito, por uma classe de lavradores ainda apegada aos preconceitos das velhas fórmulas. Enquanto as locomotivas já apitam em plena serra, ligando os centros urbanos e revolucionando com a rapidez das comunicações antigos hábitos ainda coloniais, não longe da linha férrea pelas veredas montanhosas, costumes retardatários revelam-se com as primitivas maneiras de viajar.

Passa Ursel por toda uma família de um senhor rural em jornada coletiva. À frente, o fazendeiro a cavalo aparatosamente vestido, com um chicote de cabo de prata e enormes esporas. Atrás, a família, mulheres e crianças, uns em liteiras levadas por mulas, e as crianças pequenas a cavalos, em braços de algum velho escravo. A pé, na retaguarda, sob o olho do feitor, os negros e, por fim, os animais com a bagagem ⁸¹.

Enquanto primorosos palacetes já se erguiam em muitas fazendas, introduzindo entre as florestas maneiras novas assimiladas na corte, todos estes hábitos, entretanto, sobrepõem-se a uma velha civilização rusticamente escravocrata, com a mesma disciplina rígida dos tempos dos vice-reis.

Basta, porém, um pouco mais prosseguirmos com o viajante, para termos a certeza de que estas cenas do passado irão rapidamente agora desaparecer. Extraordinariamente expressiva é a transformação da velha fisionomia feudal pela renovadora cul-

81. D'Ursel, Charles: "Sud Amérique". Paris, 1879, p. 99.



Fazenda Bela - Detalhe da casa grande

tura dos grandes senhores do café, os quais, embora sempre absorvidos com a lavoura, regram a sua vida por novos usos familiares adquiridos no Rio de Janeiro.

É o que se deduz da entrada do viajante num grande solar.

Era o edifício “construído sobre uma sucessão de terraços que lhe dão inteiramente o aspecto de uma fortaleza. Entra-se nele por uma escada estreita e, uma das primeiras salas em que se penetra, é coberta de armas, de espingardas, de bacamartes que aumentam a ilusão. Atravessamos um pátio central formado pelas acomodações dos escravos, vasta colméia cheia de negrinhos em algazarra, de jovens mulatas, de velhos escravos curvos pelo trabalho e pelos anos, de jovens que servem de escoltas e de pajens ao senhor quando sai”.

Ausente o fazendeiro, é a sua senhora quem lhe dispensa as honras da hospedagem. “Eu e meus companheiros fomos acolhidos com uma graça perfeita pela dona da casa”.

É ela quem preside ao jantar na mesa enorme, onde sentam parentes e amigos, numerosas crianças, hóspedes e pobres de passagem, de nomes, alguns apenas conhecidos. Trinta são as pessoas nas cadeiras e ainda há muitos lugares vazios. Em volta, circulam escravos vestidos de branco.

Ao levantarem-se da mesa, chega o fazendeiro, grandioso tipo de patriarca, cujo retrato é em traços tão vigorosos que merecem reprodução. “Era um homem de setenta e três anos que parecia não ter mais que cinquenta; tinha seis pés de altura e, não obstante a sua aparência um tanto carrancuda, o seu aspecto era de nobreza. Quando entrou na sala como um camponês e com botas até os rins, todos se levantaram; os filhos e netos foram beijar-lhe as mãos e os escravos se inclinaram para receber a benção.

Posto houvesse naquele dia feito quarenta quilômetros a cavalo, esse velho de talhe alto e rígido não demonstrava a menor fadiga. A sua principal ocupação era percorrer as suas fazendas que se tocam, formando um pequeno reino. Sobre um espaço de trinta léguas não se deixa as suas terras”⁸².

82. Charles D'Ursel: obr. cit., p. 102.

Não nos diz o autor o nome dessa figura gigantesca pelo físico e pelos atributos de um grande senhor rural. Embora não pareça ela ser o próprio Antônio Clemente Pinto, porque adiante veremos, citado pelo próprio viajante, o filho já com a herança do título e em plena pujança de uma atividade madura na construção da sua estrada de ferro, deveria entretanto ser dessa têmpera o 1º *barão de Nova Friburgo* ⁸³.

O quadro lembra um dos grandes autocratas e sertanejos, longe do governo e dono absoluto de milhares de escravos. O *pater-famílias* de Oliveira Viana, porém novecentista pela finura de maneiras de uma família requintada.

De um lado revive nele ainda a mentalidade dos primórdios, na imensidão latifundiária do Brasil das boiadas precursoras. Mas por outro, constatamos a nova cultura imperial e litorânea, em vias de acelerar-se com as estradas de ferro.

Da mesma estirpe dos antepassados são os colossos que agora desbravam a serra fluminense, orgulhosos das suas fazendas e dos seus milhares de cativos, mas subordinadas à visão superior do espírito de uma nova época, e pioneiros de iniciativas progressistas que possam incrementar a evolução econômica e social dos seus domínios, dentro dos quais e a seu redor, atarefa-se nas plantações uma operosa coletividade.

A melhor prova da transformação cultural de rústicos lavradores pelo café nos é fornecida pelo próprio *barão de Nova Friburgo*. Simples lavrador e homem da roça é ele quem faz construir os dois mais célebres palácios da nobreza rural nos tempos imperiais.

Um foi o Catete, iniciado em 1858 e concluído em 1865. “Um palácio de príncipe” no dizer de Quesada que o compara ao palácio do príncipe Giovanelli em Veneza, e digno até hoje de ser utilizado na capital como a sede da presidência da República.

Outro viajante referindo-se ao Catete, escreveu: “Um Nova Friburgo, – rico plantador brasileiro, – constrói um palácio por 8.000 contos, – 16.000.000 de marcos, – verdadeiro palácio de fadas, e d. Pedro II vive num par de casas velhas”... ⁸⁴.

⁸³. Morreu o 1º barão de Friburgo em 1869, no seu palacete do antigo do Valdetaro, hoje Largo do Catete.

⁸⁴. Carl von Koseritz: “Imagens do Brasil”, 1885, trad. de Afonso Arinos Melo Franco, São Paulo, 1943, p. 39.

Ali houve grandes festas. Os bailes do *barão de Nova Friburgo* deslumbravam a sociedade carioca do seu tempo. Toda a nobreza comparecia ao Catete, o melhor edifício da cidade, “com amplos salões em estilo pompeano, mourisco e império, magnificente decoração interna, escadarias de uma ostentação bem latina, lustres, tapeçarias, estofos, tetos apainelados ou estucados, bronzes, terracotas, marinhas, paisagens e retratos de família, tudo luxuosíssimo, sem falar no parque, desenhado e estilizado por alguém que evidentemente conhecia os valores da arquitetura dos jardins” ⁸⁵.

O Catete era a residência urbana do barão que ali faleceu. A maior parte do seu tempo, gastava-a, porém nas suas fazendas, onde além da casa de Friburgo, iria ele construir um edifício ainda mais extraordinário, por sua concepção em plena selva: o majestoso solar do Gavião em Cantagalo.

Tão grande era o projeto que ficou inacabado. Nada menos de 70 quartos deveriam dividi-lo internamente, além dos faustosos salões. Decidira-se a edificá-lo o barão “para empregar a atividade de numerosos trabalhadores e artífices que se encontravam em Cantagalo, emigrados de Portugal, de onde vieram, atraídos pelo famoso desenvolvimento da zona norte da província do Rio de Janeiro” ⁸⁶. A esperança do barão de Nova Friburgo era tornar o Gavião a sede municipal de Cantagalo. A ala que resta desse magnífico solar com as suas colunas monolíticas de arenito, bastam para nos revelar o apurado gosto desse eminente lavrador. As estátuas de mármore, os enormes espelhos, os grandes retratos a óleo, o mobiliário severo em jacarandá, tudo acusava os mesmos requintes artísticos e intelectuais do construtor do palácio do Catete, o qual, aos timoratos e prudentes que o desencorajavam nas suas grandes obras, ironicamente respondia: “As minhas asneiras eu as faço de pedra e cal” ⁸⁷.

A maior das iniciativas do *barão de Nova Friburgo* foi, porém, a estrada de ferro de Cantagalo. Idealizara ele “o formidável plano de construir uma via férrea ligando entre si os seus

⁸⁵. Agripino Grieco: “Entre o salão e o cafezal”. *O Jornal*, ed. comem. do bicent. do café, 9ª seção, p. 1.

⁸⁶. Carta do dr. Antônio de São Clemente ao autor.

⁸⁷. Galdino do Vale Filho: “Lendas e lendas de Friburgo”, Rio, 1928, p. 133.

imensos latifúndios, de forma a facilitar o descongestionamento das grandes safras por um meio mais rápido de transporte, substituindo o préstimo processo das tropas de muares...”⁸⁸.

Já em 1867, eram precursoramente unidas por um ferro carril movido por manícula as fazendas do Gavião, da Boa Sorte e das Laranjeiras, pertencentes à família em Cantagalo. Mas a idade e o falecimento desse formidável veterano da gleba, êmulo pela energia dos primitivos patriarcas sertanejos a dominarem com o seu prestígio populações bastantes para a formação de estados europeus, impuseram aos seus filhos a continuação da obra planejada. O monumento cultural do *barão de Nova Friburgo* continuaria a ser erguido pelos descendentes.

Não havendo partilha dos bens, os dois herdeiros varões prosseguiriam sempre unidos, mantendo intacto o patrimônio que juntara o pai. Enquanto Bernardo Clemente Pinto vai administrar as propriedades agrícolas, encarregar-se da atividade industrial e superintender a construção da estrada de ferro de Cantagalo, Antônio assume os encargos comerciais⁸⁹.

Tal era a união de vistas entre os dois herdeiros do patriarca, e tão conjugados os seus esforços e atividades que, ao mesmo tempo compartilhavam não só dos proventos materiais, como das honoríficas distinções agraciadas pelo imperador. Antônio Clemente Pinto seria sucessivamente o *barão, visconde e conde de São Clemente*, e Bernardo Clemente Pinto o 2º *barão, visconde e conde de Nova Friburgo*⁹⁰.

Pela sua direta e mais visível interferência nas obras da estrada de ferro de Cantagalo, a projeção do *conde de Nova Friburgo* foi bem maior que a do conde de São Clemente, embora

88. Acácio Ferreira Dias: obr. cit., pp. 187-188.

89. Formavam eles a firma “Friburgo & Filhos”, estabelecida à rua Municipal, no Rio de Janeiro.

90. O conde de São Clemente nasceu no Rio de Janeiro em 1830, casou-se com d. Maria José Rodrigues Fernandes Chaves, filha dos barões de Quaraim, e faleceu no chalé do parque São Clemente em Friburgo, em 1898. Habitava no Rio o palácio do Catete. Como presidente do Centro da Lavoura e Comércio, foi incansável na organização de exposições no exterior de nossos produtos, sobretudo o café, sendo ele o maior dos seus propagandistas, distinguido pelos governos da Rússia, da Bélgica e da Holanda com elevados graus de ordens honoríficas. O conde de Nova Friburgo nasceu em 1835, falecendo em 1914 no seu palácio do Gavião, em Cantagalo.

não se possa com justiça desunir os dois irmãos em suas comuns atividades.

É ainda nas palavras de Ursel que iremos compreender a eminência cultural dessa família, por outro retrato admirável de Bernardo Clemente Pinto em sua complexa operosidade e quando ainda no primeiro degrau da escala nobiliárquica.

Discreto sempre quanto aos nomes ilustres dos que o acolhem, indisfarçável é, porém desta vez a figura do futuro conde de Nova Friburgo, descrita no seu livro.

Desde Teresópolis que Ursel viera seguindo a evolução serrana, gradativamente ascendendo a estágios de cultura. Partira das singelas casas de pioneiros a branquejarem por entre os milharais e chegara à acastelada residência de um grande senhor rural. Dir-se-ia haver ele atingido ali as culminâncias da civilização serrana do café. Grande, porém, foi o assombro do exigente diplomata quando, ao atingir Friburgo, defronta-se com um aristocrata fluminense, requintado e culto, mas inteiramente assoberbado pela multiplicidade de funções em sua vida provinciana.

“De sua vila elegante onde estão reunidos todos os requintes do mais refinado luxo, o barão superintende a administração das suas terras, os numerosos trabalhos que em toda a parte executa, a construção de caminhos de ferro e a exploração das suas imensas plantações. Uma rede telegráfica liga o seu gabinete às fazendas, e lhe permite assim, a todo o instante comunicar com o numeroso pessoal de engenheiros e de administradores que tem a seu serviço”⁹¹. Em Areias, – hoje ainda um solar dos São Clemente, – onde tivera mineração de ouro, dando-lhe este um fraco rendimento, – 7 a 10%, – dedica todos os braços à lavoura⁹².

Das poucas linhas transcritas do viajante, deduz-se a enorme atividade do 2º *barão de Nova Friburgo* na execução de um vasto plano civilizador, no qual sobressai o longo eixo ferroviário da maior zona cafeeira fluminense, já então a beneficiar dezenas de milhares de povoados.

91. Ursel, Carlos: obr. cit., pp. 96-97.

92. Ainda hoje, Areias, em Cantagalo, com as suas usinas beneficiadoras de café, arroz e milho, com o seu engenho de serra vertical e circular, o moinho de tuba, o engenho de açúcar, a usina elétrica que move todo o maquinário, é uma das mais completas e modelares fazendas fluminenses.

Uma curta resenha da construção da estrada de ferro de Cantagalo, mostra-nos apenas uma fração da extraordinária energia desenvolvida por esse homem, com incalculáveis resultados para o futuro.

De junho de 1872 a dezembro de 1883, onze longos anos levou a linha a subir o arrojado setor de Cachoeiras a Friburgo atingindo no alto da serra a cota de 1.075 metros de altitude, na garganta de Teodoro de Oliveira. O sistema “Fell” com três trilhos, usado no monte Cenis, fora o escolhido, sendo que atualmente a função do trilho central é de frear as locomotivas.

Desde 1876, graças à energia organizadora de Bernardo Clemente Pinto, o tráfego era iniciado entre Friburgo e Macuco, trecho esse então considerado como tronco, do qual partia um ramal para Cantagalo.

Da conquista da terra pelo homem nos “Sertões de Leste”, foi esta a de mais notórias repercussões. A serra era ligada por um transporte rápido à Guanabara.

Em 1887, toda essa importante linha de Cantagalo que hoje vai até Portela, é adquirida pela Estrada de Ferro Leopoldina, por sua vez transferida a um sindicato inglês, usufrutuário afinal dos proventos do transporte, de todo um século de árdua luta contra as florestas, derrubadas na ofensiva do café, o qual ainda hoje se alastra pelos recantos deixados pelos machadeiros do passado século.

Deve-se essa estrada de ferro quase exclusivamente ao 2º *barão de Nova Friburgo*, cuja iniciativa e vontade inquebrável destruíram o isolamento da serra. Por isso é que, apenas adicionando o nome do *barão de Vassouras*, inteiramente concordamos com Agripino Grieco ao afirmar que, “a não ser perspicuo Mauá, ninguém entre nós teve, em seu tempo, com tal nitidez a antevisão profética do progresso da indústria ferroviária, da fecunda política dos trilhos e das locomotivas”⁹³.

A construção da estrada de ferro de Cantagalo que o absorve, não impede, porém, que o *conde de Nova Friburgo* seja um dos maiores lavradores do seu tempo. É ele quem inicia na zona de Cantagalo a seleção de raças de gado, e a ele iria dever São Paulo um dos elementos da sua prosperidade. As duas mudas

93. Agripino Grieco: art. cit.

de café “Java” vindas do Sanna de Macaé, que lhe foram oferecidas por George Gripp, e que o conde “entre demonstrações festivas” plantara no Gavião com a presença do conselheiro Sinimbu, multiplicaram-se em grandes cafezais desta espécie que iria enriquecer a terra paulista ⁹⁴.

Com toda essa vida de camponês concentrado sobre as suas fazendas, sempre a planejar reformas tendentes a elevar a economia regional, a todos surpreendia o *conde de Nova Friburgo* pelas suas “maneiras afinadas, pela melhor educação artística, pela cultura e pelas viagens, pelo convívio dos salões e pela freqüência dos museus da Europa”. Era ele um colecionador impenitente das mais escolhidas obras de arte, nelas gastando quantias imensas ⁹⁵.

Tal era Bernardo Clemente Pinto. Um extraordinário “dinamizador de vontades, um polarizador de energias adormecidas”. O mais completo expoente da nossa aristocracia rural, personificando um grande lavrador e um grande fidalgo.

Tamanha era a sua projeção com esse duplo aspecto na sociedade imperial do Segundo Reinado que, após bem conhecer no Rio a magnificência dos seus salões, o seu prestígio nas sociedades elegantes que presidia as suas obras de beneficência, e havendo visitado a sua fazenda do Gavião, “uma verdadeira cidade do interior” que atingira em várias etapas, em cada qual encontrara a mesa posta e numerosos escravos à sua disposição, Ternaux-Compans, em 1877, não hesita em denominá-lo “o verdadeiro imperador do Brasil” ⁹⁶.

94. Galdino do Vale Filho: obr. cit., pp. 115-117.

95. “Também em suas fazendas se alteavam vivendas faustosas, onde o conde, colecionador fanático, habituado a deixar o ouro esguichar de suas burras para vencer os competidores menos providos de moeda, reuniu graciosas coleções de medalhas, miniaturas em marfim, rendas de Veneza, casulas romanas, livros com ferros no dorso e douradura no rebordo das folhas, porcelanas chinesas e japonesas, taças de ônix, urnas de âmbar, cálices de cristal da Boêmia, anéis, colares, pedras gravadas, esmaltes de Limoges, camafeus de Florença e mosaicos bizantinos...”

“Panóplia de armas antigas ornavam as paredes dos solares deste “mecenas de vários pintores nossos”, particularmente dos paisagistas. Possuía uma coleção de instrumentos de música e, caprichosas eram as “centenas de leques e máscaras que costumava adquirir em Paris para mimosear as fidalgas e as ricas que iam aos bailes a fantasia do solar Nova Friburgo, os mais pomposamente estonteantes do Rio e com detalhes muito bem reproduzidos dos carnavais de Watteau e Gavarni, graças aos cuidados de um parisiense especialmente contratado para esse fim na velha Lutécia.” (Agripino Grieco, art. cit.).

96. Wanderley Pinho: “Salões e Damas do Segundo Reinado”, nota à p. 300.

Não esqueçamos, entretanto, que, com toda a sua proeminência foi ele apenas um dos focos solares dessa família que tomara a si o encargo de um vasto plano civilizador. Não menos influente era o outro foco, no Rio, Antônio Clemente Pinto.

Quando em 1888 ainda se debatia no Parlamento a questão do elemento servil, os então *viscondes de São Clemente e de Nova Friburgo* de uma só vez libertam mais de 1.300 escravos, os quais agradecidos lhes prestam comovente homenagem com bandas de música no Gavião, recusando-se a receber o salário da próxima colheita do café. São eles que aconselham aos dirigentes do governo a substituição do trabalho escravo pelo do imigrante livre, pondo-se desse modo, precursoramente à dianteira de uma das orientações políticas mais eficazes no futuro progresso do Brasil.

Pelo seu generoso ato da libertação dos escravos que repercutira no Parlamento como um rude golpe desfechado no reduto escravagista, são ambos agraciados por d. Pedro II com os títulos de *condes de São Clemente e de Nova Friburgo*, sendo também elevado a 2º *barão de São Clemente*, o segundo Antônio Clemente Pinto, homônimo de seu pai, cujas fazendas então administrava. Foi este mais um insigne varão a continuar as tradições da fidalguia camponesa dos Clemente Pinto, até o seu falecimento em 1912, legando ao seu filho o dr. Antônio de São Clemente a mais honrosa das heranças culturais da nossa aristocracia rural ⁹⁷.

Toda esta sucessão de eminentes personalidades a ameaharem para o Brasil um vasto patrimônio tão rico em dotes espirituais, deve-se exclusivamente ao café. Foi o cafezal que selecionou as aptidões para o comando, que fez desabrochar inatos atributos de

97. Nasceu o 2º barão de São Clemente em 1860, casando-se em 1883 com d. Georgina Darrigue de Faro, filha dos barões de Rio Bonito. Frequentou as escolas de direito de Recife e de São Paulo, assumindo a direção das fazendas do seu velho pai, o conde de São Clemente, cujas propriedades haviam sido separadas das do seu tio o conde de Nova Friburgo, por haver este casado em 1880, aos 45 anos, com a viúva senhora Ambrosina Campbell, filha do barão de Mamoré, o qual foi o tronco da família Leitão da Cunha, do Pará. (Carta do dr. Antônio de São Clemente ao autor).

Além de 2º barão, teve o conde de São Clemente mais duas filhas: d. Maria José Clemente Pinto e d. Alice Clemente de Sousa Dantas, casada com o conselheiro Rodolfo E. de Sousa Dantas, que foi ministro do Império, e um dos mais cultos e eruditos representantes do apurado mundanismo carioca.

capacidades organizadoras, que lhes deu a fortuna, a qual lhes deu a possibilidade para se elevarem a um alto nível social, onde se mantinham, porém, sempre compreensivos da sua função tutelar sobre os menos favorecidos.

Daí o equilíbrio social do Império, não obstante a escravidão. É que nele havia, como bem se expressou Oliveira Viana, a “solidariedade entre as classes inferiores e a nobreza rural”⁹⁸.

Verdade é que a estruturação imperial ainda incompleta revelava uma ausência de classes médias definidas e um vasto proletariado quase todo em cativeiro. Mas devemos ponderar que, percorríamos ainda nesse tempo a primeira etapa da nossa evolução, na qual o clã fazendeiro era “a única forma de solidariedade social do nosso povo”, como bem se exprime o mesmo sociólogo. E, entre aqueles afãs, distingue-se pelas formidáveis repercussões oriundas da sua obra no desbravamento dos “Sertões de Leste” o dos Clemente Pinto⁹⁹.

Quando em 6 de agosto de 1914, falecia no seu solar do Gavião em Cantagalo o *conde de Nova Friburgo*, há muito que, com a Abolição e com a República desaparecera o fastígio cultural da nossa aristocracia agrária. Herdeiros seus em maioria empobrecidos abandonaram as velhas mansões rurais, arruinando-se estas ou passando a novos donos. As grandes fazendas retalharam-se com as heranças e, mais recentes subdivisões continuam a parcelar os sumidos quadriláteros das primitivas sesmarias, penosamente desbastadas por milhares de negros, para o magnífico

98. Justo é que completemos a genealogia desses titulares com uma rápida biografia de mais este servidor da pátria, batizado com o sobrenome de São Clemente por disposição testamentária do avô, o conde de São Clemente.

Com 10 anos quando falecera o pai, o 2º barão de São Clemente fora matriculado no colégio dos jesuítas “Stela Matutina” do Tirol, na Áustria, passando a seguir para o Saint Georges College, em Adelston, na Inglaterra. Bacharelou-se em ciências e letras e em ciências jurídicas e sociais no Rio de Janeiro, sendo um dos primeiros voluntários do Exército nacional.

Entrou depois para o Ministério das Relações Exteriores, exercendo funções diplomáticas em Londres, Paris, Berlim, Buenos Aires e Assunção. Ao ser aposentado, sentindo renascer todo o forte apego dos antepassados pela gleba serrana, regressa à terra cantagalense, onde na fazenda de Areias, em Boa Sorte, reatou as tradições lavoristas dos seus eminentes antecessores.

99. Oliveira Viana: “Populações Meridionais do Brasil”, 3ª edição, p. 215.

alvorecer de uma nova economia com a opulência dos cafezais ¹⁰⁰.

Centenas de milhares de habitantes cruzam-se hoje por esses morros e vales, por essas numerosas cidades, vilas e arraiais.

Toda uma nova geração retoma a posse da terra com os seus muitos milhares de sítios e fazendas, com a sua pecuária, suas indústrias e os seus novos cafezais. Muitos poucos, porém, reconhecem que todo esse labor apenas continua a gigantesca obra do passado, sem a qual não poderia essa gente, por essa gleba, projetar as suas esperanças com uma esplêndida e múltipla atividade.

Censurem quanto queiram irresponsáveis demagogos toda aquela extinta organização, insubstituível por outra na sua época. O que apenas conseguirão demonstrar é uma ignorância absoluta dos fenômenos evolutivos da sociedade. Não fosse a indobrável energia progressista dos grandes condutores das legiões de cativos, e a serra seria ainda um impenetrável matagal. Todas essas centenas de quilômetros de estradas de ferro e de rodagem, todos esses núcleos urbanos formigantes, toda essa colheita de riquezas do solo da cordilheira só é possível hoje, graças às gerações que no século XIX nos antecederam.

Todos os recursos atuais da economia coletiva serrana, melhormente equilibrada por um fracionamento maior do solo, são apenas frutificações mais fartas de novas sementeiras que já encontraram a terra preparada, todo esse novo surto cultural nada mais é que o prosseguimento de uma obra cujo embasamento econômico, historicamente inabalável, pesadamente assentaram os senhores rurais do Império com a robusta e íntegra mentalidade de uma época e rigorosamente articulados à engrenagem da evolução.

Agradecemos a transfiguração da serra aos fazendeiros de café no século imperial, magníficos transportadores da civilização para as alturas bárbaras.

100. Outro ramo dos Clemente Pinto que não chegou diretamente à nobreza pela descendência masculina foi o de João Clemente Pinto, nascido em Portugal em 1752, casado com d. Teresa Joaquina da Silva, e falecido no Brasil em 1819. Dos seus filhos Francisco, Manuel, Bernardo e Laura, veio esta última a ser a 1ª baronesa de Nova Friburgo, casando-se com o seu primo Antônio Clemente Pinto. Uma das suas netas, casou-se com Antônio Pereira de Faro, da aristocracia rural de Rio Bonito. Outro neto seu foi o engenheiro Francisco Clemente Pinto, formado na Bélgica e conhecido por seu cavalheirismo e suas idéias progressistas. Era esta família possuidora das fazendas de São Clemente e Santa Teresa em Cantagalo, e de Ibipeba, Serraria e outras em Itaocara, nas quais desenvolveu extensas lavouras de café, desse modo também colocando-se entre os dirigentes da civilização cafeeira nos "Sertões de Leste".

As mais expressivas figuras simbólicas desses gigantes empenhados contra a selva e a montanha foram nos “Sertões de Leste” os Clemente Pinto. E, mais que justo é o apelo aos cantagalenses do seu historiador. Fronteiro à singela herma do imortal autor de “Os sertões”, o busto de outro colosso deveria perpetuar “a figura assombrosa do *conde de Nova Friburgo*”.

Maiores deveriam, entretanto, ser ainda as homenagens da cidade deste nome aos Clemente Pinto, com uma composição estatutária associando o pai e os filhos, o *barão de Nova Friburgo*, e os *condes de Nova Friburgo e de São Clemente*, elevada em frente à “casa grande”, hoje sede da municipalidade, nesse majestoso e inigualável parque de eucaliptos mandados por essa família plantar pelo famoso Glaziou, jardineiro-artista e executor do campo de Santana no Rio de Janeiro ¹⁰¹.

A cada novo título com que iam sendo agraciados aqueles membros de um grande clã de lavradores fluminenses, correspondia o reconhecimento do imperador por novos e grandes benefícios prestados à comunidade, com os seus recursos extraídos da terra. E onde existe uma “ponte da saudade”, um “moinho da sau-

101. Dos grandes latifúndios deixados pelo 1º barão de Friburgo e ampliados por seus filhos, ficaram alguns nomes de fazendas que para documentação histórica não deveriam ser esquecidas: do conde de São Clemente foram as fazendas de Santa Rita, Itaoca, Areias, Boa Sorte, Poço d’Antas, Boa Vista e Jacutinga em Cantagalo, e as do Cônego Novo, Cônego Velho, São Lourenço e Córrego d’Antas em Nova Friburgo, além do parque São Clemente com a sua chamada “casa grande”, – hoje Câmara Municipal – e de várias propriedades nesta cidade.

Ao conde de Nova Friburgo pertenceram a estrada de ferro de Cantagalo, as fazendas do Gavião Velho e do Gavião Novo, – onde está o célebre solar do Gavião, parcialmente demolido –, e as de Aldeia, Água Quente, Mata Porcos e Cafés em Cantagalo.

Em Itaocara ainda possuía ele as fazendas de Laranjeiras, – onde hoje existe uma usina de açúcar –, e a da serra além, de outras propriedades. Em Nova Friburgo, além de grande extensão de terras que pela serra abaixo alcançavam as imediações de Cachoeiras de Macacu, na Vila Nova de Cachoeiras, as quais eram atravessadas por ótimas estradas de rodagem, reservou-se o conde por recanto das terras que pertenciam ao parque São Clemente, onde, “em lugar elevado e aprazível, construiu grande casa, estilo chalé, dividida em numerosos aposentos e salas, propriedade esta que era conhecida por “barracão” e onde agora se acha instalado o sanatório da nossa Marinha de guerra”. (Carta do dr. Antônio de São Clemente).

Agripino Grieco dá como também pertencente ao conde de Nova Friburgo a fazenda de Ponte de Tábuas.

Entre outras célebres fazendas de café no município de Cantagalo, anotamos as de Oliveira, de João Guerreiro Bogado, a de Boa Vista de João Lopes Martins e as de São Clemente e de Palmital, ainda da família são Clemente. (Araújo Guimarães, obr. cit., p. 234).

Afamada entre muitas foi a fazenda Santa Fé ainda em Cantagalo, que assombra em 1869 o viajante português A. B. Correia Júnior, cuja complexa organização e grande capacidade produtiva, servem a Oliveira Viana de padrão desse tipo de grande domínio rural no passado século. (Pop. Merid. do Brasil, pp. 166-167).

dade”, onde uma vez mais esta palavra é gravada numa fonte da cidade hospitaleira, para que a lembrem sempre os visitantes é mais que justo que ali também se note a gratidão por dádivas irretribuíveis, coletivamente recebidas pelo povo.

Todos esses expoentes da aristocracia fluminense do café mencionados até aqui, foram os de zonas diretamente ligadas ao Rio de Janeiro. Mas do outro núcleo de irradiação cultural da província, o de Campos, também veremos independentemente projetar-se pelo Paraíba acima e pelo Muriaé, duas correntes imigratórias de maneira idêntica originadoras de uma vigorosa civilização cafeeira.

Mas a importância de Campos como centro açucareiro dominava por tal modo o norte fluminense que, não obstante as grandes lavouras de café desenvolvidas pelas margens dos dois rios, a sua fama era encoberta pelo esplendor da civilização dos senhores de engenho, nobilitados em elevado número.

Em “O Homem e o Brejo” dissemos que a zona açucareira de Campos dera cerca de trinta titulares, além de uma grande soma de comendadores. Campos foi o maior núcleo provinciano da nobreza agrária do Brasil, merecendo quatro visitas do imperador e uma dos príncipes imperiais.

Essa fulgurância de brasões na planície litorânea de seculares sedimentações culturais, empalidecia, como se percebe, o quadro social da retaguarda montanhosa, aparentemente bárbara, mas já sob uma intensa cultura cafeeira dissimulada entre as serranias e as florestas.

Pelo Paraíba acima já se destacavam grandes fazendeiros de café. Tal era, porém, o renome dos solares de Campos e dos seus senhores de engenhos que, os olhares imperiais sempre se detinham na planície quando em revista aos nomes a serem nobilitados no norte fluminense. Por isso, todos os titulares da zona cafeeira limítrofe são ligados à cultura da cana-de-açúcar.

O *barão do Muriaé*, Manuel Pinto Neto da Cruz era um opulento senhor de engenho no baixo curso desse rio. Casou-se com dona Raquel Francisca de Castro Neto da Cruz, filha do 1º *barão de Santa Rita*, a qual depois viria a ser a *viscondessa de Muriaé*, com grandeza. O seu solar da “Baronesa” com a capela magnífica é um dos grandes monumentos históricos de Campos que ainda resiste à fúria dos usineiros demolidores.



Cemitério de Pirai de Sta. Ana - Vêem-se os túmulos do barão e da baronesa de Pirai e outros membros da família dos Breves

Nesta zona de tabuleiros e de colunas baixas, o café não podia competir com os canaviais.

Mais para montante, além de Outeiro onde abruptamente se deva a serra da Onça, ficavam os fortes relevos próprios ao café. Mas todo esse trecho do rio até Cachoeiras, as planícies marginais embora geralmente reduzidas, favoreciam a cultura da cana. Deste modo o título de fazendeiro de café, por motivos geográficos e sob a influência de Campos, evanesce ante a cobiçada honra dos fazendeiros de também se tornarem senhores de engenho. O Muriaé, pelo menos até Cardoso Moreira onde finaliza o curso navegável, era antes de tudo um rio de senhores de engenho.

Casas grandes como as de Santa Bárbara e de Santa Rosa recordam ainda pelo seu tamanho a opulência desses fazendeiros ligados às primeiras famílias de Campos, entre os quais havia um *visconde de Santa Rita*, com grandeza, José Ribeiro de Castro, dono de Sapucaia, – onde hoje existe uma importante usina de açúcar – o qual revolucionou os métodos de trabalho mandando vir 50 famílias de imigrantes europeus, um *visconde de Itabapoana* com grandeza, Luís Antônio de Siqueira, senhor de Outeiro, também atualmente sede de outra grande usina, e o *barão da Lagoa Dourada*, José Martins Pinheiro, proprietário de São José e um dos mais ricos titulares campistas¹⁰². Vários comendadores eram fazendeiros no Mure, onde os Saturnino Braga, os Paulo Viana, os Cardoso Moreira e os Ferreira Martins elevavam com o seu trabalho nas lavouras o nível econômico e cultural das margens desse rio.

As casas de São Pedro e de São Domingos são ainda sólidos monumentos dessa época. A última, sobretudo pertencente aos Ribeiro dos Santos, num declive à margem direita do Muriaé, lembra pela robustez de um edifício acolhedor as velhas residências campestres portuguesas. Houve nesta fazenda uma grande plantação de chá, cujo produto foi premiado numa exposição européia.

A mesma avassaladora influência da cultura canavieira campista iremos encontrar no setor do Paraíba em São Fidélis, não obstante as grandes lavouras de café disseminadas pelas margens deste rio e do Pomba, até os limites de Minas e de plantio sobremaneira intensificado em Ponte Nova, Pádua e Monte Verde.

102. Alberto Lamego: “A terra goitacá”, vol. VI, capítulos IV e V.

O *barão de Azeredo Coutinho*, Sebastião da Cunha Azeredo Coutinho, foi o único entre os titulares desta zona que nasceu em São Fidélis, e assim mesmo na fazenda da Pedra, nos limites de Campos ¹⁰³.

O *barão de São Fidélis*, Antônio Joaquim da Silva Pinto, era campista e senhor de engenho na planície, sem interesses na terra fidelense. Campista foi o *barão de Miracema*, o dr. Lourenço Maria de Almeida Batista. Moço fidalgo da Casa Imperial, médico, cirurgião e prestigioso chefe político, em cujo partido cresceria Nilo Peçanha e, ainda nascido em Campos era o *barão de Vila Flor*, a maior figura de São Fidélis e um dos maiores benfeitores da cidade após os capuchinhos fundadores.

Com grandes quantias contribui ele para a “construção da cadeia, da casa da Câmara, da igreja de N. S. do Rosário, com os flagelados de cólera e febres e com a criação do hospital de Nossa Senhora das Dores” ¹⁰⁴. Nas três visitas que fez o imperador a São Fidélis, é ele quem o recebe e o hospeda em seu palacete, o mesmo fazendo com os príncipes imperiais. Como tantos outros fazendeiros fluminenses, até 1886 já havia libertado todos os seus escravos e, ele próprio, então presidente da Câmara Municipal, é quem felicita a princesa Isabel pelo ato da Abolição.

Como prolongamento para leste desta zona do norte fluminense onde vemos um íntimo entrelaçamento entre as culturas da cana e do café, no município de Macaé parcialmente abrangendo a serra do Mar, desenvolvem-se também grandes cafezais pertencentes a ricos titulares. A fazenda da Pimenta do *barão de Duas Barras*, a de Monte Alegre, do *conde de Lages*, Alexandre Vieira de Carvalho, a Atalaia do *visconde Mauá*, Irineu Evangelista de Sousa, cujas ruínas do engenho de açúcar ainda existem, bem como as propriedades da Madressilva, Saudade, Coroa e Bertioga do titular português *barão da Póvoa de Varzim*, Manuel Fernandes da Silva Campos, “todas situadas na freguesia de Nossa Senhora das Neves de Macaé eram importantes e luxuosas” ¹⁰⁵. O *conde de Lages* e o *visconde de Mauá* eram grandes do Império.

¹⁰³. Idem, vol. V, p. 485.

¹⁰⁴. Idem, vol. VI, pp. 167-168.

¹⁰⁵. Araújo Guimarães: obr. cit., p. 235.

Nesta breve revista dos principais troncos familiares do café na serra fluminense e de alguns traços mais incisivos que focalizam o seu espírito, notamos que o mais característico entre os qualificativos dessa aristocracia dos cafezais era o seu aferrado apego à vida campestre, a ufanía das suas fazendas, dos seus solares rurais onde viviam quase todos, o orgulho do título de fazendeiros de café.

Bem seguro testemunho desse apego à vida agrícola é o fato de um grande número vir a falecer nas próprias fazendas, não as abandonando mesmo nas graves moléstias que iriam vitimar, ou quando muito consentindo em acabar os dias em suas pequenas cidades provinciais.

Tivemos assim entre muitos, o *comendador Joaquim Breves*, apegado sempre às ruínas da sua opulência e morrendo na Gramma. Em Barra Mansa, o *barão de Guapi*. Em Vargem Alegre o 1º barão deste nome. Em Santana de Vassouras o *marquês de São João Marcos*. Em Valença o *barão de Juparanã*, o 1º *barão de Porto das Flores*, o *visconde do Rio Preto*, o 2º *barão do Rio Preto*. Em suas fazendas de Pati do Alferes, o *barão de Pati*, o *barão de Guaribu*, o 1º *barão de Tinguá*. Em Paraíba do Sul o *barão de Piabanha*, em Vassouras os *barões de Vassouras* e *do Ribeirão*, em Pedro do Rio, o *barão de Bemposta*. Na casa grande de Friburgo o *conde de São Clemente*, no solar do Gavião o *conde de Nova Friburgo*, em Cantagalo o *barão de Cantagalo*, o *barão do Carmo*, o *barão das Duas Barras*... Na vida e na morte eram homens do campo, fazendeiros de café, aristocratas agrários até a medula.

A sua atenção para a preciosa planta que os enriquece, domina-lhes a vida inteira. O café absorve toda a sua mentalidade. É ele o símbolo nobilitante de todas as suas existências e de toda a sua época.

É como fazendeiros de café que procuram se ilustrar para bem parecer aos olhos da corte e merecer as atenções do monarca. Não somam os grandes lucros das suas safras para apenas acumularem fortunas, mas para com elas subirem a um crescente refinamento próprio e das suas famílias. Todo o prestígio que adquirem e todo o respeito que lhes votam os contemporâneos provém do pequeno grão que pela sua mão ergue a um alto nível cultural a terra fluminense.

Converte-se desse modo o café no emblema heráldico de uma civilização de lavradores, os quais dele tanto se desvanecem como dos seus títulos nobiliárquicos. E não é necessário esperar que a fama da serra se difunda com o enobrecimento dos grandes senhores de cafezais. Desde que se desenvolvem as plantações, tomam a si esses agricultores a representação simbólica do café como expositora de um trabalho rural que afidalga.

Quatorze anos apenas tem Vassouras nascida num ermo, quando já merece uma visita imperial. Ao ir ali d. Pedro II em 1847, no baile que em sua casa lhe oferece Laureano Correia e Castro, futuro barão de Campo Belo, mais de sessenta senhoras apresentam-se, ostentando no traje as cores nacionais e no cabelo um ramo de café ¹⁰⁶.

Vassouras ainda em seus começos manifesta por sua elite feminina o orgulho de uma civilização rural que lhe daria um magnífico destino. Ufanava-se da planta que a enobreceria.

De um adorno temporário passaria, porém o café a permanentes emblemas heráldicos. Não poucos seriam os titulares que o iriam pela vez primeira colocar em seus brasões.

Gabavam-se os *barões de Santa Justa* de exhibir em seu escudo um “leão de sinople rompente, armado de goles, tendo na garra destra um *ramo de cafeeiro ao natural...*” ¹⁰⁷.

No brasão do *barão de Avelar e Almeida* expunha-se “em campo de ouro, uma banda de goles, carregada de três estrelas de prata de cinco raios, entre um cafeeiro da sua cor e frutos de goles, à sinistra e uma abelha da sua cor à destra” ¹⁰⁸.

No do *barão de Bemposta*, “em campo de prata um cafeeiro de sinople com *frutos de goles*, acompanhado em chefe de duas estrelas em vermelho e uma bordadura anil, carregada de oito besantes de ouro” ¹⁰⁹.

Ao emigrar para São Paulo, leva consigo o café os mesmos atributos heráldicos. A *baronesa de Bela Vista*, de Bananal, tinha em seu escudo “*um cafeeiro ao natural* em campo de ouro”

¹⁰⁶. Inácio Raposo: “História de Vassouras”. Vassouras, 1935, pp. 73.

¹⁰⁷. Salvador de Moya: “An. Gen. Bras.”, Ano II, p. 60.

¹⁰⁸. Idem, ano III, p. 25.

¹⁰⁹. Idem, ano V, p. 54.

¹¹⁰, e o *barão de Silveiras* ostenta-a como brasão “em campo de prata, uma banda azul carregada de cinco besantes de ouro, entre um caduceu de goles, à sinistra, e de um ramo de cafeeiro, de sinople, com frutos de goles à destra” ¹¹¹.

Em outros brasões de armas faz o fidalgo questão de patentear simbolicamente as suas atividades como lavrador. Assim adotara o *barão de Pati do Alferes* como emblema um *cafeeiro entrelaçado a uma cana-de-açúcar* ¹¹². O *visconde de Paraíba* apresentava em seu escudo “*um cafeeiro e uma cana-de-açúcar ao natural*, postos em aspa no escudete ao centro” ¹¹³. Este mesmo escudete aparecia no brasão de armas do seu irmão, o *barão de São Luís*.

Na zona norte fluminense, onde como vimos, passa o café a segundo plano ante a supremacia da civilização açucareira de Campos, já outra mentalidade se forma, dominada pelos senhores de engenho.

Sendo campista e fazendeiro de cana-de-açúcar na planície, não é, pois de admirar que o *barão de São Fidélis* somente exiba esta planta em seu escudo ¹¹⁴. Mas a predominância dessa mentalidade é mesmo visível no *barão de Vila Flor*, residente em São Fidélis, em pleno centro cafeeiro e com a cidade permanentemente agitada com o comércio de café. Era o seu escudo esquartelado: “No 1º e 4º em campo de prata *duas canas-de-açúcar* postas em aspa, tendo em chefe: *uma flor de cana-de-açúcar* e em ponta, uma abelha de sua cor; no 2º e no 3º, em campo azul uma asna de ouro carregada de três estrelas de goles, entre três besantes de prata” ¹¹⁵.

Era esse o espírito da província a se manifestar mesmo entre os expoentes da sua aristocracia. Era essa a mentalidade flu-

¹¹⁰. Wanderley Pinho: obr. cit., p. 224.

¹¹¹. An. Geneal Bras. ano III, p. 446.

¹¹². Idem, ano I, p. 204.

¹¹³. Idem, ano II, p. 53.

¹¹⁴. O escudo do barão de São Fidélis era: “Esquartelado no 1º quartel em campo de goles, cinco crescentes de ouro postas em aspa; no 2º de goles, duas canas de açúcar de ouro postas em santor; no 3º, de prata um leão rompente de goles armado de azul; no 4º, taxado de seis peças de ouro e azul. Timbre: um leão de prata, com um crescente de lua na espádua esquerda”. (Anuário genealógico brasileiro, vol. III, p. 360).

¹¹⁵. Idem, vol. III, p. 540.

minense, então exclusivamente agrária e que poderíamos sintetizar na ufania com que o 2º *barão de Tinguá*, Francisco Pinto Duarte, desprezando estrelas e caduceus, quinas e castelos, esferas armilares e cunhas de goles, unicórnios e leões rompentes, vieiras de ouro e cruces floridas, asnas, besantes, águias, flores-de-lis, toda a série enfim de milenares e clássicos motivos heráldicos, brasonava-se com rústicos e plebeus instrumentos da lavoura. Era o seu escudo “partido em contrabanda: na primeira, em campo vermelho, um arado, uma foice, uma enxada, um ancinho, uma pá e uma espiga de trigo. Na segunda uma paisagem, vendo-se no primeiro plano um campo de sua cor e, ao fundo sob um céu azul, um grupo de montanhas” ¹¹⁶.

Apenas utensílios de trabalho agrícola sobre um cenário típico da Baixada Fluminense com os seus trezentos anos de civilização rural.

É que toda essa nobreza viera das derrubadas, das coivaras e queimadas precursoras dos milharais, das plantações de cana dos pastos e dos milhões de pés de café, um a um pacientemente plantados e cuidados sobre as intermináveis ondulações da serra ¹¹⁷.

Em quase todo esse escol de titulares robustamente selecionados pelo meio rural, circulava o mesmo sangue vermelho e

116. Idem, vol. III, p. 48.

117. Muitos foram os titulares que, honrando a sua origem pelo trabalho, por todo o Brasil orgulhosamente a expunham em seu brasões. Do *Anuário Genealógico Brasileiro* compilamos os seguintes, além dos mencionados: O visconde de Barra Mansa, tinha “numa brica de prata um ramo de cafeeiro”; o conde de Boa Vista, “uma cana-de-açúcar e um cafeeiro ao natural postos em santor”; o barão do Castelo, “dois ramos um de tabaco a destra e outro de cafeeiro a sinistra”; o barão de Goiana; “uma cana-de-açúcar e um ramo de cafeeiro ao natural postos em santor”; o barão de Guaribu, o mesmo escudete da família com o café e a cana entrelaçados; o barão de Japaratuba, um índio ao natural, tendo na mão direita um ramo de cafeeiro e na esquerda seu arco e flechas”; o barão de Lorena. “um ramo de cafeeiro de ouro com frutos de goles”; o barão de Almeida Ramos, “um caduceu sangüíneo e serpes de ouro entre dois ramos de cafeeiro de sua cor e à destra um leão rompente”; o barão de Maranguape, “três flores de cana-de-açúcar”; o barão de Jacuira. “cinco flores de cana-de-açúcar de ouro, abertas e postas em aspa”; o barão de Itaquiatiá, instrumentos agrários e uma paisagem com gado; o barão de Muriaé, como *tenans*, “dois índios ornados de penas coloridas tendo na mão um ramo de cana e de café”; o barão de Santa Clara, “três canas-de-açúcar de sua cor, duas postas em aspa e uma no meio em pala”; o do barão de São João da Barra, “uma destra ao natural tendo uma cana-de-açúcar de sinople, posta em pala; o visconde de Serro Formoso, num dos quartéis, “uma cercadura de folhas de cafeeiro; o barão de Vila do Conde, “duas canas-de-açúcar postas em aspa”; o barão de Vila Maria, “em campo de prata um índio ao natural cortando a cana-de-açúcar com um podão de azul em um canavial verde”; o barão de São Tomé, “três canas-de-açúcar de sinople em pala”; o visconde de Mauá, “uma locomotiva, um navio a vapor e quatro lampiões de gás, lembrando as suas grandes iniciativas industriais.

vivificante da massa de imigrantes ou da sua descendência aclimatada. Conquanto vários desses fazendeiros titulares se filiassem a nobres linhagens portuguesas, esses mesmos só vieram a readquirir uma atlética revigoração dos atributos ancestrais pelo mergulho e o exercício entre as mourejantes massas populares.

Era esta a essência peculiar à sua capacidade para o formidável trabalho que executaram. Este o singular mistério de súbitas e espetaculares aparições de nomes até então inexpressivos e dispersos no anonimato das multidões.

É que todos esses homens se fizeram por uma labuta persistente e árdua. Foi transpondo serras, vadeando pântanos, entranhando-se em florestas, galgando troncos abatidos no labirinto das derrubadas, torrando-se nas soalheiras e encharcando-se nos aguaceiros, plantando pés de café, persistentemente orientando e fiscalizando plantios, limpas e colheitas que ampliam as suas inatas qualidades de organização e de comando.

Foi inteligentemente assimilando as primícias do século do renascimento científico e da expansividade cultural que, renovando a sua penetrante e prática mentalidade e sublimando-a para um nível superior de vida, após abater e destruir a vitalidade bárbara do ambiente da floresta, rude e tenaz como nenhum outro, substituíram-no pela mais alta civilização possível em sua época, dinamicamente evolutiva e por isso mesmo transitória.

Por isso é que hoje avultam como gigantes. Graças a eles e com o seu exemplo é que poderemos nós prosseguir, sobrepondo à sedimentação cultural que nos legaram uma vasta socialização dos recursos da terra por eles desbravada com o café.

É assim que os terão de ver todos aqueles que, honesta e imparcialmente retornam aos velhos tempos dos “barões do café”. Com eles é que deu o Brasil os seus primeiros passos independentes, “e foi dessa maneira que brotou o esplendor fluminense, que nasceu a hegemonia da província do Rio de Janeiro sobre as demais províncias do Império”. E “a repercussão que teve o esplendor rural fluminense na vida brasileira foi indiscutível. A fazenda foi a eficiente modeladora das personalidades que contribuíram para o progresso nacional. No trabalho árduo do cultivo do solo, na luta que os primeiros desbravadores mantiveram com a floresta virgem, no trabalho incessante com a administração das fazendas, os homens adquiriram uma tenacidade e uma altanaria

invulgar”. “Não se curvavam os homens formados no patriarcal de uma fazenda ou de um engenho de açúcar” ¹¹⁸.

“Foram eles, – no dizer de outro escritor – os fatores da nossa formação coletiva e, descobri-los, equivale descobrir o melhor Brasil, revelando o Brasil aos brasileiros. Estudá-los, com uma aguda visão retrospectiva, é sentir as forças vivas da civilização passada tão bem quanto as da civilização presente.

Havia uma incontestável dignidade nessa aristocracia rústica. Mesmo quando reviviam, em suas fazendas, as pompas da Europa, mostravam amar, de um amor enternecido, a humilde vida campestre que os rodeava. Justas, torneios, cavalcadas à moda medieval, alfaias e brocados, damascos e sedas, não os levavam a desprezar as ásperas doçuras deste caricioso ambiente selvagem. As casas solarengas, as quintas de portões brasonados, as florestas genealógicas que se ramificavam por aqui, não impediam que as velhas damas fidalgas tivessem os seus impulsos de ternura confortadora para com os humildes servos da gleba. Certo gosto pelos estudos clássicos e pelas belas-artes temperava-os no cuidado pelo viço das lavouras tropicais. Todos se nutriam de boa seiva doméstica e, raros se deixavam enlear pelos tentáculos da cidade absorvente. Epicuristas batizados eram cristãos em contato com os pagãos da selva... ajudado por homens assim, o Império foi a riqueza, a paz, a legalidade” ¹¹⁹.

Oliveira Viana robustece estas palavras ao nos mostrar que essa aristocracia rural é que fornece todos os elementos dirigentes no período imperial. Os cargos de administração local, nos municípios e nas províncias, são preenchidos por ela. Dela saem a nobreza do Império e os chefes políticos que fixam e arregimentam nos municípios e nas províncias, os elementos eleitorais e partidários locais. Dela a juventude que afluí para as academias superiores do norte e do sul, em Recife, em São Paulo, no Rio, e daí para o campo das profissões liberais e para as altas esferas da vida parlamentar e política do país” ¹²⁰.

¹¹⁸. Araújo Guimarães: obr. cit., p. 213.

¹¹⁹. Agripino Grieco: “O maior dos Breves, art. cit.

¹²⁰. Oliveira Viana: “Evolução do povo brasileiro”, p. 90.

Foi com o trabalho e a inteligência dessa aristocracia rural que o Brasil pela primeira vez e com a sua própria gente politicamente organizou-se... e preparou a República.

Novas e complexas atividades atualmente se desdobram pela terra fluminense. Apossam-se as indústrias da serra, mecanizam-se os processos da lavoura, seleciona-se a pecuária, melhoram e aceleram-se os transportes. Novas paisagens humanas por toda a parte oferecem-se aos olhares do geógrafo, do economista e do sociólogo. Aparentemente esvaiu-se toda a civilização imperial do século dos barões.

Mas a incapacidade para compreender a existência dos alicerces na base dos monumentos é privilégio exclusivo de ignorantes ou de fanáticos. Porque os velhos troncos da aristocracia rural enraizados na história e harmonicamente representativos da sua época, avultam sobre a sua velha gleba, numa sugestiva simbolização dos colossos vegetais que derrubaram.

Imperturbavelmente afrontam o julgamento da posterioridade, porque deles foi o primeiro embate contra o meio brutalmente hostil. Por meio deles é que sobe a primeira seiva dirigida e a terra se cobre em festas com as imensas florações de café, numa encorajante persuasão de que a vontade humana vence todos ambientes, por mais inóspitos e bárbaros, por mais impenetráveis e desalentadores, desde que neles siga as diretrizes possibilitadas pela natureza.

Vence o pântano e a montanha. Vence o deserto e a floresta. Vence a hostilidade climatérica, o desafio dos matagais tremendamente sólidos e inertes e beligerantemente unidos contra os assaltos do seu aniquilador. Vence a estratégia imponderável da bactéria e do micróbio, entrincheirados no invisível.

O homem é o soberano senhor da Terra, na era geológica preparada pelos bilênios para a sua vinda. E por isso, em sua própria evolução a devasta para dominá-la, para dela colher o que lhe é útil, passando-a a seguir mais dócil à exploração dos sucessores.

Foi o que fez o conquistador da selva e da montanha fluminense. Pelos únicos meios permissíveis em sua época de um Brasil paupérrimo de habitantes, com a energia muscular do es-

cravo arrastou de cima dela o manto da floresta. Dividiu-se, e devotando-lhe a existência, organizou-a, povoando-a.

Matematicamente realizou o seu destino, oculto às gerações que o antecederam, impotentes e interrogativas ante a formidável massa bruta da cordilheira enflorestada.

Porque a solução do problema da conquista da serra, estava encerrada num minúsculo grão em misteriosas terras de além-mar. Por caminhos traversos e em punhados avaros iniciais, foi ele espalhando-se pela hospitaleira terra que o acolhia, atrativamente a oferecer-lhe as calinosas seduções do corpo virgem.

Possui-a toda, fecundando-lhe uma vida nova. Emancipou-a do pesadelo da barbaria, insuflando-lhe aspirações idealísticas.

Áspera e penosa foi o domínio dessa gleba. Mas foi o que realizaram com a sua formidável potência criadora os fazendeiros serranos do Império, justamente nobilitados pelo monarca. Era um prêmio ao seu trabalho infatigável e uma promessa a quantos engrandecessem a economia brasileira.

Quando já em 1818 o primeiro imperador eleva um dos pioneiros do desbravamento da serra o *barão de São João Marcos*, não poucos foram os que tentavam ridicularizar essa criação de uma nobreza agrária. Um ilustre viajante inglês, Walsh, defende-a porém com a luminosa razão da sua raça de claros e práticos pensadores: “No estado presente deste país é o lavrador o promotor de seus mais úteis interesses. Aquele que faz nascer do solo uma utilidade que ali jamais existira, merece que o seu governo lhe confira grandes honras e distinções. Não só o merece como tem direito de exigir tal preito pelo que fez, como pelo que obra, como exemplo, para os seus compatriotas”¹²¹.

A nobilitação dos lavradores brasileiros foi uma das mais destros e fecundas realizações do sábio e honesto segundo imperador que, deste modo, concretamente organizava a nação. Dom Pedro II ampliava a libertadora obra do pai, consolidando o trono e realçando a Coroa com a fulgurância da civilização criada pelos seus titulares fazendeiros, sobretudo pelos “barões do café” da terra fluminense, multiplicados pelo Vale do Paraíba.

121. Cf. Afonso De E. Taunay: “Velhas Casas Grandes”, *Jornal do Comércio*, 25/03/1945.

Por que deles é que provinha a robustez econômica e financeira do Império. Quando as cifras da produção paulista e mineira eram diminutas ainda ¹²², foram aqueles dinâmicos senhores rurais da velha província que, empunhando um galho de cafeeiro, como um símbolo do Brasil, o foram orgulhosamente colocar na Bandeira Imperial.

Alberto Ribeiro Lamago

122. O seguinte quadro mostra, a potência econômica da província do Rio de Janeiro nos meados do século XIX, quando a fortuna do Brasil fundava-se na produção dos cafezais da serra:

PRODUÇÃO DE CAFÉ EXPORTADO PELO BRASIL EM 1852

Províncias	Produção em arrobas	Porcentagem
Rio de Janeiro	7.193.000	77,120%
São Paulo	1.289.375	13,825%
Minas Gerais	714.002	7,655%
Espírito Santo	108.088	1,159%
Bahia	18.829	0,202%
Município da Corte	3.617	0,039%
Total	9.326.911	100,000%

(“Relatório apresentado ao ex.^{mo} presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Luís Antônio Barbosa, pelo vice-presidente o comendador João Pereira Darrigue Faro em 1853”).

**O Rio de Janeiro no primeiro quartel
do século XIX**

O Rio de Janeiro do primeiro quartel do século XIX *

Em 1808, após a chegada da corte portuguesa, com o súbito acréscimo da população e a necessidade de se instalarem novos serviços, a cidade do Rio de Janeiro, até ali bastante acanhada, a tomar rápido desenvolvimento e nela se multiplicaram as construções. O cônsul francês Maler registra que de 1808 a 1818 se fizeram na nossa capital 600 casas e se abriram 100 chácaras. Afora o muito que deve tocar aqui à iniciativa particular, para os outros empreendimentos de ordem pública, o príncipe regente encontrou um auxiliar de mão-cheia no desembargador Paulo Fernandes Viana, um brasileiro por ele nomeado (coisa rara no tempo) intendente geral de polícia, cargo que exerceu por quatorze anos, e a cujas atribuições de segurança geral se prendiam outras de edilidade e administração, como o abastecimento d'água, a construção de pontes e calçadas, a iluminação e a colonização.

E Paulo Fernandes Viana atendeu a tudo isto. Logo em 1809, dentro de prazo curto, ordenou que todas as rótulas e gelosias de urupema, as célebres adufas mouriscas, fossem substituídas por hastes de ferro ou balaústres de pau, nos casos em que não pudessem ser empregadas vidraças. Demoliu muito prédio velho e aproveitou outros, reformando-os. Reparou calçamentos precários e semeou lampiões pelos caminhos lóbregos e as vielas escusas. A iluminação fora confiada a um arrematante e, de postes de pedra e cal, pendiam agora os candeeiros, ainda de azeite de peixe. Abriu várias estradas e corrigiu aquela preguiçosa e coleante, que ia ter à floresta da Tijuca e era conhecida por caminho da Fazenda (1818). Enxugou os alagadiços do Campo de Santana e aí colocou bicas. Construiu o cais do Valongo, onde d. João já mandara demarcar terrenos para novos trapiches e armazéns. Captou as águas do rio Maracanã, com isto facilitando a instalação de chafa-

*. Do livro ainda inédito: *Aparência do Rio de Janeiro*.

rizes em pontos afastados da Carioca. E por falar em deve-se-lhe também o que, ainda hoje, está à Rua Riachuelo, ímpar, próximo à Rua André Cavalcanti. Traz a data de 1817 e é mesmo denominado *Chafariz de Paulo Fernandes*.

Ainda no que se refere à tranqüilidade da população, não se descuroou o intendente de polícia. Nisto, fazendo parte do corpo da guarda real, secundou-o valiosamente o famoso major Vidigal – Miguel Nunes Vidigal – notável pelo seu destemor e energia. Muito antes de Sampaio Ferraz, que lhes moveu feroz campanha, foi o primeiro a enfrentar os capadócijs e capoeiras, a quem mandava distribuir, no xilindró, fartas “ceias de camarão”. Acabou também com os quilombos que infestavam os morros da cidade e dos quais, à noite, desciam os escravos fugidos, para cometer toda sorte de roubos e tropelias. Destes, um dos mais temidos, pelo número de componentes e ferocidade das práticas, foi o que teve reduto nas matas do Corcovado e por muito tempo trouxe em pânico os moradores de Laranjeiras. Vidigal foi imortalizado mais tarde, com o próprio nome, nas páginas do romance de Manuel de Almeida.

* * *

Mas não foram só a *urbs* e S. Cristóvão que se enfeitaram com a presença da família real.

Outros bairros entraram em franco período de desenvolvimento e para tanto muito concorreram os numerosos estrangeiros que agora começavam a procurar o Rio.

Os ingleses à frente, com o seu amor à natureza, com o seu gosto pela paisagem, pelos belos jardins e as lindas flores, puseram logo os olhos na fímbria loura das nossas praias e na encosta verdejante das nossas colinas e, entre tudo o que viam e não se cansavam de admirar, só encontravam um embaraço: o de escolha do local mais aprazível para instalar um confortável *home*. Assim, a enseada de Botafogo, que até ali não passava de um pouso de pescadores e ciganos, veio a ser um dos pontos mais procurados por eles que, em pouco, já chamavam de *green lane* (caminho verde), o Caminho Novo (marquês de Abrantes), que até lá os conduzia. Alguns anos depois (1825), esses ingleses inauguravam no mesmo bairro

uma pista para corridas de cavalos ¹. Ainda mais tarde, em 1832, um compatriota ilustre, Darwin, apoiava-lhes o encanto pelo golfo que fecha a Guanabara ao sul e da “baía de Botafogo” datava as suas cartas durante as dez semanas passadas no Rio, enquanto o *Beagle* o esperava no porto ².

Até 1590, a praia e a enseada de Botafogo guardaram o nome de Francisco Velho, um companheiro de Estácio de Sá, e o bairro só passou a Botafogo depois que aí foi morar um certo João de Sousa Botafogo, homem de haveres e bem conceituado. Assim, numa medição de 1753, já se fala em enseada e lago de Botafogo. Para os franceses de Villegaignon, todo aquele recanto da baía era simplesmente *le Lac*.

Os anglo-saxões espalharam-se também pela Glória, pelo Flamengo e Laranjeiras. Nem mesmo as ladeiras os desapontavam, desde que a lomba dos morros lhes desse a frescura da ramaria folhuda e dos riachos cantantes, ou daí se pudessem maravilhar com largos panoramas. É disso testemunho o ainda hoje morro do Inglês, nas Laranjeiras, cujo nome lhe veio de haverem habitado nos seus altos, logo na primeira ou segunda década do século, três ou quatro súditos britânicos. Citam-se um sr. Guilherme Young, comerciante e banqueiro, Henrique Chamberlain, e também um tal Jorge Britain. Provavelmente, aquela designação proveio deste último, que ali residiu por uns trinta anos. Morador muito curioso desse morro foi o conde, de origem holandesa, Teodoro van Hogendorp, que tomou parte ativa nas campanhas de Napoleão, primeiro como seu ajudante de campo, depois, como general e, mais tarde distinguido por ele com a governança da Lituânia. Impossibilitado de fazer companhia ao grande corso, em Santa Helena, exilou-se voluntariamente no Brasil, atraído, talvez, por velha amizade ao conde da Barca, e aqui, no sítio Nova Sion, apenas cercado de um veterano prussiano, sua antiga ordenança, e de alguns pretos a quem dera liberdade, pelo resto da vida dedicou-se à lavoura, colhendo bom café, exportado com êxito para a Europa, e vendendo muita laranja, de que fazia um excelente vinho. Com

1. Já por esse tempo se ceava, à noite, num restaurante da praia, provavelmente na esquina de Voluntários. Quem no-lo diz é Carl Seidler, que fala também de outra casa do mesmo gênero, esta nas proximidades de Jardim Botânico, e igualmente bastante freqüentada após o espetáculo. Ali comia-se boas ostras e se tomava bom vinho do Porto.

2. Informação de Batista Pereira, em *Figuras do Império e outros ensaios* diz que a casa em que se hospedou Charles Darwin ficava no corte de Guanabara, fim da rua Farani, à esquerda, onde o terreno já é algo elevado.

as frutinhas da grumixama preparava também um delicioso licor bastante louvado dos seus raros visitantes ³. Entre estes contava-se o príncipe d. Pedro.

Os primeiros representantes diplomáticos junto à corte de d. João VI propenderam igualmente para a zona sul e no início da rua Marquês de Abrantes, onde está hoje a Casa dos Expostos ⁴ e anteriormente existiu um hotel bem reputado, o Grande Hotel, houve uma famosa “chácara das Mangueiras”, que serviu de residência a vários deles e também ao príncipe Maximiliano da Prússia. A esse esplêndido solar se refere Ouseley, no seu álbum, dedicando-lhe mesmo uma aquarela.

Bairros como Mataporcos, Pedregulho e Rio Comprido, “o melancólico amoroso Rio Comprido” da Nísia Floresta, talvez porque mais próximos do paço de S. Cristóvão, tiveram a preferência dos fidalgos palacegos e de seus patrícios pecuniosos.

Já alguns franceses, gente toda de boa situação social, nobres exilados e membros da missão artística, distribuíram-se por vários recantos da floresta da Tijuca. Os Taunay fixaram-se junto à Cascatinha; mais para cima dessa queda do Maracanã, a baronesa de Rohan; o conde Aymar de Gestas e seus tios o visconde de Roquefeuil e uma irmã, para os lados da Cachoeira Grande; em outros pontos, o príncipe de Monbeliard e o conde de Scey. Como se vê, uma verdadeira colônia francesa, e de linhagem. Todos eles, mais para se distrair ou esquecer amarguras políticas, do que por necessidade, adquiriram grandes propriedades e se entregaram à agricultura, cultivando particularmente o café. Uma das maiores plantações que teve aí a rubiácea, pertenceu ao dr. Lecesne outro francês, esse emigrado de S. Domingos, onde se consagrara ao mesmo gênero de lavoura e que graças à sua longa prática, trouxe para o nosso meio bons ensinamentos sobre o assunto. Por sua vez, o conde de Gestas que, mais tarde, casando com uma sobrinha de Chateaubriand, tornaria ao Brasil como encarregado de negócios e cônsul-geral da França, aclimava na sua fazenda

3. Mais tarde, na Tijuca, o cônsul francês Teodoro Maria Taunay tentaria preparar com a polpa do fruto do café, sem prejuízo da sua semente, uma bebida semelhante ao *kirch-wasser* dos suíços.

4. Antes de passar para esta sede, a Casa dos Expostos, Casa da Roda ou Roda simplesmente, esteve, a título precário, na rua Marquês de Abrantes, desde que, por motivo de ampliação do quartel à rua Evaristo da Veiga (antiga Barbonos), foi necessário demolir o prédio que lhe ficava contíguo, e por ela ocupado desde 1860.

frutas européias, a pêra, a uva, a maçã, e aí, muitas vezes, d. Pedro e d. Leopoldina foram saborear morangos com creme (creme fresco, uma novidade na terra), depois dos não menos famosos pastelões de galinhola.

* * *

Para essa maior expansão da cidade, também emprestou bom concurso à família real. D. João, de hábitos caseiros e comodistas em Portugal, a ponto de passar perto de um ano sem sair do Palácio de Mafra, o que lhe ia valendo a fama de doido, aqui se tornou um andejo. Vivia do Paço de S. Cristóvão para o Paço da Cidade e deste para a chácara de Botafogo, a pretexto de banhos de mar, ou para o Jardim Botânico, de que gostava muito, e onde lhe construíram até um casinholo. Isto para não falar em freqüentes estadas na Ilha do Governador, como hóspede dos beneditinos, ou na ilha do Bom Jesus, a convite dos franciscanos, ou ainda em Paquetá, numa casa particular e, mais tarde, na fazenda de Santa Cruz, então para permanências demoradas, sobretudo pelo mês de junho.

D. Carlota Joaquina, se não lhe acompanhava os passos, do mesmo modo não parava quieta e ora estava aqui, ora estava ali. Botafogo, também para banhos de mar, Mataporcos, Andaraí... Afora os repetidos saracoteios pela cidade, motivo não raro de sérios incidentes, a frisarem as raias de litígios internacionais. É que os *toma-larguras*⁵ e demais batedores e fraldiqueiros de seu séquito, à passagem da carruagem real e sob pena de agressão imediata, exigiam que todos respeitosamente estacassem e se descobrissem, inclusive até os diplomatas, que se nem sempre concordavam com semelhante pragmática, ficavam logo sabendo não possuírem imunidades contra a pancadaria.

Nem mesmo a rainha d. Maria mantinha-se confinada nos seus aposentos do convento do Carmo, a remoer a antiga vesânia, engrolando despautérios. Levaram-na para a casa da Praça das Laranjeiras e, daí, aos boléus de um coche e entre duas damas de honor, lá saía ela a tomar ares ou beber uns goles de água férrea

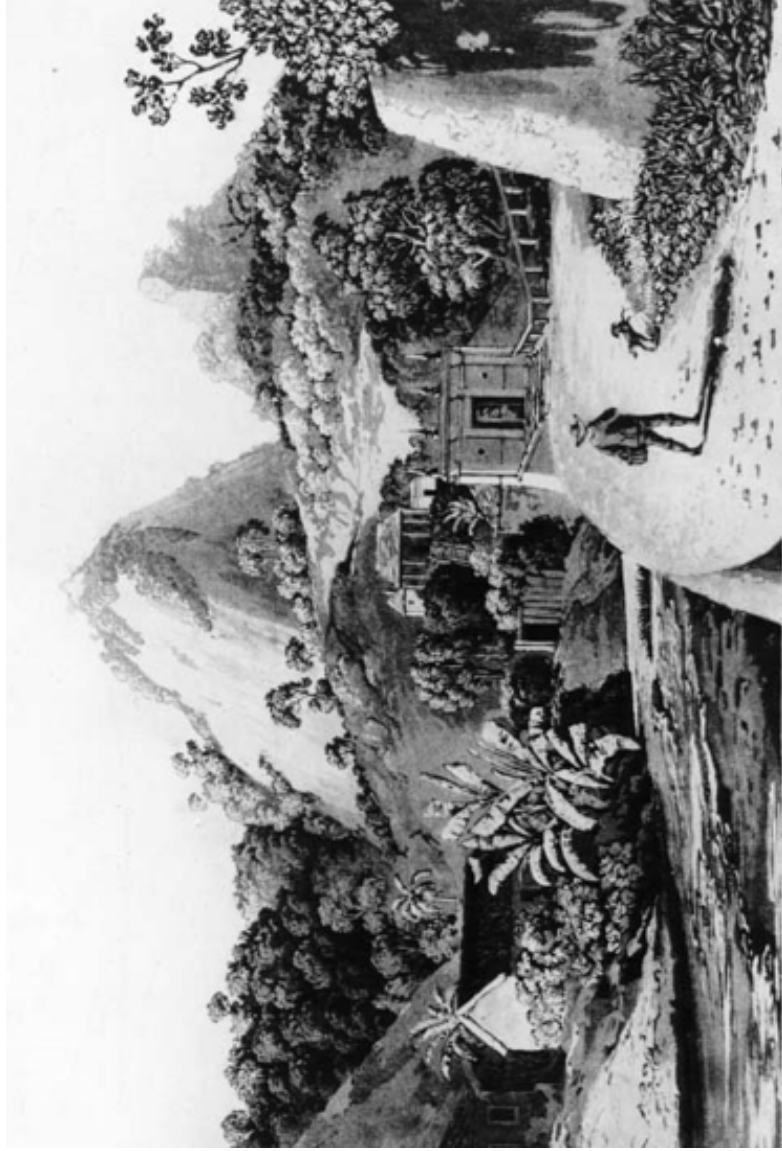
5. Toma-larguras porque tinham por função desimpedir o tráfego ou porque andavam metidos numas casacas de abas extremamente largas.

naquela fonte que, no bairro, lhe guardou para sempre a lembrança: *Bica da Rainha* ⁶.

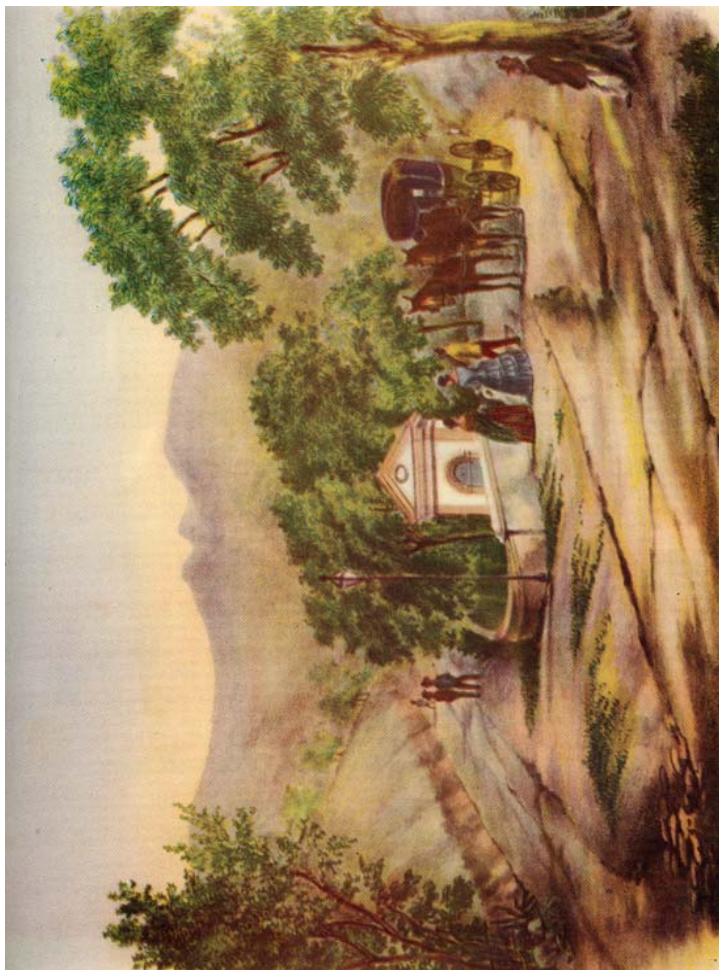
D. Pedro e d. Leopoldina prosseguiram na mesma praxe dos passeios. E estes, com maiores facilidades. Ambos gostavam de cavalgar. Assim, não os intimidavam os pontos mais afastados ou os píncaros mais altos. Juntos ou sozinhos, subiram muitas vezes a Tijuca. Foi d. Pedro, em 1823, quem descobriu aí outra *Água Férrea*, aquela que, ainda agora, a uma volta da Estrada Nova, vemos anunciada em grandes letras brancas sobre um gramado verde. A fonte, porém, ficava mais abaixo, no local em que está hoje a Escola Pádua Soares, à estrada Velha, nº 93. Aí, aplicada ao muro que serve de anteparo ao terreno, em socalco, há uma placa com a seguinte inscrição: *Local onde existia a fonte férrea descoberta pelo imperador d. Pedro I em 24 de dezembro de 1823. Esta pedra foi aqui colocada a 3 de maio de 1917.* Quanto à fonte e à placa primitiva, de dizeres mais sumários, *fonte de água férrea descoberta pelo imperador Pedro I em 24 de dezembro de 1823*, tiveram o destino de tantas outras coisas de interesse histórico entre nós: ninguém mais sabe delas. Também a d. Pedro, ao seu desejo de galgá-lo, deve-se, um ano mais tarde, a primeira vereda aberta, para cavaleiros, até o Corcovado. D. Leopoldina, desgraciosamente escanchada na sua montaria, apenas seguida de um escudeiro e um cachorro, muitas vezes também se embrenhou pelas matas do Andaraí, a herborizar plantas raras que mandava depois para Viena.

Já consignamos dois manadeiros de águas férreas. Haveria outro: o de Matacavalos. Todos três muito procurados pela população. Como se vê, vem de longe a preferência que os cariocas e os brasileiros, em geral, demonstram pelas águas minerais. Se ainda hoje a *Bica da Rainha* mantém algum prestígio e muitos moradores das cercanias mandam ali diariamente encher moringas, novas águas, de riqueza mineral maior, descobertas mais tarde em vários pontos do país, mas sobretudo em Minas e S. Paulo, fizeram esquecer as do Rio. Inclusive uma famosa: a que se obtinha no *chafariz dos Boiotas*, ao sopé do morro Santo Antônio, onde fica hoje o Teatro Recreio, ao fim da Rua Espírito Santo, antes, suces-

6. Querem alguns que a expressão "Maria vai com as outras", com que se increpam as pessoas sem vontade própria e facilmente conduzíveis para aqui e para ali, resultou dessas indispensáveis acompanhantes sempre que a rainha demente saía à rua.



A casa de Hoggendorp e a Bica da Rainha
(Do livro de Maria Graham)



Estampa do álbum de Rensburg
(Col. do Museu Imperial)

do coro da nossa igreja; e porque Manuel de Jesus Pinto, tinha sido o que dourara toda esta igreja com perfeição e satisfação de todos, parecia que a este se devia entregar esta obra, e concordando todos nisso se mandou chamar o dito pintor, e se ajustou o preço de oitenta mil réis, pondo ele todo o material necessário à sua custa, sem que a irmandade lhe dê mais coisa alguma, e dando ele a obra toda acabada, e de como assim se tratou, assinou ele com a Mesa, em fé de que fiz este termo eu Antônio Teixeira Ayres escrivão interino”²⁸.

Manuel de Jesus terminou rapidamente o trabalho, para o qual nenhum prazo fora estipulado no termo. Justamente um mês depois, era-lhe paga a quantia ajustada para o “douramento do couro, visto que se acha completo na conformidade do ajuste feito pelo termo”²⁹. Tão satisfeitos ficaram os outros irmãos com a presteza e a qualidade do seu trabalho, que continuaram a contratá-lo, de tempos a tempos, para vários serviços até à sua morte, que se supõe ter ocorrido por volta de 1817³⁰. Ao todo, pagaram-lhe durante esse período o montante de 1:957\$045³¹. Foi ele provavelmente um dos primeiros pintores do Recife no começo do século XIX, e como tal será considerado quando se fizerem novos estudos sobre a arte pernambucana dessa época. Nos registros de São Pedro dos Clérigos, de 1804 a 1815, figuram uns tantos pagamentos a Manuel de Jesus, pela douração e prateação do mobiliário da igreja³².

Quando, no entanto, em 1793 se decidiu decorar o corredor norte de Santo Antônio, que era provido de uma entrada especial

28. S. S. Sacramento: Livro 1º de termos, fl. 7 verso.

29. Livro 1º de receita e despesa, fl. 8.

30. Livro 2º de receita e despesa, fl. 75.

31. Para um inventário desses serviços, vide o catálogo apenso a este estudo.

32. Note-se que ele parece ter começado seus serviços em São Pedro dos Clérigos, no próprio ano de 1804, quando, após uma década de silêncio, os registros de Santo Antônio entram de novo a mencionar o seu nome. Talvez Manuel de Jesus Pinto tivesse deixado o Recife durante esse período.

A Irmandade de São Pedro dos Clérigos fez os seguintes pagamentos ao pintor:

1804-5. “Idem a Manuel de Jesus pintor, por dourar as 12 sanefas, pintar a cruz, castiçais, aciprestes (?) e banqueta como se mostra do seu recibo” (Livro de receita e despesa, 1802-72, fl. 10) 126\$400.

1805-6. “Pelo que se der a Manoel de Jesus Pinto de dourar as 16 tribunas, 8 sanefas das debaixo e todo o coro” 700\$000.

para a “sacristia dos padres”, de modo que fosse possível receber o bispo e o governador com as devidas honras, não mencionaram no termo o nome desse pintor, nem existe registro de que forneça uma indicação quanto ao autor do trabalho. “Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de mil setecentos noventa e três, junta a Mesa neste consistório da Irmandade do S. S. Sacramento se deliberou de comum acordo fazer-se o forro do corredor da igreja da parte do norte, e remates das janelas do mesmo cujo forro e remates se devem mandar assear de pintura, que deve consistir de branco em todo o teto e de azul pelas abas; e os remates das janelas com pintura que finja pedra, com seus veios dourados; cuja obra se deve fazer para se receberem com decência nas festividades da mesma igreja os ex.^{mos} srs. bispo e general, igualmente se deliberou o fazer-se a calçada ao redor de toda, digo ao redor da igreja, pela parte da rua Nova, e escada de entrada nela; sendo fabricada a dita calçada com cordão de pedra para borda e ladrilhado o centro. E de como assim se deliberou, se mandou fazer

“Ao mesmo de renovar, lingir e dourar as pedras, pintar de verde todas as portas da igreja de dentro” 600\$000

“de dourar a sanefa da porta principal”	25\$000
“o dossel do trono”	14\$000
“o caixilho e grade do nicho da sacristia”	16\$000
“de pratear 52 castiçais do trono a \$700”	36\$000
“de fingir, envernizar e dourar a Cadr. ^a rasa e banquetta do Santo Padre ..	6\$000
“de 1 cadeira rasa que se fez para pôr o cochim”	3\$2000

(ibid., fl. 10)

1806-7. “pela pintura do forro do coro e corredores e pelo dourado das 12 sanefas das portas e janelas dos ditos, como consta do recibo e conta de Manuel de Jesus Pinto”

250\$000

(Ibid., fl. 13).

1807-7. “ao pintor Manoel de Jesus para pôr vidros e limpar os óculos da capela-mor

1\$720

(Ibid., fl. 14 verso).

1810-11. “se deu a Manoel de Jesus para pintar a barra da sacristia e corredores”

1\$920

(Ibid., fl. 20 verso)

1813. “e a Manuel de Jesus de dourar os dois castiçais da sacristia

24\$000

(Ibid., fl. 26 verso)



este termo em que todos assinaram. João Anastásio da Cunha o escrevi”³³.

No ano seguinte, a irmandade aprovou um contrato para a pintura da galeria por cima do corredor norte que conduz ao antigo consistório³⁴. Desta vez, não há dúvidas sobre a identidade do pintor, pois está declarado: “se fez ajuste com o mestre pintor Manoel de Jesus Pinto”. Com efeito, “aos dezoito dias do mês de fevereiro de mil setecentos e noventa e quatro, junta a Mesa neste consistório da Irmandade do S. S. Sacramento se liberou de comum acordo pintar-se o dito forro, e propondo-se ao nosso irmão Manoel de Jesus Pinto as condições com que a dita obra deve ser feita, as quais são as seguintes: pratear com aparelho e melhor prata cem bornidores, oitenta castiçais de três palmos, torneados e faxeados, um forro do corredor pintado de branco com cola do reino, desde a primeira até última mão com três mãos de aparelho... a cornija fingida de pedra azul e encarnada, outo Sanefa (sic) douradas em todos os altos, e os fundos de focos (?) como os da igreja tudo com ouro de Lx.^a o melhor quatro janelas e duas portas oleadas de verde com duas mãos, três portadas das tribunas com toda a largura que tiver fingidas de pedra azul e óleo com avisado fino, assim também com o mesmo fingido as duas portadas das duas portas, dar cinzento com duas mãos por detrás de todas as portas e janelas, ultimamente dourar bornido os dois redondos de toda a cornija. E juntamente fazendo-se a mesma proposta a outro M.^e, ouvidos os preços pelos quais podiam fazer a dita obra, por conclusão se deu ao d.^o nosso irmão pelo preço de cento e trinta mil réis, pelo qual se obrigou a fazer a dita obra com as referidas condições, dando-a pronta e acabada para vinte cinco de M.^{co} do presente ano, pelo que se mandou fazer este termo, o qual assinou com a Mesa e eu Antônio José Teixeira Ayres o fiz por nomeação em Mesa”³⁵.

Dos dois termos constam valiosos informes no tocante às cores usadas na ornamentação de construções da época. O verde tomara agora o lugar do azul, tão em moda até ao meado do século XVIII, para o exterior de portas e janelas, de par com o mais

33. S. S. Sacramento. Livro 1^o de termos, fl. 22 verso.

34. O atual consistório é um aposento maior situado no edifício do século XIX já mencionado, ao lado da igreja.

35. *Ibid.*, fl. 23.

suave tom de cinzento para a parte interna³⁶. Na sala do andar térreo não podia deixar de haver um teto branco com cornija azul, e na sala do pavimento superior tinha de existir uma cornija com divisões douradas e outras pintadas de vermelho e azul, para simular uma pedra exótica senão irreal. Produziram a mesma espécie de efeito marmorizado, desta vez em azul e ouro, no corredor de entrada. O efeito desta pintura, que desapareceu de todo, devia assemelhar-se ao do formoso altar-mor na antiga igreja da Santa Casa da Misericórdia, em Olinda, a qual data de 1773, bem como ao das cornijas da sacristia do convento de São Francisco, em João Pessoa³⁷, ou ainda ao das cornijas, aqui ilustradas, do aposento similar em São Bento, em Olinda (fig. 5), as quais foram provavelmente pela primeira vez pintadas no ano de 1780. Muito mais tarde, em 1805, incumbiu-se Manuel de Jesus Pinto de “pintar o forro do corredor e avivar as tintas”³⁸, fato este que se repetiu em tantos casos, daí resultando a destruição de belos efeitos primitivos.

Em 1796 a irmandade recebeu outra dádiva, que constava de um grupo de imagens representativo dos três aspectos da Paixão de Nosso Senhor e de Nossa Senhora da Soledade. As imagens, de procedência desconhecida, deviam ser expostas durante as procissões da Semana Santa. Quando a Mesa se reuniu em 20 de novembro de 1796, decidiu-se colocar essas imagens de Cristo sobre altares no consistório, onde ainda podem ser vistas (fig. 6). A da Virgem Bem-Aventurada devia adornar um altar na “sacristia dos padres” (fig. 3).

De fato, “aos 20 dias do mês de novembro de 1796 propôs o nosso irmão José d’Affonseca e Silva, que ele por sua devoção tinha mandado fazer as imagens dos Passos, do Senhor à coluna, do Ecce Homo, do Senhor em prisão, as quais hão de servir nos passos que se costumam fazer na nossa igreja nos domingos de

36. Manuel de Jesus Pinto empregou esta cor para portas em São Pedro (vide nota 32). Pintaram-se também portas a vermelho e branco; “Julho de 1794. Idem com onze portas brancas digo doze brancas e onze vermelhas, mil duzentos e oitenta, 1\$280” (S. S. Sacramento. Livro de receita e despesa, fl. 41).

37. O trabalho de decoração desta sacristia, uma das mais belas da América, teve início pouco depois da construção dela, em 1752. (Frei Antônio de Sta. Maria Jaboatão, novo orbe seráfico brasílico, Rio de Janeiro, 1858-62, v. 2, p. 371). Os “caixões” levam a data de 1761 e a inscrição “F. I.”

38. Livro 1º de receita e despesa, fl. 137.



Quaresma, e como não tinha onde as colocar, representava à Mesa, que parecia justo que se colocassem no consistório da irmandade, por ter lugares próprios para isso, formando quatro altares com nichos correspondentes, para estarem neles decentemente guardadas e com veneração, o que ouvido por todos assentaram unanimemente que assim se executasse com toda a decência, e ao mesmo tempo se determinou que se colocasse a imagem do Senhor Ressuscitado no altar do consistório ³⁹, por cima do sacrário que nele há, e da mesma sorte que a Senhora da Soledade se colocasse no altar da sacristia, que serve para o uso dos padres. E de como assim se determinou, mandou a Mesa fazer este termo, que eu João Lopes Cardoso Machado escrivão nomeado fiz, e assinei com a Mesa” ⁴⁰.

Dois anos depois, surgiu uma dificuldade em relação à imagem de Nossa Senhora da Soledade. Um irmão anônimo presenteara a igreja com uma imagem de Nossa Senhora das Dores, e a colocara abaixo do grande crucifixo do altar do Senhor Bom Jesus à direita da capela-mor. Para dar lugar a esta, teve de ser removida uma imagem de Nossa Senhora da Piedade para outro sítio. Neste, porém, havia um relicário que continha a imagem de Nossa Senhora da Soledade. Criava-se, pois, um problema: o destino a dar a esta imagem, que fora doada por outro irmão. Após cuidadoso exame do assunto e tendo reconhecido o fundamento dos motivos que determinaram a ação do irmão anônimo, decidiu a Mesa que Nossa Senhora da Soledade fosse transferida para um lugar adequado na sacristia sul, que era o aposento usado pela irmandade. “Aos três dias do mês de junho de 1798 junta a Mesa Geral por ser o dia da eleição geral com a presidência do nosso irmão Luís Joaquim José Vaz Salgado, propôs (sic) um nosso irmão, e disse que por ter grande devoção com o Senhor Bom Jesus, e tomando a seu cargo o altar do mesmo Senhor nesta igreja, tinha mandado fazer uma imagem de N. Senhora das Dores, a que tinha colocado no mesmo altar no lugar de outra com o título da Piedade, e porque esta já tinha adoração, a fez colocar no altar da Sacristia (sic) em que se revestem os padres, e que tinha feito isto pela empropriedade que

39. Pagamento feito por uma imagem desta invocação em 7 de abril de 1793. Pagou ao escultor para a imagem do Senhor ressuscitado vinte e cinco mil réis, 25\$000. (Ibid., fl. 25).

40. Livro 1º de termos, fl. 44.

tinha o mesmo altar em rezão (sic) de estar o Senhor em cima na Cruz e logo abaixo o mesmo Senhor nos braços de sua Mãe, e que sendo todas uma só Senhora, o povo inclinava mais para a Senhora com o título das Dores, sendo pois para isso rogada de muitas pessoas, e agora pedia licença à irmandade consentisse nesta sua devoção; o que ouvido por todos concordaram unanimemente na devoção do dito irmão, aprovando tudo por bem feito e que ficariam as duas imagem (sic) com adoração nos altares em que hoje se acham com licença do ordenário: e porque em um termo fl. 44 neste mesmo livro ⁴¹ se determinou que a Senhora da Soledade que sai na procissão se colocasse no altar da sacristia que serve para o uso dos padres agora determinamos se coloque a dita Senhora da Soledade na nossa sacristia quando para isso houver ocasião, e que em nenhum (sic) tempo por esta ou qualquer imagem se deixe de conservar as duas nos seus altares em que hoje estão colocadas muito principalmente a Senhora das Dores. E como assim se determinou e em todo tempo consta, mandou a Mesa Geral fazer este termo q. todos assinaram. E eu Francisco Ferreira escrivão o fiz e assinei” ⁴².

Quanto tempo durou o novo arranjo, não se sabe. Quando se fez o inventário em 1812, estava Nossa Senhora da Soledade na sacristia sul ⁴³, e Nossa Senhora da Piedade na sacristia norte ⁴⁴. Agora, entretanto, é diferente a disposição. A primeira das imagens voltou à sua posição primitiva, ocupando o nicho sobre o arcaz do padre Dornelas. A de Nossa Senhora da Piedade foi removida para uma capela no ângulo noroeste da nave, cuja entrada está enriquecida por uma admirável sanefa em branco e ouro, de vigoroso desenho, a qual constitui um dos mais finos elementos decorativos da igreja (fig. 7). Contudo, segundo os dizeres do termo, não trocaram os irmãos o lugar de Nossa Senhora das Dores ao pé da Cruz.

À medida que iam passando os anos, continuou a igreja a receber presentes dos membros da irmandade. Em 1805 um grupo de irmãos angariou recursos com o fim de providenciar para a

41. Vide nota 40.

42. Ibid., fl. 49 versos 50.

43. “Uma imagem de Nossa Senhora da Soledade em um nicho na n. sacristia ornada de vestido branco e manto azul com seu diadema de prata (Inventário, etc., fl. 1).

44. Vide nota 22.

douração do consistório, que até essa data não havia aparentemente recebido a decoração final. Manuel de Jesus Pinto assinou então um contrato com a Mesa da irmandade, em que concordava em levar a efeito determinados trabalhos pela soma de 200\$000. É significativo que o contrato mencione “um painel do Espírito Santo”. Isto prova de modo concludente que ele pintava telas tão bem como paredes e tetos e, outrossim, superfícies de mobiliário e objetos ornamentais para altares. “Aos 18 de fever.º de 1805 apareceram no consistório desta irmandade os nossos irmãos Pedro Antunes, Antônio José Moniz, Antônio José de Figueiredo e mais sócios, e representaram q. queriam se mandasse dourar o consistório a sua custa para cujo princípio tinham já pronto cento e cinquenta mil réis, e prometiam ir dando até completar a importância da obra, rogando a Mesa que houvesse de ir suprindo para a continuação da mesma a obra no emq.tº, o que ouvido por todos concordaram nisto mesmo e se obrigaram os ditos irmãos acima denominados todos a cumprir este trato dando logo que a obra se principiar os mencionados cento e cinquenta mil réis que receberá o irmão tesoureiro atual da irmandade dando disso mesmo clareza e sacando em receita com estas mesmas declarações e com efeito se ajustou a dita obra com o nosso irmão Manuel de Jesus Pinto para dourar os altares e nichos e fazer um painel do Espírito Santo no altar do meio, pintar o teto, e as molduras do mesmo teto com frisos de ouro, e pintar as portas e janelas do mesmo consistório, tudo por duzentos e oitenta mil réis e disse mais o nosso irmão Pedro Antunes que com especialidade se obrigava a indenizar esta q.ta p.l si só quando haja falta em seus companheiros, e de como assim se concordou assinou a Mesa, e igualmente os referidos irmãos que dão esta esmola como também o irmão Manuel de Jesus que prometeu fazer pela referida quantia para que cada um deles fiquem responsáveis pelo que lhe é relativo e eu José Filgueira de Meneses escrivão atual o fiz, escrevi e assinei”⁴⁵. O trabalho foi pago por inteiro em maio de 1806⁴⁶.

No aposento tal como se acha agora, só se pode perceber a atividade do pintor nos altares, nas portas e janelas, e no quadro do Espírito Santo, o qual ainda permanece sobre o altar-mor (fig. 6). Esta pintura recebeu posteriormente importantes reto-

45. Livro 1º de termos, fl. 103.

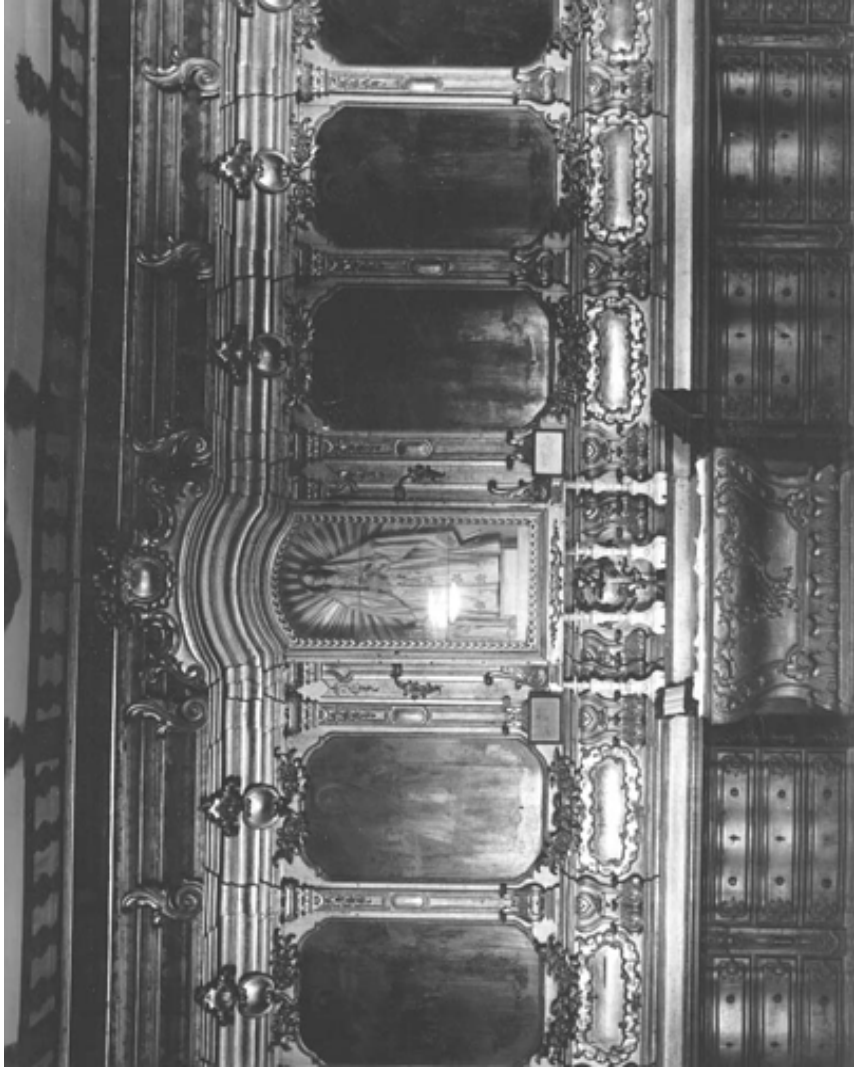
46. Livro 1º de receita e despesa, fl. 141.

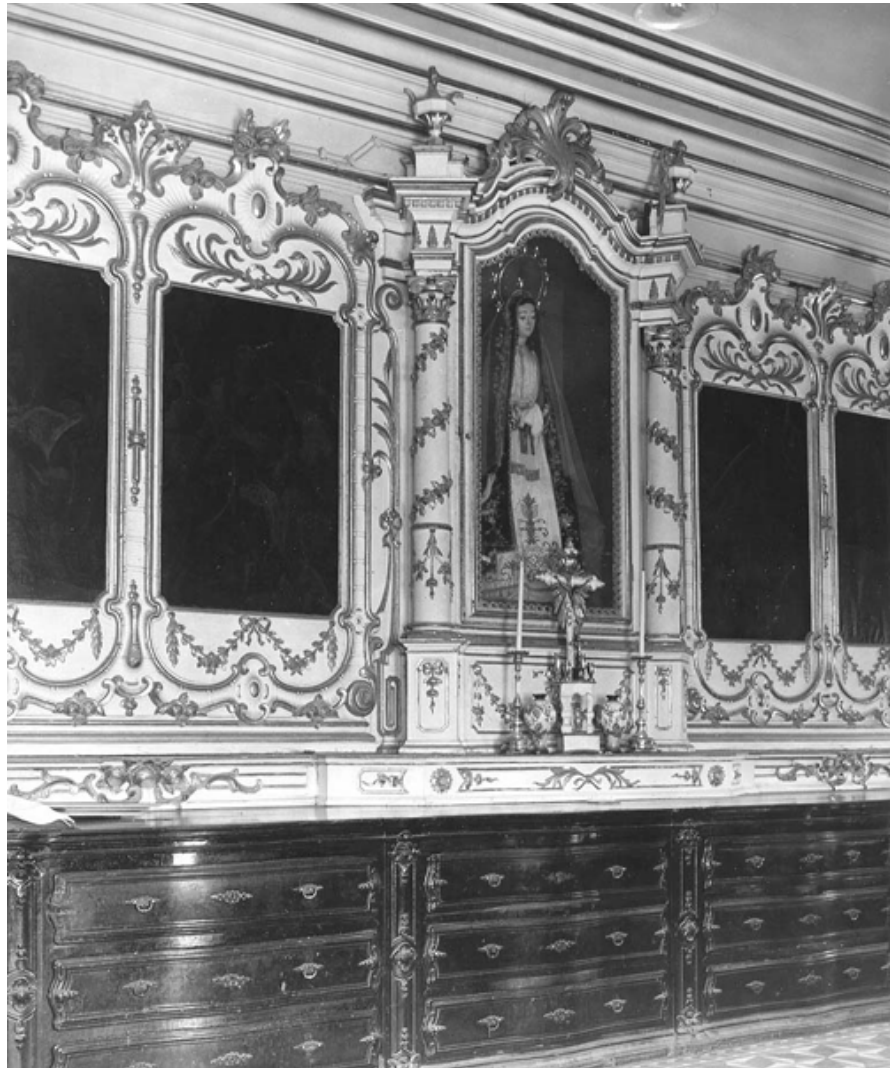
ques, pelo que se torna difícil conhecer o estilo do autor. Um grupo de anjos notáveis pelos seus cabelos e peles extremamente pretos, dos quais só dois estão representados de corpo inteiro, voa em derredor da Pomba Sagrada, que pousa sobre um triângulo irradiante representativo da Santíssima Trindade. A composição parece ter sido desenhada em função do sacrário do altar. O estilo da talha do altar-mor do consistório está intimamente aparentado ao da talha da sacristia abaixo. Os outros altares, entretanto, constituem uma obra mais pobre, que parece ser de execução ulterior. A douração do irmão Manuel de Jesus desapareceu agora das molduras da cornija. O aposento inteiro foi, ao que se presume, decorado a ouro e branco, o elegante padrão da época, que substituiu a moda anterior da douração maciça, usada, por exemplo, na sacristia da Igreja de São Pedro. Foi este novo gosto do século XIX que induziu os membros da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, do Recife, a cancelar a decisão tomada em 1818 no sentido de dourar toda a talha de sua nova capela-mor. Dois anos mais tarde, num “Termo sobre a mudança da pintura da capela-mor”, votaram “que se mudasse a pintura da capela-mor unicamente para branco e ouro, cujo gosto se tem reconhecido ser mais conforme com o dos nossos irmãos, e apropriado ao tempo presente”⁴⁷.

Dos primitivos documentos da Matriz de Santo Antônio, que ainda restam, consta outro quadro. Com efeito, lê-se numa conta relativa à decoração da capela batismal, registrada em 1815: “Idem ao M.e José e Loi de pintar o painel (sic) e dourar toda a mais obra e encarnar a Imagem de Cristo..., 110\$000”⁴⁸. Visto que a capela inclui além da “Missa dos batizados”, para empregarmos a linguagem do documento, um grande quadro oval representando o batismo de Nosso Senhor, cuja moldura ainda é barroca pelo espírito (fig. 8), é razoável supor-se que este é o quadro a que se refere o lançamento. O autor teria sido esse mesmo José Elói, que em 1789, foi contratado pelo abade de São Bento, em Olinda, para “pintar o painel do altar da sacristia, e fingir tudo o

⁴⁷. Arquivo da Ordem 3ª de N. S. do Carmo. Livro 3º de termos, fl. 203.

⁴⁸. S. S. Sacramento. Livro 2º de receita e despesa, fl. 53.





que se vê de pé... 32\$000" ⁴⁹. Essa pintura (fig. 6), que mostra Nossa Senhora das Dores sentada com dois anjos ao pé da Cruz, tem um fundo paisagístico semelhante ao do quadro do batismo na Igreja de Santo Antônio, sendo que os rostos nas duas pinturas apresentam mais do que uma ligeira parecença. Note-se, porém, que o quadro existente em Olinda é superior à pintura existente no Recife, quanto à composição e execução. Este fato acrescido da circunstância de ter sido pintado o quadro de Nossa Senhora das Dores, ao que se presume, cerca de vinte e cinco anos antes do quadro do batismo, impede-nos que identifiquemos os dois José Elóis como sendo o mesmo artista. Não há, entretanto, muita dúvida de que o “pintor José Elói”, a quem, em 1807-1808, a Irmandade de São Pedro pagou 1\$280 por serviços não especificados ⁵⁰, fosse o pintor que trabalhou na Igreja de Santo Antônio. A única referência a quadros nos livros da Irmandade do S. S. Sacramento é um lançamento feito em 1814 e relativo a “panos das vistas dos paços para as domingos da Quaresma”, e um pagamento “ao pintor Melquíades de os pintar e a pilatos e vários judeus e coser os panos”, trabalhos esses que custaram 70\$660 ⁵¹.

Entre os outros artífices da época com quem a irmandade teve negócios, conta-se o distinto entalhador mestre Felipe Alexandre da Silva. Em 21 de abril de 1799 pagaram-lhe 94\$000 “por conta do feito dos Toxeiros, Estante, e Escabelos” ⁵².

49. Esta informação, colhida nos livros do Mosteiro de São Bento, em Olinda, foi-me gentilmente prestada pelo reverendíssimo abade D. Bonifácio Jansen. A respeito da primitiva história dessa instituição, vide: Fr. Miguel Arcanjo da Anunciação. *Crônica do mosteiro de São Bento, de Olinda, até 1763*, Recife, 1940.

50. Arquivo de São Pedro, Livro de receita e despesa, fl. 14 verso.

51. Em novembro de 1786, a Ordem Terceira dos Carmelitas, do Recife, concordara em pagar a um dos seus membros, o irmão Félix da Costa Monteiro, o montante de 260\$000 para “pintar o forro da casa das nossas catacumbas” executando três composições, uma das quais devia representar o Juízo Universal (Livro 3º de termos, fl. 3 verso).

52. S. S. Sacramento. Livro 1º de receita e despesa, fl. 77. Não é raro em documentos da época encontrar-se um entalhador exercendo as funções de marceneiro. Outras referências ao mobiliário da irmandade, são as seguintes: “1 de Outubro de 1791. A João Crisóstomo de Meneses importe de uma courroeira de jacarandá que vender para a fatura das cadeiras, 7\$000” (ibid., fl. 9); “Fevereiro de 1800. P. 4 cadeiras feitas para os confessores, 7\$200” (ibid., fl. 57); “Maio de 1806, Idem ao M.º marceneiro do feito de 4 canapés, uma cadeira e um mesa grande partida em 2 como da sua conta, 234\$000” (ibid. fl. 141).

Nenhuma dessas peças pode ser identificada. Os irmãos de Nossa Senhora do Carmo, em 1771-82, pagaram 51\$270 em “dinheiro que se despendeu com quatro artibancoz (arquivancos?) q. se mandaram fazer para se assentarem os Srs. da Mesa nas funções da Ordem, de Madr.ª, e pintura” (Livro de receita e despesa, fl. 15).

Em julho de 1800, recebeu ele uma soma adicional de 10\$000 pelo mesmo trabalho ⁵³. Entre os anos de 1804 e 1813, esse entalhador trabalhou prolongadamente em São Pedro dos Clérigos ⁵⁴. Em 1804 e 1805, ganhou 580\$000 por 29 sanefas e 16 tribunas da nave e dos corredores da igreja, as quais se incluem entre os mais belos espécimes da última fase do estilo Rococó em Pernambuco (fig. 9). Em 1813 recebeu 16\$000 por seis candela-bros e cruz do altar na sacristia dessa igreja. Nesse mesmo ano foi identificado como o autor do projeto do altar do Senhor do Bom Jesus, por ele executado, da igreja da Ordem Terceira dos Carmelitas, consagrada a Santa Teresa ⁵⁵. Dois anos mais tarde foi contratado para levar a cabo a obra de talha da nova capela-mor dessa igreja, conforme desenhos remetidos de Lisboa, trabalho esse que, infelizmente, foi de todo mutilado por efeito de retoques posteriores. Em 1822 concordou em esculpir os cinco altares restantes da nave

53. S. S. Sacramento. Livro de receita e despesa, fl. 77. Esta irmandade pagou-lhe, outrossim, por serviços vários, em novembro de 1805, "Idem a Felipe Alex.º da Silva de 38 castiçais a 2\$000, total 76\$000". (Ibid., p. 137).

54. É a seguinte a lista de pagamentos feitos a Felipe Alexandre da Silva pela Irmandade de São Pedro dos Clérigos:

1804-05: "Pelo q. se pagou ao M.º Felipe Alex.º da S.ª pelo feitio, e madr.a das 2 sanefas das tribunas de cima, e pregá-las no seu lugar"	60\$000
(Livro de receita e despesa, 1802-72, fl. 5 verso)	
1804-05: "Idem ao dito pelo feitio, e madr.a da Cruz, e Calvário q. fez para a imagem do altar das catacumbas, 4 castiçais, quatro aceprestes, e uma banquetta p.a o mesmo altar, q. tudo consta do seu recibo"	10\$000
(Ibid., fl. 5 verso)	
1805-06: "Pelo que se deu ao M.e entalhador Felipe Alex.e da Silva, de madeira, feitio e por em seos lugares as 16 tribunas da igreja, a 18\$000.	258\$000
(Ibid., fl. 9 verso)	
1805-06: "Idem das oito sanefas das tribunas de baixo, e portas da igreja.	
(Ibid. fl. 9 verso)	
1805-06: "Idem da talha do coro"	70\$000
1806-07: "9 sanefas das portas, e janelas do corredor, como consta da conta e recibo do M.e Felipe Alexandre da Silva"	45\$000
(Ibid., fl. 13)	
1813: "Despesa da banquetta do altar da sacristia e do mais que mandou fazer o R. Prov.or feito que pagou ao entalhador Felipe Alexandre da Silva, pelos 6 castiçais e cruz"	16\$000
(Ibid., fl. 26 verso)	

55. Livro 3º de termos, fl. 165.

de Santa Teresa (fig. 10) ⁵⁶. Nesses contratos encontra-se bastante material suscetível de constituir um ponto de partida para o estudo da personalidade e da obra de uma figura pouco conhecida na história da arte brasileira.

56. “Aos 13 dias do mês de agosto de 1815 estando congregados em mesa os srs. irmãos prior e mais mesários foi proposto pelo ir. prior a precisão q. havia de fazer-se de novo a talha da capela mor por esta estar já velha, e com as muitas partes podres de madeira, o que assentou unanimemente os mesários que se fizesse a dita obra e para o que pareceu Felipe Alexandre &I.e entalhador que com ele se ajustou fazer toda a talha da dita capela pelo risco q. se lhe apresentou vindo de Lisboa ou de melhor forma para melhor compor a dita talha como seja fazer outros nichos com igualdade na mesma serretria, e fazer o seguinte: todo o retábulo da capela com o seu sacrário e trono o qual há de ser puxado para trás aq.l^{es} palmos q. forem precisos; forrar o arco da capela ornato com talha e tarja na frente e mais de fora com as armas do Carmo; formar o teto de barrete, e ornato no meio com sua tarja e forrar as paredes e guarnecê-las de molduras nas juntas com igualdade fazendo duas tribunas q. se abrirão nos lados da cap-mor e omajas com sanefas bacias e mais talha p. ornato das mesmas: toda esta obra fica justa com o d.º M.º pela q.ª de hum conto duzentos mil réis, pondo o dito III.º todo o preciso: madeiras de boa qualidade, pregos, grude, andaimes e tudo mais; compete à dita obra q. se há de sentar em seu lugar quando estiver pronta a obra nova tirada a velha ficará guardada e acondicionada para ver se aproveitam algumas pessoas q. ainda possuem servir em outro lugar como também ajustamos com o dito M.º toda a obra de pedreiro carapina q. vem a ser: abrir as duas portas q. hão de servir de tribunas, e duas janelas correspondentes às mesmas portas levando estas duas grades de pedra fazendo-se serretria com as janelas do consistório e para estas e janelas fazer as suas portas e fechar de costado amarelo, com seus feixes seguros, tranqueta, forro, pedras, chave, e nas mesmas portas e janelas seus caixilhos para vidros, fazer recolher a parede q. fica dentro da casa do cofre, fazer de tabique para dentro do consistório a caixa do camarim com duas portas pelo lados, e levar para cima o forro e telhado para elevação do trono, e quameser de cornija o q. se cortar do forro do consistório, subir com a parede da capela para poder fazer o teto de barrete; suprir de agedo aquele pedaço q. for preciso para ter o retábulo entrado mais para trás; toda esta obra q. não é de talha do primeiro ajuste obriga-se o mesmo M.º fazer? dar pronta sem q. a ordem entre com despeza alguma pela quantia de trezentos e vinte mil réis q. contudo um conto e duzentos mil réis faz a conta de um conto e quinhentos e vinte mil réis sendo esta obra, digo esta ordem obrigada aos pagamentos a proporção da obra q. se for fazendo ou pagar em quatro partes, sendo sempre com atenção o q. se for fazendo, e para constar mandou o ir. prior e mais mesários fazer este termo em que assinarão e eu João Mez. da Costa secretário o escrevi”. (Ibid., fl. 177 verso).

“Aos 16 de fevereiro de 1822, estando o nosso ir. prior e mais mesários abaixo assinados, foi proposto pelo nosso irm. secretário que achando-se arruinadas as talhas dos cinco altares colaterais assim como se achavam a da capela-mor e do Sr. Bom Jesus dos Passos, e por isto a ordem já tinha feito os dois acima ditos com nova talha como se achavam prontos parecia de dever se continuasse a ir-se fazendo de novo os mais q. se acham arruinados e correndo votos sobre este objeto sentou-se unanimemente se fizesse a talha dos ditos cinco altares cooperando muito os nossos ir. mesários a concorrer com as suas esmolas conforme as suas posses o permitirem como também pedirem a alguns irmãos zelosos da mesma ordem e todo o restante que faltar neste caso a ordem cooperará com ele: aprovado que fosse foi logo chamado Felipe Alexandre mestre entalhador para se ajustar a dita obra e comparecendo depois de revistar os altares declarando-se-lhe que queríamos a obra a imitação da do altar que se achava feito no do Senhor Bom Jesus dos Passos, e que as bocas do camarim seriam feitas nas mesmas alturas e larguras do dito altar dos Passos, com a diferença que o Senhor do Orto e da

Felipe Alexandre da Silva é o único entalhador mencionado nominalmente nos livros da igreja de Santo Antônio. Entre os carapinas registrados figura o mestre Luís Gonzaga Álvares Chaves, um dos artífices empregados em casas que a irmandade construiu em frente à matriz. Os irmãos compraram-lhe aquela “tábua de cedro” por 1\$000, de que foram feitos os “dois banquetes de S. André Avelino e S. Sebastião”, expressão essa que está corrigida para “duas banquetas” na mesma página ⁵⁷. A respeito, devemos admitir a possibilidade de que tais palavras signifiquem antes os dois painéis esculpidos, usados para velar essas imagens da capela-mor durante a Semana Santa, do que esses jogos de castiçais, que o termo normalmente designa. Os painéis, vistos no lugar (fig. 11), constituem uma das curiosidades da igreja.

Muitos dos assentamentos nos primitivos livros de termos e de receita e despesa, referem-se a gastos ordinários. Quando a Mesa da irmandade se reuniu em 19 de agosto de 1804, decidiu-se “mandar cair a nossa igreja, rebocar o frontispício e torres, e arrancar as ervas que nasceram nelas, como tão bem rebocar os alicerces do templo pela parte de fora...” ⁵⁸. Ao que tudo

Pedra Fria teriam as urnas iguais à do Senhor dos Passos, e as demais imagens do Senhor a Prisão, Coluna, e Ecce Homo, com urnas que fiquem a mediatura da boca do camarim, a exceção dos fundos dos ditos altares q. não excederão dos fundos q. já tem, e portanto as urnas se farão a proporção; e depois de ouvido pelo M.^e acima dito a dita proposta depois de vários preços dados de numa e outra parte, sentou-se e ficou justo de dar-se por cada altar duzentos mil r. ficando responsável esta ordem as madras q. se necessitar, e tudo o mais que necessário for como grude, pregos, pedreiros e carapina e o mais, ele M.^e se obriga a pôr à sua custa de sorte q. a ordem só se obriga a madra como já se disse; e quanto à paga se lhe virá dando conforme o adiantamento do trabalho que fizer na certeza de que findo um altar se lhe entregará os duzentos mil réis; e de como assim ficou justo e tratado mandou o nosso ir. prior fazer este termo em q. assignaram os vogais da mesa assistentes e o mestre da obra....., obrigado a dar pronto o altar do Senhor Ecce Homo até o mês de maio; eu João Coelho de Carvalho secretário atual o escrevi: Declaro q. o mesmo mestre se obrigou mais a fazer e ornar de novo a talha do caixão do Senhor morto dentro do mesmo ajuste de um conto de réis eu João Coelho de Carvalho secretário o declarei.” (Ibid., fl. 215 verso 216).

Ao citar estes documentos, estou ciente de que é possível terem sido publicados por Fernando Pio em *História da Igreja de Santa Tereza ou Igreja da Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo da cidade do Recife*, Recife, 1937, livro esse que não me foi possível ler.

57. Arquivo do S. S. Sacramento. Livro 2º de receita e despesa, fl. 7.

58. Arquivo do S. S. Sacramento. Livro 1º de termos, fl. 98.



indica, os irmãos também teriam resolvido nessa sessão instalar vidraças em todas as janelas da igreja em lugar das velhas rótulas, algumas das quais são mencionadas num documento do mesmo ano ⁵⁹.

Embora não tivesse sido registrada nenhuma discussão sobre reforma de janelas, as palavras do termo não deixam dúvidas a este respeito. Os irmãos decidiram “mandar fazer os caixilhos de vidraças para o frontispício da mesma igreja”. Um termo posterior é mais explícito, condenando os antigos balcões de madeira do frontispício. “Aos 21 de outubro de 1804 estando em Mesa do consistório da nossa irmandade, depois de verificadas as contas do mês, se consultou proposto pelo nosso irmão juiz atual que visto ter-se assentado nas Mesas antecedentes fazerem-se caixilhos de vidraças para as janelas do frontispício da nossa igreja, e ser por nisso necessário desmancharem-se as varandas velhas de pau que existem, e fazerem-se outras, que nesse caso seria melhor mandarem-se vir de Lisboa ferro por ser obra mais permanente e fermosiar (sic) melhor o frontispício, e tão bem em razão de não tapar tanto a claridade da igreja, o que ouvido por todos concordaram que era bom. E logo o nosso irmão juiz se obrigou a fazer vir esta encomenda de Lisboa para ser paga pela irmandade fazendo-se nisso mesmo por conta e risco da irmandade e para assim constar se mandou lavrar este termo em que assinara. E eu José Filgueira de Menezes escrivão atual o fiz e assinei” ⁶⁰.

A decisão de substituir as rótulas ou gelosias por vidraças foi oportuna, antecipando-se de cinco anos aos editos do Rio de Janeiro e da Bahia, que proibiam o uso de gelosias nas janelas das residências urbanas ⁶¹. Já em 1799, a Ordem Terceira dos Carmelitas do Recife começara a empregar caixilhos e vidraças

59. Livro 1º de receita e despesa, fl. 123. Também “Agosto de 1801, idem despesa feita em madeira frete caraipina e pedreiro da rótula q. se fez para a casa nº 161 como consta do mesmo caderno do Sr. tesoureiro, 7\$070” (Ibid., fl. 95).

60. Livro 1º de termos, fl. 101-03.

61. O trabalho do signatário, *Documentos baianos*, em que se trata a fundo este assunto à luz da documentação dos arquivos do Salvador, será publicado num dos próximos números da revista do SPHAN.

na sua igreja ⁶². Em 1806 e 1807 tomaram-se idênticas providências na igreja de São Pedro dos Clérigos ⁶³.

Um exame minucioso do livro de receita e despesa da igreja de Santo Antônio torna possível acompanhar, quanto a certos pormenores, o progresso das obras. Em outubro de 1804 “uma tábua de amarelo” foi comprada para os caixilhos, talvez do consistório, por 2\$500” ⁶⁴. Em maio de 1805 registrou-se “despesa que se fez com a obra do frontispício da igreja com os caixilhos que pagou ao carapina Martinho 45\$000” ⁶⁵. Em junho de 1805 “pagou o nosso irmão tesoureiro atual Antônio José Muniz imp.^{ta} de 50 pregos para as bandeiras dos caixilhos \$120” ⁶⁶. Em setembro compraram-se mais quatro tábuas a Manuel Pacheco por 8\$000 “para caixilhos do corredor” ⁶⁷. Em novembro do mesmo ano há um lançamento de 45\$000 “do feitio de 9 caixilhos pagos a Diogo Joaquim” ⁶⁸. As contas do mês seguinte incluem um item de 5\$000 “a Diogo Joaquim do feitio do caixilho para a janela da sacristia” ⁶⁹. Em janeiro de 1806 compraram-se “38 bilros para os caixilhos” ⁷⁰, e em fevereiro “11 pares de dobradiças para descanso dos caixilhos”, que custaram \$400 cada um” ⁷¹. Entretanto, os caixilhos para as vidraças dos óculos das torres “foram feitos pelo mesmo Diogo Joaquim (18\$000) das três tábuas compradas a Manuel Pacheco (6\$480) ⁷². Os caixilhos para os óculos do frontispício só ficaram em condições de ser pintados depois de abril de 1806 ⁷³. As vidraças só são mencionadas a

62. Carmo. Livro de receita e despesa, fl. 29.

63. São Pedro. Livro de receita e despesa, fl. 13.

64. S. S. Sacramento. Livro 1^o de receita e despesa, fl. 122.

65. *Ibid.*, fl. 128.

66. *Ibid.*, fl. 133.

67. *Ibid.*, fl. 137.

68. *Ibid.*

69. *Ibid.*, fl. 138.

70. *Ibid.*, fl. 139.

71. *Ibid.*

72. *Ibid.*, fl. 135.

73. *Ibid.*, fl. 140.

partir do mês seguinte, quando foi paga a Manuel de Jesus Pinto a vultosa soma de 432\$320 por pintar caixilhos e “por vidros como de sua conta”⁷⁴. Em 15 de junho os irmãos Antônio José de Figueiredo e Antônio José Muniz declararam haver pago 50\$850 por “os caixilhos e vidraças do novo consistório”⁷⁵. Em janeiro de 1809 compraram-se cerca de 453 vidros a Manuel Antônio de Matos Guimarães, por 95\$030, em agosto de 1819 adquiriram-se vidros “para o caixilhos das janelas do coro”, a \$280 a peça⁷⁶. A julgar pela presente disposição, pode deduzir-se que o frontispício de Santo Antônio requereu aproximadamente 206 vidros, muitos dos quais tiveram de ser talhados em formas irregulares.

O resto da obra levada a efeito na frontaria, obra essa aprovada nas reuniões efetuadas em 1804, ficou pronto mais rapidamente. Em maio de 1805 “duas sacaduras de cal branco de São Bento para caiar e rebocar a igreja” foram pagas, mas o preço não está registrado. Ao mesmo tempo a irmandade comprou “572 tijolos de alvenaria para as rampas de cima da torre e acrescentamento do frontispício (4\$600)”⁷⁷. Manuel de Jesus Pinto dourou a grande custódia de estuque que exorna o frontão⁷⁸, sendo que os novos balcões de ferro, que haviam chegado de Lisboa, foram instalados pelo mestre pedreiro Crispim Pais⁷⁹.

O trabalho, porém, não se cingiu a isso. Há razões para acreditar-se que, pelo menos, os portais da igreja também foram substituídos. Verdade é que nenhum registro existe nos termos das reuniões da irmandade relativo à discussão ou aprovação de tal projeto. Todavia, existem lançamentos no livro de contas, que revelam um item significativo: em 1807 Antônio Fernandes recebeu

74. *Ibid.*, fl. 141.

75. S. S. Sacramento. Livro 1º de termos, fl. 108 verso.

76. Livro 1º de receita e despesa, fl. 186; Livro 2º de receita e despesa, fl. 931.

77. Livro 1º de receita e despesa, fl. 148.

78. *Ibid.*, fl. 129.

79. *Ibid.*, fl. 139.

60\$000 pela venda de “pedra para os portais”⁸⁰. A esse seguem-se itens semelhantes: “item que se pagou por conta de Antônio Fernandes, frete da pedra que mandou por 5 vezes... 22\$800; idem para o frete de 5 ombreiras por conta de Antônio Fernandes 4\$250; idem ao M.^e José Roiz da reedificação da cantaria consta do recibo de 21 de fevereiro de 1807, e do recibo de 7 de março 17\$520; idem ao mestre pedreiro Thomas Teles 13\$960 e 14\$680; idem ao mestre José Roiz por uma ombreira, verga e soteira... idem que se deu a José Roiz da S.^a por conta da limpeza da pedra e mais cantaria em 16 de março... 40\$000.”⁸¹. Efetuaram-se outros pagamentos a Teles em junho e julho de 1807. Compraram-se tijolos, cal, louro, amarelo, bem como uma “canoa para benefício da obra”⁸². A 2 de outubro, José Rodrigues da Silva recebeu outro pagamento de 136\$000 “por conta da cantaria”⁸³. Finalmente, em 29 de novembro, foi-lhe paga a quantia de 159\$150 pelo “resto da cantaria, como de sua conta consta...”⁸⁴. Outro argumento encontra-se na conta pormenorizada das guarnições das portas, incluindo “40 pares de dobradiças para as portas” e “40 aldrabas de postigos”⁸⁵. Sem dúvida, não se teriam encomendado tantos destes artigos a não ser para as portas principais da igreja.

A julgar por estas indicações, é lícito considerar-se provável que, entre 1807 e 1808, Tomás Teles e Antônio Rodrigues da Silva talharam e instalaram os grandes portais da Igreja de Santo Antônio, cuja pedra eles mesmos haviam fornecido. É óbvia a semelhança destes portais, que se incluem entre os mais bem desenhados do Recife (fig. 12), com a estrutura das janelas acima deles. A questão, porém, consiste em saber se, quando da instalação das novas janelas e balcões, não teriam também sido colo-

80. *Ibid.*, fl. 151.

81. *Ibid.*, fl. 151-53, 163.

82. *Ibid.*, fl. 165.

83. *Ibid.*

84. *Ibid.*, fl. 166.

85. *Ibid.*, fl. 170.



cadadas novas molduras inclusive as formosas bacias. Mas, à parte os consideráveis gastos em pedra e outros materiais de construção nessa data, não há indício em nenhum documento que a irmandade levasse a efeito tal obra suplementar.

Que a mudança de portais em edifícios já construídos não era um acontecimento fora do comum no período colonial, está provado pelos seguintes exemplos: no princípio do século dezanove, os irmãos da venerável Ordem Terceira de S. Francisco, do Salvador, não trepidaram em alterar o frontispício ricamente laborado de sua igreja concluída em 1709, rasgando duas novas entradas em ambos os lados da portada principal. O grande portal de pedra almofadado da igreja de Nossa Senhora de Belém da Cachoeira, Bahia, que fora instalado no ano de 1720, ao que rezam os documentos publicados pelo padre Leite, e que aparece numa vista da igreja datada de 1782 ⁸⁶, desapareceu inteiramente. Outro exemplo é o da igreja de Santa Teresa, do Recife, cuja frontaria, em 1795, foi acrescida de duas portas de pedras de lioz importadas de Lisboa ⁸⁷.

Esses portais, que devem ser os que se vêem em ambos os lados da entrada central (fig. 13), e os portais da igreja de Santo Antônio são quase contemporâneos. Todavia, quanto ao estilo, pouco têm em comum os dois pares: as entradas da igreja de Santa Teresa são típicas das chamadas igrejas pombalinas da parte baixa de Lisboa. Possuem uma elegância e uma leveza que resultam de proporções delicadas; os relevos são pouco acentuados, e as volutas onduladas, de fácil execução. O desenho, porém, é muito menos vigoroso do que o dos portais de Santo Antônio. Nestes não há vestígios do maneirismo pombalino.

A composição sugere uma espécie de barroco rústico. As estruturas são de linhas relativamente retas e de apainelamento

86. Serafim Leite, S. J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, 1945, v. 5, p. 194.

87. "Prospecto e plano da igreja e seminário de Belém feito por ordem do ilmo. e ex.^{mo} sr. marquês de Valença, governador e cap. general da B.^a Feito por José d'Anxietá de Mesq.^{ta} Ajud.^o de Infantr.^a com exercício d'engenh.^o no ano de 1782." (Arquivo Militar, Rio de Janeiro, 45-2-2261).

inteiriço ao gosto da escola pernambucana do século dezoito. São encimadas por volutas vigorosas mas pouco elegantes, ladeando plumas de concepção fantasiosa e folhas estilizadas. As formas dos vasos acima da entrada central constituem uma reminiscência de desenhos similares empregados no Brasil no fim do século XVII e começo do século XVIII. O projeto destes portais, elaborado na América, presumivelmente na primeira década do século XIX, parece bem mais retrógrado do que adiantado. Está fora de moda em relação à planta dos portais da Igreja de Santa Teresa, que fora elaborada alguns anos antes em Lisboa. Possui, no entanto, uma exuberância e uma espécie de energia, que o tornam muito mais apropriado para a vigorosa fachada que ornamenta do que qualquer outra composição importada ⁸⁸.

Alguns dos mais antigos termos da Irmandade do S. S. Sacramento descrevem cerimônias na matriz de Santo Antônio. Um dos mais interessantes é o relato da bênção dos sinos, que a irmandade obtivera em Lisboa. Chegados em fins de 1794, foram imediatamente instalados: “Aos vinte e um dias do mês de dezembro de mil e setecentos e noventa e quatro, junta a Mesa, propôs o nosso irmão procurador geral que se faria preciso declarar por termo o dia em que esta irmandade fez subir os sinos, e pólos na torre da parte do Evangelho, quais foram os padrinhos, e quando se batizaram para constar para o futuro toda esta ação, no que conveio toda a Mesa; pelo que se declara o seguinte: que se puseram na torre os sinos no dia dezessete deste mês, dia dos felicíssimos anos da nossa augusta soberana, e teve a assistência do nosso Il.^{mo} e Ex.^{mo} general o sr. d. Thomas José de Melo ⁸⁹; que foram batizados e bentos no dia treze do mesmo mês, de tarde, pelo M. R. vigário Feliciano José Dornellas por não dar licença o reverendíssimo cabido ao reverendíssimo padre prefeito da Penha frei Francisco Maria da Gradisca para os sagrar segundo a vontade desta irmandade; que foram padrinhos do sino grande o nosso irmão juiz o

88. Carmo. Livro de termos, fl. 69. As portas de madeira foram encomendadas pelo ir. Matias Antônio Quaresma nesse mesmo ano (ibid., fl. 70 verso).

89. Governador de Pernambuco de 13 de dezembro de 1787 a 29 de dezembro de 1798. (Varnhagen, op. cit., v. 3, p. 315).

m. de campo Francisco Xavier Cavalcanti e o mesmo M. R. vigário; do segundo o nosso irmão Francisco Manoel da Silva Gusmão; do terceiro o nosso irmão Antônio José da Silva Porto e Antônio Moniz de Medeiros; do quarto os nossos irmãos Manoel Antônio da Silva e Antônio Moniz Tavares; deu o irmão juiz cinquenta mil réis, e os mais ignora-se quanto deram por se confundirem as esmolas depois, porém chegou o todo a trezentos e oitenta mil réis, os quais logo se entregaram a Francisco de Sousa Rego, por conta de que se lhe deve dos mesmos sinos, que foram mandados vir por ele de Lx.^a; e deste modo se houveram por declaradas as circunstâncias referidas pelo nosso irmão procurador geral de que se fez este termo; eu João Lopes Cardoso Machado o escrevi por presidir a esta Mesa o irmão escrivão atual por ausência do irmão juiz”⁹⁰.

As casas da irmandade já mencionadas foram construídas em terreno legado aos irmãos pelo padre Antônio Teixeira da Silva, que morreu em 1799. Primitivamente situadas na rua do Cabugá 7, 9 e 11, essas casas eram edifícios de três andares⁹¹. “Aos 24 de maio de 1807 estando congregado em Mesa do consistório da nossa irmandade demos todos os poderes ao nosso irmão tesoureiro José Bernardo do Rego para passar e assinar o papel de trato do ajuste de toda a obra de carapina de suas mans (sic) das três moradas de casas de sobrado que estamos edificando na rua desta matriz com o mestre Luiz Gonzaga Alz. Chaves pelo preço e quantia de dois contos e setecentos mil réis com as condições expressadas nos dois papéis de trato que se fez com o dito mestre carapina, ficando um em sua mão e outro em poder do tesoureiro e para constar mandamos fazer o presente termo, e eu José Francisco do Rego escrivão atual o escrevi e assinei”⁹².

Estão registrados diversos pagamentos a Luís Gonzaga pelo seu trabalho nas “3 moradas de casas defronte da matriz” em 1808 e 1809, inclusive o pagamento final de 100\$000 em fevereiro

90. Governador de Pernambuco de 13 de dezembro de 1787 a 29 de dezembro de 1798 (Vanhagen, op. cit. v. 3. p. 315).

91. S. S. Sacramento. Livro 1^o de termos, fl. 26 verso.

92. Silva, op. cit., p. 16.

de 1809 ⁹². As ferragens para as casas foram compradas a José da Silva, no Porto, por 500\$000 ⁹³. Finalmente, a 8 de maio de 1809, pagou-se a Manuel de Jesus Pinto a quantia de 536\$440 para pintar essas casas ⁹⁴.

Existem diversas referências à feitura de objetos de prata nos livros da irmandade, mas não se mencionam os nomes dos respectivos artífices. A lâmpada do santuário para a capela-mor, cuja encomenda foi autorizada em 17 de abril de 1813 ⁹⁵, e qual, a 11 de novembro, pagou a irmandade 25\$600 “pelo risco para a alampada” ⁹⁶, é provavelmente a que ainda lá está pendente (fig. 2). Parece ter sido feita em Pernambuco ⁹⁷.

92. S. S. Sacramento. Livro 1º de termos fl. 113 verso - 114.

93. S. S. Sacramento. Livro 1º de receita e despesa, fl. 187.

94. *Ibid.*, fl. 163.

95. *Ibid.*, fl. 187.

96. “Aos 17 dias do mês de abril de 1813 estando a Mesa congregada no consistório propôs o nosso irmão juiz atual a necessidade que a nossa igreja tinha uma boa alampada para guarnecer a capela maior, e servir de alumiar continuamente Santíssimo Sacramento, cuja necessidade há muitos anos se conhecia visto a existente; o que ouvido por todos uniformemente, se determinou o seg.^{te}: que o irmão tesoureiro atual tomasse a sua conta mandar fazer uma lâmpada que tenha de duas arrobas de prata pouco mais ou menos e que fosse comprando a prata necessária a dita obra, porém prata boa que nunca seja mais ruim do q. do toque da lei igualmente da alampada existente examinando o seu toque para que a prata nunca em menos do toque da lei que podia mandar desfazer cuja prata iria entregando ao que a de executar esta obra debaixo de seguranças necessárias não só ao valor da que receber como a sua boa qualidade e que igualm.^{te} mandasse tirar o risco pelo qual a de fazer a referida alampada por pessoa peritíssima a fim de que se consiga uma obra e do melhor gosto e para constar o referido e se lhe dar inteiro comprim.^{to} se fazer este termo em q. todos assinaram e eu José Ferreira da Silva escrivão da irmandade o escrevi.” (Livro 1º de termos, fl. 136 verso).

A 16 de setembro de 1804 decidiu a Mesa “mandar-se vir de Lisboa ou do Porto uma lâmpada de prata pelo uso mais moderno para servir na nossa capela-mor” (*Ibid.*, fl. 99 verso).

Dos documentos das igrejas do Recife, consultados pelo signatário, constam os de diversos prateiros. Em 1721-22 a irmandade de N. S. do Rosário dos Homens fez as seguintes anotações: “Pelo q. se deu de feitiço de uma naveta q. se tinha por João da Rocha, ourives, a quem se devia 4\$800”. (Livro de receita e despesa, 1725, fl. 185), e “Pelo que se deu ao ourives João da Fonseca Teles, mestre q. fez os resplendores das nossas sagradas imagens”. (Livro de receita e despesa, 1828, fl. 5.) A irmandade de S. Pedro dos Clérigos pagou em 1804-05 a José Ferreira Oliveira a soma de 23\$450 “pelo peso e feitiço do resplendor, título e cravos de prata para a imagem do altar das catacumbas, como consta da sua conta e recibo” (Livro de receita e despesa, 1802-72, fl. 5 verso). O nome do ourives Antônio Rodrigues Machado aparece em 1807-08. (*Ibid.*, fl. 14).

97. S. S. Sacramento. Livro 2º de receita e despesa, fl. 40.

do coro da nossa igreja; e porque Manuel de Jesus Pinto, tinha sido o que dourara toda esta igreja com perfeição e satisfação de todos, parecia que a este se devia entregar esta obra, e concordando todos nisso se mandou chamar o dito pintor, e se ajustou o preço de oitenta mil réis, pondo ele todo o material necessário à sua custa, sem que a irmandade lhe dê mais coisa alguma, e dando ele a obra toda acabada, e de como assim se tratou, assinou ele com a Mesa, em fé de que fiz este termo eu Antônio Teixeira Ayres escrivão interino”²⁸.

Manuel de Jesus terminou rapidamente o trabalho, para o qual nenhum prazo fora estipulado no termo. Justamente um mês depois, era-lhe paga a quantia ajustada para o “douramento do couro, visto que se acha completo na conformidade do ajuste feito pelo termo”²⁹. Tão satisfeitos ficaram os outros irmãos com a presteza e a qualidade do seu trabalho, que continuaram a contratá-lo, de tempos a tempos, para vários serviços até à sua morte, que se supõe ter ocorrido por volta de 1817³⁰. Ao todo, pagaram-lhe durante esse período o montante de 1:957\$045³¹. Foi ele provavelmente um dos primeiros pintores do Recife no começo do século XIX, e como tal será considerado quando se fizerem novos estudos sobre a arte pernambucana dessa época. Nos registros de São Pedro dos Clérigos, de 1804 a 1815, figuram uns tantos pagamentos a Manuel de Jesus, pela douração e prateação do mobiliário da igreja³².

Quando, no entanto, em 1793 se decidiu decorar o corredor norte de Santo Antônio, que era provido de uma entrada especial

28. S. S. Sacramento: Livro 1º de termos, fl. 7 verso.

29. Livro 1º de receita e despesa, fl. 8.

30. Livro 2º de receita e despesa, fl. 75.

31. Para um inventário desses serviços, vide o catálogo apenso a este estudo.

32. Note-se que ele parece ter começado seus serviços em São Pedro dos Clérigos, no próprio ano de 1804, quando, após uma década de silêncio, os registros de Santo Antônio entram de novo a mencionar o seu nome. Talvez Manuel de Jesus Pinto tivesse deixado o Recife durante esse período.

A Irmandade de São Pedro dos Clérigos fez os seguintes pagamentos ao pintor:

1804-5. “Idem a Manuel de Jesus pintor, por dourar as 12 sanefas, pintar a cruz, castiçais, aciprestes (?) e banqueta como se mostra do seu recibo” (Livro de receita e despesa, 1802-72, fl. 10) 126\$400.

1805-6. “Pelo que se der a Manoel de Jesus Pinto de dourar as 16 tribunas, 8 sanefas das debaixo e todo o coro” 700\$000.

para a “sacristia dos padres”, de modo que fosse possível receber o bispo e o governador com as devidas honras, não mencionaram no termo o nome desse pintor, nem existe registro de que forneça uma indicação quanto ao autor do trabalho. “Aos vinte e quatro dias do mês de novembro de mil setecentos noventa e três, junta a Mesa neste consistório da Irmandade do S. S. Sacramento se deliberou de comum acordo fazer-se o forro do corredor da igreja da parte do norte, e remates das janelas do mesmo cujo forro e remates se devem mandar assear de pintura, que deve consistir de branco em todo o teto e de azul pelas abas; e os remates das janelas com pintura que finja pedra, com seus veios dourados; cuja obra se deve fazer para se receberem com decência nas festividades da mesma igreja os ex.^{mos} srs. bispo e general, igualmente se deliberou o fazer-se a calçada ao redor de toda, digo ao redor da igreja, pela parte da rua Nova, e escada de entrada nela; sendo fabricada a dita calçada com cordão de pedra para borda e ladrilhado o centro. E de como assim se deliberou, se mandou fazer

“Ao mesmo de renovar, lingir e dourar as pedras, pintar de verde todas as portas da igreja de dentro” 600\$000

“de dourar a sanefa da porta principal”	25\$000
“o dossel do trono”	14\$000
“o caixilho e grade do nicho da sacristia”	16\$000
“de pratear 52 castiçais do trono a \$700”	36\$000
“de fingir, envernizar e dourar a Cadr. ^a rasa e banquetta do Santo Padre ..	6\$000
“de 1 cadeira rasa que se fez para pôr o cochim”	3\$2000

(ibid., fl. 10)

1806-7. “pela pintura do forro do coro e corredores e pelo dourado das 12 sanefas das portas e janelas dos ditos, como consta do recibo e conta de Manuel de Jesus Pinto”

250\$000

(Ibid., fl. 13).

1807-7. “ao pintor Manoel de Jesus para pôr vidros e limpar os óculos da capela-mor

1\$720

(Ibid., fl. 14 verso).

1810-11. “se deu a Manoel de Jesus para pintar a barra da sacristia e corredores”

1\$920

(Ibid., fl. 20 verso)

1813. “e a Manuel de Jesus de dourar os dois castiçais da sacristia

24\$000

(Ibid., fl. 26 verso)



este termo em que todos assinaram. João Anastásio da Cunha o escrevi”³³.

No ano seguinte, a irmandade aprovou um contrato para a pintura da galeria por cima do corredor norte que conduz ao antigo consistório³⁴. Desta vez, não há dúvidas sobre a identidade do pintor, pois está declarado: “se fez ajuste com o mestre pintor Manoel de Jesus Pinto”. Com efeito, “aos dezoito dias do mês de fevereiro de mil setecentos e noventa e quatro, junta a Mesa neste consistório da Irmandade do S. S. Sacramento se liberou de comum acordo pintar-se o dito forro, e propondo-se ao nosso irmão Manoel de Jesus Pinto as condições com que a dita obra deve ser feita, as quais são as seguintes: pratear com aparelho e melhor prata cem bornidores, oitenta castiçais de três palmos, torneados e faxeados, um forro do corredor pintado de branco com cola do reino, desde a primeira até última mão com três mãos de aparelho... a cornija fingida de pedra azul e encarnada, outo Sanefa (sic) douradas em todos os altos, e os fundos de focos (?) como os da igreja tudo com ouro de Lx.^a o melhor quatro janelas e duas portas oleadas de verde com duas mãos, três portadas das tribunas com toda a largura que tiver fingidas de pedra azul e óleo com avisado fino, assim também com o mesmo fingido as duas portadas das duas portas, dar cinzento com duas mãos por detrás de todas as portas e janelas, ultimamente dourar bornido os dois redondos de toda a cornija. E juntamente fazendo-se a mesma proposta a outro M.^e, ouvidos os preços pelos quais podiam fazer a dita obra, por conclusão se deu ao d.^o nosso irmão pelo preço de cento e trinta mil réis, pelo qual se obrigou a fazer a dita obra com as referidas condições, dando-a pronta e acabada para vinte cinco de M.^{co} do presente ano, pelo que se mandou fazer este termo, o qual assinou com a Mesa e eu Antônio José Teixeira Ayres o fiz por nomeação em Mesa”³⁵.

Dos dois termos constam valiosos informes no tocante às cores usadas na ornamentação de construções da época. O verde tomara agora o lugar do azul, tão em moda até ao meado do século XVIII, para o exterior de portas e janelas, de par com o mais

33. S. S. Sacramento. Livro 1^o de termos, fl. 22 verso.

34. O atual consistório é um aposento maior situado no edifício do século XIX já mencionado, ao lado da igreja.

35. *Ibid.*, fl. 23.

suave tom de cinzento para a parte interna³⁶. Na sala do andar térreo não podia deixar de haver um teto branco com cornija azul, e na sala do pavimento superior tinha de existir uma cornija com divisões douradas e outras pintadas de vermelho e azul, para simular uma pedra exótica senão irreal. Produziram a mesma espécie de efeito marmorizado, desta vez em azul e ouro, no corredor de entrada. O efeito desta pintura, que desapareceu de todo, devia assemelhar-se ao do formoso altar-mor na antiga igreja da Santa Casa da Misericórdia, em Olinda, a qual data de 1773, bem como ao das cornijas da sacristia do convento de São Francisco, em João Pessoa³⁷, ou ainda ao das cornijas, aqui ilustradas, do aposento similar em São Bento, em Olinda (fig. 5), as quais foram provavelmente pela primeira vez pintadas no ano de 1780. Muito mais tarde, em 1805, incumbiu-se Manuel de Jesus Pinto de “pintar o forro do corredor e avivar as tintas”³⁸, fato este que se repetiu em tantos casos, daí resultando a destruição de belos efeitos primitivos.

Em 1796 a irmandade recebeu outra dádiva, que constava de um grupo de imagens representativo dos três aspectos da Paixão de Nosso Senhor e de Nossa Senhora da Soledade. As imagens, de procedência desconhecida, deviam ser expostas durante as procissões da Semana Santa. Quando a Mesa se reuniu em 20 de novembro de 1796, decidiu-se colocar essas imagens de Cristo sobre altares no consistório, onde ainda podem ser vistas (fig. 6). A da Virgem Bem-Aventurada devia adornar um altar na “sacristia dos padres” (fig. 3).

De fato, “aos 20 dias do mês de novembro de 1796 propôs o nosso irmão José d’Affonseca e Silva, que ele por sua devoção tinha mandado fazer as imagens dos Passos, do Senhor à coluna, do Ecce Homo, do Senhor em prisão, as quais hão de servir nos passos que se costumam fazer na nossa igreja nos domingos de

36. Manuel de Jesus Pinto empregou esta cor para portas em São Pedro (vide nota 32). Pintaram-se também portas a vermelho e branco; “Julho de 1794. Idem com onze portas brancas digo doze brancas e onze vermelhas, mil duzentos e oitenta, 1\$280” (S. S. Sacramento. Livro de receita e despesa, fl. 41).

37. O trabalho de decoração desta sacristia, uma das mais belas da América, teve início pouco depois da construção dela, em 1752. (Frei Antônio de Sta. Maria Jaboatão, novo orbe seráfico brasílico, Rio de Janeiro, 1858-62, v. 2, p. 371). Os “caixões” levam a data de 1761 e a inscrição “F. I.”

38. Livro 1º de receita e despesa, fl. 137.



Quaresma, e como não tinha onde as colocar, representava à Mesa, que parecia justo que se colocassem no consistório da irmandade, por ter lugares próprios para isso, formando quatro altares com nichos correspondentes, para estarem neles decentemente guardadas e com veneração, o que ouvido por todos assentaram unanimemente que assim se executasse com toda a decência, e ao mesmo tempo se determinou que se colocasse a imagem do Senhor Ressuscitado no altar do consistório ³⁹, por cima do sacrário que nele há, e da mesma sorte que a Senhora da Soledade se colocasse no altar da sacristia, que serve para o uso dos padres. E de como assim se determinou, mandou a Mesa fazer este termo, que eu João Lopes Cardoso Machado escrivão nomeado fiz, e assinei com a Mesa” ⁴⁰.

Dois anos depois, surgiu uma dificuldade em relação à imagem de Nossa Senhora da Soledade. Um irmão anônimo presenteara a igreja com uma imagem de Nossa Senhora das Dores, e a colocara abaixo do grande crucifixo do altar do Senhor Bom Jesus à direita da capela-mor. Para dar lugar a esta, teve de ser removida uma imagem de Nossa Senhora da Piedade para outro sítio. Neste, porém, havia um relicário que continha a imagem de Nossa Senhora da Soledade. Criava-se, pois, um problema: o destino a dar a esta imagem, que fora doada por outro irmão. Após cuidadoso exame do assunto e tendo reconhecido o fundamento dos motivos que determinaram a ação do irmão anônimo, decidiu a Mesa que Nossa Senhora da Soledade fosse transferida para um lugar adequado na sacristia sul, que era o aposento usado pela irmandade. “Aos três dias do mês de junho de 1798 junta a Mesa Geral por ser o dia da eleição geral com a presidência do nosso irmão Luís Joaquim José Vaz Salgado, propôs (sic) um nosso irmão, e disse que por ter grande devoção com o Senhor Bom Jesus, e tomando a seu cargo o altar do mesmo Senhor nesta igreja, tinha mandado fazer uma imagem de N. Senhora das Dores, a que tinha colocado no mesmo altar no lugar de outra com o título da Piedade, e porque esta já tinha adoração, a fez colocar no altar da Sacristia (sic) em que se revestem os padres, e que tinha feito isto pela empropriedade que

39. Pagamento feito por uma imagem desta invocação em 7 de abril de 1793. Pagou ao escultor para a imagem do Senhor ressuscitado vinte e cinco mil réis, 25\$000. (Ibid., fl. 25).

40. Livro 1º de termos, fl. 44.

tinha o mesmo altar em rezão (sic) de estar o Senhor em cima na Cruz e logo abaixo o mesmo Senhor nos braços de sua Mãe, e que sendo todas uma só Senhora, o povo inclinava mais para a Senhora com o título das Dores, sendo pois para isso rogada de muitas pessoas, e agora pedia licença à irmandade consentisse nesta sua devoção; o que ouvido por todos concordaram unanimemente na devoção do dito irmão, aprovando tudo por bem feito e que ficariam as duas imagem (sic) com adoração nos altares em que hoje se acham com licença do ordenário: e porque em um termo fl. 44 neste mesmo livro ⁴¹ se determinou que a Senhora da Soledade que sai na procissão se colocasse no altar da sacristia que serve para o uso dos padres agora determinamos se coloque a dita Senhora da Soledade na nossa sacristia quando para isso houver ocasião, e que em nenhum (sic) tempo por esta ou qualquer imagem se deixe de conservar as duas nos seus altares em que hoje estão colocadas muito principalmente a Senhora das Dores. E como assim se determinou e em todo tempo consta, mandou a Mesa Geral fazer este termo q. todos assinaram. E eu Francisco Ferreira escrivão o fiz e assinei” ⁴².

Quanto tempo durou o novo arranjo, não se sabe. Quando se fez o inventário em 1812, estava Nossa Senhora da Soledade na sacristia sul ⁴³, e Nossa Senhora da Piedade na sacristia norte ⁴⁴. Agora, entretanto, é diferente a disposição. A primeira das imagens voltou à sua posição primitiva, ocupando o nicho sobre o arcaz do padre Dornelas. A de Nossa Senhora da Piedade foi removida para uma capela no ângulo noroeste da nave, cuja entrada está enriquecida por uma admirável sanefa em branco e ouro, de vigoroso desenho, a qual constitui um dos mais finos elementos decorativos da igreja (fig. 7). Contudo, segundo os dizeres do termo, não trocaram os irmãos o lugar de Nossa Senhora das Dores ao pé da Cruz.

À medida que iam passando os anos, continuou a igreja a receber presentes dos membros da irmandade. Em 1805 um grupo de irmãos angariou recursos com o fim de providenciar para a

41. Vide nota 40.

42. Ibid., fl. 49 versos 50.

43. “Uma imagem de Nossa Senhora da Soledade em um nicho na n. sacristia ornada de vestido branco e manto azul com seu diadema de prata (Inventário, etc., fl. 1).

44. Vide nota 22.

douração do consistório, que até essa data não havia aparentemente recebido a decoração final. Manuel de Jesus Pinto assinou então um contrato com a Mesa da irmandade, em que concordava em levar a efeito determinados trabalhos pela soma de 200\$000. É significativo que o contrato mencione “um painel do Espírito Santo”. Isto prova de modo concludente que ele pintava telas tão bem como paredes e tetos e, outrossim, superfícies de mobiliário e objetos ornamentais para altares. “Aos 18 de fever.º de 1805 apareceram no consistório desta irmandade os nossos irmãos Pedro Antunes, Antônio José Moniz, Antônio José de Figueiredo e mais sócios, e representaram q. queriam se mandasse dourar o consistório a sua custa para cujo princípio tinham já pronto cento e cinquenta mil réis, e prometiam ir dando até completar a importância da obra, rogando a Mesa que houvesse de ir suprindo para a continuação da mesma a obra no emq.tº, o que ouvido por todos concordaram nisto mesmo e se obrigaram os ditos irmãos acima denominados todos a cumprir este trato dando logo que a obra se principiar os mencionados cento e cinquenta mil réis que receberá o irmão tesoureiro atual da irmandade dando disso mesmo clareza e sacando em receita com estas mesmas declarações e com efeito se ajustou a dita obra com o nosso irmão Manuel de Jesus Pinto para dourar os altares e nichos e fazer um painel do Espírito Santo no altar do meio, pintar o teto, e as molduras do mesmo teto com frisos de ouro, e pintar as portas e janelas do mesmo consistório, tudo por duzentos e oitenta mil réis e disse mais o nosso irmão Pedro Antunes que com especialidade se obrigava a indenizar esta q.ta p.l si só quando haja falta em seus companheiros, e de como assim se concordou assinou a Mesa, e igualmente os referidos irmãos que dão esta esmola como também o irmão Manuel de Jesus que prometeu fazer pela referida quantia para que cada um deles fiquem responsáveis pelo que lhe é relativo e eu José Filgueira de Meneses escrivão atual o fiz, escrevi e assinei”⁴⁵. O trabalho foi pago por inteiro em maio de 1806⁴⁶.

No aposento tal como se acha agora, só se pode perceber a atividade do pintor nos altares, nas portas e janelas, e no quadro do Espírito Santo, o qual ainda permanece sobre o altar-mor (fig. 6). Esta pintura recebeu posteriormente importantes reto-

45. Livro 1º de termos, fl. 103.

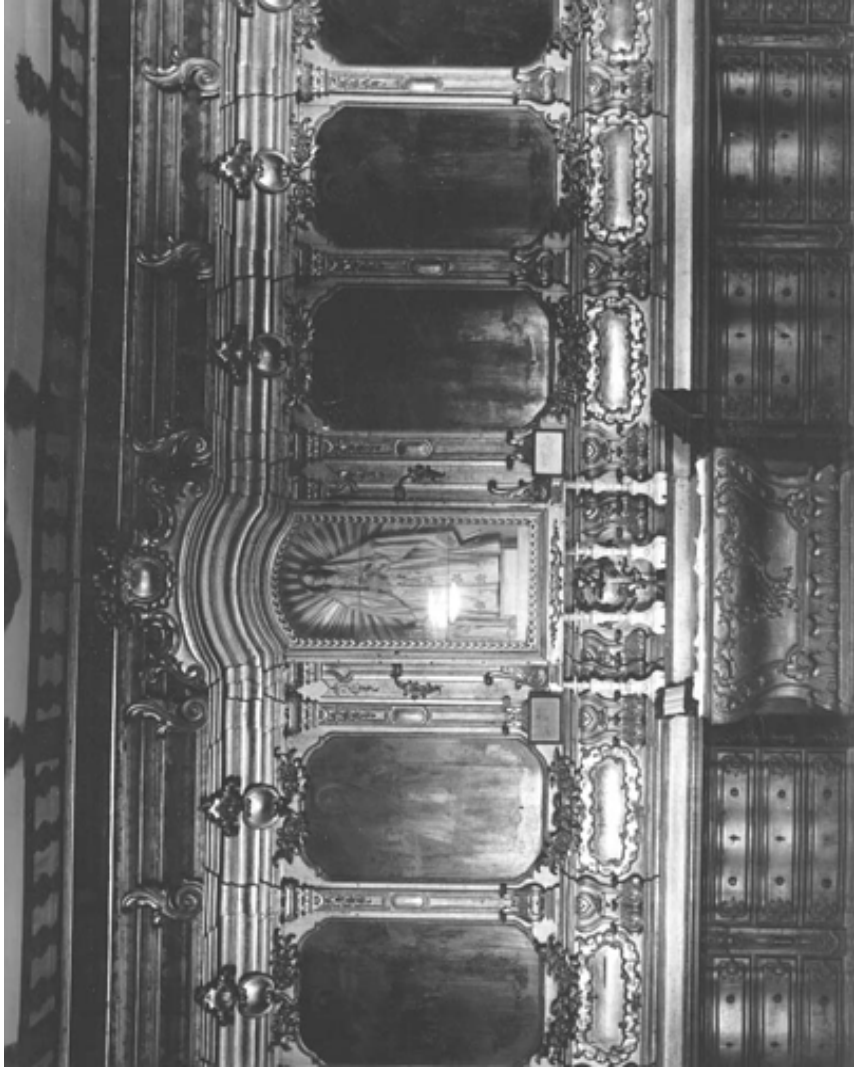
46. Livro 1º de receita e despesa, fl. 141.

ques, pelo que se torna difícil conhecer o estilo do autor. Um grupo de anjos notáveis pelos seus cabelos e peles extremamente pretos, dos quais só dois estão representados de corpo inteiro, voa em derredor da Pomba Sagrada, que pousa sobre um triângulo irradiante representativo da Santíssima Trindade. A composição parece ter sido desenhada em função do sacrário do altar. O estilo da talha do altar-mor do consistório está intimamente aparentado ao da talha da sacristia abaixo. Os outros altares, entretanto, constituem uma obra mais pobre, que parece ser de execução ulterior. A douração do irmão Manuel de Jesus desapareceu agora das molduras da cornija. O aposento inteiro foi, ao que se presume, decorado a ouro e branco, o elegante padrão da época, que substituiu a moda anterior da douração maciça, usada, por exemplo, na sacristia da Igreja de São Pedro. Foi este novo gosto do século XIX que induziu os membros da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, do Recife, a cancelar a decisão tomada em 1818 no sentido de dourar toda a talha de sua nova capela-mor. Dois anos mais tarde, num “Termo sobre a mudança da pintura da capela-mor”, votaram “que se mudasse a pintura da capela-mor unicamente para branco e ouro, cujo gosto se tem reconhecido ser mais conforme com o dos nossos irmãos, e apropriado ao tempo presente”⁴⁷.

Dos primitivos documentos da Matriz de Santo Antônio, que ainda restam, consta outro quadro. Com efeito, lê-se numa conta relativa à decoração da capela batismal, registrada em 1815: “Idem ao M.e José e Loi de pintar o paintel (sic) e dourar toda a mais obra e encarnar a Imagem de Cristo..., 110\$000”⁴⁸. Visto que a capela inclui além da “Missa dos batizados”, para empregarmos a linguagem do documento, um grande quadro oval representando o batismo de Nosso Senhor, cuja moldura ainda é barroca pelo espírito (fig. 8), é razoável supor-se que este é o quadro a que se refere o lançamento. O autor teria sido esse mesmo José Elói, que em 1789, foi contratado pelo abade de São Bento, em Olinda, para “pintar o painel do altar da sacristia, e fingir tudo o

47. Arquivo da Ordem 3ª de N. S. do Carmo. Livro 3º de termos, fl. 203.

48. S. S. Sacramento. Livro 2º de receita e despesa, fl. 53.





que se vê de pé... 32\$000" ⁴⁹. Essa pintura (fig. 6), que mostra Nossa Senhora das Dores sentada com dois anjos ao pé da Cruz, tem um fundo paisagístico semelhante ao do quadro do batismo na Igreja de Santo Antônio, sendo que os rostos nas duas pinturas apresentam mais do que uma ligeira parecença. Note-se, porém, que o quadro existente em Olinda é superior à pintura existente no Recife, quanto à composição e execução. Este fato acrescido da circunstância de ter sido pintado o quadro de Nossa Senhora das Dores, ao que se presume, cerca de vinte e cinco anos antes do quadro do batismo, impede-nos que identifiquemos os dois José Elóis como sendo o mesmo artista. Não há, entretanto, muita dúvida de que o “pintor José Elói”, a quem, em 1807-1808, a Irmandade de São Pedro pagou 1\$280 por serviços não especificados ⁵⁰, fosse o pintor que trabalhou na Igreja de Santo Antônio. A única referência a quadros nos livros da Irmandade do S. S. Sacramento é um lançamento feito em 1814 e relativo a “panos das vistas dos paços para as domingos da Quaresma”, e um pagamento “ao pintor Melquíades de os pintar e a pilatos e vários judeus e coser os panos”, trabalhos esses que custaram 70\$660 ⁵¹.

Entre os outros artífices da época com quem a irmandade teve negócios, conta-se o distinto entalhador mestre Felipe Alexandre da Silva. Em 21 de abril de 1799 pagaram-lhe 94\$000 “por conta do feito dos Toxeiros, Estante, e Escabelos” ⁵².

49. Esta informação, colhida nos livros do Mosteiro de São Bento, em Olinda, foi-me gentilmente prestada pelo reverendíssimo abade D. Bonifácio Jansen. A respeito da primitiva história dessa instituição, vide: Fr. Miguel Arcanjo da Anunciação. *Crônica do mosteiro de São Bento, de Olinda, até 1763*, Recife, 1940.

50. Arquivo de São Pedro, Livro de receita e despesa, fl. 14 verso.

51. Em novembro de 1786, a Ordem Terceira dos Carmelitas, do Recife, concordara em pagar a um dos seus membros, o irmão Félix da Costa Monteiro, o montante de 260\$000 para “pintar o forro da casa das nossas catacumbas” executando três composições, uma das quais devia representar o Juízo Universal (Livro 3º de termos, fl. 3 verso).

52. S. S. Sacramento. Livro 1º de receita e despesa, fl. 77. Não é raro em documentos da época encontrar-se um entalhador exercendo as funções de marceneiro. Outras referências ao mobiliário da irmandade, são as seguintes: “1 de Outubro de 1791. A João Crisóstomo de Meneses importe de uma courroeira de jacarandá que vender para a fatura das cadeiras, 7\$000” (ibid., fl. 9); “Fevereiro de 1800. P. 4 cadeiras feitas para os confessores, 7\$200” (ibid., fl. 57); “Maio de 1806, Idem ao M.º marceneiro do feito de 4 canapés, uma cadeira e um mesa grande partida em 2 como da sua conta, 234\$000” (ibid. fl. 141).

Nenhuma dessas peças pode ser identificada. Os irmãos de Nossa Senhora do Carmo, em 1771-82, pagaram 51\$270 em “dinheiro que se despendeu com quatro artibancoz (arquitancos?) q. se mandaram fazer para se assentarem os Srs. da Mesa nas funções da Ordem, de Madr.ª, e pintura” (Livro de receita e despesa, fl. 15).

Em julho de 1800, recebeu ele uma soma adicional de 10\$000 pelo mesmo trabalho ⁵³. Entre os anos de 1804 e 1813, esse entalhador trabalhou prolongadamente em São Pedro dos Clérigos ⁵⁴. Em 1804 e 1805, ganhou 580\$000 por 29 sanefas e 16 tribunas da nave e dos corredores da igreja, as quais se incluem entre os mais belos espécimes da última fase do estilo Rococó em Pernambuco (fig. 9). Em 1813 recebeu 16\$000 por seis candelabros e cruz do altar na sacristia dessa igreja. Nesse mesmo ano foi identificado como o autor do projeto do altar do Senhor do Bom Jesus, por ele executado, da igreja da Ordem Terceira dos Carmelitas, consagrada a Santa Teresa ⁵⁵. Dois anos mais tarde foi contratado para levar a cabo a obra de talha da nova capela-mor dessa igreja, conforme desenhos remetidos de Lisboa, trabalho esse que, infelizmente, foi de todo mutilado por efeito de retoques posteriores. Em 1822 concordou em esculpir os cinco altares restantes da nave

53. S. S. Sacramento. Livro de receita e despesa, fl. 77. Esta irmandade pagou-lhe, outrossim, por serviços vários, em novembro de 1805, "Idem a Felipe Alex.º da Silva de 38 castiçais a 2\$000, total 76\$000". (Ibid., p. 137).

54. É a seguinte a lista de pagamentos feitos a Felipe Alexandre da Silva pela Irmandade de São Pedro dos Clérigos:

1804-05: "Pelo q. se pagou ao M.º Felipe Alex.º da S.ª pelo feitio, e madr.a das 2 sanefas das tribunas de cima, e pregá-las no seu lugar"	60\$000
(Livro de receita e despesa, 1802-72, fl. 5 verso)	
1804-05: "Idem ao dito pelo feitio, e madr.a da Cruz, e Calvário q. fez para a imagem do altar das catacumbas, 4 castiçais, quatro aceprestes, e uma banquetta p.a o mesmo altar, q. tudo consta do seu recibo"	10\$000
(Ibid., fl. 5 verso)	
1805-06: "Pelo que se deu ao M.e entalhador Felipe Alex.e da Silva, de madeira, feitio e por em seos lugares as 16 tribunas da igreja, a 18\$000.	258\$000
(Ibid., fl. 9 verso)	
1805-06: "Idem das oito sanefas das tribunas de baixo, e portas da igreja.	
(Ibid. fl. 9 verso)	
1805-06: "Idem da talha do coro"	70\$000
1806-07: "9 sanefas das portas, e janelas do corredor, como consta da conta e recibo do M.e Felipe Alexandre da Silva"	45\$000
(Ibid., fl. 13)	
1813: "Despesa da banquetta do altar da sacristia e do mais que mandou fazer o R. Prov.or feito que pagou ao entalhador Felipe Alexandre da Silva, pelos 6 castiçais e cruz"	16\$000
(Ibid., fl. 26 verso)	

55. Livro 3º de termos, fl. 165.

de Santa Teresa (fig. 10) ⁵⁶. Nesses contratos encontra-se bastante material suscetível de constituir um ponto de partida para o estudo da personalidade e da obra de uma figura pouco conhecida na história da arte brasileira.

56. “Aos 13 dias do mês de agosto de 1815 estando congregados em mesa os srs. irmãos prior e mais mesários foi proposto pelo ir. prior a precisão q. havia de fazer-se de novo a talha da capela mor por esta estar já velha, e com as muitas partes podres de madeira, o que assentou unanimemente os mesários que se fizesse a dita obra e para o que pareceu Felipe Alexandre &I.e entalhador que com ele se ajustou fazer toda a talha da dita capela pelo risco q. se lhe apresentou vindo de Lisboa ou de melhor forma para melhor compor a dita talha como seja fazer outros nichos com igualdade na mesma serretria, e fazer o seguinte: todo o retábulo da capela com o seu sacrário e trono o qual há de ser puxado para trás aq.l^{es} palmos q. forem precisos; forrar o arco da capela ornato com talha e tarja na frente e mais de fora com as armas do Carmo; formar o teto de barrete, e ornato no meio com sua tarja e forrar as paredes e guarnecê-las de molduras nas juntas com igualdade fazendo duas tribunas q. se abrirão nos lados da cap-mor e omajas com sanefas bacias e mais talha p. ornato das mesmas: toda esta obra fica justa com o d.º M.º pela q.ª de hum conto duzentos mil réis, pondo o dito III.º todo o preciso: madeiras de boa qualidade, pregos, grude, andaimes e tudo mais; compete à dita obra q. se há de sentar em seu lugar quando estiver pronta a obra nova tirada a velha ficará guardada e acondicionada para ver se aproveitam algumas pessoas q. ainda possuem servir em outro lugar como também ajustamos com o dito M.º toda a obra de pedreiro carapina q. vem a ser: abrir as duas portas q. hão de servir de tribunas, e duas janelas correspondentes às mesmas portas levando estas duas grades de pedra fazendo-se serretria com as janelas do consistório e para estas e janelas fazer as suas portas e fechar de costado amarelo, com seus feixes seguros, tranqueta, forro, pedras, chave, e nas mesmas portas e janelas seus caixilhos para vidros, fazer recolher a parede q. fica dentro da casa do cofre, fazer de tabique para dentro do consistório a caixa do camarim com duas portas pelo lados, e levar para cima o forro e telhado para elevação do trono, e quameser de cornija o q. se cortar do forro do consistório, subir com a parede da capela para poder fazer o teto de barrete; suprir de agedo aquele pedaço q. for preciso para ter o retábulo entrado mais para trás; toda esta obra q. não é de talha do primeiro ajuste obriga-se o mesmo M.º fazer? dar pronta sem q. a ordem entre com despeza alguma pela quantia de trezentos e vinte mil réis q. contudo um conto e duzentos mil réis faz a conta de um conto e quinhentos e vinte mil réis sendo esta obra, digo esta ordem obrigada aos pagamentos a proporção da obra q. se for fazendo ou pagar em quatro partes, sendo sempre com atenção o q. se for fazendo, e para constar mandou o ir. prior e mais mesários fazer este termo em que assinarão e eu João Mez. da Costa secretário o escrevi”. (Ibid., fl. 177 verso).

“Aos 16 de fevereiro de 1822, estando o nosso ir. prior e mais mesários abaixo assinados, foi proposto pelo nosso irm. secretário que achando-se arruinadas as talhas dos cinco altares colaterais assim como se achavam a da capela-mor e do Sr. Bom Jesus dos Passos, e por isto a ordem já tinha feito os dois acima ditos com nova talha como se achavam prontos parecia de dever se continuasse a ir-se fazendo de novo os mais q. se acham arruinados e correndo votos sobre este objeto sentou-se unanimemente se fizesse a talha dos ditos cinco altares cooperando muito os nossos ir. mesários a concorrer com as suas esmolas conforme as suas posses o permitirem como também pedirem a alguns irmãos zelosos da mesma ordem e todo o restante que faltar neste caso a ordem cooperará com ele: aprovado que fosse foi logo chamado Felipe Alexandre mestre entalhador para se ajustar a dita obra e comparecendo depois de revistar os altares declarando-se-lhe que queríamos a obra a imitação da do altar que se achava feito no do Senhor Bom Jesus dos Passos, e que as bocas do camarim seriam feitas nas mesmas alturas e larguras do dito altar dos Passos, com a diferença que o Senhor do Orto e da

Felipe Alexandre da Silva é o único entalhador mencionado nominalmente nos livros da igreja de Santo Antônio. Entre os carapinas registrados figura o mestre Luís Gonzaga Álvares Chaves, um dos artífices empregados em casas que a irmandade construiu em frente à matriz. Os irmãos compraram-lhe aquela “tábua de cedro” por 1\$000, de que foram feitos os “dois banquetes de S. André Avelino e S. Sebastião”, expressão essa que está corrigida para “duas banquetas” na mesma página ⁵⁷. A respeito, devemos admitir a possibilidade de que tais palavras signifiquem antes os dois painéis esculpidos, usados para velar essas imagens da capela-mor durante a Semana Santa, do que esses jogos de castiçais, que o termo normalmente designa. Os painéis, vistos no lugar (fig. 11), constituem uma das curiosidades da igreja.

Muitos dos assentamentos nos primitivos livros de termos e de receita e despesa, referem-se a gastos ordinários. Quando a Mesa da irmandade se reuniu em 19 de agosto de 1804, decidiu-se “mandar cair a nossa igreja, rebocar o frontispício e torres, e arrancar as ervas que nasceram nelas, como tão bem rebocar os alicerces do templo pela parte de fora...” ⁵⁸. Ao que tudo

Pedra Fria teriam as urnas iguais à do Senhor dos Passos, e as demais imagens do Senhor a Prisão, Coluna, e Ecce Homo, com urnas que fiquem a mediatura da boca do camarim, a exceção dos fundos dos ditos altares q. não excederão dos fundos q. já tem, e portanto as urnas se farão a proporção; e depois de ouvido pelo M.^e acima dito a dita proposta depois de vários preços dados de numa e outra parte, sentou-se e ficou justo de dar-se por cada altar duzentos mil r. ficando responsável esta ordem as madras q. se necessitar, e tudo o mais que necessário for como grude, pregos, pedreiros e carapina e o mais, ele M.^e se obriga a pôr à sua custa de sorte q. a ordem só se obriga a madra como já se disse; e quanto à paga se lhe virá dando conforme o adiantamento do trabalho que fizer na certeza de que findo um altar se lhe entregará os duzentos mil réis; e de como assim ficou justo e tratado mandou o nosso ir. prior fazer este termo em q. assignaram os vogais da mesa assistentes e o mestre da obra....., obrigado a dar pronto o altar do Senhor Ecce Homo até o mês de maio; eu João Coelho de Carvalho secretário atual o escrevi: Declaro q. o mesmo mestre se obrigou mais a fazer e ornar de novo a talha do caixão do Senhor morto dentro do mesmo ajuste de um conto de réis eu João Coelho de Carvalho secretário o declarei.” (Ibid., fl. 215 verso 216).

Ao citar estes documentos, estou ciente de que é possível terem sido publicados por Fernando Pio em *História da Igreja de Santa Tereza ou Igreja da Ordem Terceira de N. S. do Monte do Carmo da cidade do Recife*, Recife, 1937, livro esse que não me foi possível ler.

57. Arquivo do S. S. Sacramento. Livro 2º de receita e despesa, fl. 7.

58. Arquivo do S. S. Sacramento. Livro 1º de termos, fl. 98.



indica, os irmãos também teriam resolvido nessa sessão instalar vidraças em todas as janelas da igreja em lugar das velhas rótulas, algumas das quais são mencionadas num documento do mesmo ano ⁵⁹.

Embora não tivesse sido registrada nenhuma discussão sobre reforma de janelas, as palavras do termo não deixam dúvidas a este respeito. Os irmãos decidiram “mandar fazer os caixilhos de vidraças para o frontispício da mesma igreja”. Um termo posterior é mais explícito, condenando os antigos balcões de madeira do frontispício. “Aos 21 de outubro de 1804 estando em Mesa do consistório da nossa irmandade, depois de verificadas as contas do mês, se consultou proposto pelo nosso irmão juiz atual que visto ter-se assentado nas Mesas antecedentes fazerem-se caixilhos de vidraças para as janelas do frontispício da nossa igreja, e ser por nisso necessário desmancharem-se as varandas velhas de pau que existem, e fazerem-se outras, que nesse caso seria melhor mandarem-se vir de Lisboa ferro por ser obra mais permanente e fermosiar (sic) melhor o frontispício, e tão bem em razão de não tapar tanto a claridade da igreja, o que ouvido por todos concordaram que era bom. E logo o nosso irmão juiz se obrigou a fazer vir esta encomenda de Lisboa para ser paga pela irmandade fazendo-se nisso mesmo por conta e risco da irmandade e para assim constar se mandou lavrar este termo em que assinara. E eu José Filgueira de Menezes escrivão atual o fiz e assinei” ⁶⁰.

A decisão de substituir as rótulas ou gelosias por vidraças foi oportuna, antecipando-se de cinco anos aos editos do Rio de Janeiro e da Bahia, que proibiam o uso de gelosias nas janelas das residências urbanas ⁶¹. Já em 1799, a Ordem Terceira dos Carmelitas do Recife começara a empregar caixilhos e vidraças

59. Livro 1º de receita e despesa, fl. 123. Também “Agosto de 1801, idem despesa feita em madeira frete caraipina e pedreiro da rótula q. se fez para a casa nº 161 como consta do mesmo caderno do Sr. tesoureiro, 7\$070” (Ibid., fl. 95).

60. Livro 1º de termos, fl. 101-03.

61. O trabalho do signatário, *Documentos baianos*, em que se trata a fundo este assunto à luz da documentação dos arquivos do Salvador, será publicado num dos próximos números da revista do SPHAN.

na sua igreja ⁶². Em 1806 e 1807 tomaram-se idênticas providências na igreja de São Pedro dos Clérigos ⁶³.

Um exame minucioso do livro de receita e despesa da igreja de Santo Antônio torna possível acompanhar, quanto a certos pormenores, o progresso das obras. Em outubro de 1804 “uma tábua de amarelo” foi comprada para os caixilhos, talvez do consistório, por 2\$500” ⁶⁴. Em maio de 1805 registrou-se “despesa que se fez com a obra do frontispício da igreja com os caixilhos que pagou ao carapina Martinho 45\$000” ⁶⁵. Em junho de 1805 “pagou o nosso irmão tesoureiro atual Antônio José Muniz imp.^{ta} de 50 pregos para as bandeiras dos caixilhos \$120” ⁶⁶. Em setembro compraram-se mais quatro tábuas a Manuel Pacheco por 8\$000 “para caixilhos do corredor” ⁶⁷. Em novembro do mesmo ano há um lançamento de 45\$000 “do feitio de 9 caixilhos pagos a Diogo Joaquim” ⁶⁸. As contas do mês seguinte incluem um item de 5\$000 “a Diogo Joaquim do feitio do caixilho para a janela da sacristia” ⁶⁹. Em janeiro de 1806 compraram-se “38 bilros para os caixilhos” ⁷⁰, e em fevereiro “11 pares de dobradiças para descanso dos caixilhos”, que custaram \$400 cada um” ⁷¹. Entretanto, os caixilhos para as vidraças dos óculos das torres “foram feitos pelo mesmo Diogo Joaquim (18\$000) das três tábuas compradas a Manuel Pacheco (6\$480) ⁷². Os caixilhos para os óculos do frontispício só ficaram em condições de ser pintados depois de abril de 1806 ⁷³. As vidraças só são mencionadas a

62. Carmo. Livro de receita e despesa, fl. 29.

63. São Pedro. Livro de receita e despesa, fl. 13.

64. S. S. Sacramento. Livro 1^o de receita e despesa, fl. 122.

65. *Ibid.*, fl. 128.

66. *Ibid.*, fl. 133.

67. *Ibid.*, fl. 137.

68. *Ibid.*

69. *Ibid.*, fl. 138.

70. *Ibid.*, fl. 139.

71. *Ibid.*

72. *Ibid.*, fl. 135.

73. *Ibid.*, fl. 140.

partir do mês seguinte, quando foi paga a Manuel de Jesus Pinto a vultosa soma de 432\$320 por pintar caixilhos e “por vidros como de sua conta”⁷⁴. Em 15 de junho os irmãos Antônio José de Figueiredo e Antônio José Muniz declararam haver pago 50\$850 por “os caixilhos e vidraças do novo consistório”⁷⁵. Em janeiro de 1809 compraram-se cerca de 453 vidros a Manuel Antônio de Matos Guimarães, por 95\$030, em agosto de 1819 adquiriram-se vidros “para o caixilhos das janelas do coro”, a \$280 a peça⁷⁶. A julgar pela presente disposição, pode deduzir-se que o frontispício de Santo Antônio requereu aproximadamente 206 vidros, muitos dos quais tiveram de ser talhados em formas irregulares.

O resto da obra levada a efeito na frontaria, obra essa aprovada nas reuniões efetuadas em 1804, ficou pronto mais rapidamente. Em maio de 1805 “duas sacaduras de cal branco de São Bento para caiar e rebocar a igreja” foram pagas, mas o preço não está registrado. Ao mesmo tempo a irmandade comprou “572 tijolos de alvenaria para as rampas de cima da torre e acrescentamento do frontispício (4\$600)”⁷⁷. Manuel de Jesus Pinto dourou a grande custódia de estuque que exorna o frontão⁷⁸, sendo que os novos balcões de ferro, que haviam chegado de Lisboa, foram instalados pelo mestre pedreiro Crispim Pais⁷⁹.

O trabalho, porém, não se cingiu a isso. Há razões para acreditar-se que, pelo menos, os portais da igreja também foram substituídos. Verdade é que nenhum registro existe nos termos das reuniões da irmandade relativo à discussão ou aprovação de tal projeto. Todavia, existem lançamentos no livro de contas, que revelam um item significativo: em 1807 Antônio Fernandes recebeu

74. *Ibid.*, fl. 141.

75. S. S. Sacramento. Livro 1º de termos, fl. 108 verso.

76. Livro 1º de receita e despesa, fl. 186; Livro 2º de receita e despesa, fl. 931.

77. Livro 1º de receita e despesa, fl. 148.

78. *Ibid.*, fl. 129.

79. *Ibid.*, fl. 139.

60\$000 pela venda de “pedra para os portais”⁸⁰. A esse seguem-se itens semelhantes: “item que se pagou por conta de Antônio Fernandes, frete da pedra que mandou por 5 vezes... 22\$800; idem para o frete de 5 ombreiras por conta de Antônio Fernandes 4\$250; idem ao M.^e José Roiz da reedificação da cantaria consta do recibo de 21 de fevereiro de 1807, e do recibo de 7 de março 17\$520; idem ao mestre pedreiro Thomas Teles 13\$960 e 14\$680; idem ao mestre José Roiz por uma ombreira, verga e soteira... idem que se deu a José Roiz da S.^a por conta da limpeza da pedra e mais cantaria em 16 de março... 40\$000.”⁸¹. Efetuaram-se outros pagamentos a Teles em junho e julho de 1807. Compraram-se tijolos, cal, louro, amarelo, bem como uma “canoa para benefício da obra”⁸². A 2 de outubro, José Rodrigues da Silva recebeu outro pagamento de 136\$000 “por conta da cantaria”⁸³. Finalmente, em 29 de novembro, foi-lhe paga a quantia de 159\$150 pelo “resto da cantaria, como de sua conta consta...”⁸⁴. Outro argumento encontra-se na conta pormenorizada das guarnições das portas, incluindo “40 pares de dobradiças para as portas” e “40 aldrabas de postigos”⁸⁵. Sem dúvida, não se teriam encomendado tantos destes artigos a não ser para as portas principais da igreja.

A julgar por estas indicações, é lícito considerar-se provável que, entre 1807 e 1808, Tomás Teles e Antônio Rodrigues da Silva talharam e instalaram os grandes portais da Igreja de Santo Antônio, cuja pedra eles mesmos haviam fornecido. É óbvia a semelhança destes portais, que se incluem entre os mais bem desenhados do Recife (fig. 12), com a estrutura das janelas acima deles. A questão, porém, consiste em saber se, quando da instalação das novas janelas e balcões, não teriam também sido colo-

80. *Ibid.*, fl. 151.

81. *Ibid.*, fl. 151-53, 163.

82. *Ibid.*, fl. 165.

83. *Ibid.*

84. *Ibid.*, fl. 166.

85. *Ibid.*, fl. 170.



cadadas novas molduras inclusive as formosas bacias. Mas, à parte os consideráveis gastos em pedra e outros materiais de construção nessa data, não há indício em nenhum documento que a irmandade levasse a efeito tal obra suplementar.

Que a mudança de portais em edifícios já construídos não era um acontecimento fora do comum no período colonial, está provado pelos seguintes exemplos: no princípio do século dezanove, os irmãos da venerável Ordem Terceira de S. Francisco, do Salvador, não trepidaram em alterar o frontispício ricamente laborado de sua igreja concluída em 1709, rasgando duas novas entradas em ambos os lados da portada principal. O grande portal de pedra almofadado da igreja de Nossa Senhora de Belém da Cachoeira, Bahia, que fora instalado no ano de 1720, ao que rezam os documentos publicados pelo padre Leite, e que aparece numa vista da igreja datada de 1782 ⁸⁶, desapareceu inteiramente. Outro exemplo é o da igreja de Santa Teresa, do Recife, cuja frontaria, em 1795, foi acrescida de duas portas de pedras de lioz importadas de Lisboa ⁸⁷.

Esses portais, que devem ser os que se vêem em ambos os lados da entrada central (fig. 13), e os portais da igreja de Santo Antônio são quase contemporâneos. Todavia, quanto ao estilo, pouco têm em comum os dois pares: as entradas da igreja de Santa Teresa são típicas das chamadas igrejas pombalinas da parte baixa de Lisboa. Possuem uma elegância e uma leveza que resultam de proporções delicadas; os relevos são pouco acentuados, e as volutas onduladas, de fácil execução. O desenho, porém, é muito menos vigoroso do que o dos portais de Santo Antônio. Nestes não há vestígios do maneirismo pombalino.

A composição sugere uma espécie de barroco rústico. As estruturas são de linhas relativamente retas e de apainelamento

86. Serafim Leite, S. J., *História da Companhia de Jesus no Brasil*, Rio de Janeiro, 1945, v. 5, p. 194.

87. "Prospecto e plano da igreja e seminário de Belém feito por ordem do ilmo. e ex.^{mo} sr. marquês de Valença, governador e cap. general da B.^a Feito por José d'Anxieta de Mesq.^{ta} Ajud.^o de Infantr.^a com exercício d'engenh.^o no ano de 1782." (Arquivo Militar, Rio de Janeiro, 45-2-2261).

inteiriço ao gosto da escola pernambucana do século dezoito. São encimadas por volutas vigorosas mas pouco elegantes, ladeando plumas de concepção fantasiosa e folhas estilizadas. As formas dos vasos acima da entrada central constituem uma reminiscência de desenhos similares empregados no Brasil no fim do século XVII e começo do século XVIII. O projeto destes portais, elaborado na América, presumivelmente na primeira década do século XIX, parece bem mais retrógrado do que adiantado. Está fora de moda em relação à planta dos portais da Igreja de Santa Teresa, que fora elaborada alguns anos antes em Lisboa. Possui, no entanto, uma exuberância e uma espécie de energia, que o tornam muito mais apropriado para a vigorosa fachada que ornamenta do que qualquer outra composição importada ⁸⁸.

Alguns dos mais antigos termos da Irmandade do S. S. Sacramento descrevem cerimônias na matriz de Santo Antônio. Um dos mais interessantes é o relato da bênção dos sinos, que a irmandade obtivera em Lisboa. Chegados em fins de 1794, foram imediatamente instalados: “Aos vinte e um dias do mês de dezembro de mil e setecentos e noventa e quatro, junta a Mesa, propôs o nosso irmão procurador geral que se faria preciso declarar por termo o dia em que esta irmandade fez subir os sinos, e pólos na torre da parte do Evangelho, quais foram os padrinhos, e quando se batizaram para constar para o futuro toda esta ação, no que conveio toda a Mesa; pelo que se declara o seguinte: que se puseram na torre os sinos no dia dezessete deste mês, dia dos felicíssimos anos da nossa augusta soberana, e teve a assistência do nosso Il.^{mo} e Ex.^{mo} general o sr. d. Thomas José de Melo ⁸⁹; que foram batizados e bentos no dia treze do mesmo mês, de tarde, pelo M. R. vigário Feliciano José Dornellas por não dar licença o reverendíssimo cabido ao reverendíssimo padre prefeito da Penha frei Francisco Maria da Gradisca para os sagrar segundo a vontade desta irmandade; que foram padrinhos do sino grande o nosso irmão juiz o

88. Carmo. Livro de termos, fl. 69. As portas de madeira foram encomendadas pelo ir. Matias Antônio Quaresma nesse mesmo ano (ibid., fl. 70 verso).

89. Governador de Pernambuco de 13 de dezembro de 1787 a 29 de dezembro de 1798. (Varnhagen, op. cit., v. 3, p. 315).

m. de campo Francisco Xavier Cavalcanti e o mesmo M. R. vigário; do segundo o nosso irmão Francisco Manoel da Silva Gusmão; do terceiro o nosso irmão Antônio José da Silva Porto e Antônio Moniz de Medeiros; do quarto os nossos irmãos Manoel Antônio da Silva e Antônio Moniz Tavares; deu o irmão juiz cinquenta mil réis, e os mais ignora-se quanto deram por se confundirem as esmolas depois, porém chegou o todo a trezentos e oitenta mil réis, os quais logo se entregaram a Francisco de Sousa Rego, por conta de que se lhe deve dos mesmos sinos, que foram mandados vir por ele de Lx.^a; e deste modo se houveram por declaradas as circunstâncias referidas pelo nosso irmão procurador geral de que se fez este termo; eu João Lopes Cardoso Machado o escrevi por presidir a esta Mesa o irmão escrivão atual por ausência do irmão juiz”⁹⁰.

As casas da irmandade já mencionadas foram construídas em terreno legado aos irmãos pelo padre Antônio Teixeira da Silva, que morreu em 1799. Primitivamente situadas na rua do Cabugá 7, 9 e 11, essas casas eram edifícios de três andares⁹¹. “Aos 24 de maio de 1807 estando congregado em Mesa do consistório da nossa irmandade demos todos os poderes ao nosso irmão tesoureiro José Bernardo do Rego para passar e assinar o papel de trato do ajuste de toda a obra de carapina de suas mans (sic) das três moradas de casas de sobrado que estamos edificando na rua desta matriz com o mestre Luiz Gonzaga Alz. Chaves pelo preço e quantia de dois contos e setecentos mil réis com as condições expressadas nos dois papéis de trato que se fez com o dito mestre carapina, ficando um em sua mão e outro em poder do tesoureiro e para constar mandamos fazer o presente termo, e eu José Francisco do Rego escrivão atual o escrevi e assinei”⁹².

Estão registrados diversos pagamentos a Luís Gonzaga pelo seu trabalho nas “3 moradas de casas defronte da matriz” em 1808 e 1809, inclusive o pagamento final de 100\$000 em fevereiro

90. Governador de Pernambuco de 13 de dezembro de 1787 a 29 de dezembro de 1798 (Vanhagen, op. cit. v. 3. p. 315).

91. S. S. Sacramento. Livro 1^o de termos, fl. 26 verso.

92. Silva, op. cit., p. 16.

de 1809 ⁹². As ferragens para as casas foram compradas a José da Silva, no Porto, por 500\$000 ⁹³. Finalmente, a 8 de maio de 1809, pagou-se a Manuel de Jesus Pinto a quantia de 536\$440 para pintar essas casas ⁹⁴.

Existem diversas referências à feitura de objetos de prata nos livros da irmandade, mas não se mencionam os nomes dos respectivos artífices. A lâmpada do santuário para a capela-mor, cuja encomenda foi autorizada em 17 de abril de 1813 ⁹⁵, e qual, a 11 de novembro, pagou a irmandade 25\$600 “pelo risco para a alampada” ⁹⁶, é provavelmente a que ainda lá está pendente (fig. 2). Parece ter sido feita em Pernambuco ⁹⁷.

92. S. S. Sacramento. Livro 1º de termos fl. 113 verso - 114.

93. S. S. Sacramento. Livro 1º de receita e despesa, fl. 187.

94. *Ibid.*, fl. 163.

95. *Ibid.*, fl. 187.

96. “Aos 17 dias do mês de abril de 1813 estando a Mesa congregada no consistório propôs o nosso irmão juiz atual a necessidade que a nossa igreja tinha uma boa alampada para guarnecer a capela maior, e servir de alumiar continuamente Santíssimo Sacramento, cuja necessidade há muitos anos se conhecia visto a existente; o que ouvido por todos uniformemente, se determinou o seg.^{te}: que o irmão tesoureiro atual tomasse a sua conta mandar fazer uma lâmpada que tenha de duas arrobas de prata pouco mais ou menos e que fosse comprando a prata necessária a dita obra, porém prata boa que nunca seja mais ruim do q. do toque da lei igualmente da alampada existente examinando o seu toque para que a prata nunca em menos do toque da lei que podia mandar desfazer cuja prata iria entregando ao que a de executar esta obra debaixo de seguranças necessárias não só ao valor da que receber como a sua boa qualidade e que igualm.^{te} mandasse tirar o risco pelo qual a de fazer a referida alampada por pessoa peritíssima a fim de que se consiga uma obra e do melhor gosto e para constar o referido e se lhe dar inteiro comprim.^{to} se fazer este termo em q. todos assinaram e eu José Ferreira da Silva escrivão da irmandade o escrevi.” (Livro 1º de termos, fl. 136 verso).

A 16 de setembro de 1804 decidiu a Mesa “mandar-se vir de Lisboa ou do Porto uma lâmpada de prata pelo uso mais moderno para servir na nossa capela-mor” (*Ibid.*, fl. 99 verso).

Dos documentos das igrejas do Recife, consultados pelo signatário, constam os de diversos prateiros. Em 1721-22 a irmandade de N. S. do Rosário dos Homens fez as seguintes anotações: “Pelo q. se deu de feitiço de uma naveta q. se tinha por João da Rocha, ourives, a quem se devia 4\$800”. (Livro de receita e despesa, 1725, fl. 185), e “Pelo que se deu ao ourives João da Fonseca Teles, mestre q. fez os resplendores das nossas sagradas imagens”. (Livro de receita e despesa, 1828, fl. 5.) A irmandade de S. Pedro dos Clérigos pagou em 1804-05 a José Ferreira Oliveira a soma de 23\$450 “pelo peso e feitiço do resplendor, título e cravos de prata para a imagem do altar das catacumbas, como consta da sua conta e recibo” (Livro de receita e despesa, 1802-72, fl. 5 verso). O nome do ourives Antônio Rodrigues Machado aparece em 1807-08. (*Ibid.*, fl. 14).

97. S. S. Sacramento. Livro 2º de receita e despesa, fl. 40.

Em setembro de 1816, a Mesa da irmandade decidiu importar de Lisboa grande número de objetos necessários à sua igreja. O acordo com um dos irmãos, José Antônio Gomes, um negociante do Recife, para obter o material, constitui um documento de interesse especial na história das relações econômicas entre as cidades coloniais e a metrópole ⁹⁸. Seguiu-se-lhe outro ajuste, em 9 de agosto de 1818, em que a Mesa submeteu ao “nosso irmão José Antônio Gomes mestre no Recife,” uma lista dos artigos desejados. Entre estes incluíam-se os ornamentos usuais para os altares, as “cortinas de damasco cramezim”, um “reposteiro de pano berne ordinário para tapamento com a custódia do Sacramento de três panos de largo... e a mesma vista que fizer uma parte a de fazer pela outra”. Havia “40 Opas de pano berne para os irmãos pelo tamanho de outra que se mandou fazer para modelo pano de médio preço e não superior e nem inferior”. Foi incluído na encomenda um item suplementar relativo a pedras. O cuidado com que os irmãos explicaram o que queriam, significa que tanto as pedras para calçamento como as guarnições e as portas de janelas eram objeto de especial atenção para efeito de importação de pedra de lioz de Portugal ⁹⁹. O documento fala de “pedra esquadrijada, e tirada de escada para o adro ou patamar ao sair da nossa igreja com 92 palmos de comprimento e 10 e ½ de largura conforme a medida do mestre pedreiro José Ignácio... Pedra mais ordinária para

98. “10 de outubro de 1814. Com o ourives da lâmpada. Pela importância de 43 e ½ de prata q. tinha dado ao M.º que está fazendo a lâmpada a 128 556\$800
Idem ao M.º da mesma obra, conta dos feitios em 8 de janeiro 200\$000
756\$800

99. “Aos vinte e nove dias de setembro de 1816 estando congregados em Mesa no consistório da nossa irmandade o irmão juiz, sr. João do Rego Falcão, escrivão, tesoureiro e mais mesário atuais abaixo assinados e sendo na mesma presente a receita das alfaias que esta irmandade muito precisa para ornato do nosso santuário por estar de todas muito necessitada, e para dar todo o inteiro comprimento à determinação da Mesa como do termo a fl. 143 pelo qual se concordou mandar vir da cidade de Lisboa as mencionadas alfaias, e porque entre vários negociantes que foram lembrados nesta Mesa para se encarregar da dita receita ouve particular e bem acertada escolha na pessoa de José Antonio Gomes a que se lhe fez ver a receita, e louvavelmente se ofereceu para a mandar vir de Lisboa com a melhor presteza possível por ter naquela cidade o seu mano Alexandre José Gomes, pessoa dotada dos mesmos requeritos, e boa fé de em tudo cumprir com inteireza e consciência conforme o nosso pedido a maneira do encarregado seu irmão com a condição de ser tudo aviado na fábrica real tanto as boas qualidades das fazendas como galões, e franjas por ter aquele todo o devido conhecimento para estas cruzas e que à vista de sua fatura vindo por sua conta e risco como de fato bem lhe satisfariam no

lagedo de calçada da rua nova ao lado da igreja, que tem de comprimento 208 palmos, e de largura assim 25 palmos de largo pelo alinhamento da calçada cuja planta foi em risco para vir da mesma forma já pronta e certa com as aplicações necessárias” ¹⁰⁰.

Roberto C. Smith

fecho de suas contas a metade da importância da receita sem prêmio algum, e o mais visto pelo não poder fazer no referido tempo seria satisfeito na Mesa seguinte com o prêmio de doze por cento atire findar seu real embolso e por parecer da razão assim se assentou cumprir e por isso, e pelo presente rogamos à Mesa que nos suceder, hajam de cumprir e satisfazer toda a quantia que ficarmos restando com aquela mesma presteza com que fomos servidos para crédito e honra de nossa respeitável corporação, e para constar mandamos lavrar o presente que eu Manoel Antonio Moniz Tavares escrivão o subscrevi.” (Livro 1º de termos, fl. 144).

100. Ibid., fl. 148 verso; 149. Pelo serviço de empedramento e outros misteres, os pedreiros do Recife, de acordo com os registros da Igreja de Santo Antônio, ganhavam entre \$320 e \$480 por dia. Um carapina recebia geralmente \$320. Os mais humildes caiadores percebiam \$240 no fim do século XVIII, porém, por volta de 1805 já ganhavam \$320 por dia. Excepcionalmente bem pago, ao que parece, foi Francisco de Paula, que, em março de 1807, recebeu uma diária de \$960" por pentear as cabeleiras das imagens na Semana Santa.” (Livro 1º de receita e despesa, fl. 149).

Catálogo dos oficiais mecânicos que trabalharam entre 1791 e 1819 para a Irmandade do Santíssimo Sacramento da Matriz de Santo Antônio do Recife

Carapinas:

7 de abril de 1793. “Pagou ao carapina M.^{el} Ferr.^a da Costa (Manuel Ferreira da Costa) do feitio do andor, madeira e ferragem, dezoito mil quatrocentos e quarenta réis, 18\$440.” (Arquivo da Irmandade do SS. Sacramento da Matriz de Sto. Antônio, Recife. Livro 1^o de receita e despesa, 1791- 1809, fl. 25).

Dezembro de 1804. “Idem ao mestre carapina Martinho para consertar as rótulas, e escada da torre e mais vários consertos, da igreja 8\$000”. (Ibid., fl. 123).

Maio de 1805. “Despesa que se fez com a obra do frontispício da igreja com os caixilhos que pagou ao carapina Martinho de 5 por todos de cor, 45\$000.” (Ibid., fl. 128).

Agosto de 1805. “Idem a Diogo Joaquim feitio dos óculos, 18\$000.” (Ibid., fl. 135).

Novembro de 1805. “Idem do feitio de 9 caixilhos pagos a Diogo Joaquim, 45\$000.” (Ibid., fl. 137).

Fevereiro de 1809. “dinheiro que deu ao mestre carapina Luís Gonzaga, resto do seu ajuste das moradas de casas defronte da matriz, 100\$00.” (Ibid., fl. 187).

Abril de 1810. “Idem ao mestre Gonzaga carapina por uma tábua de cedro para dois banquetes de S. André Avelino e S. Sebastião, 1\$000.” (Livro 2^o de receita e despesa, 1809-31, fl. 89).

Entalhadores:

21 de abril de 1799. “Dinheiro ao mestre Alexandre da S.^a Felipe (Alexandre da Silva) por conta do feitio dos toxeiros, estante, e escabelos, 94\$000.” (Livro 1^o, fl. 77).

Julho de 1800. “Idem que se deu ao entalhador Felipe Alexandre para conta dos toxeiros e estante, 10\$000.” (Ibid., fl. 89).

Setembro de 1805. “Idem a Felipe Alexandre da Silva de 38 castiçais a 2\$000, 76\$000.” (Ibid., fl. 151).

Marceneiros:

1 de julho de 1792. “Pagou ao mestre marceneiro Manoel Pinto do feitio de dois vasos de pão para os votos dois mil réis, 2\$000. “ (Ibid., fl. 21).

Pedreiros:

6 de março de 1791. “Pagou ao mestre pedreiro Antônio da Costa Gaia importe dos jornais, e materiais que se gastaram no campanário de cima do consistório, que se botou abaixo. O seguinte: Jornais dos Off.^s e serventes, 3\$140; materiais, 2\$690.” (Ibid. fl. 2).

31 de dezembro de 1791. “Ao mestre pedreiro Gaia jornais 10 a 480 (casa de cera), 4\$800.” (Ibid., fl. 12).

Junho de 1805. “Idem ao mestre pedreiro Crespim Paes como consta da folha que deu, 8\$000.” (Ibid., fl. 133).

Agosto de 1805. “Idem ao mestre Crespim de pôr as varandas de ferro como de sua conta, 14\$280.” (Ibid., fl. 135).

1807. “Idem ao mestre José Roiz (José Rodrigues da Silva) da reedificação da cantaria, consta do recibo de 21 de fevereiro 1807 e 7 de março, 17\$520.” (Ibid., fl. 151).

1807. “Idem ao mestre pedreiro Thomas Telez, 13\$960 e 14\$680.” (Ibid. fl. 151).

1807-08. Outros pagamentos a Telez e Silva. (Ibid., fl. 152, 165, 66).

9 de agosto de 1818. “Pedra esquadrijada... conforme a medida do mestre pedreiro José Ignácio”. (Livro 1º de termo, 1791-1836, fl. 144).

Pintores:

16 de setembro de 1791. “A Manuel de Jesus Pinto do douramento do couro, visto que se acha completo na conformidade do ajuste feito pelo termo lançado a f. 7 do L. 1 deles, 80\$000.” (Ibid., fl. 8).

18 de abril de 1792. “Ao mestre pintor Manoel de J.^s pela pintura do Caldieiro das Trevas, 16\$000; idem do Túmulo, 6\$000; idem da Serpentina, 4\$000; idem da Cruz e outras miudezas; ao dito pela pintura, que fez em 8 escabelos, dos que vai lançada a despesa a f. 5 nº 14, 3\$840.” (Ibid., fl. 15).

18 de fevereiro de 1794. Pintura do corredor da igreja da parte do consistório, 130\$000. (Livro 1º de termos, fl. 23).

Dezembro de 1804. “Idem 12 toxeiros de estante digo 12 toxeiros grandes, que se douraram pelo nosso irmão Manuel de Jesus, a 12\$800, 153\$600.”

- “Idem 12 escabelos, que se douraram a 6\$000, 72\$000 (Livro 1º de receita e despesa, fl. 123).
- Março de 1805.* “Para repintar 4 puxeiros (?) p.a servirem de repositório de receber aos irmãos falecidos, pelo irmão Manuel de Jesus, 12\$800.” (Ibid., fl. 125).
- Mai de 1805.* “Idem que se deu ao nosso irmão Manuel de Jesus Pinto para dourar as 3 urnas para os três altares e os dois pedestais de pedra e dois jarros brancos, 102\$000.” (Ibid., fl., 127).
- “Idem que se pagou ao nosso irmão Manuel de Jesus Pinto para conta de dourar o consistório, 80\$000.” (Ibid., fl., 128).
- Como parte do contrato de 18 de fevereiro de 1805 de 280\$000 para ele “dourar os altares e nichos, e fazer um painel do Espírito Santo no altar do meio, pintar o teto, e as molduras do mesmo teto com frisos de ouro, e pintar as portas e janelas do mesmo consistório.” (Livro 1º de termos, fl. 103 verso).
- “Pelo que se pagou ao nosso irmão Manuel de Jesus Pinto de dourar a cruz (do frontispício), 6\$560.”
- “Irmão Manuel de Jesus de dourar a custódia do frontispício 28\$560.”
- (Livro 1º de receita e despesa, fl. 128).
- Novembro de 1805.* “Idem a Manoel de Jesus Pinto de pintar o forro do corredor e avivar as tintas. 24\$160.” (Ibid., fl. 137).
- Mai de 1806.* “Pagou o nosso irmão tesoureiro ao nosso irmão Manoel de Jesus Pinto de dourar o consistório por conta do irmão Pedro Antunes e mais irmãos contemplados no termo feito em 18 de fevereiro de 1805 no L. de termos f. 103 cuja quantia ficam os (Ibid., fl. 141).
- “Idem ao nosso irmão Manoel de Jesus Pinto de pintar portas tinta nos caixilhos e por vidros como de sua conta, 432\$720.” (Ibid., 141).
- 14 de junho de 1808:* “Pelo que paguei de dourar o trono ao irmão Manoel de Jesus, 3\$920.”
- 8 de maio de 1809.* “Idem a Manoel de Jesus, da pintura das casas novas, de frente da matriz, como consta da sua conta, e recibo, 536\$440.” (Ibid., fl. 187).
- Março de 1810.* “Idem ao nosso irmão Manuel Jesus Pinto pela cinta à roda da igreja por dentro, 9\$640.” (Livro 2º de receita e despesa, fl. 5).
- Abril de 1810:* “Idem ao nosso irmão Manuel Jesus Pinto por pintar e dourar as ditas banquetas de S. André Avelino e S. Sebastião (da capela-mor), 24\$805.”
- “Ao mesmo por pratear os 30 castiçais do trono, 15\$000.” (Ibid., fl. 8).
- Junho de 1813:* “Pelo que se pagou ao n. irmão Manoel de Jesus por pintar n. sacristia, 16\$000.” (Ibid., fl. 8).
- Junho de 1813.* “Ao pintar Tavares pelo douramento do sino meão, 8\$000.” (Ibid., fl. 34).

- 10 de outubro de 1814.* “Idem ao pintor Manoel de Jesus de pintar os aimaios (armários) da casa da cera a 4\$000, 28\$000.” (Ibid., fl. 57).
- “Idem ao pintor Melquides de os pintar (“panos das vistas dos paços para as domingos da Quaresma”) e a pilatos e vários judeus e cozer os panos, 52\$600.” (Ibid., fl. 54).
- 1814: “Idem para 6 castiçais grandes que prateou o pintor Avaresto, 8\$640.
- “Idem 6 castiçais lapidados grandes q. prateou o pintor José Tavares, 8\$000.” (Ibid., fl. 55).
- 4 de março de 1815:* “Idem ao pintor Melquíades de envernizar de novo a cruz do Sr. dos Paços, \$800. (Ibid., fl. 58).
- 1815: “Idem ao mestre José Elói de pintar o paintel (sic) e dourar toda a mais obra e encarnar a imagem de Cristo, 110\$000 (“Missa dos batizados). (Ibid., fl. 53).
- Abril de 1818:* “Idem ao pintor Manoel de Torres de correr as barras em toda a igreja e corredores, 13\$920.” (Ibid., fl. 80).

A propósito da condessa de Belmonte

A propósito da condessa de Belmonte

De d. Mariana Carlota de Vera Magalhães Coutinho, condessa de Belmonte, muito se têm ocupado os estudiosos do nosso passado. De modo incompleto, sempre. Com exatidão, acerto e justiça, raramente.

Não se conclua daí que, nestas páginas, escritas por antecipação, especialmente para o *Anuário do Museu Imperial*, cedendo a honroso pedido do emérito fundador desse relicário nacional e seu devotado diretor, sr. dr. Alcindo Sodré, tenhamos a presunção de realizar, sobre a memória ilustre da grande dama dos paços imperiais, o que ainda não foi feito. Nem se adequaria mesmo à intenção e natureza do presente trabalho, que procura, apenas, vigorizar com tintas fortes, sem diluições, nem desbotamentos, em nome da verdade histórica, os vagos e evanescentes traços com que, habitualmente, se desenha o mal conhecido e considerável papel, que ela exerceu na formação do último monarca do Brasil.

Para a pequena obra, que estamos, entre longas e incessantes pesquisas, a elaborar, de que o presente estudo é um breve extrato, reservamos a oportunidade de conceder ao interessante assunto o seu necessário desenvolvimento.

Foragida de Lisboa, em 1807, d. Mariana de Verna, jovem esposa do moço da real câmara, Joaquim José de Magalhães Coutinho, chegara ao Brasil nas régias naus de d. João VI, que desembarcaram no cais da capital do país o seu futuro de nação.

Seu vulto austero de luso-germânica começa, porém, a destacar-se no limiar do Segundo Reinado. Já então é impossível encetar a narração dos sucessos, que culminaram com a elevação de d. Pedro II ao trono do Brasil, sem deparar e voltar a atenção

para a singular senhora, que o recolheu nos braços, entre os infortúnios da orfandade e os azares da política.

Sua diletta aia, desde ao nascer, a 2 de dezembro de 1825, a primeira dama do herdeiro imperial, a *Dadama* da sua amorosa e infantil língua de trapos, havia sido trazida ao paço, sob as insistências e rogos do pai extremoso, que era o então soberano.

Menos de dois meses após o início de suas altas funções, em carta ao filho, Ernesto Frederico de Verna Magalhães, estudante em Paris, informava ela sobre a sua nova existência no palácio de São Cristóvão:

– ... bem recompensada com o bom tratamento que tenho recebido do imperador. Estou tratando o nosso príncipe, o que dá para suavizar as minhas penas e todo o trabalho que tenho, a que me vou acostumando com perfeita saúde, e tudo fica pago com a cara alegre e a aprovação do pai. A tudo que eu faço não achou nenhuma recomendação a fazer, sempre me diz “você entende disto melhor do que eu”, é quanto se pode desejar, de sorte que todos à proporção seguem o mesmo...¹.

E entreabrindo as portas das salas do palácio, povoadas de dignitários e de serviçais, acrescenta envaidecida:

– Todos os dias ouço só dizeres de felicidade em que se reputam por estarem conosco. Eu sou advogado de todos e qualquer coisa que querem vêm ter comigo, de sorte que me julgo como em minha casa. Isto, dirás tu, é muita presunção, mas também te conto para que saibas que não tens uma mãe tão má...

– A ama, que é uma suíça muito sincera e de quem o I. e a I. gostavam muito quando criava a princesa d. Paula, sempre me está dizendo: “Eu não posso crer que estou tão bem, parece-me outro paço” e perguntando-lhe eu por quê? disse: “C’est parce que je me plais beaucoup avec vous”².

Alongamos a transcrição literal da narrativa singela e íntima da missivista ao filho distante, pelas revelações inúmeras que encerra. Projeta curiosa luz sobre o retiro augusto da Quinta da Boa Vista, nos seus meandros impenetráveis à bisbilhotice pública.

1. In Henri Raffard. *Apontamentos Sobre Pessoas e Coisas do Brasil*. Rio de Janeiro, 1899, p. 161.

2. *Ibidem*.

Parece à ama, ali de volta, após a criação, em 1823, de d. Paula, inacreditável como se sente bem nesse paço, diferente do que conhecera antes, “outro paço”, o em que d. Mariana de Verna, sentindo-se também como em sua casa pela consideração que lhe dispensam e pela autoridade de que dispõe, faz-se “o advogado de todos”, a provocar somente “dizeres de felicidade”!

E para que dúvidas não restem sobre a origem da transformação assim operada no interior da formosa e agreste vivenda imperial – erguida numa eminência, entre densos parques, o novo repuxo, fronteiro à edificação, alegrando a sua entrada, pelo rumor claro e cantante das águas a caírem no tanque gentil, orlado de gradis de ferro – Maria Catarina Equey, a ama e suíça, revela, na sua língua de estrangeira, que o sortilégio era devido à presença de quem ali passara a governar.

Como estamos longe, pois, do ambiente sombrio, da melancolia e do rigorismo senis, que certos historiadores fantasiosos emprestam a essa vigorosa senhora de 46 anos!

Emprestam, revalidando as desacreditadas invencionices de Cristiano Otoni sobre a infância de d. Pedro II, na improvisada biografia que fez deste monarca, obra típica, entre nós, da história de *partido*, repudiada, na época, pelo voto unânime do Instituto Histórico e desmentida pela pena veraz e enérgica do sr. visconde de Sabóia.

A infância triste de d. Pedro II...

Órfãs, como d. Pedro II, foram as suas irmãs. Como ele, também confiadas à direção de d. Mariana de Verna. Entretanto, é sabido e facilmente poderá ser comprovado o feitio alegre, o natural brejeiro e vivaz de d. Francisca Carolina, mais tarde princesa de Joinville. Dotes que haveriam de valer-lhe, na corte de França, os sucessos de inteligência e de graça, que ali alcançou.

Sua linda madrasta, a ex-imperatriz d. Amélia, a 21 de outubro de 1843, da sua quinta d’Ismaning, na Baviera, em carta à d. Mariana de Verna, registrava o triunfo, em Paris, da jovem princesa brasileira, recém-casada:

- Tenho mui boas notícias da Francisca, que está muito feliz.
- Toda a família (real de França) está morrendo por ela, e ela agrada geralmente³.

Quando menina, ainda no verdor dos anos, já da própria d. Mariana de Verna este incisivo comentário:

- é a criatura mais galante e espirituosa possível...⁴.

Triste haviam tornado o paço o luto, a princípio, e depois, novamente o luto, e ainda e sempre a turbulência nacional, a imprensa desavergonhada, as gazetas insultuosas, a agitação das ruas, as sedições, os motins, as quarteladas povoando os espíritos de apreensões e de sustos. Pondo em risco a segurança do regime, o destino do príncipe, a sorte do trono. Trazendo em sobressalto os responsáveis pelas crianças reais, forçadas, às vezes, pelas madrugadas, a vigílias temerosas. De modo tão alarmante e grave que, no relatório enviado ao Parlamento, parecia ao governo não haver, no país, “uma só sentinela dispensável”⁵.

De efeitos tão deprimentes, tão acabrunhadores, que faziam um homem da têmpera de Feijó, dirigindo-se aos representantes da nação, exclamar:

- Tudo quanto tenho de expor é triste; e mais melancólico é ainda o futuro, que se me antolha...⁶

A quadra bem representava o *Terror* da nossa história.

Como estávamos longe também do paço odioso da mal sucedida Maria Graham, arrepiada de espanto pelos enredos e tramas de seus corredores!

Paço odioso observado, de janeiro de 1823 a setembro de 1825, pela ressentida britânica e efêmera governante de d. Maria da Glória, que apontava o barbeiro Plácido como a sua “figura principal”!

A entranhadamente britânica Maria Graham nas sedas lisas, musselinas e cambraias de seus trajes, nos desdêns superiores pelos costumes de outras pátrias, no israelítico horror ao toucinho,

3. Carta autógrafa e inédita, do arquivo do autor.

4. In Alberto Rangel. *A Educação do Príncipe*, Rio de Janeiro, 1945, p. 33.

5. Otávio Tarquínio de Sousa. *Diogo Antônio Feijó*, Rio de Janeiro, 1942, p. 167.

6. *Ibidem*, p. 165.



Litografia de Tainay representando os órfãos de S. Cristóvão em seu gabinete de estudos
(Col. do Museu Imperial)

à carne de porco, na predileção suspirosa pelos assados de carneiro, escandalizada da sua raridade na mesa imperial, no desprezo invariável pelas senhoras portuguesas, pela sua devoção, sua simplicidade, seus vestidos escuros de viúvas, a ponto de considerar “dia-a-dia mais visível a falta de uma dama européia nos aposentos da princesa”⁷ d. Maria da Glória!

E como ainda nos parece sumida, sempre fechada nos seus aposentos, entregue à sua coleção mineralógica, ao seu desgosto conjugal, à sua aflitiva melancolia, tantas vezes confessada, a jovem imperatriz brasileira!

Nem a mais vaga alusão, nenhuma esquiva referênciã aos seus desejos, recomendações ou cuidados no trato do menino imperial.

Longínqua como uma ausente. Deve, entretanto, ser recordado que as relações de d. Leopoldina com d. Mariana de Verna, filha de oficial alemão, que se notabilizara no Exército de Portugal, eram excelentes e afetuosas.

O significativo pormenor vem confirmar o que, a respeito de uma enfermidade da princesa d. Januária, a cuja cabeceira velara toda uma madrugada o imperador, conta-nos Alberto Rangel, reproduzindo, ao finalizar, uma explosão severa de d. Pedro.

– D. Leopoldina, que não amamentava os filhos (todos tiveram amas de leite) e freqüentemente os abandonava aos cuidados das damas do paço e camareiras, pôs-se nessa ocasião a indagar dos médicos... se a moléstia da filha poderia prolongar-se, de modo que não permitisse ir à caça... D. Pedro voltara-se para a mulher: “Vá, imperatriz! Para a imperatriz mais vale uma caçada que o filho (sic), receio que não tenha coração de mãe!”⁸.

Abandonando o exagero colérico do cônjuge exasperado e pai amantíssimo, subsiste, entretanto, a procedência do reparo sobre o alheamento da infeliz e digna d. Leopoldina à vida intensa do palácio e mesmo à de seus filhos.

O desusado empenho com que, em vida da esposa, foi o fundador do Império buscar, à sua residência, a recalcitrante d. Mariana de Verna, para confiar-lhe a educação do seu herdeiro;

7. *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LX, Rio de Janeiro, 1940, p. 95.

8. Alberto Rangel. *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*, Tours, França, 1928, p. 59.

cujos nascimento deveria aguardar já instalada no paço, talvez, não tenha outra explicação.

De qualquer sorte, a obstinada escolha, a pertinaz eleição, que fez dessa senhora para aquele elevado encargo, vencendo-lhe as resistências e opondo-lhe às escusas os argumentos de inapelável decisão, constituem o mais honroso, o mais insuspeito testemunho dos seus excepcionais merecimentos.

Excepcionais merecimentos, que iria proclamar, mais tarde, de modo expresso, na carta que lhe dirigiu de Paris, a 10 de janeiro de 1834:

– Minha muito respeitável senhora...

... que sempre se tem mostrado digna de educar um imperador... pois sempre conheci em d. Mariana muito merecimento, saber e probidade a toda a prova⁹...

Não surpreende, assim, a sua conhecida expansão a Barbacena, em assomo de franqueza, tão de sua índole, ao mostrar-lhe, em 1827, o pequenino príncipe:

– Este será bem educado, hás de ver. Eu e o mano Miguel havemos de ser os últimos malcriados da família¹⁰.

Anos mais tarde, em 1831, ao abdicar e deixar o Brasil para sempre, conduzir-se-ia de modo igualmente insistente e honroso, com relação a José Bonifácio, alcandorado na posição de tutor dos seus filhos. Esse, porém, partilharia mais tardiamente e de modo nem sempre constante, a glória da confiança calorosa do monarca, que nunca faltou à condessa de Belmonte. Por outro lado, através os termos enfáticos, de mal velada intenção, constantes mais da carta, em que lhe participa, do que do diploma ante datado, em que lhe conferiu a investidura, não é difícil, nem temerário lobrigar-se o furtivo sentimento de acintosa represália àqueles que ao seu ver, a 7 de abril, haviam-lhe traído a confiança. Opunha-lhes, sangrando de desengano, a inesperada glorificação, quase espetacular, do antigo e comum adversário, o trovejante Andrada do “Tamoio”, o apaixonado e ardente “velho do Rossio”, reconhe-

9. Carta autógrafa, do arquivo do autor.

10. Alberto Rangel. *D. Pedro I e a Marquesa de Santos*, p. 42.

cido, agora, como “amigo certo”, portador “de sentimentos de honra e de patriotismo”, o mesmo que, anos atrás em 1823, havia banido do território do Império!

Apreciar como um tornou baldados os desígnios do pai distante, acabando por incorrer na pena de suspensão e destituição final do cargo de tutor, preso e processado, e como outra levou a cabo sua espinhosa missão, findando os seus dias, gloriosa e querida, como camareira-mor na corte, presidida pelo seu pupilo, a reinar bem sucedido, seria assunto que nos afastaria dos limites destas páginas.

Registrando no campo do problema da educação do delfim brasileiro a isolada ocorrência dessas duas escolhas, consciente e deliberadamente feitas pelo pai, tivemos a intenção de deixar apercebida a significação que revestem e induzir o irrecusável alcance, que ganha, para o juízo histórico, o conhecimento das pessoas, em que recaíram.

Escapam ambas à censura acre, – aliás, nem sempre justa –, do birrento ensaísta da “Educação do príncipe”, contida na crítica lançada sobre os que foram chamados à tarefa da *instrução* do louro e débil candidato ao trono do Brasil: “a insignificância dos seus professores, quase todos figuras bem medíocres,... *pescadas* ao acaso ou *escolhidas* à força de fortuitas recomendações...”¹¹.

Discreta, sem projeção pública, tão dissemelhante nesse, como noutros aspectos – mas de igual ânimo voluntarioso e forte – ao ruidoso homem de Estado, que veio, em porfiado páreo, desigual e difícil, disputar-lhe a autoridade nos salões de São Cristóvão e infligir à sua influência preponderante, na corte e no ânimo do imperador menino, os riscos de uma competição desabrida, a condessa de Belmonte, a veneranda e altiva vencedora do “colosso” abatido, precisa ser melhor conhecida e emergir das sombras iníquas, em que mergulham a sua virtuosa e memorável existência.

Para acudir ao seu soberano, na missão que lhe designou nos paços imperiais, tudo deixara – as doçuras da sua chácara do Engenho Novo, na estrada do Cabuçu, onde, depois de sua viuvez, vivia retirada, em companhia do filho, da filha, menor de 7 anos. Chácara extensa como um sítio, com mais de meio quilômetro de

11. Alberto Rangel. *A Educação do Príncipe*, p. 12

frente, o caiado e enorme casarão alvejando entre as casuarinas, cinamomos e palmeiras. À frente, nos canteiros aos lados do pequeno patamar central, de quatro degraus, que dava acesso à residência, os pés de murta e de madressilva, esgueirando-se até as janelas do primeiro pavimento, cobriam de flores as suas vidraças.

Tudo deixara – a paz do seu viver sossegado e íntimo, os parentes, os amigos da vizinhança, os negócios, os empregados, os escravos, o delicioso gosto rural daquele confim da cidade, onde encerrada, entre os gravatás das cercas de suas terras, voltava à remota recordação das alegrias alentejanas da sua infância.

Havendo recebido – com relutância, insistamos – das próprias mãos augustas do fundador do Império o exclusivo privilégio de acercar-se do berço em que, entre rendas, agitava-se o seu nascente herdeiro e futuro soberano do Brasil, para cuidar da sua frágil vida, a que deveria imprimir o selo dos primeiros princípios e o prematuro apuro das maneiras, d. Mariana de Verna detém a absoluta e indisputável precedência sobre todos os que, mais tarde, foram admitidos a participar da sua obra.

Antecipando-se a todos, coube-lhe, desde o início, a parte magna, crucial, nuclear daquela formação; a educação moral do príncipe.

Que esse era o seu encargo junto à imperial criança, confirmam-no as textuais palavras de d. Pedro, em outra carta, que lhe dirigiu:

–... vejo que está novamente no paço, e encarregada da educação *moral* de meu filho, e filhas...¹².

Confirma-o, igualmente, o teor das atribuições, que conferiu a frei Antônio de Arrabida, seu antigo mestre e confessor, para superintender “como diretor da educação *literária* de SS. AA. II...” “ficando-lhe submetidos todos os mestres a quem eu incumbi os diferentes ramos de sua *instrução*”¹³.

Melhor demonstrando ainda a natureza das suas atribuições, demos a palavra à própria d. Mariana de Verna, a expandir-se,

12. Carta autógrafa, do arquivo do autor.

13. Alberto Rangel. *A Educação do Príncipe*, p. 36.



Retrato de d. Pedro II por L. A. Boulanger em 1837
(Col. do Museu Imperial)

agastada com o pai do seu pupilo, sobre os deveres do seu encargo:

– Nas grandes instituições de educação pública, na repartição de prêmios, sempre o maior é destinado ao caráter; aquele que em todo ano desenvolveu maiores virtudes, e menos defeitos: provasse bem como todos os homens estão concordes em que as bases principais da educação, é o que decide da felicidade da vida, são as virtudes sociais; esta educação os mestres não podem dá-la.

– Só se aprende *com o exemplo assiduidade de quem, ensina* e o convencer com a razão; isto não quer dizer que sejam sempre virtuosas as pessoas que ensinam a praticar a virtude, mas precisa ao menos fingi-lo, ao pé dos que se educam pois que pregar aos seus que não tenham medo, e mostre tê-lo, nunca poderá fazer um homem valoroso, e assim com as mais virtudes.

– A experiência me tem mostrado que *desde o berço* se deve principiar este trabalho, porque defeitos de caráter adquiridos, pode a razão abafá-los, mas nunca destruí-los. Este método bem que tão necessário é de muito difícil execução, pois quem o pratica precisa morrer para si e viver para o seu educando.

– Que a educação virtuosa é a base da sólida felicidade de toda a vida ¹⁴.

Comprovado o esclarecimento, notemos como se apoderava o espírito surpreendentemente atilado da condessa de Belmonte das grandes e altas finalidades morais e sociais da educação. Acentuemos a sua clarividência de bem inspirada, remontando ao berço o início da obra educacional. Coincidindo com a opinião, hoje dominante, e com o pensamento humanista de Erasmo, no século XVI, cuja contemporaneidade é proclamada por pedagogos de nossos dias, autor da “Educação de um príncipe cristão” e de um tratado sobre educação das crianças (“*Pueris instituendis*”), a respeito da qual não tem outra maneira de pronunciar-se:

– Se a educação no berço for bem orientada, disciplinará a natureza do educando, por mais refratária que seja, pois é esse o período ideal para a formação do caráter e de bons hábitos.

– Aquilo que os pais almejam para os filhos: saúde, bem-estar e renome, melhor lhes asseguram pela *virtude e pelo saber, dons da educação* ¹⁵.

14. Ibidem, pp. 32-33.

15. Raul Briquet. *História da Educação. Evolução do Pensamento Educacional*, São Paulo, 1946, pp. 59-60.

Preocupada com as virtudes e qualidades, que deveriam ornar o pequenino ser, confiada à sua discrição, portador de uma coroa, que o levaria ao governo efetivo de um povo, cuja felicidade estaria a depender do seu ensino moral, vai acertadamente buscar para esta nas fontes perenes da fé e do catolicismo as diretivas e postulados fundamentais.

Animava-a convicções pessoais profundas. Estava indene dos laivos venenosos da incredulidade burguesa do século.

A religião cristã – afirmaria – mesmo temporalmente falando, fará sempre a felicidade da sociedade.

– Um soberano verdadeiramente cristão – diria ainda – há de infalivelmente fazer a felicidade dos povos... ¹⁶.

Destinado a dirigir uma pátria, “pátria dos que aprendem a crer antes de aprender a ler”, na frase feliz de um tribuno e educador, cumpria iniciá-lo no conhecimento de Deus, criador de todo o universo, Pai de todos os homens, amando-os com um amor sem limites. A ponto de descer sobre a Terra, de fazer-se homem como eles, de morrer por eles.

E a maravilhosa história de Cristo, tocando-lhe o coração sensível, vai deixar-lhe na alma a incomparável visão da beleza moral.

Compõe, assim, para uso e instrução do príncipe, em 1830, alvoraçada pelos sinais de progresso do seu entendimento “em tão tenros anos”, em que já principiava “a desenvolver tanto os princípios de virtude e firmeza de caráter”, enchendo-a da desvanecida esperança de que “com o andar do tempo fa-rá glória ao Brasil” ¹⁷, o “Pequeno Catecismo Histórico”, que o *Jornal do Comércio*, de 6 de dezembro, anunciava como tendo aparecido na véspera.

Recordemos, agora, em oportunidade tão legítima, a distinção fundamental, que articula entre educação e instrução, de con-

16. D. Mariana Carlota de Verna. *Pequeno Catecismo Histórico*, Rio de Janeiro, 1830, introdução.

17. *Ibidem*.

seqüências tão profundas, que leva um eminente pensador cristão de nossos tempos a afirmar:

– O homem apenas *instruído* nunca chega a ser um indivíduo bem formado. Ao passo que o homem sem instrução pode ser um bem formado e até um gênio profissional, um herói ou um santo ¹⁸.

E afirmemos, por nossa vez, sob o coro uníssono dos seus contemporâneos, no país e no estrangeiro, de que não discrepam mesmo os seus críticos mais mordazes e os seus inimigos mais encarniçados, e sob o da posteridade, na “voz da história”, que ele aguardou sempre sereno, entre os tormentos do exílio, na confiança inalterável do cristão, como a própria “justiça de Deus”, que se d. Pedro II foi notável, se o seu vulto alçou-se à admiração dos homens, se o seu nome inscreveu-se entre os grandes da Terra, foi, alçou-se, inscreveu pelas suas virtudes inúmeras e pela rara expressão de sua figura moral.

Virtudes e expressão moral, que mais do que o cetro, a coroa, o manto, o trono imperial, fazem nele resplandecer a majestade. Com uma refulgência, um esplendor tão intensos, que atravessam perduravelmente o século para despedir lampejos, ainda hoje, aos olhos fascinados dos bisnetos de conselheiros e titulares do seu reinado.

Sua educação moral foi, pois, um êxito. Um inegável, um incontroverso êxito.

Revela um pensamento sério, advertido, paciente, genuíno de sabedoria, que se inspira no que o caráter humano pode acusar de mais alto e de mais nobre. Revela o profundo, o poderoso sentido cristão, que animava o autor do molde ideal, a que foi afeiçoada a personalidade hesitante e plástica do menino real.

Molde tão perdurável, pela essência transcendente da sua idealização, que irá resistir, em suas linhas fundamentais, no soberano aburguesado pelo século, sob o assalto dos sarcasmos de Voltaire e da ironia sacrílega de Renan, conservando a sua feição cavalheiresca de príncipe cristão.

Autor do molde ideal na eleição dos princípios, das virtudes na condenação dos erros, dos desvios. Criando, com o auxílio

18. Alceu Amoroso Lima (Tristão de Ataíde). *Humanismo Pedagógico*, (vol. XI, Coleção Presente), Rio, 1944, p. 11.

indispensável do candidato à vida da consciência, o homem que ele se tornará. Animando-o, exortando-o, corrigindo-o. Não apenas ciência, mas arte, os doutores da Igreja conferiam valor à obra educativa e S. João Crisóstomo não hesitava em colocar o pedagogo acima do escultor e do pintor, porque enquanto esses trabalhavam o mármore frio e a tela inerte, aquele se consumia sobre a alma humana.

Obra árdua e grave, a educação é a segunda e decisiva maternidade. Por isso mesmo, o desempenho de suas tão difíceis e delicadas funções é cometido, normalmente, à família que lhe deu o ser. E nessa, entre os seus vários membros, aos pais. E entre os últimos, mais precisamente à mãe.

Daí a justa e interessante observação, que faz, versando tema pedagógico, o beneditino francês Romain Legarré:

– Si, en parlant d’un crime d’un homme, on a coutume de dire: “Cherchez la femme”, en parlant des vertus d’un homme, on peut plutôt dire: “Cherchez la mère!”¹⁹.

No caso, porém, desse nosso bom e grande d. Pedro II, estranho Bragança e Habsburgo – não obstante a ronda sinistra dos estigmas e distúrbios hereditários a esvoaçar sobre o seu berço – sem fraquezas, sem desabrimentos, sem soberbas, sem vícios, sem vaidades, sem cóleras, sem ódios, sem amores ilícitos, sereno, reto, honrado, magnânimo e justo, trabalhador infatigável e chefe de família exemplar, procurar-se-ia – pobre d. Pedro II! – inutilmente a sua mãe.

Mal a tendo conhecido, perdera-a com um ano e nove dias de existência!

Conta-nos ele a sua desdita, em versos tocantes, que compôs – dizem – chorando:

Coube-me o mais funesto dos destinos:
Vi-me sem pai, sem mãe, na infância linda...

Prossiga-se, entretanto, a procurar nessa estranha e enigmática infância, “sem pai”, “sem mãe”, mas que se conserva linda; ao lado do berço do pequenino príncipe desventurado, até aos seus seis anos; e mais além, até investir-se no poder, pela maiori-

19. Romain Legarre, O. F. M., *Fumera-t-elle*, Montreal, 1944; p. 45.

dade nominal; e também adiante, até ao matrimônio – excluído o período curto, de 17 meses, de problemática convivência com a sua juvenil madrasta, de 17 anos, e divisaremos sempre o vulto de uma mulher, a única a acompanhar, com as ternuras de mãe, discreta e modesta, sutil e vigilante, dedicada e lúcida, essa orfandade coroada.

É a condessa de Belmonte...

Manuel Inácio Cavalcanti de Albuquerque

MÚSICA BRASILEIRA

Música brasileira

O genial Olavo Bilac, em soneto famoso, sintetizou a nossa música como a “flor amorosa de três raças tristes”.

Os indígenas, que os cronistas Gabriel Soares e Fernão Cardim classificaram como “bons cantores e inventores de trovas”, legaram-nos a música de cadência monótona, nostálgica e dissonante, sem coloridos nem envolvências melódicas.

Os portugueses povoadores da terra, diante da natureza exageradamente opulenta e solitária, sentiram a tristeza que aumentar a nostalgia do navegante, produzindo árias sentimentais, que ecoaram no território imenso como os primeiros acordes da música brasileira.

Os africanos escravizados, trazidos para cá sob a ameaça da chibata, presos ao misticismo bárbaro da pátria distante, com a sensibilidade excitada pelo sofrimento e pela humilhação, deram-nos os elementos nostálgicos, fortes e de sonoridade variada que caracterizam ainda hoje a nossa música.

Sem esquecer certa influência espanhola, impregnada de motivos árabes, e, mais tarde a francesa e a italiana, encontramos nas músicas indígena, portuguesa e africana os termos da equação da arte sonora brasileira.

As mutações sofridas através dos tempos e das influências do meio social e geográfico determinaram as características próprias que apresenta hoje a nossa música.

Como a linguagem, a música foi variando em forma e expressão. Permanece *erudita* aqui, como *música de salão*; *semi-erudita* acolá, sob a forma intermediária de *modinha* ou *canção*; popular além, quando se apresenta como simples *cantiga*, de *canto de trabalho*, de *aboio*, de *pregões* ou *desafios*.

A primeira manifestação musical em nossa terra foi eminentemente religiosa e acompanhou os autos compostos pelos jesuítas, os nossos primeiros professores de música e *cantochão*.

No século XVII surge, na Bahia, o primeiro músico do Brasil, frei Euzébio de Matos ou frei Euzébio da Soledade, irmão de Gregório de Matos, o poeta e orador sacro, que também improvisava lundus na viola e tocava harmônio, aparecendo depois Francisco Rodrigues Penteadado, Domingos Caldas Barbosa, João Leal, Januário Arvelos e outros compositores de *modinhas* e *lundus*.

No século XVIII viveram os mestres da música Antônio Machado do Passo, Francisco Mexia e padre Domingos Simões da Cunha, surgindo as primeiras *Casas de Ópera*, onde foram levadas à cena as peças de Antônio José, “o judeu” e de Alvarenga Manuel da Silva, “o poeta”.

Com a vinda de dom João para o Brasil, por influência de Antônio Araújo de Azevedo, conde da Barca, é contratada a missão artística francesa chefiada por Lebreton. Novos horizontes se abrem para a nossa cultura, merecendo também a música a atenção do príncipe regente que mandou reorganizar a capela real com o genial padre José Maurício Nunes Garcia à frente.

Pouco depois chega ao Rio de Janeiro o musicista Marcos Portugal, que desenvolveu intensa atividade artística entre nós. E a música, que se desenvolvia no conservatório de Santa Cruz fundado pelos jesuítas, se faz ouvir nas igrejas, nos teatros que vão surgindo e nos casarões e sobrados senhoriais.

Aporta em nossa terra, em 1816, o compositor e pianista austríaco Sigismundo Neukomm, discípulo de Haydn.

E vão surgindo os músicos patrícios que se chamam Manuel Rodrigues, Damião de Araújo, José Rebouças, Luís Alves Pinto, Francisco Leitão, Domingos Caldas Barbosa e muitos outros. Avulta, porém, a figura ímpar do padre José Maurício autor da célebre *Missa de Réquiem*, sua obra-prima e mais de 150 composições, todas notáveis.

O grande mestre deixaria discípulos que se salientariam no decorrer do Primeiro Reinado.

Um deles foi o próprio dom Pedro, o irrequieto proclamador da nossa Independência. Estudara teoria com José Maurício e Marcos Portugal que lhe ensinaram fagote, trombone, clarinete, violoncelo, flauta e rabeca. Neukomm ministrara-lhe ensinamentos de composição, contraponto e harmonia. Possuindo voz agradável, gostava de cantar *modinhas*.

A 7 de setembro de 1822, na *Casa da Ópera* de São Paulo, ele próprio entoava pela primeira vez o *Hino da Independência*, que compusera à tarde, depois do glorioso brado às margens do Ipiranga. O príncipe deixou ainda uma ópera em português, cuja abertura foi executada no Teatro Italiano em Paris, em 1832; uma missa, cantada na capela imperial, a 5 de dezembro de 1829, na celebração de suas segundas núpcias; uma sinfonia, para orquestra; um *Te-Déum*; variações sobre a dança popular o *Miudinho*; o *Hino da Carta*, de Portugal, escrito a bordo da corveta *Dona Amélia*, quando em viagem da Madeira para o Porto a fim de reconquistar de dom Miguel a Coroa para sua filha dona Maria, e que foi o hino nacional português até a República, em 1910. Os negócios da nação empolgavam o jovem imperador e a decadência da capela imperial marca o declínio da cultura musical no Primeiro Reinado. Chegam ao Brasil as primeiras companhias líricas italianas e começam as atividades sociais nos primeiros salões aristocráticos do Rio, onde os bailes eram precedidos de pequenos concertos, trazendo novo alento à música.

Surge então no cenário artístico a figura de Francisco Manuel da Silva. Conhecendo o fulgor da capela imperial e testemunhando o aparecimento da ópera no Brasil, o discípulo de José Maurício, incansável trabalhador, reage contra a decadência que se acentua. Funda a *Sociedade Beneficente Musical*, a 16 de dezembro de 1833, centro de reação contra o declínio da arte dos sons entre nós.

Autor do *Hino Nacional*, que se impôs como o hino da pátria antes de sua adoção oficial, esse artista que marca uma fase da música do Primeiro Reinado, assiste prazerosamente o início de nova era que surge, cheia de dificuldades, com a regência. Além do canto máximo da nacionalidade, Francisco Manuel da Silva foi o criador do *Conservatório de Música do Rio de Janeiro*, semente fecunda da atual Escola Nacional de Música. Sua obra é vasta e variada.

São os *Hinos Nacional Brasileiro*, da *Coroação*, das *Artes*, de *Guerra*, à *Virgem Santíssima* e ao *Infante D. Afonso*; são romances para canto e piano; dezenas de músicas sacras, entre as quais a *Missa de Réquiem*, em si bemol, para orquestra e coro; são músicas profanas como as *Variações*; a ópera *O Prestígio da Lei*; são modinhas, lundus, quadrilhas e valsas.

Outros músicos que viveram entre 1822 e 1860 merecem destaque. São eles: Cândido Inácio da Silva, autor de conhecidas modinhas imperiais e alguns lundus; Tomás da Cunha Lima Cantuária, patriota de 1817, autor de missas, *Te-Déum*, antífonas, hinos, quadrilhas, minuetos e valsas; Joaquim José Mendanha, que escreveu depois de aprisionado na batalha do Rio Pardo, o *Hino de 1935*, sobre uma valsa de Strauss modificada em seu compasso, adotado como hino do Estado do Rio Grande do Sul, com o advento da República; Domingos da Rocha Mussurunga, combatente da Independência, autor dos *Hinos da Maioridade* e ao *Dois de Julho*, de um *Te-Déum* para a coroação de dom Pedro II, missas festivas, hinos, valsas, minuetos e doze opúsculos de modinhas; os padres Fortunato Gonçalves Pereira de Andrade e Mamede, José Gomes da Silva, que deixaram músicas sacras, concertos, árias, valsas e contradanças; o padre José Maria Xavier, autor de mais de 100 composições sacras; João Teodoro de Aguiar, autor da marcha fúnebre executada nos funerais de João Caetano; João Francisco de Sousa Coutinho; presidente da província de Santa Catarina, autor de uma Semana Santa completa e do hino à sua província; Elias Alves Lobo, autor da primeira ópera nacional imperial intitulada *Noite de São João*, que foi regida por Carlos Gomes, e da ópera *A Louca* e da missa de *São Pedro de Alcântara*, oferecida ao nosso segundo imperador.

O romantismo que florescia nas letras não chegara a influir na música até o início da segunda metade do século XIX. A grande figura dessa época surge, porém, com Antônio Carlos Gomes, o genial campineiro. Começou a fazer valsas e modinhas aos 16 anos e compôs uma missa três anos após. Vindo para a corte, faz vibrar o entusiasmo dos moços com o *Hino Acadêmico*. Estudando no conservatório, compõe duas cantatas, executando a segunda no encerramento dos cursos, na presença de d. Pedro II e sob os aplausos de Francisco Manuel, em 1860.

No ano seguinte exulta ao assistir sua primeira ópera *A Noite do Castelo*, no antigo Teatro Provisório. Dois anos depois o público conhece a *Joana de Flandres*, que lhe proporciona a condecoração da Ordem da Rosa. Viaja Carlos Gomes para a Europa, onde, em Milão, escreveu o imortal *Guarani*, um dos símbolos da nacionalidade. Seguem-se as óperas *Fosca*, *Salvador Rosa*, *Maria Tudor*, *Escravo*, *Condor* e o oratório *Colombo*. Sua gratidão ao

imperador deposto, impede-lhe de aceitar a convite de Deodoro para escrever o hino da República. Ascende dia-a-dia pela escada da glória, até ser abatido, pela morte, a 10 de setembro de 1896.

Numerosas sociedades e clubes musicais exerceram larga ação cultural no país na segunda metade do século XIX. Neles apareceram os grandes Alexandre Levy e Alberto Nepomuceno, os geniais Leopoldo Miguez e Henrique Oswald, todos eles compositores de real mérito.

Alexandre Levy é o autor das *Variações*, da *Suíte Brasileira*, do *Tango Brasileiro*, além de fantasias, hinos, sinfonias, cantatas, improvisos e valsas. Alberto Nepomuceno legou-nos suítes, minuetos, sinfonias, óperas, e a conhecida *Série Brasileira* com a *Alvorada na serra*, *Intermédio*, *A sesta na rede* e *Batuque*, que marcam o apogeu de sua obra. Leopoldo Miguez marcou seu talento musical com a ópera *Saidunes* e seus poemas sinfônicos, tendo escrito a *Ode fúnebre a Benjamin Constant* e o *Hino da República*, que lhe valeu o prêmio que empregou na compra do órgão que existe até hoje na Escola Nacional de Música.

Henrique Oswald deixou óperas, música sinfônica, de câmara, peças para piano, violino e violoncelo, concertos e suítes. Muitos outros compositores deveriam ainda ser citados entre os músicos do século XIX, destacando-se Manuel Joaquim de Macedo, sobrinho do escritor, autor da ópera *Tiradentes*; Delgado de Carvalho, autor das óperas *Moema* e *Hóstia*; Araújo Viana, que deixou as óperas *Carmela* e *Rei Galaor*; Domingos José Ferreira, autor das óperas *A Corte de Mônaco* e o *Descobrimento da América*; José Lino de Almeida, autor do *Hino Mineiro*, *Te-Déum* e ladainhas; Abdon Milanez, autor de diversas operetas e dos *Hinos da Abolição* e da *Imprensa*; Artur Napoleão, autor de muitas peças de valor, das quais se destaca o *Romance em mi maior*, Francisco Alfredo Beviláqua, autor da *Grande Missa*, noturnos, romances, barcarolas e *Grande Valsa de Concertos*; Alberto Costa, autor da ópera *Sóror Madalena* e composições para canto, das quais a mais popular é o *Canto da Saudade*; Francisco Nunes, autor de numerosas peças sinfônicas de mérito; e Brasília Itiberê da Cunha, autor da rapsódia brasileira: *A Sertaneja*.

Não podemos omitir os nomes dos compositores populares que muito contribuíram para o desenvolvimento da nossa música, tais como Laurindo Rabelo, autor de muitos lundus; Xisto Bahia,

conhecido tropeiro pátrio; Francisco Cardoso, cujas modinhas tiveram o maior sucesso; Joaquim Antônio Calado, o exímio flautista autor de choros e modas; Ernesto Nazaré, autor de conhecidos *tangos brasileiros, lundus, maxixes, polcas, choros e valsas*; Chiquinha Gonzaga, que nos deixou polcas, maxixes, corta-jacas, valsas, quadrilhas, tangos, lundus, modinhas e cançonetas que marcam época.

Nomes que correram de boca em boca nas ruas e salões do Brasil do Segundo Reinado, autores que deliciaram os rapazes e as “sinhazinhas” nos bailes senhoriais e nas festas populares e que hoje são os nossos avós.

Eis, em largas pinceladas, a paisagem da música brasileira nos períodos imperiais, cujas afirmações de cultura não podemos desprezar pois marcam o início da estruturação de nossa arte musical, alicerces de fecundas realizações operadas no período republicano e bases sobre as quais assentará a obra definitiva da integração da música nos quadros da nossa civilização, como elemento da nacionalidade e ao mesmo tempo como elo de ligação com o espírito universal.

Maciel Pinheiro

**O GRITO DO IPIRANGA NA CONCEPÇÃO
DOS ARTISTAS**

O Grito do Ipiranga na concepção dos artistas

O grande episódio histórico nacional, popularmente conhecido como *O Grito do Ipiranga*, não poderia, pela sua magnitude, deixar de ser interpretado pela arte.

Dois grandes artistas do pincel, um francês e outro brasileiro, François René Moreaux e Pedro Américo, realizaram duas grandes telas a óleo, de concepção daquele magno fato histórico.

Além desses dois trabalhos de vulto, é possível que outros artistas se tenham animado a dar a sua versão à ocorrência.

Conhecemos, assim, uma litografia, de autor desconhecido, estampada por Simonau e Toovey, e reproduzida no capítulo “O Ipiranga”, do livrinho “Romances históricos”, por *Um Brasileiro*, editado em Paris no ano de 1843, pseudônimo atribuído ao barão de Japurá, Miguel Maria Lisboa.

A arte, na reprodução do episódio histórico, não pôde evidentemente, cingir-se à exata verdade do acontecimento, sob pena de despojar-se de sua qualidade primordial que é a manifestação do belo, sob o impulso indeclinável do trabalho de imaginação.

Um fato histórico importante, terá sempre um significado especial, uma grande repercussão política e social, mas o ato, o momento que o determina, quase sempre se acha cercado de um oportunismo ou de um ambiente vulgar, inesperado. Tal se verificou, no momento da famosa cena histórica, quando o príncipe dom Pedro, de volta a São Paulo de uma visita a Santos, e montado, por comodidade de viagem, numa pitoresca mula baia, se viu na contingência de bradar o famoso *Independência ou Morte!*

Se, por absurdo de argumento, pudesse haver para o caso uma previsão, o príncipe, certamente, teria vestido o seu melhor uniforme, cavalgado o mais belo e feroso ginete do país, e pesado “atitudes e palavras, perante uma guarda que, na cautela do magno

acontecimento, estaria por sua vez, uniformizada, montada e disposta na melhor das atitudes, para a cena épica que iam representar. Mas, os episódios históricos dessa natureza, realizam-se sempre num momento imprevisto, na espontaneidade de uma explosão de sentimento.

E por isso, na definição da arte, esse episódios jamais podem ser reproduzidos com fidelidade a detalhes secundários, e são levados a receber a tonalidade de imaginação, própria das manifestações artísticas.

Embora seja desnecessária a repetição de coisas sabidas, convém lembrar que, se para a expressão da arte possa-se pensar ser ela simplesmente filha da aventura, sujeita ao imprevisto ou ao arbítrio da fantasia pessoal do artista, dentro dessa liberdade criadora existem todavia condições e regras impossíveis de serem desprezadas, de vez que o artista não é formado nem vive solitário, mas recebe a influência da época e do meio de sua existência.

Assim, há de considerar-se o feitio pessoal do artista, seu estilo individual, como há de considerar-se a sua escola de formação artística, como também há de considerar-se o influxo que o espírito de sua época, no ambiente de costumes e estados da alma coletivos, exercem sobre ele.

O colorido pessoal do artista, o seu estilo, semelhante ao do homem de letras, é tão marcante nos grandes expoentes, que um trabalho não assinado, permite, com relativa segurança, a sua identificação.

Conforme acentuou Taine, esse artista, entretanto, apreciado na totalidade de sua obra, não estará isolado. Existe um clima no qual ele está compreendido, a escola ou geração de artistas do mesmo país e da mesma época. Por exemplo, em torno de um Dante, um Shakespeare ou de um Camões que à primeira vista parecem estrelas maravilhosas, solitárias no azul do céu, mas, na realidade, acompanhadas de outras estrelas de brilho.

Dessa forma, um Rembrandt, na aparência um personagem único para fora da Holanda, porém, em sua terra, com vários satélites dignos de renome.

Cada família ou escola de artistas, acha-se por sua vez compreendida num conjunto mais vasto que é o meio social onde vive.

Encontra-se sempre, num artista como num escritor, os traços de aliança e harmonia íntima que se estabelecem entre ele e seus contemporâneos, de modo a poder-se avaliar seu gosto e seu mérito, bem como os motivos que lhe fizeram escolher este ou aquele gênero de pintura, e em tudo isso, o reflexo dos costumes e do espírito público exercido sobre a sua inspiração.

Esses devaneios sobre coisas sabidas, vêm a propósito da época e dos artistas que entre nós conceberam a definição artística do *Grito do Ipiranga*.

Ainda antes de nossa emancipação política, a vinda da missão artística de 1816, seria um grande e inestimável fator para o culto das belas-artes no Brasil.

Entretanto, para o caso da concepção do *Grito do Ipiranga*, se influência houve da escola criada pela missão, bem remota teria sido ela.

Assim foi que Moreaux, quando chegou ao Brasil, vem com sua formação artística obtida em França, e Pedro Américo foi realizar na Europa os seus principais estudos. Tinham assim os dois, conseguido no estrangeiro, a sua personalidade artística.

Interessa agora, o exame da época e do meio, que sobre eles atuaram, para a realização de suas obras.

Moreaux pinta o Ipiranga em 1844, e Pedro Américo em 1888. Todos dois no Segundo Reinado, no governo do imperador mecenas, emérito protetor das artes, das letras e das ciências, e neste particular, se não houve benefício maior a Moreaux, da proteção e do estímulo imperial, enorme foram estes para Pedro Américo, enviado à Europa por iniciativa de dom Pedro II. O Brasil, nesse reinado, adquiriu o sentimento de nacionalidade, e como consequência dele, adquiriu a moralidade na administração, a seleção de valores em todos os ramos da atividade pública, o esplendor de um Parlamento de representantes escolhidos a dedo, levando o espírito de patriotismo a uma exaltação natural. E por isso foi, na frase de Euclides da Cunha “aquele remanso largo do Império”...

Nas manifestações da cultura e da inteligência, aparece na literatura a fase do romantismo, onde se destacam Gonçalves de Magalhães e Gonçalves Dias. Falando do primeiro, disse Sales Torres Homem: “Esta produção, de um novo gênero, é destinada

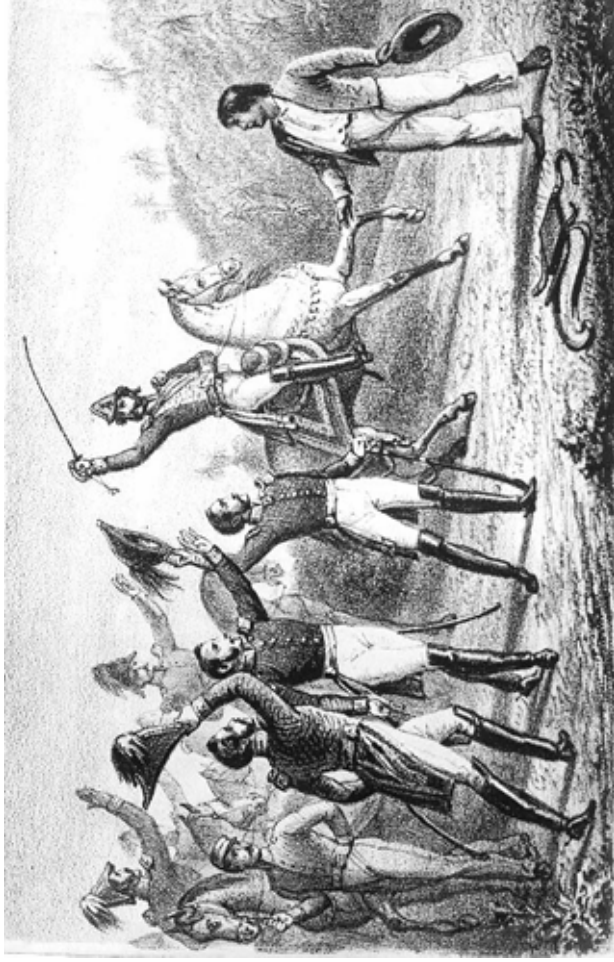
a abrir uma era à poesia brasileira. Permita Deus que ela não fique solitária no meio da nossa literatura”...

E em nossos dias, Ronald de Carvalho, referindo-se ao autor de *Suspiros Poéticos*, diz que ele influiu na poesia nacional “porque lhe introduziu um alto caráter religioso e patriótico, largo e eloqüente”. Quanto ao segundo, nada se precisaria dizer, tão conhecido e popular foi. Todavia, o crítico literário adverte, sobre Gonçalves Dias: “Foi ele, sem dúvida, a primeira voz definitiva da nossa poesia, aquele que nos integrou na própria consciência nacional, que nos deu a oportunidade venturosa de olharmos, rosto a rosto, nossos cenários físicos e morais”.

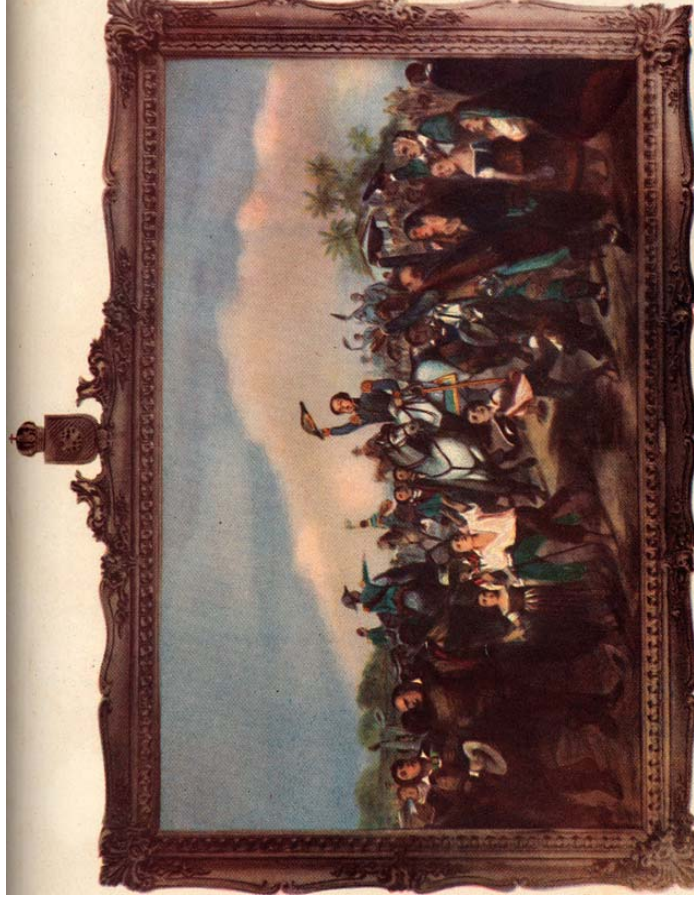
Cabe então a Joaquim Manuel de Macedo, o principal lugar entre os fundadores do romance nacional. Foi ele, “o verdadeiro fixador dos nossos costumes”. A seu lado, o mestre do colorido, José de Alencar, “em cuja obra se encontram muitas das mais admiráveis páginas da nossa literatura romântica”. Manuel de Almeida e Franklin Távora, são astros dessa fase. Enfim, Taunay. Este, nascido e educado no Brasil, e recebendo do pai, o grande francês Félix Émile, uma constante lição de amor às nossas coisas e à nossa gente, diz Ronald, “sentiu desde cedo a necessidade de se fazer aqui uma literatura realmente nacional. Seu nacionalismo era sincero, pois Taunay lutou por esta terra, deu-lhe o sangue e as forças, a inteligência e o corpo. Não se contentou com a existência fácil das cidades, embrenhou-se nos sítios mais remotos das nossas fronteiras ocidentais; não seguiu uma carreira cômoda, não se fez bacharel, fez-se soldado, e, como militar, tomou parte na Guerra do Paraguai e na expedição de Mato Grosso, que deveria tornar famosa com a sua *Retirada da Laguna*. Esse livro, onde, por mais que se pretenda negar, há muitas qualidades de imaginação nas descrições das paisagens e no lirismo que lhe imprime um sopro de epopéia, é um dos mais belos e reconfortadores poemas da nossa raça, e o melhor título de glória para o seu autor”.

Cumpre, para o nosso estudo destacar, o que chamaríamos de poesia cívica, praticada por Gonçalves de Magalhães, José Bonifácio, o Moço, e Tobias Barreto, para não citar outros.

Pereira da Silva escreve a *História da Fundação do Império Brasileiro e Varões Ilustres*.



O Grito do Ipiranga - Litografia s/ assinatura e impressa por Smonau & Toovey
(Do livro Romances Históricos por Um Brasileiro - Paris, 1843)



Tela a óleo, executada em 1844 por François René Moreaux, e representando o “Grito do Ipiranga”
(Museu Imperial)

Surge o teatro nacional com Luís Carlos Martins Pena, Augusto de Castro e França Júnior, e João Caetano é o seu grande intérprete. Na música, o expoente é Carlos Gomes.

Nas belas-artes aparecem Vítor Meireles de Lima, Antônio de Araújo Sousa Lobo, Delfim da Câmara, Estevão Roberto da Silva, Franco de Sá, Poluceno Pereira da Silva, Manuel Joaquim da Rocha Fragoso, Pedro José Pinto Perez, José Irineu de Sousa, Aurélio de Figueiredo e Melo, Pedro Alexandrino, José Ferraz de Almeida Júnior, Décio Rodrigues Vilares, João Batista da Costa, João Zeferino da Costa, Henrique Bernardelli, Rodolfo Amoedo, Antônio Parreiras, e nesse mesmo período, estão em atividade artística no Brasil os ases estrangeiros que são Félix Émile Taunay, Luís Buvelot, Alexandre Cicarelli, Francisco Biard, Henrique Fleiuss, Henri Nicolas Vinet, Frederico Tirone, Ernesto Paff, Louis Auguste Moreaux, Jules Le Chevrel, Ferdinand Krumholtz, Eduardo De Martino, João Baptista Castagnetto, Nicoláo Fachinetti, Emílio Bauch, Claude Joseph Barandier, Ângelo Agostini, Jorge Grimm, Miguel Navarro y Cañizares.

Essa foi a temperatura espiritual que proporcionou os nossos grandes quadros de fatos históricos nacionais: *A primeira missa no Brasil, Batalha de Campo Grande, Combate Naval do Riachuelo, Batalha de Avaí, Passagem de Humaitá, Batalha dos Guararapes, Grito do Ipiranga.*

Se, dos dois nomes de artistas que conceberam o Grito do Ipiranga, é sobejamente conhecido o do nosso Pedro Américo, relativamente esquecido tem sido Moreaux.

François René Moreaux, nasceu em 1807 em Rocroy, departamento de Ardenas, na França. Na companhia do irmão Luís Auguste, como ele pintor, vem para o Brasil em 1838, onde constituiria família, aqui vivendo até a terminação de seus dias. Ele seria entre nós conhecido como Moreaux Senior e o irmão Moreaux Júnior.

Sua primeira residência foi Recife, depois Salvador, e por fim Rio, onde se fixaria em 1841, até sua morte, ocorrida em 1860.

A paisagem brasileira empolga desde logo o artista francês, pelas suas luzes e as suas cores, inspirando-lhe os desenhos das litografias *Souvenirs de Pernambuco.*

Discípulo que fora do barão de Gros, seu melhor gênero de arte não seria no entanto nem a paisagem nem o retrato, mas a pintura de costumes históricos.

Nestas condições, pinta no Rio em 1842, a *Coroação de S. M. o Sr. Dom Pedro II*, trabalho que até 1889 figurou na sala do dossel do Paço da Cidade, depois de exibido na Exposição Geral de Belas-Artes, recebendo então o artista, como prêmio, o hábito da Ordem de Cristo.

Seu imediato grande trabalho, seria a *Visita do imperador aos doentes de cólera-morbo*.

F. J. Bethencourt da Silva, fazendo-lhe menção, disse: “Em conclusão, um quadro que obteve os sinceros elogios, que cativou a atenção dos artistas, entre os quais nos é grato citar os senhores Müller e Mota, que não são suspeitos nem lisonjeiros, pode sem receio ser colocado a par desses painéis que se recebem como frutos do talento e do estudo”.

Em 1842, ele funda a *Galeria Contemporânea* e em 1857, toma parte no movimento iniciador do Liceu de Artes e Ofícios. Em seu ateliê da rua do Rosário, ministra aulas de pintura a pequenos grupos de alunos, e a muitos deles, gratuitamente.

De seu consórcio com d. Leopoldina Silveira, nasceram 7 filhos – 2 rapazes e 5 moças. O seu primogênito, Carlos Francisco, seria um dos construtores navais do Segundo Reinado, na qualidade de engenheiro e proprietário do estaleiro da Ponta d’Areia. O segundo filho, Francisco, cadete da Academia Militar, morre em combate na Guerra do Paraguai.

Outro irmão seu, Charles Léon, embora nunca tenha vindo ao Brasil, enviou quadros seus às nossas exposições de belas-artes, sendo que um deles, o *Anacoreta expirando*, encontra-se nas galerias do Museu Nacional de Belas-Artes.

Vejam agora as controvérsias sobre a maneira como ocorreu o episódio histórico da Independência, e a forma como os artistas o conceberam, confrontando apenas os pontos mais divergentes entre a realidade e a arte.

Embora, apenas a 1º de dezembro de 1822, tivesse o príncipe assinado o decreto criando a “Guarda de Honra da Minha Imperial Pessoa”, há quem pretenda admitir a existência de uma guarda especial, em torno do príncipe, no momento do Ipiranga.

O primeiro esteio para dúvida, talvez seja o seguinte trecho de carta de dom Pedro a dom João VI, em data de 19 de junho de 1822: “Remeto no meio dos papéis um figurino a cavalo da Guarda de Honra, formada voluntariamente pelos paulistas mais distintos da província, e em que têm entrado também desta província; os de São Paulo têm na correia da canana S. P. e os do Rio de Janeiro R. J.”.

Não se conhece, no entanto, qual seja esse figurino, e muito menos se tem notícia, se foi realmente essa guarda aquela que acompanhou o príncipe na jornada do Ipiranga.

Há, sobre o fato, discordâncias sensíveis.

Uns, imaginam que ela se formara na cidade de São Paulo, indo ao encontro de dom Pedro quando o mesmo atingira os subúrbios da capital bandeirante. Entre os detalhes que lhe emprestam ao uniforme, falam de um penacho branco no capacete.

Outros, avançam que se tratava de uma verdadeira guarda nobre, cujos soldados e oficiais não poupavam esforços para se apresentar com a maior correção. De primeira ordem e ricamente ajaezados eram os cavalos que montavam, e todos eles tinham seus pajens. De casimira branca era o seu primeiro fardamento, com capacete dourado, com dragão e cauda com tufo carmesim.

Alegou-se até que, Pedro Américo, para o estudo de sua tela visitou São Paulo para colher elementos, ali conhecendo então os capacetes, as espadas, dragonas e fardamentos usados pela guarda de dom Pedro no dia do Grito do Ipiranga. Além do mais, convém recordar que Pedro Américo iniciou seu trabalho em 1887, portanto 65 anos decorridos após o feito histórico, e só em São Paulo encontraria esses elementos...

É possível que, um pouco dessa confusão decorra do fato de, no calor cívico dos regozijos paulistanos pela proclamação da Independência, haver sido criada em São Paulo uma guarda cívica, sendo que no dia 9 de setembro, uma deputação, tendo à frente o velho coronel Anastácio de Freitas Trancoso, procura o príncipe, e o padre Ildefonso faz uma alocação, oferecendo a guarda, destinada “a sustentar a Independência e desempenhar o Grito do Ipiranga”. Seria assim, mais uma guarda criada depois da proclamação da Independência, e destinada a sustentá-la...

Ora, três testemunhas do acontecimento, depuseram sobre o mesmo: Manuel Marcondes de Oliveira e Melo, depois barão

de Pindamonhangaba, major Francisco de Castro Canto e padre Belchior Pinheiro de Oliveira.

Por sua vez, um periódico do Rio de Janeiro, o *Espelho*, mês de setembro de 1822, publicou algumas notícias sobre o fato.

São estas as únicas fontes históricas legítimas e idôneas conhecidas, para a melhor inteligência da modalidade de que se revestira a cena da proclamação da Independência. Tudo mais, escrito além desses informes, serão simples conjecturas.

Assim é que não discordam as testemunhas em afirmar o seguinte: o príncipe, partindo do Rio para São Paulo, foi incorporando na sua comitiva pessoas de várias localidades fluminense e paulistas, na maioria delas, pessoas que passavam a constituir a sua guarda. Em Lorena, encontra uma guarda disposta para acompanhá-lo, composta de 32 praças tiradas dos oficiais de milícias, formada pelo coronel Francisco Inácio de Queiroz, e como não houvesse precedido licença para a sua criação, dispensa-a, em portaria assinada naquele local, a 19 de agosto.

Descrevendo a entrada do príncipe em São Paulo, diz o *Espelho* que “S. A. Real, depois de ouvir missa na Penha, montou a cavalo, acompanhado da sua guarda de honra em grande uniforme, e composta em grande parte de paulistas. A tropa miliciana era comandada pelo coronel do 3º regimento de infantaria miliciana José Joaquim de Siqueira Lima”.

Canto e Melo, por sua vez, adianta: “a 5 de setembro, dirigiu-se para Santos, acompanhado pelo mesmo séquito com que chegara à capital, e mais o brigadeiro Jordão”.

O barão de Pindamonhangaba, diz que “o príncipe ia vestido com fardeta de polícia, e se memória não nos é infiel, cremos que cavalgava em uma besta baia gateada”.

O padre Belchior confirma, quando, descrevendo o instante culminante do *Grito do Ipiranga* pelo príncipe, diz que o mesmo “firmou-se nos arreios, esporeou sua bela besta baia”...

Por essa reprodução de relatos, pode-se pois concluir que o príncipe, no Ipiranga, vestido com fardeta de polícia, e montado numa besta baia, tinha em redor de si, como guarda de honra, a mesma que se formara em sua viagem do Rio para São Paulo,



Oficial da Imperial Guarda de Honra. (Desenho colorido do Arquivo Imperial)

quando, de várias localidades do trajeto, se foram à mesma incorporando vários elementos. Que uniforme e que montaria levava essa guarda? Não existindo ainda, oficialmente criada, nenhuma guarda especial à pessoa do príncipe, será lícito admitir-se tenha ela usado um mesmo uniforme? Nada parece indicar essa hipótese, devendo-se pelo contrário, acreditar que, se uniformes houve, deviam ter primado pela disparidade.

Valemo-nos, como foi dito, dos depoimentos prestados por contemporâneos, que foram também participantes da cena histórica. Ainda assim, sabemos como de certo modo é precário o próprio testemunho, dadas as falhas da memória humana e as fraquezas do seu impressionismo, variável de indivíduo para indivíduo. E ainda assim o assevera o próprio barão de Pindamonhangaba, quando teve de responder a um questionário que lhe apresentara Melo Moraes: “Creio ter satisfeito o quanto em mim coube o pedido que V. S. faz-me, resta-me o pesar de ter a mão do tempo riscado de minha memória muitos outros fatos e circunstâncias que por ventura ladeassem o ato de nossa Independência, porque quarenta anos se tem passado, e seria preciso grande fertilidade de reminiscência para não esquecer todas as minuciosidades que se deram por essa ocasião”.

Não deve, pois restar dúvida, de que nas duas grandes telas a óleo, representando o *Grito do Ipiranga*, os artistas, nesse particular, fugiram à verdade, e bem andaram, nesse passo.

Se é lícito, natural, e porque não dizer-se, legítima, a liberdade de definir na arte um episódio de conformidade com a grandeza da sua significação histórica, nada haverá assim de estranho, sob esse aspecto, nos trabalhos de Moreaux e Pedro Américo, o primeiro hoje recolhido ao patrimônio do Museu Imperial, e o segundo ao do Museu do Ipiranga.

Examinando-se por sua vez, o valor pictórico das duas obras, tem-se considerações adequadas a cada uma.

François René Moreaux, estrangeiro, chegado ao Brasil em 1838, seis anos após executa o seu *Grito do Ipiranga*.

O ambiente, já é o do Segundo Reinado, na madureza do sentimento de pátria e do desabrochar das artes e letras nacionais. O artista encontra também nos contemporâneos, um espírito mais próximo ao do acontecimento histórico que ia reproduzir.

Mas, além de francês, não tem, como Pedro Américo teria, um culminante momento de ardor cívico nacional, e poder-se-ia talvez incriminá-lo de alguma falha de técnica na reprodução das figuras. Não obstante, grande merecimento tem o seu quadro, e sem dúvida, supera o de Pedro Américo pela naturalidade e disposição.

A tela de Moreaux aproxima-se mais da verdade histórica. Se o príncipe, nesta como na outra tela, acha-se montado a cavalo, como pictoricamente era obrigatório, e se ainda aparecem populares em redor de si, a sua guarda está de chapéu armado, próprio dos milicianos da época. E o fato relevante é o conjunto, apresentando personagens com simplicidade, na expansão de alegria que o momento lhes proporcionava. Há nesse trabalho beleza de colorido e harmoniosa doçura de expressão. Por exemplo, entre os populares em torno do príncipe, pode-se até imaginar que o artista procurou colocar dois tipos de portugueses que, abraçando-se satisfeitos, parecem ajustar-se num sentimento comum: “Ficamos com o príncipe, ficamos com o Brasil!”

Poder-se-ia ainda ajuntar ao mérito dessa obra, a qualidade de ser uma concepção pessoal do artista, a sua maneira de sentir o fato histórico, sem a influência dos artistas e das numerosas produções no gênero verificadas na Europa, sobretudo na França, terra de seu berço e de sua formação, quando o caráter predominante dessa produção era o cunho de grande dramaticidade, circunstância essa, inexistente na tela de Moreaux, cujo acento é o sabor dos tons, com que fez um cenário de expressão humana e cívica.

Moreaux pinta em 1844 no amanhecer do Segundo Reinado e Pedro Américo, ao apagar das luzes da monarquia no país, expondo o seu trabalho em Florença, no ano de 1888.

Pedro Américo, além de demorados estudos em vários pontos da Europa, onde saciou o seu orgulhoso temperamento, recebeu também, em sua alma de brasileiro, todo o influxo espiritual do Segundo Reinado. Ao ambiente eufórico do florescimento das letras, artes e ciências no Brasil, juntava-se, ao sentimento cívico, as glórias militares nacionais, no rio da Prata e nos campos do Paraguai, com o prestígio internacional do país.

Na literatura, Tobias Barreto celebra a *Queda de Assunção*, como canta a *Partida de Voluntários e Guerra do Paraguai*:

“Se nós insultados fomos,
Agora que o norte vai,
Há de sentir o que somos
A gente do Paraguai.
Se nessa guerra em que entramos
Pelo direito lutamos
Por ser o nosso ideal,
No coração de Solano
o sabre pernambucano
Vai mostrar p’ra quanto val”.

José Bonifácio, o Moço, em memória do bravo barão do Triunfo, compõe o *Redivivo*:

“Armas em continência! – é um morto vivo!
Ei-lo que passa agora, erguido ao alto
No esquite da vitória!
O Brasil o saúda, e tu, História,
Um poema de luz de novo escreves;
Soldados, cortejar Andrade Neves!”

O visconde de Araguaia canta o *Hino aos Bravos!*:

“Brasileiros! Às armas corramos
Que hoje a Pátria afrontada nos chama...”

Pedro Américo executa então a *Batalha de Campo Grande* e a *Batalha do Avaí*, e por fim, o *Grito do Ipiranga*.

Neste, foge grandemente à verdade histórica no belo uniforme da guarda, com capacetes e o laço português azul e vermelho, que não mais estava em vigor, e ainda, o conjunto exclusivamente militar. Todavia, fruto de ostentosa imaginação pictórica, não fora o detalhe do guaiadeiro negro à frente do carro de bois, e seria uma tela capaz de figurar em qualquer museu da Europa, como definição de fato histórico da América ou do Velho Mundo, tal o seu aspecto universal.

É, sem dúvida, uma belíssima concepção, de espetacular dramaticidade, nos moldes dos quadros de vulto representando as batalhas napoleônicas, e como estes, poderia ter sido assinado por um dos mestres europeus, como Meissonier, Gros, Delacroix, Vernet, Léon Cogniet...

O artista teve uma grande satisfação, ao expô-lo em Florença. Ninguém melhor do que ele próprio, diria sobre os motivos desse júbilo quando em carta à princesa Isabel, dava notícias do seu sucesso:

“Imperial Senhora,

Os meus esforços para superar as dificuldades, que acarreta a pintura de uma grande tela e de um alto assunto, foram desta vez coroados de feliz êxito. O quadro da Proclamação da Independência do Brasil, que Vossa Alteza Imperial, da augusta companhia de Sua Alteza o senhor conde d’Eu, me fez a honra de examinar quando a pintura estava ainda em começo, foi no dia 8 deste mês, exposto com significativa solenidade, e na augusta presença de Suas Majestades o Imperador e a Imperatriz, assim como na de outros soberanos e príncipes estrangeiros.

Para que veja Vossa Alteza como foi essa festa memorável, remeto ao senhor mordomo da Casa Imperial, com pedido de entregar a Vossa Alteza, um extrato das descrições estampadas nos periódicos italianos. A esse resumo, do qual mandei excluir os elogios e as apreciações favoráveis ao artista, acrescentarei somente que a nenhum outro soberano, dos que compareceram na minha exposição, fizeram a academia e as autoridades florentinas o acolhimento que tiveram os nossos, em torno dos quais, e apesar de ser em dia feriado, se acharam reunidos prefeito, síndico, questor, senadores, deputados, príncipes e outros grandes titulares do reino presentes em Florença, as maiores ilustrações da ciência e das letras, e finalmente o diretor das galerias e museus, o diretor do Instituto e o presidente da Academia Real das Belas-Artes, todos acompanhados dos seus principais dependentes, e o corpo acadêmico representado por mais de 60 professores.

O meu coração de brasileiro não podia deixar de exultar com semelhante manifestação, não somente de respeito, mas ainda de afeto e apreço, em honra dos augustos e amados progenitores de Vossa Alteza. E nem pode ser pequena a minha satisfação, por ter oferecido a Suas Majestades Imperiais uma festa de tão grande significado intelectual, que tem sido reputada como única neste quarto de século e nesta cidade, e que dificilmente se renovará na academia florentina.



José da Cruz Lima. Oficial da Imperial Guarda de Honra
(Miniatura existente no Museu Imperial)



Desenho de Henrique José da Silva para servir de modelo à Imperial Guarda de Honra. Documento do Arquivo Imperial (Museu Imperial)

E, pois, sereníssima e excelsa senhora, creio ser agradável a Vossa Alteza levando ao seu alto conhecimento este fato.

Pedindo a Vossa Alteza se digne acolher os protestos da minha profunda veneração, tenho a honra de ser de Vossa Alteza Imperial humilde e respeitoso criado.

Dr. Pedro Américo de Figueiredo.

Florença, 20 de abril de 1888. ¹

Como se vê, o grande episódio histórico nacional, que foi o *Grito do Ipiranga*, recebeu da arte nacional uma apreciável consagração.

Alcindo Sodré

1. Documento do arquivo do Museu Imperial.

VITOR MEIRELES E PEDRO AMÉRICO

Vítor Meireles e Pedro Américo

Dentre as pinturas que fazem parte do patrimônio artístico do Museu Imperial destacam-se duas magníficas telas a óleo: o *Juramento da Princesa Isabel* e a *Batalha de Campo Grande*, respectivamente de autoria de Vítor Meireles e Pedro Américo.

Embora fossem seus temperamentos diametralmente opostos – o pintor catarinense era, por excelência, um espírito concentrado, contemplativo, enquanto o artista paraibano se caracterizava pelo eidetismo e pela instabilidade e vibratibilidade psíquica – receberam ambos a consagração dos seus coevos, porque ambos iluminaram com o fulgor do seu talento privilegiado a história da pintura brasileira no século XIX.

O quadro de Vítor Meireles representa o juramento da princesa imperial, ao assumir, em 20 de maio de 1871, a regência do Império do Brasil.

É uma tela em que se patenteiam, em toda a sua pujança, as qualidades do mestre catarinense: o dom da composição com a sua disposição em pirâmide do grupo central, consoante a concepção da Renascença italiana, o impecável e o vigor do desenho, bem como a ciência da iluminação, graças à qual o verde-mar das paredes e da clarabóia, o verde-folha do dossel, o ouro fosco dos capitéis coríntios e do trono, e o carmesim das tapeçarias, ao toque mágico da luz que jorra da clarabóia, formam uma sinfonia cromática, em que se casam harmoniosamente os tons claros e os tons velados.

O quadro, concluído em 1875, fora encomendado pelo visconde de Abaeté quando presidente do Senado.

Tendo falecido em Viena d'Áustria a princesa d. Leopoldina, esposa do duque de Saxe, decidiu dom Pedro II, realizando, assim, um velho desejo, empreender uma viagem à Europa, a fim de abraçar os netos, agora órfãos de mãe. O imperador e a imperatriz embarcaram no *Douro* a 25 de maio de 1871, com

destino ao Velho Mundo. Cinco dias antes, assumira a princesa imperial a regência do Império, sendo, pois, a primeira e única mulher que, na América, exerceu funções de chefe de Estado.

Eis como o pincel de Vítor Meireles fixou na tela para a posteridade esse episódio histórico:

Ao centro da sala das sessões do Senado, em hemicíclio, de costas para o trono, vê-se, diante de uma mesa revestida de veludo verde com franjas douradas e colocada num estrado abaixo dos degraus do trono, genuflexa sobre um coxim da mesma fazenda, a princesa imperial, a frente de jovem Juno emoldurada pelos cabelos fulvos, os olhos meio postos em alvo, os finos lábios cerrados, o amplo traje branco com recamos de ouro, a banda azul da Imperial Ordem do Cruzeiro, o manto preso à cintura, o braço direito estendido e a mão apoiada na Constituição do Império.

Ligeiramente inclinado sobre a mesa, de perfil, com sua vasta cabeleira e barba branca, o visconde de Abaeté, Antônio Paulino Limpo de Abreu, presidente do Senado, e, de frente, também junto à mesa, o secretário, Frederico de Almeida e Albuquerque, lendo o auto de juramento, após o que a princesa imperial proferiu as seguintes palavras:

“Juro manter a religião católica apostólica romana; a integridade e indivisibilidade do Império; observar e fazer observar a constituição política da nação brasileira e mais leis do Império, e prover ao bem do Brasil quanto em mim couber.

Juro fidelidade ao imperador e entregar-lhe o governo, logo que cessar o seu impedimento”.

(Art. 127 da Constituição do Império).

À esquerda, mais próximo dos degraus do trono, os componentes do 25º ministério, a saber: de perfil, o visconde do Rio Branco, presidente do Conselho de Ministros e ministro da Fazenda, com sua elegância solene de lorde da era vitoriana, e de frente, João Alfredo Correia de Oliveira, ministro do Império; o visconde de Niterói, ministro da Justiça; Manuel Francisco Correia, ministro de Estrangeiros; Manuel Antônio Duarte de Azevedo, ministro da Marinha; Domingos José Nogueira Jaguaribe, ministro da Guerra, e Teodoro Machado Freire Pereira da Silva, ministro da Agricultura.

Do mesmo lado, junto ao trono, o conde de Lages e sua esposa, dama da princesa d. Isabel. Espalhados pelo recinto, trinta e cinco senadores e sessenta e dois deputados, dentre os quais se destacam: o duque de Caxias (senador e ajudante-de-campo do imperador), com seu ar sobranceiro de condestável, os marqueses de São Vicente, de Sapucaí, de Paranaguá, os viscondes do Rio Grande, de Sinimbu, de Caravelas, de Sousa Franco, de Inhomirim, de Bom Retiro, de São Lourenço, de Itaúna, o futuro barão do Rio Branco (filho do presidente do Conselho de Ministros), os barões de Cotegipe, de Antonina, o almirante Joaquim Raimundo de Lamare, Francisco Otaviano de Almeida Rosa, Paulino Soares de Sousa, Zacarias de Góis e Vasconcelos, José Martins da Cruz Jobim, Cândido Mendes de Almeida, Flávio Clementino da Silva Freire e José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho. Representando o poder judiciário, o futuro barão de Araújo Góis, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, que aparece no primeiro plano à extrema direita.

Galerias repletas de damas e cavalheiros; na tribuna de honra, o corpo diplomático, em que sobressai o internúncio apostólico, ao centro, ladeado à direita pelo ministro de Sua Majestade britânica.

Absteve-se o conde d'Eu de assistir à cerimônia, por não lhe terem querido reservar um lugar no recinto privativo dos membros da Assembléia Nacional, e sim na tribuna imperial. Diante disso, preferiu o príncipe consorte não comparecer ao Senado. Pela primeira vez, manifestava-se de maneira pública e oficial a animosidade dos políticos brasileiros para com o príncipe estrangeiro. Este, embora de feitio liberal como o seu avô Luís Filipe, tinha demasiada personalidade para desempenhar papel idêntico ao do príncipe Alberto, esposo da rainha Vitória. Daí a ausência do herói da Batalha de Campo Grande na solenidade em que era figura máxima a sua imperial consorte.

Soube Vítor Meireles dar um toque de grandiosidade e aristocrática distinção à representação da cena histórica, fixando com o seu talento de retratista exímio cada um dos circunstantes, expoentes da política, da nobreza e da magistratura do Império, o que vale dizer o escol do mundo oficial brasileiro no Segundo Reinado, com seus uniformes refulgentes de condecorações, suas irrepreensíveis casacas talhadas à inglesa e suas togas severas.

A primeira regência da princesa imperial, que terminou em 30 de março de 1872, data do regresso de dom Pedro II de sua viagem à Europa, constitui a fase inicial da campanha abolicionista, cujo desfecho glorioso ocorreria também sob a sua terceira e última regência.

O programa do 25º gabinete era a questão servil, que teve por epílogo a promulgação da *lei do ventre livre*, a qual fora objeto da fala do trono de 3 de maio de 1871.

Os tremendos duelos oratórios, que teve Rio Branco de travar na Câmara com os representantes da oposição, porta-vozes dos poderosos senhores de escravos, constituem uma das páginas mais agitadas e brilhantes dos anais do Parlamento brasileiro.

Triunfou, finalmente, a eloquência de Paranhos, posta ao serviço de uma grande causa social, pela qual se vinha batendo a opinião pública. E a 28 de setembro de 1871, teve a princesa d. Isabel a glória de sancionar a lei Paranhos, que declarava livres os filhos que nascessem dessa data em diante de mulher cativa. Ao fazê-lo, obedeceu a princesa imperial não só a um imperativo da opinião pública do seu país, senão também a um ditame de sua própria consciência, pois, acima de chefe de Estado, era mulher e cristã.

* * *

Ocupemo-nos agora da tela em que Pedro Américo fixou um episódio dramático da Batalha de Campo Grande; nela se nos depara não a visão de conjunto da peleja, que pôs virtualmente termo à campanha do Paraguai, senão o flagrante de um determinado momento de importância decisiva para o desfecho da luta.

Eis por que nessa obra, como nos quadros de Géricault e Delacroix, tudo é vida, movimento e ação, tudo se agita e estua num ritmo vertiginoso e ondulante: não há sequer duas figuras na mesma posição; os cavalos, por seu turno, seguem direções diferentes.

Os planos são construídos com justeza; a luz distribuída de conformidade com as leis da ótica; a anatomia humana e animal tratada com energia e correção. Há um perfeito equilíbrio entre o desenho e a cor: aquele é incisivo e vigoroso, esta opulenta e expressiva. Os acessórios, tais como: espingardas, peças de fogo,



Batalha de Campo Grande. Trabalho de Pedro Américo, premiado na Exposição de Viena de 1873. (Museu Imperial)

fragmentos de lanças e bandeiras, são representados com fidelidade por assim dizer fotográfica.

Na composição distinguem-se três grupos piramidais. O ápice e os vértices do grupo central, correspondentes às cabeças do conde d'Eu, do frade capuchinho e do artilheiro paraguaio constituem um contraste impressionante: a figura do príncipe francês respira nobreza, destemor e audácia; a do religioso exprime o sentimento de abnegação e piedade cristã de uma alma votada ao serviço de Deus, ao passo que na fisionomia do artilheiro inimigo estampa-se a crueza e selvajaria da fera humana dos tempos primitivos.

O conde d'Eu não é apenas o ápice da pirâmide, a que acabamos de nos referir: é-o também de uma pirâmide menor, cujos vértices são as figuras do coronel Enéias Galvão e do capitão Almeida Castro.

Obtém-se o 3º grupo piramidal fazendo-se baixar de um ponto acima da cabeça do coronel Galvão duas linhas sobre o primeiro plano: uma que termina nos joelhos do oficial que expira nos braços do frade capuchinho, outra que finda nos pés do cavalo morto.

Note-se que, em cada uma dessas três pirâmides, a relação entre o lado menor e o maior é aproximadamente de $\frac{3}{4}$.

A harmonia da composição e o seu efeito estético decorrem da sua concepção geométrica. Nisto, seguiu Pedro Américo o exemplo da arte grega e da pintura da Renascença italiana.

Soube o grande artista paraibano, como disse Quintino Bocaiúva, fazer de um simples acidente histórico, uma epopéia. A sua tela, em que ao grandioso se une o horrído, anima-se de um forte sopro homérico, respira exaltação cívica, ardor patriótico.

Essa obra, com que se estreou Pedro Américo no ingrato gênero histórico, patenteia as suas notáveis qualidades de *batalhista*. O pintor brasileiro, desenhador impecável como Ingres, com quem se aperfeiçoou em Paris, e discípulo, entre outros, de Horácio Vernet, cujos quadros históricos constituem a glória da galeria de Versalhes, revelou-se, outrossim, um exímio animalista. Meissonier, que fixou na tela a epopéia napoleônica, manifestaria, mais tarde, calorosamente, a sua admiração, ao depararem-se-lhe, certa vez, vários desenhos de cavalos, que Pedro Américo fizera para o *Brado do Ipiranga*.

A *Batalha de Campo Grande* terminada em 1871 e executada em menos de um ano, após ter figurado honrosamente na Exposição Universal de Viena em 1873, foi adquirida pelo Ministério da Guerra do Brasil, sendo removida em janeiro de 1946 do Centro Preparatório de Oficiais da Reserva do Rio de Janeiro para este museu.

O pincel de Pedro Américo imortalizou na tela um dos grandes feitos militares da nossa história: o combate de Campo Grande (em guarani: Nhu-guassú), no Paraguai, em que as forças brasileiras, sob o comando do conde d'Eu, infligiram sangrenta derrota aos soldados de Lopes.

Como prelúdio da luta, teve início às 8h30m do dia 16/08/1869 um tiroteio de infantaria, logo seguido de fogo de artilharia.

O 1º corpo do Exército, sob as ordens do general José Luís Mena Barreto (o general Osório, enfermo, passara-lhe na véspera o comando desse corpo) empenhou-se em violenta luta com a retaguarda do Exército do ditador paraguaio. A sua ação foi reforçada com a intervenção de batalhões do nosso 2º corpo.

As forças inimigas, que constavam de 6 a 7.000 homens, sob o comando do general Caballero, tinham o flanco direito encostado à barranca do arroio Jugueri.

A batalha, iniciada em Campo Grande às 8h30m, como já se disse, terminou em Pendoti às 14h. “O campo ficou juncado de cadáveres inimigos, talvez para cima de 2.000 homens: 700 e muitos ficaram prisioneiros, entre eles o major Godói e vários oficiais. Mais de 400 carretas conduzindo quantidade prodigiosa de munições, 2 com os baús do vice-presidente Sanchez, 1 com mais de 20:000\$000, 23 bocas de fogo, muitas bandeiras, etc., foram os troféus do dia”¹.

Note-se que tomou parte na peleja, como comandante de uma das brigadas, Manuel Deodoro da Fonseca, que viria a transpor os umbrais da história pátria como o instaurador da República.

Cumpramos relatar um episódio ocorrido no decurso da luta, de que foi protagonista o conde d'Eu: o marechal das forças brasileiras, no auge da refrega, de tal modo se expôs às balas inimigas, que o general Mena Barreto voou-lhe ao encontro para pedir-lhe não se arriscasse tanto, dizendo-lhe com toda a lhanza:

1. Visc. de Taunay. *Cartas da Campanha*, p. 86.

“Não há necessidade disso; a batalha está ganha. Se precisássemos de um grande exemplo por parte do príncipe e do general-em-chefe, eu não impediria por certo a V. A. de o dar a bem da vitória de nossas armas”. O filho primogênito do duque de Nemours deu na batalha de Campo Grande sobejas provas de sua audácia e destemor.

Quanto ao episódio, que inspirou a Pedro Américo o seu magnífico quadro, eis como nô-lo descreve o visconde de Taunay, que dele participou:

Depois da carga da brigada Hipólito, e amortecido o fogo da bateria paraguaia, foi o passo varado pelos nossos que assaltaram à baioneta as 8 peças, as tomaram após não pequena luta corpo-a-corpo e as foram atirando à água, cujo volume ainda mais cresceu nesse ponto, atravancado de grande número de cadáveres, carros, carretas e bois mortos.

Foi quando o conde d’Eu, por seu turno, transpôs o ribeirão e, apenas do outro lado, correu gravíssimo perigo. Um batalhão paraguaio, reformado à bordo do mato, de lá saiu com temível fúria e caiu sobre um corpo de infantaria, através de cuja linha singela então nos achávamos. Este não resistiu ao ímpeto inimigo e debandou, deixando-nos absolutamente sem proteção. Vi-me perdido. O conde d’Eu sacou da espada, no que todos o imitaram, e pusemos os cavalos a galope indo ao encontro da carga. Aí, porém, outro batalhão nosso em desapoderado marche-marche pôde a tempo repelir o ataque, encurralando os paraguaios de novo junto à beira do mato, onde os fuzilou com a maior energia.

Este é que constitui o episódio do quadro de Pedro Américo intitulado *Batalha de Campo Grande*, inverossímil sem dúvida, nas posições forçadas, impossíveis até dos cavalos representados, mas onde o risco foi, na realidade, muito grande para os que lá figuram.

O príncipe montava um bonito cavalo rosilho, animal, porém, muito manso, dócil e calmo no meio do fogo e que nunca se lembraria de empinar-se todo tomando visos de verdadeiro repuxo, como imaginou o pintor. O capitão de voluntários, Almeida Castro, pegou, de certo, no freio desse animal para embargar o passo ao conde d’Eu, mas, se bem me lembro, estava ele então a pé e não cavalgava o fogosíssimo e agauchado bucéfalo desenhado no grande painel.

Enfim, exagerações de artista. Nem lá havia padre algum, pois frei Fidélis de Avola se achava nesse momento no estado-maior do general Vitorino ².

2. Visconde de Taunay. *Recordações de Guerra e de Viagem*, pp. 64-65.

Não se nos afigura de todo procedente, no que concentre à posição dos cavalos, a censura do autor da *Retirada da Laguna*, que era, à semelhança do autor de *Anábasis*, tão destro no manejo da pena quanto no da espada.

De feito, como disse Véron, “o que acaba de arruinar a tese dos desenhadores da imobilidade é um fato fisiológico recentemente descoberto pela ciência. Está hoje demonstrado que a imagem impressa na retina nela persiste largo tempo, e que, por conseguinte, o gesto, embora passando por uma série de atitudes sucessivas, fica à vez integral na vista, sobretudo quando é rápido, e que na realidade, a sucessão se transforma numa verdadeira simultaneidade.

Ora, que deve preferir o pintor, a realidade material ou a realidade visível? A última, evidentemente, a menos que queiramos reduzir a arte à fotografia”³.

Acresce que antes de Pedro Américo, para só falarmos dos artistas franceses, já Géricault, o precursor do romantismo, representara em *Derby d’Epsom*, cavalos a galope, com as patas suspensas no ar, num verdadeiro galope volante.

No que respeita à realidade dos fatos⁴ se é certo que Pedro Américo sacrificou Clio a Apolo, o que vale dizer imolou a história no altar da arte, releve-se o sacrilégio pela nobreza do intento que moveu o artista.

As inexatidões que cometeu intencionalmente visaram ao efeito estético, e, força é reconhecer que, tivesse ele observado fielmente a realidade histórica, a composição ganhara em veracidade o que perdera em beleza.

Pedro Américo desserviu a Heródoto para mais bem servir a Apeles. Tendo de escolher entre a verdade e o belo, optou pelo último. Devemos, por isso, amarrá-lo ao pelourinho?

Eis como o artista fixou na tela o episódio histórico da *Batalha de Campo Grande*:

3. Eugéne Véron. *L’Esthétique*, p. 296-97.

4. Transcrevemos, a título de informação, como apêndice ao nosso trabalho, dois relatórios assinados pelos capitães Francisco Joaquim d’Almeida Castro e Benedito d’Almeida Torres, testemunhas presenciais da batalha de Campo Grande, cujas cópias fazem parte do arquivo da Casa Imperial brasileira, recém-doado a este Museu.

Ressalta da leitura desses documentos que Pedro Américo se afastou, em alguns pontos, na composição do seu quadro, da realidade histórica.

A ação decorre numa planície, em parte apaulada, em parte revestida de macega. Espessas nuvens de fumo toldam o céu. A cena é alumiada ali e acolá pela reverberação do incêndio, que vai calcinando a vegetação rasteira.

Dominando a composição, destaca-se no grupo central a figura nobre e varonil do conde d'Eu, o rosto a $\frac{3}{4}$ à direita ligeiramente inclinado, e as pupilas acesas cravadas no inimigo. Montado num belo e feroso corcel branco, o marechal segue a galope, de espada em punho, para o ponto mais renhido da refrega, indiferente aos perigos que o ameaçam. Eis senão quando, surge a toda a brida o capitão Francisco Joaquim de Almeida Castro, seu ajudante-de-ordem. Cavalgando um ginete bafo, não vacila em cruzar pela frente o cavalo do príncipe, cujas rédeas segura, junto do freio, com pulso de ferro, sustando-lhe, assim, a marcha desapoderada. O animal estaca erguendo as pernas dianteiras.

À esquerda do conde d'Eu, num plano abaixo, o coronel Rufino Enéias Gustavo Galvão, chefe da comissão de engenheiros, montado num cavalo castanho e brandindo a espada, estende o braço esquerdo em direção ao comandante supremo das forças brasileiras, como a implorar-lhe que suspenda o galope temerário.

Este trio constitui um magnífico instantâneo, em que o pincel de Pedro Américo, representando o corcel do conde d'Eu no ato de saltar, operou o milagre de criar, numa superfície plana e com elementos estáticos, a ilusão do movimento, do tumulto e da vertigem.

À direita, contra um fundo enevado de fumaça e alumiado pelos clarões do incêndio, que lavra ao longe, recorta-se a figura marcial do brigadeiro Herculano Sancho da Silva Pedra, comandante da 3ª divisão de infantaria, a cavalo, à testa de seus soldados, e empenhado em luta com um oficial lanceiro paraguaio, também a cavalo. O militar brasileiro defende-se à espada do adversário, que o ataca de lança em riste.

Junto deste, um soldado paraguaio empunha um machado com ambas as mãos, acima da cabeça, prestes a aplicar um golpe mortal a um soldado brasileiro, que lhe leva a mão à garganta para o estrangular. A fisionomia do paraguaio, de feições horrível-

mente contraídas, os olhos esbugalhados e a boca escancarada como em estado de asfixia, é de um realismo brutal, que faz pensar em Ribera.

Ao lado dele, no extremo da tela, vê-se parcialmente um oficial paraguaio, a cavalo, de túnica encarnada e pala a tiracolo, brandindo uma espada de “rabo de galo”.

Próximo da carreta do canhão paraguaio, surge, à frente de uma coluna de soldados, o próprio Pedro Américo retratado como simples infante, seguido do seu irmão e discípulo Aurélio.

No primeiro plano, a cor pardacenta do terreno alagadiço e o tom lívido da água estofa realçam, pelo contraste, os tons quentes e afogueados, que o clarão das deflagrações e o reflexo do incêndio emprestam aos corpos seminus dos soldados de Lopes.

Destaca-se nesse plano, à direita, um artilheiro paraguaio, de compleição robusta, meio nu, o escapulário pendente do pescoço, as ancas envoltas num pano listrado, no ato de disparar o canhão, cuja carreta, inclinada para a esquerda, se enterra no tremedal. O seu rosto, figurado de perfil, respira audácia e ferocidade inaudita.

É de um belo efeito o jato de fogo, que irrompe da boca da peça, circundado de um novelo de espessa fumaça.

O conjunto formado pelo canhão e respectiva carreta é de admirável perspectiva: tem relevo e profundidade; aumenta ou diminui de tamanho, conforme o ponto de vista em que se colocar o observador.

Aos pés do mencionado artilheiro, vê-se uma cabeça decepada, de impressionante lividez.

Caído junto da carreta do canhão, um soldado paraguaio, também seminu, leva, num gesto de desespero e angústia, a destra à cabeça ensangüentada. A carabina, que largou ao tombar ferido, dir-se-ia – *mirabile visu* – destacar-se da tela numa verdadeira ilusão de ótica.

Outro tanto se pode dizer da espingarda com baioneta calada com que um dos nossos soldados de caçadores visa, a curta distância, o artilheiro a que já nos referimos.

Meio caído por terra e encostado à roda esquerda da carreta, vê-se outro soldado paraguaio, ferido, a cabeça amarrada e a túnica

vermelha rasgada, o qual empunha um pedaço de couro de lança. A sua fisionomia exprime, à vez, terror e ferocidade.

Entre ele e o soldado brasileiro de caçadores, jaz, sobre o lado direito, um belo cavalo branco, ensilhado, a esvaír-se em sangue pela boca entreaberta e pelo peito lanhado.

À esquerda do atirador, que aponta ao artilheiro paraguaio, depara-se-nos um soldado de Lopes, quase nu e meio caído por terra, cobrindo a cabeça com o braço esquerdo num gesto instintivo de defesa, na iminência de ser estragado pelo cavalo do coronel Gustavo Galvão, que passa por cima dele. Estampa-se-lhe no rosto um pavor indizível; pelo rito convulsivo da boca retorcida e pelo clarão das pupilas fuzilantes, dir-se-ia uma pantera encurralada.

Por detrás dele, aparece uma bandeira paraguaia dilacerada.

Quase no mesmo plano, à esquerda, outro soldado de Lopes, tombado em decúbito ventral, o dorso nu, volve o rosto numa expressão de terror pânico para um soldado brasileiro, que investe contra ele prestes a lhe aplicar violenta coronhada.

Na extrema esquerda, no primeiro plano, o grupo formado pelo frade capuchinho e o oficial brasileiro agonizante, é de um efeito imprevisto e patético. Constitui uma nota de doçura humana e misericórdia cristã em meio ao inferno da hecatombe.

Soube o pintor tirar o máximo proveito desse contraste dramático: frei Fidélis de Avola, genuflexo, os olhos postos no céu, ampara nos braços o tenente Arouca agonizante, que leva a destra ao coração, donde jorra o sangue aos borbotões. O frade dir-se-ia encomendar ao Todo Poderoso a alma do moribundo, prestes a transpor os umbrais da eternidade.

O rosto moreno, de barbas escuras, do servo de Deus realça, pelo contraste, a face clara, de finos traços e emoldurada de cabelos louros, do jovem agonizante, sobre a qual se projeta a sombra da morte.

Sugere este painel, pela sua densidade dramática e pelo *pathos* das suas figuras, a arte barroca dos pintores bolonheses.

Na retaguarda do conde d'Eu, vêem-se o seu ajudante-de-ordens, capitão Benedito de Almeida Torres, de longas barbas pretas, o rosto a $\frac{3}{4}$ à direita, e de frente, o capitão Alfredo

d'Escragnolle Taunay, membro da comissão de engenheiros, à disposição do Estado-Maior, ambos de espada em punho.

Ao lado dele, o capitão-de-fragata, João Mendes Salgado, ajudante-de-ordens do príncipe e secretário na parte naval, ergue o braço direito em direção a este em atitude de aflição, por ver o risco que corre o comandante supremo das forças brasileiras em sua investida temerária contra o poderoso inimigo.

Num plano acima, surge, à testa de sua brigada de cavalaria e infantaria, o major Francisco Antônio de Moraes, de suíças e barbas brancas, figurado de frente. A sua fisionomia nobre e varonil reflete confiança e sangue frio.

Por detrás dele, de perfil, o corneta do Estado-Maior desfere o seu instrumento instigando o ardor mavórtico dos combatentes brasileiros. Recorta-se-lhe a figura contra um fundo claro-escuro erigido de flâmulas e baionetas, em que se destaca o glorioso pavilhão brasileiro.

Uma bomba, cuja espoleta deixa após si uma esteira de luz e fumaça, descreve por cima desse grupo sua breve trajetória.

No penúltimo plano, à direita, a cavalo, sobressai a figura varonil de um oficial brasileiro. Será o general José Luís Mena Barreto? O animal ergue-se sobre as patas traseiras, enquanto o cavaleiro, levando o braço esquerdo à cabeça, de espada em punho, arrosta um soldado inimigo armado de lança.

À direita, emerge, dentre a fumaça das explosões e os revérberos do incêndio, uma bandeira paraguaia.

Ao fundo, onde rebrilham as águas do Juqueri, movimentam-se colunas de soldados brasileiros, que atacam as posições fortificadas do adversário, em meio ao dilúvio de fogo e fumaça, que envolve o campo de batalha.

Note-se que muitos combatentes brasileiros trazem capinhas brancas nos bonés, como era de uso em todo o Exército nacional, as quais tinham por fim ocultar as divisas dos seus portadores, o que levou os soldados de Lopes – os *acacarayá* – a chamarem aos brasileiros *cabeças brancas*, em guarani *acá morôti*.

Não sabemos o que mais admirar no quadro de Pedro Américo: se o efeito épico do conjunto, a visão, a um tempo, sublime e dantesca de um episódio da peleja, em que se misturam o belo e o horrendo em justas proporções; se a fatura dos aces-



Tela a óleo de Victor Meirelles, representando o “Juramento da Princesa à Constituição”, para substituir o pai no governo, como Regente do Império (Col. do Museu Imperial)

sórios, cujo acabamento atesta a incomparável virtuosidade do pintor: aqui, um tambor com as cores nacionais paraguaias e a legenda: *Viva la Republica del Paraguay*; ali, uma bucha inflamada; acolá, um fragmento de sabre.

Na figuração dos corpos *seminus* dos soldados de Lopes (grande número deles combatia quase *in naturalibus*, e armado de facões e machados em vez de fuzis e lanças), teve Pedro Américo ensejo de patentear seus profundos conhecimentos de anatomia descritiva. Essas figuras, tomadas do natural e pintadas de escorço, constituem uma bela amostra de quanto era capaz o artista brasileiro nesse ingrato gênero, em que excedeu Miguel Ângelo.

Na representação dos cavalos, gênero tão pouco cultivado entre nós, revelou-se Pedro Américo o nosso maior animalista. O cavalo tombado no solo, a esvair-se em sangue, é de impressionante naturalidade. Os seus olhos, parecem seguir o espectador qualquer que seja a sua posição. Os demais cavalos, sobretudo os animais montados pelos capitães Almeida Castro e Alfredo Taunay, constituem magníficos exemplares equinos figurados em atitude de pavor. As crinas eriçadas, as pupilas faulhantes, as ventas dilatadas e frementes, as bocas entreabertas, dir-se-iam vivos: como que lhes ouvimos a respiração ofegante e os relinchos, a um tempo, selvagens e aflitivos.

Pela elegância e nobreza de suas linhas, os cavalos pintados por Pedro Américo sugerem os de Van Dyck e Velasquez, mas, pela intensidade de expressão anímica que soube emprestar-lhes, graças à sua concepção idealista, o pintor brasileiro aproxima-se um tanto da escola espiritualista inglesa, principalmente de Landseer, antípoda da escola realista dos batavos e de seus discípulos franceses.

Adepto, no domínio da filosofia, do espiritualismo eclético de Cousin, foi também, na esfera da pintura, à semelhança dos artistas da escola dos Carracci, no século XVII, um acadêmico ou eclético.

Vítor Meireles e Pedro Américo fazem jus à nossa comovida admiração, não só por terem sido grandes artistas, senão também por haverem imortalizado na tela os feitos épicos dos nossos maiores.

Cantando em poemas de cores a epopéia da nossa raça adolescente, gravaram no espírito do povo brasileiro a vera efígie da pátria: a grandeza moral de uma nação é cimentada com a carne e o sangue dos seus heróis.

Mário da Silva Cruz

Conservador do Museu Imperial

Bibliografia

CALMON, Pedro.

A princesa Isabel “A redentora”. Ed. Brasileira, série 5ª, volume 107.

CASCUDO, Luís da Câmara.

O conde d’Eu. Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1935.

OLIVEIRA, J. M. Cardoso de. Pedro Américo.

Sua vida e suas obras. Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, 1943.

RANGEL, Alberto.

O último conde d’Eu. Cia. Editora Nacional, S. Paulo, 1935.

RUBENS, Carlos.

Pequena história das artes plásticas no Brasil. Ed. Brasileira, série 5ª, volume 198.

SOARES, Sebastião Ferreira.

Histórico e análise estetiográfica do quadro de um episódio da Batalha de Campo Grande. Rio de Janeiro, 1871.

TAUNAY, visconde de.

Cartas da campanha. Ed. Companhia Melhoramentos de S. Paulo, S. Paulo, 1922.

Idem.

Recordações de guerra e de viagem. Weizflog Irmãos. S. Paulo e Rio de Janeiro, 1920.

VERON, Eugéne.

L’Esthétique. Paris, 1878.

Curuguaty, 20 de dezembro de 1869.

Il.^{mo} sr. dr. José Maria Jacinto Rebello.

Prezadíssimo sr.

Conquanto não me julgue com habilitações suficientes para fazer uma narração circunstanciada de modo a esclarecer com precisão um dos episódios que se deram na batalha de Campo Grande (ou Nhu-guassu), e bem orientar uma pessoa ausente em tamanha distância como a que medeia deste lugar à corte, todavia, vendo por uma carta que a v. s. dirigiu o sr. dr. P. Américo de Figueiredo o desejo que este sr. tem de fazer um quadro que represente aquele que se deu por ocasião de ter o capitão Almeida Castro segurado nas rédeas do cavalo de S. Alteza, pedindo-lhe que se retirasse da arriscadíssima posição em que se conservava na linha de fogo junto ao arroio Juquiri, e confiado no quanto pôde suprir a inteligência artística do mesmo sr. dr. essa fraca narrativa, pedi permissão a S. Alteza para informar sobre cada um dos pontos mencionados na referida carta, visto que na qualidade de ajudante-de-ordens de s. a. achava-me nesse dia ao seu imediato serviço e portanto testemunha presencial de tudo.

S. Alteza trajava nesse dia chapéu de feltro pardo, copa mais alta do que baixa, aba regular, cingido de larga fita azul achalamotada, que servia de distintivo do comando-em-chefe, e todo o seu estado-maior usava dele. Sobrecasaca com bordado de marechal do Exército, calça azul apertada, botas até os joelhos, esporas (chilenas com correntes, como geralmente se usa no Rio Grande do Sul) e espada fina, bastante comprida e caída. Cavalgava um cavalo tordilho (russo) com pintas pretas muito miúdas,

de boa estampa, e altura proporcional ao seu bem apessoado cavaleiro. Cavalo arreado com selim, manta azul agaloada, com peitoral de couro envernizado e enfeitado de estrelas de prata. Freio e rédeas de prata.

No campo da batalha quando as balas da artilharia inimiga perseguiam com preferência o grupo que formava o estado-maior de S. Alteza, ordenou ele que este se espalhasse, bem como o piquete (que depois tomou parte na ação) e que somente ficassem os ajudantes-de-ordens e de campo que estavam de dia. Não deixaram todavia de acompanhado além do ajudante-de-ordens do capitão que assina esta) e o ajudante-de-campo, major Francisco Antônio de Moraes, o coronel chefe da comissão de engenheiros, dr. Rufino Enéas Gustavo Galvão, o capitão-de-fragata João Mendes Salgado, o capitão do Estado-Maior de artilharia, Jerônimo Francisco Coelho e o capitão de engenheiros, dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay. Os demais oficiais do Estado-Maior, ajudantes-de-ordens e de campo, quando não ocupados em transmitir ordens de S. Alteza, que eram freqüentes para todos os pontos, acompanhavam o seu movimento a certa distância.

Assim pois para satisfazer a informação que deseja o senhor dr. Figueiredo, descreverei o traje de cada um dos que formavam o grupo sempre junto de S. Alteza.

Todos, à exceção do capitão-de-fragata Salgado e do major Moraes, usavam de chapéus de feltro pretos, copas baixas e abas regulares. O do capitão-de-fragata, porém, era branco, raso e de aba estreita, e o major Moraes usava de boné com capa branca sem distintivo da fita, da qual também não usava, como todos os mais, o coronel Galvão, sendo a do capitão Taunay fita larga amarela com uma azul estreita no centro.

Todos trajando blusa e calça de pano azul, botas e esporas cavalos de diferentes cores, todos arreados de selins à exceção do major Moraes que seus arreios eram prateados e à moda usada no Rio Grande do Sul.

O capitão Almeida Castro foi dar conta de uma ordem que tinha levado, e voltara, não no cavalo tordilho (russo) em que antes andava, e sim em outro porque aquele tinha sido baleado, e foi nesta ocasião que se deu o episódio que quer representar o sr. dr. Figueiredo em seu quadro.

Sobre os retratos fotografados das pessoas que compõem o grupo que deseja mencionar, vou procurar dificilmente satisfazer-lhe.

O de S. Alteza nenhuma dificuldade haverá de obter aí na corte (casa de Vanivel, rua dos Ourives) podendo somente acrescentar no seu retrato a barba debaixo do queixo mais crescida e fechada.

Os do coronel Galvão, capitão-de-fragata Salgado, capitão Taunay, capitão Coelho, serão aí entregues ao sr. dr. Figueiredo, assim como o do abaixo assinado será entregue pelo visconde de Lage.

O do major Moraes não podendo ser remetido por não tê-lo, faço uma descrição pela qual poderá ser figurado: barbas quase brancas, compridas, feições regulares, nariz pequeno, bem como os olhos, bigode espesso também grisalho. É homem de estatura maior que meã, cheio de corpo.

A infantaria brasileira usa toda ela capas brancas nos bonés a Cavaignac: traja calça, farda azuis escuras.

A cavalaria tem uma capa branca com estrela vermelha na capa. O correame é branco.

A artilharia estava vestida de brim pardo e bonés brancos.

As flâmulas dos lanceiros de cavalaria são branco e vermelho da seguinte forma: estrela branca, fundo vermelho. No piquete de S. A. o fundo é roxo claro.

O terreno em que se deu a batalha é uma planície seca de campo raso e limpo com macega algum tanto crescida incendiada em diferentes pontos, já por nossos foguetes a Congrève sobre a linha inimiga, já de uma e outra parte pelos fragmentos dos cartuchos da artilharia. Incêndio que da parte do inimigo queimou muitos dos seus feridos ficados no campo antes que deles nos apoderássemos.

Esta planície, orlada ao longe de mato seguido na distância de légua e meia desde onde começou a batalha até o arroio Juquiri, tinha no nosso flanco direito uma pequena sanga somente de banhado (brejo) que correndo sinuosamente pelo campo dava esgoto a águas para o dito arroio.

Esse arroio, logo além do qual teve lugar o episódio, é bordado, menos no passo, de mato ralo, e além dele continuando ainda

campo limpo encontra-se a um quarto de légua mais ou menos o rio Peribebuy. Foi entre estes dois arroios o campo mais disputado, e portanto onde maior número de cadáveres se achavam estendidos, o que pode ser figurado sem exageração representando cadáveres aos três e quatro amontoados uns por cima dos outros.

Depois do arroio Juqueri há um capão de mato próximo e que nos ficava no flanco direito. Apoiado nele o inimigo pretendeu por algum tempo resistir às cargas de nossa cavalaria.

Na esquerda, logo depois da ponte do Peribebuy, se acha uma longa mata, na proximidade da qual grande mortandade houve e onde se terminou a ação sendo ainda nela perseguido o resto do inimigo que não tinha ficado morto ou prisioneiro no campo. Logo depois do passo ficava uma fileira de carros junto aos quais os inimigos vestidos, uns de encarnado, outros de branco, outros de farrapos, resistiam aos nossos golpes.

Tendo assim satisfeito ao pedido do sr. dr. Figueiredo sobre circunstâncias que rodeavam o episódio a que ele se referiu em sua carta, cumpre-me declarar que aquele episódio não foi nem é considerado entre nós como o mais digno de reprodução, havendo outros mais salientes que se prestam melhor à variedade do desenho e que se tornaram verdadeiramente merecedores do pincel de um hábil artista como o daquele senhor.

Há o trecho da entrega de uma magnífica bandeira de seda a S. Alteza por um cabo do seu piquete que voltou da ação ferido (por uma bala no braço direito) e acompanhado por outro que, ao aproximar-se de S. A. caiu do cavalo fraco e exangue, isto debaixo de balas de artilharia, bombas, foguetes a Congrève etc.

Há a carga de cavalaria do coronel Hipólito, a 200 metros de S. A. sobre um grupo de paraguaios que vinham se precipitar sobre o estado-maior, armados, uns de lanças, outros de baionetas em punho.

Há finalmente o da passagem do rio Juquiri por S. A. e seu estado-maior.

O passo era fundo, as águas turvas, tintas de sangue, corriam da direita para a esquerda. Cadáveres paraguaios boiavam uns, outros estavam mergulhados até a cintura, ficando as pernas de fora; a água chegava à barriga do cavalo de S. A. que era alto; uma carreta paraguaia (semelhante aos nossos carros de roça com

a diferença que são de um tamanho dobradamente maiores, rodas de raios e muito altas, com tolda abaulada, coberta de couro) cheia de feridos, estava atolada no meio: peças com seus armões virados ficavam uns fora d'água, outros sobre a barranca; soldados nossos procuravam quebrar-lhes as rodas ou precipitá-los dentro d'água; bois que puxavam a carreta estavam mortos e ainda na canga; um deles tranqüilamente remoía no meio do arroio, cujas águas represadas por tais obstáculos formavam redemoinhos.

As margens eram uma baixa, à esquerda, à direita alta e havia-se praticado a enxadadas um largo caminho para a subida da artilharia.

No primeiro plano pode pois ser representado S. A. indicando com o dedo a uma peça de calibre 2 Withworth que transponha o passo, e ele mesmo predispondo-se a entrar no arroio cercado dos oficiais do seu estado-maior: cadáveres paraguaios de todos os lados, alguns dos nossos soldados caídos n'água. A guarnição da peça se esforça por fazê-la avançar em terreno alagadiço e arreda a carreta, os bois, a peça e os cadáveres que atravancam o passo. As águas correm velozes e algumas bocas de fogo paraguaias são atiradas à água.

No plano imediato, uma bateria nossa fuzila paraguaios que resistem em massa junto a um capão, e que um regimento nosso dispõe-se a atacar; um batalhão paraguaio avança de lança em punho.

Nos outros figurar-se-á uma fileira comprida de carretas, atacadas por gente nossa e defendida.

As particularidades relatadas na descrição do primeiro episódio servirão completamente para este, acrescentando que este dava-se às 2 horas da tarde, que o sol ficava à esquerda do observador, e que sombras do mato já cobriam algum terreno imediato.

Desculpe v. s. que por não poder ser lacônico fosse tão difuso, sem que talvez possa ser tão claro, como aliás desejava quem tem a honra de ser.

De v. s. respeitador e atento cr.

Benedito d'Almeida Torres.

Carta do capitão Francisco Joaquim d'Almeida Castro sobre a batalha do Campo Grande no Paraguai

1ª Sua Alteza na batalha de Campo Grande, achava-se de farda militar com gola bordada, calça preta e botas com chilenas de prata, chapéu pardo de feltro com fita azul da largura de três dedos e tinha o oficialato do Cruzeiro, montava um cavalo tordilho salino (ou russo pedrez), o qual além da sela, tinha um peitoral de couro preto com chapas redondas de prata.

Sua Alteza trazia também nessa ocasião uma espada de bainha de aço com copos amarelos, que estava embainhada.

2ª As pessoas que estavam perto de Sua Alteza na ocasião em que ele prendeu o capitão Almeida Castro, nessa batalha, eram o coronel Rufino Enéas Galvão à direita, o mesmo capitão Castro à esquerda quando lançou a mão direita às rédeas do cavalo de Sua Alteza pedindo ao mesmo sereníssimo senhor que não avançasse mais um passo; na frente do lado direito, olhando para a esquerda, o capitão Taunay, à direita também o capitão-de-fragata Salgado, e na retaguarda o capitão Benedito d'Almeida Torres.

Além destas pessoas, porém, havia diversas outras nas mesmas direções, cujos nomes não ocorrem. Em frente deste grupo estava o 1º Batalhão de Infantaria, em linha, fazendo fogo ao inimigo, o qual se achava pouco adiante em um capão de mato.

Havia também junto ao grupo, diversos soldados de infantaria, dispersos e vários cadáveres de soldados nossos e muitos do inimigo, bem como cavalos mortos, alguns dos quais ainda encilhados.

À esquerda do mesmo batalhão estavam outros batalhões em linha e muitos soldados e oficiais dispersos. À esquerda do

grupo, formado por Sua Alteza e os oficiais nomeados do seu estado-maior, na diagonal, mas ainda para a retaguarda do outro lado do arroio, estavam três peças nossas de artilharia que acabavam de fazer fogo ao inimigo; em frente delas havia mais duas na barranca oposta do arroio que tinham sido tomadas ao mesmo inimigo, uma das quais desmontada, e dentro do arroio uma outra inimiga voltada para a retaguarda. Junto desta peça havia também no arroio uma carreta inimiga conduzida por 4 bois com tolda de palha e dentro dois ou três paraguaios mortos: à direita dessa carreta havia uma ponte de pau lavrado, mas desmanchada.

Nas margens do arroio estavam vários feridos, sendo poucos dos nossos, e muitos cadáveres inimigos.

O grupo estava do lado oposto do arroio, o qual no ímpeto da nossa avançada, ficara à retaguarda, e tem barrancas altas com pequena mata nas margens.

O arroio no lugar do passo regula ter 3 braços pouco mais ou menos de largura.

3ª O lugar em que se deu a batalha é um campo vasto, mas com alguns pântanos e capões de mato.

Em direção ao passo do arroio, onde estava a ponte, seguia uma pequena estrada, e à esquerda desta um outro capão de mato grande, um pouco montanhoso, junto ao qual havia várias carretas paraguaias com tolda de palha, que foram tomadas e junto às mesmas alguns bois soltos.

4ª Respondida.

5ª O cavalo do capitão Castro já estava ferido na anca do lado direito. O mesmo cavalo é tordilho branco, digo salino (ou russo pedrez), com a diferença que o cavalo de Sua Alteza tem as atinas compridas e este tem a maior parte tosada.

6ª Os oficiais estavam todos com os seus uniformes, isto é, blusas pretas com os seus galões e chapéus pretos de feltro com fita azul, à exceção do capitão Taunay que tinha fita amarela no chapéu, e o coronel Galvão que estava com chapéu preto, porém sem fita.

Vila do Rosário, 24 de fevereiro de 1870. – *Francisco Joaquim d'Almeida Castro.*

ARQUIVO DO MUSEU IMPERIAL

A educação das princesas

Publica o Museu Imperial, neste número do seu *Anuário* dois eruditos trabalhos acerca da infância e educação de d. Pedro II, elaborados pelos drs. Rodolfo Garcia e Manuel Inácio Cavalcanti de Albuquerque. Como ilustração a tais colaborações pareceu-nos que nada seria mais oportuno que a divulgação de alguns documentos referentes ao assunto e existentes no arquivo da repartição. Provêm tais diplomas do opulento acervo conservado até pouco tempo no castelo d'Eu, pela família imperial brasileira, e agora recolhidos ao museu por doação do príncipe dom Pedro que, com esse gesto, aliado a muitos outros, fez jus à inscrição de seu nome no livro dos beneméritos desta instituição.

A primeira das peças aqui publicadas é um *Regulamento* para ser observado no serviço das princesas, filhas de d. Pedro I, papel que, infelizmente, não traz data. Pela apresentação e conteúdo, porém, cremos poder situá-lo no período de 1822 a 25. Trata-se de um longo enumerado de disposições, distribuídas em artigos e todo ele escrito pela letra de Francisco Gomes da Silva (o Chalaça) e trazendo interessantes emendas do punho de d. Pedro I, cuja caligrafia pode ser facilmente reconhecida e cuja assinatura autógrafa aparece na última página.

Seria esse o documento apresentado à Câmara a 18 de maio de 1830, a pedido do deputado Ernesto Ferreira França, e do qual, tão laconicamente, nos fala Alberto Rangel? Segundo esse historiador patricio (v. *A Educação do Príncipe*, Rio, 1945, p. 35), “Dom Pedro I apressou-se em organizar em pessoa o programa da vida dos príncipes” etc. E, adiante, reportando-se à própria informação enviada à Assembléia, cita o “regulamento que Sua Majestade o Imperador, de sua própria mão escreveu”. Não nos parece; e isso pela ausência de qualquer referência relativa a d. Pedro II.

De qualquer maneira, o documento aqui divulgado e o regulamento citado por Rangel, demonstram o interesse do imperador

pela educação de suas filhas, cuidado que transparece nas minúcias dos artigos e nos detalhes das emendas.

É interessante notar a alusão contínua à direta interferência de d. Pedro I em todos os pormenores da vida das princesas e a menção constante à figura da imperatriz, que, como se sabe, pouca ou nenhuma influência exercia na educação das filhas. Veja-se a propósito, o depoimento de Maria Graham, que atesta as dificuldades de d. Leopoldina em exercer as medidas mais elementares na formação de sua primogênita.

Revela-nos o documento em apreço o interesse constante e nunca desmentido de d. Pedro I, que foi, incontestavelmente, e principalmente, um grande amoroso dos filhos.

Os documentos seguintes referem-se às princesas filhas de d. Pedro II e vêm, ao mesmo tempo que reafirmar o sempre constante apreço demonstrado pelo rei-filósofo na educação e instrução de d. Isabel e d. Leopoldina, revelar a coadjuvação de dona Teresa Cristina na solução desse problema. É, talvez, aí que reside a maior curiosidade de tais papéis ora divulgados. Do referente às atribuições da aia existe no arquivo do M. I. uma minuta autógrafa de d. Pedro II e uma cópia do punho da imperatriz, onde foram aproveitadas as emendas introduzidas pelo marido.

A respeito de tais peças, seria interessante esclarecer o verdadeiro papel que exerceram na educação da princesa imperial, os professores aí citados de passagem. Dom Pedro II era, entretanto, muito cioso de sua função de mestre de suas filhas, e procurou sempre, ele mesmo, ser-lhes o verdadeiro preceptor. O próprio *Almanaque Laemmert*, tão informativo, é lacônico e omissivo quanto aos nomes aqui mencionados.

Julgou-se necessário esclarecer a diferença dos textos confrontados, bem como mencionar as entrelinhas e correções porventura existentes e ainda conservar a ortografia original.

Lourenço Luís Lacombe

Chefe da Divisão de Documentação Histórica

**Regulamento, que há de ser observado no
quarto de minhas filhas, tanto por elas
como pelas criadas**

Art. 1º.

Será governanta do quarto em que não houver dama, a açafata mais antiga. A mim, ou à imperatriz a governanta é responsável pela execução do presente regulamento.

2º.

A governanta vigiará sobre tudo, quer seja guarda-roupa, quer jantar ¹, etc. em suma será a fiscal do quarto e todos os meses apresentará os pedidos e as contas para serem examinadas, e pagas uma vez aprovados.

3º.

Cuidará em que tudo ande bem arranjado e aseado, fazendo poupar o que for possível, e compatível com a decência de nossas ² augustas filhas.

4º.

Não consentirá no seu respectivo quarto ajuntamento, ainda que eles sejam de criadas, e vigiará, que não hajam conversas indecentes em ocasião alguma ³.

5º.

Porá este regulamento em execução conforme as idades e desenvolvimento das meninas.

1. Estava escrito: quer cozinha, que foi riscado e substituído pela expressão acima.

2. Da mesma forma, está riscada a palavra Minhas.

3. A expressão: diante das meninas, foi mudada pela que figura acima, em grifo.

6º.

Regulará os passeios, e irá a eles quando lhe parecer, forcejando por ir sempre.

7º.

Finalmente a governanta cuidará da educação física da pessoa de que está encarregada, dar-lhe-á bons conselhos e exemplos, explicar-lhe-á a razão porque lhe nega certas coisas, ou lhas proíbe, não consentirá que se lhe meta medos com coisa alguma, só sim lhe infundirá temor de Deus, respeito, e amor a seu pai e mãe, e humanidade para com seu próximo, não lhe deixando fazer mal, mesmo a animal algum, para que o seu coração não se ⁴ endureça, ensina-lhe-á (sic) a rezar, a ouvir missa, a coser, a bordar, e a tudo mais que constitui uma senhora ordinária bem prendada, pois que muito convém, que saiba tudo.

8º.

A governanta tem autoridade para quando a menina não lhe obedecer, de em meu nome, e da imperatriz prendê-la no quarto por aquele tempo, que lhe parecer ou de não a deixar ir passear de tarde.

9º.

Quando qualquer das meninas se achar incomodada a governanta nos virá dar parte imediatamente, e quando nos não achar em casa, mandará ordem à cocheira, para que a sege vá buscar o *médico (tal)* ⁵.

Art. 10º.

Todas as criadas farão a sua obrigação à risca, sem dela se poder dispensar.

11º.

Nunca as meninas estarão sem ser acompanhadas duma açafata.

4. A palavra está escrita na entrelinha.

5. Foi substituído pelas palavras acima o trecho: "Francisco Melo de Paula, quando este estiver incomodado o Navarro, e quando ambos o cirurgião-mor do Império, Peixoto".

12º.

As retretas e moças do quarto só virão aos ditos, em ocasião de serviço, ou quando para este forem chamadas.

13º.

Quando as meninas passearem, somente irão com as suas açafatas ou damas, e não será admitida a esta honra pessoa que não seja de reconhecida probidade, para isto mesmo será necessário que a governanta nos peça primeiro licença ⁶.

14º.

Não consentirão que as meninas conversem com os pretos ou pretas, nem que brinquem com os molequinhos, e cuidarão muito especialmente que as meninas os não vejam nus, provendo para o alcance deste fim o que mais conveniente lhe parecer.

15º.

Quando as meninas se vestirem, terão todo o cuidado, que elas se não descomponham, fazendo-lhes conhecer que elas não só devem ter pudor de si, mas vergonha das suas próprias criadas ⁷.

16º.

Cuidarão que as meninas comam com asseio e que não comam coisas indigestas.

17º.

As meninas serão obedientes às suas criadas, e executarão o que elas lhes ordenarem, e com especialidade a governanta, e se lhes parecer mal nos representarão ⁸ para decidir-mos (sic) à vista também do que a governanta expuser.

6. A frase primitiva, que foi substituída era "que a governanta me peça primeiro licença, ou à imperatriz".

7. Veja-se, a propósito, o trecho de Maria Graham (*Escoço Biográfico de Dom Pedro I*, trad. de Américo Jacobina Lacombe, in *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. LX, p. 102): "Em primeiro lugar, quando fui para os apartamentos da princesa, (referia-se à d. Maria da Glória, sua pupila) encontrei as criadas lavando-a, não no banheiro, mas numa sala aberta, por onde passavam os escravos, homens e mulheres, e, onde a guarda da imperatriz sempre estacionava".

8. O trecho primitivo dizia: e se lhes parecer mal representarão a mim ou à imperatriz etc.

18º.

As meninas estando em perfeita saúde se principiarão a levantar às sete horas constantemente.

19º.

Se estiverem dormindo a esta hora, serão acordadas com toda cautela para que se não assustem, e se acordarem antes esperarão pela hora.

20º.

Lavar-se-ão todas, depois se vestirão e pentearão.

21º.

Irão depois ouvir missa e depois nos virão beijar a mão ⁹.

22º.

Às 8 horas almoçarão.

23º.

Depois do almoço darão as suas lições ¹⁰.

24º.¹¹

Das dez horas da manhã até às quatro da tarde, sem contar a hora e meia de jantar, e sesta como abaixo se determina ¹², darão aquelas lições que fr. Antônio d'Arrabida diretor dos seus estudos lhes mandar.

25º.

Ao meio-dia ¹³ jantarão, e depois darão graças a Deus, assim como em todas as mais ocasiões de comer.

⁹. A forma inicial era: irão depois rezar ao oratório, e beijar a mão, a mim e à imperatriz.

¹⁰. Estas palavras acham-se no lugar das seguintes: até às dez horas poderão brincar.

¹¹. Todo o artigo acha-se riscado.

¹². Sublinhado no original.

¹³. Foi substituído por: As duas e meia, sendo que, nesta emenda, foi riscada a última palavra.

26º.

Depois de jantar ficarão nos seus quartos até que sejam chamadas ¹⁴.

27º.

Se as meninas não tiverem sono contudo obrigadas a descansar um quarto de hora ¹⁵.

28º.

Quando a quinta não estiver molhada, as meninas irão sempre ¹⁶ a pé, saindo no verão às cinco horas, e no inverno às quatro, não fazendo calor ¹⁷.

29º.

Estando a quinta molhada irão no carro, ou ficarão em casa conforme a governanta lhe parecer, e se estiver somente úmida sairão a pé para este pequeno jardim de cima com botins grossos ¹⁸.

30º.

Quando o sol estiver entrando já deverão estar cá em cima no jardim, e quando tocar *Ave Marias* ¹⁹, entrarão para casa, e se recolherá cada uma ao seu respectivo quarto.

31º.

Quando chegarmos de fora virão receber-nos na varanda do oratório ²⁰.

14. O texto primitivo do artigo era: Depois de jantar poderão dormir até a hora e meia, e nunca mais, e se por acaso continuarem a dormir, serão chamadas conforme o art. 19 e se tiverem acordado antes da hora, poderão levantar-se.

15. Todo o artigo foi riscado.

16. Estava escrito sempre irão.

17. As palavras em grifo foram acrescentadas posteriormente, por d. Pedro I.

18. Seria este pequeno jardim de cima, o conhecido hoje como jardim da princesa?

19. Em grifo no original.

20. O texto primitivo era: Quando eu chegar me virão receber no topo da escada.

32º.

Às sete horas irão ao terço e depois logo ²¹ cearão, brincarão depois se quiserem, e deitar-se-ão quando tiverem sono não excedendo das 8 ½ ²².

33º.

Não poderão sair dos seus quartos senão nas horas de brincar, e somente para os quartos de suas manas, ou para os nossos ²³, não entrando em pousada alguma, nem demorando-se nos corredores, somente interrompendo esta marcha quando tiverem de agradecer as felicitações, que se lhes fizerem, o que farão com toda a polidez, e acolhimento.

34º.²⁴

Os mestres de línguas acompanharão nos passeios a pé, para irem conversando com as meninas, e ensinando ao mesmo tempo o uso das línguas de que são mestres, visto ser o modo mais fácil de as aprender a falar.

35º.

Este regulamento não poderá ser alterado sem ordem nossa ²⁵.

36º.

Este regulamento será lido, logo que for recebido, perante todas as criadas do quarto ²⁶, e logo que houver qualquer falha na execução a governanta o tornará a ler da mesma maneira.

(a.) *Imperador*

N.B. Altera-se o art. 32 relativo às horas da ceia, pois que às sete deverão ir todas as senhoras ao oratório rezar o

21. As palavras em grifo foram acrescentadas posteriormente.

22. O texto primitivo dizia: nove e meia.

23. Em vez das palavras em grifo, lia-se: meu ou da imperatriz.

24. O artigo foi riscado.

25. O texto original dizia: Este regulamento não poderá ser alterado sem ordem minha, ou da imperatriz... (a frase continua, mas não pode ser lida, pois foi inutilizada com forte traço de tinta).

26. Em vez das palavras em grifo dizia: todos.

terço e ladainhas com o capelão, e depois seguir-se-á a mesma marcha acima determinada.

Art. adicional

A governanta do quarto vigiará não só as criadas do quarto, mas as criadas desta, a fim de que nunca hajam questões ou bulhas, e quando aconteça qualquer novidade, nos dará imediatamente parte ²⁷.

27. A parte final rezava primitivamente: dará imediatamente parte a Sua Majestade quando aconteça qualquer novidade.

Atribuições da Aia

Só ela poderá intervir direta, ou indiretamente na educação de minhas filhas, lembrando-me a mim e à imperatriz, tudo o que puder facilitar o preenchimento deste dever do seu cargo, e a nossa direção superior exercer-se-á quando as circunstâncias o consentirem, por intermédio dela, para que não fique prejudicada a força moral de sua autoridade.

Inspecionará o ensino dos ²⁸ diferentes mestres, e fará a mim só as reflexões que lhe parecerem acertadas, quando o caso permitir demora, assim como me proporá tudo o que for a bem da instrução de minhas filhas, mesmo relativamente ao que se acha disposto neste regulamento.

Quanto à educação só direi que o caráter de qualquer das princesas deve ser formado tal qual convém a senhoras que poderão ter que dirigir o governo constitucional dum Império como o do Brasil ²⁹.

A instrução não deve diferir da que se dá aos homens, combinada com a do outro sexo; mas de modo que não sofra a primeira. Convirá conformar ³⁰ se quando for de ³¹ proveito aos regulamentos da instrução pública primária e secundária ³².

Poderá impor castigos, e quando forem ³³ leves sem meu conhecimento prévio ³⁴ devendo ³⁵ minhas filhas não saber (?) que o tenho, quando isto não for conveniente, sendo o maior deles a reclusão em um dos quartos dos respectivos aposentos,

28. Há uma palavra riscada.

29. Confronte-se este trecho, evidentemente do período que poderemos chamar o da lua-de-mel com regime, com o citado por Alberto de Carvalho (Império e República Ditatorial) em que, envelhecido e desiludido, refere-se à República: "Como seria ela produção natural, não poderiam preocupar-me os direitos de minha filha e netos".

30. Há uma palavra riscada e a em grifo está na entrelinha.

31. N. B. Todas as palavras em grifo estão na entrelinha.

32. Há, a seguir, duas linhas que foram riscadas.

33. Na cópia da imperatriz está Foram.

34. Na cópia da imperatriz está em branco esta palavra.

35. Há palavras riscadas substituídas pelas que estão em grifo.

assim como representar-nos mesmo perante nossas filhas, sobre a justiça da concessão de algum prêmio.

Das senhoras e outras pessoas dos quartos

As criadas de honra e de serviço dos quartos terão as atribuições e deveres que indicam suas respectivas denominações e velarão sobre as pessoas de minhas filhas assim como ³⁶ a aia que poderá acompanhá-las sempre ³⁷.

Obrigações da aia

Deverá acompanhar, quanto lhe for possível, as minhas filhas desde as 9 horas da manhã até 8 da noite com a exceção adiante permitida, inspecionando os mestres; guiando-as no preparo das lições, lendo com elas, e aproveitando até o tempo de descanso e de recreio para aumentar-lhes a instrução. A língua francesa e depois a inglesa, deve ser empregada utilmente nas explicações, conversa e em qualquer outra ocasião ³⁸. Não receberá ³⁹ visitas durante as horas do ⁴⁰ exercício efetivo do seu cargo.

Distribuição das horas do dia

Levantar às 7 no inverno e 6 no verão. Até às 7 ½, hora da missa, vestir, rezar, e no verão, enquanto não vão para a missa, ler catecismo ou algum livro pio ⁴¹. 8 almoço; ⁴² meio-dia recordação do preparo das lições, leituras instrutivas com a aia e lições; descanso de meia hora conversando com a aia, e continuação das lições até 2 horas; jantar; descanso como ao meio-dia até 3 ½; até 5 ½, nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro, 5, nos de março, abril, agosto, setembro, outubro e novembro, ⁴³ e 4 ½ nos de maio, junho e julho, preparo das lições; passeio de uma hora; descanso de meia hora; até as 8 preparo das lições, e leituras instrutivas, ou conversa com a aia,

36. Idem.

37. Idem.

38. Na cópia da imperatriz a palavra conversa foi riscada e colocada no final da frase.

39. Na cópia citada está receber.

40. Vide nota 35.

41. Na cópia cit. está pias.

42. Há uma palavra riscada.

43. Há um borrão no original do imperador.

conforme chegar o tempo; ceia, e às 9 ½ devem estar deitadas. Nos domingos e dias santos de guarda, desde às 9 até a hora da missa, que ouvimos juntos, catecismo e leituras pias, e depois do descanso que se segue ao passeio, o qual poderá começar mais cedo, contanto que o sol não esteja ainda ardente, ou saiam de carro devendo também então ir a aia em sua companhia, recordação do preparo das lições e leituras instrutivas ou conversa com a aia, conforme chegar o tempo. Desde ½ hora depois do jantar até o passeio brincarão e a aia poderá não estar presente. Os de festa nacional serão empregados da mesma maneira, à exceção das leituras pias substituídas pelas outras.

As leituras instrutivas devem ter relação com as matérias ensinadas, sendo ora em português, ora em qualquer das outras línguas.

As visitas que ⁴⁴ procurarem as princesas serão recebidas unicamente nos domingos; nas festas de guarda e nacionais; nos dias dos seus anos; nos dos nossos; nos de seus nomes e nossos, e em qualquer outra ocasião que eu determinar, à exceção dos criados de honra e serviço.

Só haverá férias em Petrópolis, onde talvez seja alterada a distribuição do tempo.

Na cidade farei o que faço aqui com exceção da lição de geometria que passa para as 5^{as} dada pelo C. Batista. A leitura do Barros e latim passará para das 7 às 7 ½ por causa dos teatros.

Paula Cândido 3^{as} e sábados das 3 às 4. Sapucaí, 2^{as}, 4^{as}, e 6^{as}, das 4 às 5, e é preciso que ele se ocupe um pouco mais com o português, havendo mais um dever pelo menos ⁴⁵ da parte das pequenas.

É preciso ir pensando no ensino da química, e daqui a pouco talvez o Paula Cândido deixe alguma lição para estudar no Ganot. Os dias de mr. ⁴⁶ Kock serão ordinariamente ⁴⁷ nos domingos e ⁴⁸ 2^{as}, entre 5 e 7, e nos domingos poder-se-á estender mais, começando também mais tarde se eu tiver de sair. 3^a é

44. Há uma palavra riscada.

45. Há uma palavra riscada substituída pelas que estão em grifo.

46. Há uma palavra riscada.

47. Idem.

48. Idem.

toda de audiência em que me procura mais gente, 4^a e sábado terei agora despacho à tarde e 6^a de 15 em 15 dias instituto, quando o não haja não é tão certo como nos domingos e 2^{as} que eu possa dispor das tardes. Em todo o caso avisarei mr. Kock de véspera.

D. Maria Amália Azambuja Carvalho de Moraes, dama ao serviço de minha filha Leopoldina, terá as mesmas regalias e deveres que a dama no serviço de minha filha Isabel.

Dirigirá o serviço do quarto de minha filha em tudo o que não entender (sic) com sua instrução. Acompanhará minha filha Leopoldina durante o tempo que não for das lições e estudo; todavia quando minha filha saírem, (sic) sem ser na mesma carruagem que eu, visto haver só quatro lugares, acompanha (sic)-as-ão a condessa de Barral e uma das damas do serviço de minhas filhas, alternando com a outra, ⁴⁹ se não sair somente uma de minhas filhas, que neste caso irá com a condessa de Barral a dama de serviço daquela minha filha; ou a dama que não estiver impedida de fazê-lo, e se a condessa de Barral não puder ir serão minhas filhas acompanhadas por ambas as damas, indo a açafata ⁵⁰ somente quando, na última hipótese, estiver a dama do respectivo quarto impedida, ou ambas as damas o estiverem, e então mesmo que vá a condessa de Barral.

Para as saídas a seu serviço particular dadas pela Casa Imperial do mesmo modo que as outras damas. Se quiser poderá assistir à mesa de estado ⁵¹. Pode chamar o médico da semana quando o julgar preciso para qualquer doente em seus aposentos, e os remédios lhe são fornecidos pela Casa Imperial.

Pode receber em seus aposentos as pessoas de sua família e também as outras, que a vierem visitar (sic) (ilegível) em nada prejudicarão (sic) o bom serviço do paço.

A condessa de Barral e M^{elle} Templier, sob a direção da primeira são as encarregadas da educação de minhas filhas; mas escuso lembrar quanto todas as pessoas que cercam ⁵² minhas filhas, sobretudo as pessoas de seu imediato serviço podem e

49. Em grifo no original.

50. Idem.

51. Idem.

52. Está escrito cerquam.

devem concorrer pas (sic) acordo com as duas senhoras, que propriamente se acham incumbidas dessa missão.

Desço talvez a miudezas; porque assim o deseja d. Maria Amália, cuja escolha para o lugar de dama ao serviço de minha filha Leopoldina dispensaria a declaração de tudo o que não pudesse prever quem mesmo no pedido destas explicações revela o modo consencioso porque desempenhará seu encargo.

Lembro-me ainda de acrescentar em resposta a perguntas de D. Maria Amália que minhas filhas não comem com as damas, que assistem às comidas delas, e que pode sair às vezes que quiser sem prejuízo do serviço que lhe é ⁵³, mas em cupê da Casa Imperial somente do mesmo modo que as outras damas.

53. Há um espaço em branco.

1862

Lundi

De 7 à 7 ½: Etude de l'histoire de Portugal.

De 7 ½ à 9: Promenade, Déjeuner, Visite à Sa Majesté l'Impératrice.

De 9 à 10: Etude du piano.

De 10 à 11: devoir de latin. Dictée française.

De 11 à midi: Gram française. Homonymes.

De midi à 2 h: Dessin.

De 2 à 3: Diner.

De 3 à 4: Leçon d'Allemand.

De 4 à 5: Leçon de latin avec le vicomte.

De 5 à 7: Promenade. Récréation.

De 7 à 7 ½: Lecture de Barros.

De 7 ½ à 8: Souper. Prière.

De 8 à 9 ½: Étude de l'histoire de France faire un devoir d'anglais.

Mardi

De 7 à 7 ½: Etude des vers français.

De 7 ½ à 9: Déjeuner, etc.

De 9 à 10: Dévoir d'Allemand, devoir de latin.

De 10 à 11: Leçon d'Anglais.

De 11 à 11 ½: Camões.

De 11 ½ à 2 h: Léçon de Piano. Hist. de Portugal et hist. de France avec M^e de B.

De 2 à 3: Diner.

De 3 à 4: Léçon de Physique.

De 4 à 5: Botanique apprise et récitée.

De 5 à 7: Récréation.

De 7 à 7 ½: Latin avec l'Empereur.

De 7 ½ à 8: Souper, prière.

De 8 à 9: Tableau du Moyen-Age. Lecture française.

Mercredi

De 7 à 7 ½: Etude de l'hist. d'Angleterre.
De 7 ½ à 9: Déjeuner, etc.
De 9 à 10: Etude du piano.
De 10 à 11: Style en Portugais, Devoir d'Anglais.
De 11 à midi: Mythologie, Hist S^{te}.
De midi à 2h: Dessin.
De 3 à 4: Allemand.
De 4 à 5: Littérature portugaise avec le vicomte.
De 7 à 7 ½: Barros.
De 7 ½ à 8: Souper prière.
De 8 à 9 ½: Etude de l'hist. de Portugal. Problèmes.

Jeudi

De 7 à 7 ½: Géographie.
De 9 à 10: Devoir d'allemand, Style en Français.
De 10 à 11: Leçon d'Anglais.
De 11 à 11 ½: Camões.
De 11 ½ à 2h: hist. de Portugal, Géographie, hist. d'Angleterre.
De 3 à 4: Ecrire de l'hist. d'Angleterre.
De 4 à 5: Mr. Candido Baptiste.
De 7 à 7 ½: Latin avec l'Empereur.
De 7 ½ à 8: Souper, prière.
De 8 à 9 ½: Examen de Grammaire, Vers Portugais.

Vendredi

De 7 à 7 ½: Etude de l'hist. de Portugal.
De 9 à 10: 2^e devoir de Style en Portugais, Aritmétique.
De 10 à 11: Copier de la Cosmographie.
De 11 à 2h: Piano, page d'Ecriture, devoir d'Anglais, devoir de latin pour l'Empereur, Dictée ir.
De 3 à 4: Allemand.
De 4 à 5: Littérature portugaise avec Mr. le vicomte.
De 7 à 9: Barros.
De 9 à 10: Tableau du Moyen Age. Faire tire du Français aux Princesses.

Samedi

De 7 à 9: Messe à la Gloire – L'étude de l'Évangile peut se faire en voiture.

De 9 à 10: Devoir d'Allemand. Latin pour l'Empereur.

De 10 à 11: Anglais.

De 11 à 2: Camões. Examens.

De 3 à 4: Physique.

De 4 à 5: Piano.

De 7 à ½: Latin avec l'Empereur.

De 8 à 9 ½: Les Princesses doivent dessiner. Lecture pieuse.
Lecture amusante.

NOTICIÁRIO

Noticiário

Pela direção do Museu foi apresentado o seguinte relatório:

Em 8 de janeiro de 1947

Senhor ministro:

Em obediência a determinação regimental, venho apresentar a vossa excelência, o relatório sobre as atividades do Museu Imperial durante o ano de 1946:

1. Expediente da Secretaria

Foram expedidos 491 ofícios, 33 processos, 108 cartas, 26 cartões, 13 telegramas, 60 convites e 1 documento, e recebidos 130 ofícios, 40 processos, 155 cartas, 17 cartões, 39 telegramas, 19 requerimentos e 41 circulares.

2. Inventário

Em 31 de dezembro de 1945, o inventário do material existente no museu alcançou o número de registros 8.639, representando Cr\$ 13.960.846,66 (treze milhões, novecentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta e seis cruzeiros e sessenta e seis centavos), valor dos objetos inventariados.

Em 31 de dezembro de 1946, o número de registros passou para 11.540, representando Cr\$ 16.600.904,36 (dezesseis milhões, seiscentos mil, novecentos e quatro cruzeiros e trinta e seis centavos).

Houve assim, como se vê, um aumento de 2.901 objetos registrados, com um acréscimo de Cr\$ 2.640.057,70.

Observando-se as alterações ocorridas nos inventários do Museu Imperial, durante cinco anos, temos as seguintes estatísticas:

Número de objetos registrados:	
1942	1.973
1943	4.086
1944	5.880
1945	8.639
1946	11.540
Valores correspondentes em Cr\$	
1942	927.704,11
1943	11.017.690,71
1944	12.316.463,21
1945	13.960.846,66

Ocorre todavia ponderar, que essas avaliações, feitas no decorrer de cinco anos, não mais correspondem à realidade, devido à rápida e crescente alteração do preço das coisas, verificada nestes últimos tempos, e principalmente, dos objetos históricos. Dessa forma, não seria temerário adiantar-se que o patrimônio recolhido ao Museu Imperial, vale hoje cinco vezes o preço porque foi sendo avaliado nos livros de inventário, dentro dos prazos legais. Assim, poder-se-ia calcular em Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) o presente valor do patrimônio do Museu Imperial.

3. Visitação

De 1 de janeiro a 31 de dezembro, foi o Museu Imperial visitado por 91.154 pessoas, sendo 38.243 homens, 44.061 mulheres, 4.620 crianças e 4.230 pessoas constantes de visitas coletivas.

Comparado o número total de visitantes de 1946, com o do ano anterior, constata-se um espantoso aumento de 36.543 visitantes, diferença esta que bem assinala o crescente interesse público pelo Museu Imperial.

Vale ainda a pena, como demonstração, reproduzir-se a estatística da visitação pública em quatro anos:

Número de visitantes	
1943	22.099
1944	32.837
1945	54.611
1946	91.154

Entre os visitantes de caráter coletivo, destacam-se os excelentíssimos srs. ministros das Relações Exteriores, Educação e Saúde e Agricultura, dr. João Neves da Fontoura, Raul Fernandes, Ernesto de Sousa Campos e Daniel de Carvalho, os ministros da Viação de Cuba e da Educação do Uruguai, o sr. vice-presidente da Argentina, os cardeais do Chile, Peru e Argentina, ministro da Austrália, embaixador de Cuba, interventor no Estado do Rio, general Crittenberger, senhora Eisenhower, generais Alphonse Juin e Carpentier, Néelson Rockefeller, arcebispo de Mariana, embaixadores do Chile, México, Estados Unidos e República Dominicana, acadêmico francês Emile Henriot, senador francês Mandin, general César Obino, ministro da Austrália, oficiais da Marinha dos Estados Unidos, Canadá, Suécia e Argentina, membros do II Congresso Pan-Americano de Museologia e Geologia e da missão cultural uruguaia, membros do Congresso Pan-Americano de Medicina, turistas norte-americanos do iate *Stela Polaris*, universitários e estudantes de curso secundário.

No livro de visitantes, destinado à assinatura e impressões de personagens ilustres, destacam-se as seguintes frases escritas: do ministro da Educação e Saúde: “Que maravilhoso serviço vem prestando ao Brasil o Museu Imperial preservando a documentação do período imperial do Brasil.

Nosso país tem o privilégio de ser a única nação da América a ter um período tradicional desse gênero, pois no México houve apenas a transplantação de um regime estranho.

O governo do Brasil deve fornecer os recursos para manutenção e ampliação deste excelente mostruário da nossa história.

Deixo aqui meus aplausos e minha admiração ao dr. Alcindo Sodr e e seus colaboradores por terem organizado este museu, um dos melhores entre os numerosos que tenho visitado no Brasil e no estrangeiro. 10/11/1946. Ernesto de Sousa Campos, ministro da Educa o e Saúde”; do ministro das Relac es Exteriores, João Neves da Fontoura, com o testemunho de sua comovida admira o patriótica por esta grande obra da restaura o artística do período imperial, trecho cheio de glória da vida do Brasil. Petrópolis, 17 de fevereiro de 1946; do deputado Glicério Alves: “Glicério Alves visita com orgulho este museu. Quando conheceu o de Lujan na Argentina, pensou que no Brasil não houvesse a mesma preocupa o patriótica, mas hoje modifica aquele juízo. Petr -

polis, 18/02/1946"; do deputado Raul Pila: "Levo, da visita a este Museu, uma impressão imperecível. Raul Pila, em 06/04/1946"; do diretor geral do Ministério da Educação: "A visita a este Museu duplamente ensina: ensina a estimar relíquias e a louvar uma administração modelar. Bitencourt de Sá, 07/04/1946"; de Osvaldo Portugal: "Tudo é admirável nesta casa: o passado – a grandeza do Império – e o presente – o zelo da República, 17 de agosto de 1946"; de Dom José Jaime Pulgar, bispo de Iquitos, Peru: "La Historia dignifica a los pueblos que ven en ella el testigo de los tiempos y la luz de la verdad. Petrópolis 23/01/1946"; de S. Ercarty, chefe da missão cultural uruguaia: "Un país es el pasado, el presente y el porvenir. He visto el presente en el esfuerzo gigantesco de este pueblo privilegiado. He sitiado el futuro meditando en el desarrollo prodigioso de sus energías. He visto aquí una de suas etapas del pasado, digna de admiración por la cultura artística que significa. Felicito a los que crearon esta obra. 27/08/1946".

4. Aquisições

Pela verba orçamentária destinada a este Museu para aquisição de objetos históricos, foram adquiridos um par de miniaturas ovais, pintadas sobre marfim, representando o imperador d. Pedro II e a imperatriz Teresa Cristina (do dr. Antônio Pinto de Avelar Fernandes), três pratos de porcelana, do serviço da imperatriz Amélia e do barão de Guaí (ao mesmo), um prato do serviço do barão de Guaribu (ao mesmo), um retrato a óleo de d. Pedro II (a Erich Eichner & Cia.), um leque de enfiar fita, em osso com friso de trabalho rendilhado, e um pequeno jogo de escritório (a d. Celina Dória), uma xícara e pires de porcelana francesa, do serviço do barão de Araújo Maia (ao dr. Antônio P. de Avelar Fernandes), uma saladeira e uma azeitoneira de porcelana branca com frisos dourados e as iniciais M. C. S., de Manuel Carneiro da Silva (ao sr. Manuel Rabelo), duas vitrinas de talha dourada (ao sr. Carlos Alberto de Vasconcelos), uma litografia colorida de Sendin, representando d. Maria Benedita, princesa do Brasil, duas litografias coloridas representando dom João VI (ao sr. Armando de Aguiar), uma cremeira de porcelana, do barão de Sta. Maria Madalena e um oveiro do serviço do barão de São Carlos (ao sr. Manuel Rabelo), uma coleção de

medalhas militares (ao sr. Francisco Marques dos Santos), duas gravuras emolduradas, representando dom João VI e dona Maria I (ao sr. Carlos Alberto de Vasconcelos), uma tela a óleo de Luís Graner, representando o morro do Castelo (ao sr. Armando Navarro da Costa).

5. Donativos

Fizeram donativos ao museu: dona Celina de Figueiredo de Sousa Leão: uma estátua de mármore representando um filósofo grego; dona Emília Barreto Ribeiro de Almeida: um par de sapatinhos que pertenceu à princesa d. Francisca, um retrato de d. Maria Josefina Gavilhé e um pequeno retrato adornado de pérolas entremeadas de pequenos brilhantes, um broche de coral e brilhantes e na caixa que o contém um bilhete com a letra da princesa d. Leopoldina; d. Julieta Mayrinck: quatro fotografias emolduradas, representando, respectivamente, d. Pedro II, dona Teresa Cristina, a princesa Isabel e o conde d'Eu; sr. Zeuxis Soares Pessoa: a) uma fruteira de porcelana francesa, b) uma tigelinha de porcelana inglesa, c) uma pequena concha branca, de porcelana inglesa d) um prato de cristal fosco com frisos de ouro na borda e um cálice de cristal, tendo a inicial com a legenda e coroa de conde; sr. Vital Ramos de Castro: três bustos, representando: Antônio José da Silva, João Caetano e Martins Pena, todos de terracota; sr. Newton Carneiro: um paliteiro de prata, do barão de Paraibuna, de manufatura nacional, representando uma dançarina, de pé, sobre uma esfera, com iniciais; diretora da Cruz Vermelha britânica, Mrs. Ch. Rupert Rogers: um retrato a óleo representando o imperador d. Pedro II; príncipe dom Pedro de Orleans e Bragança: tabela das esmolas e donativos feitos por Suas Majestades Imperiais durante a viagem nas províncias do Norte, desde 1^o de outubro de 1859 até 11 de fevereiro de 1860; dr. Floriano Reis: um retrato do barão de Piabanha (Hilário Joaquim de Andrade); a árvore genealógica de Pedro Álvares Cabral, em aquarela; dona Alzira Hingel: uma lâmpada de petróleo, com armação para abajur suporte de metal dourado, peça de fins do século XIX; dona Branca Ribeiro Guinle: doze cálices de cristal verde, pé encarnado e aberto em tulipa, e gravadas as armas imperiais, e quatro cálices de cristal

lapidado, amarelo, e gravadas as armas imperiais; cel. Euclides de Sousa Leão: um prato de sobremesa, de porcelana francesa, frisos dourado e barra verde; sr. Francisco José Teles Rudge: uma casaca que pertenceu ao barão de Taquara; cel. João Duarte Silveira: um vestido de tafetá negro, com enfeites de renda e babados plissados, aproximadamente de 1850; dr. Antônio Pinto de Avelar Fernandes: uma xícara e pires para café, de porcelana francesa, do serviço do barão de Potengi; Arquivo Nacional: uma litografia antiga da rainha d. Maria II; príncipe dom Pedro de Orleans e Bragança: mobiliário destinado à sala de discoteca deste Museu; dr. Odilon E. A. Sousa: cinco peças de cristal lapidado, com as iniciais B. A. encimadas pela coroa de barão, do serviço do barão de Araraquara; sr. Francisco Marques dos Santos: uma coleção de placas de metal, com armas do Brasil Reino e Brasil Império; dr. Antônio Pinto de Avelar Fernandes: uma xícara e pires, que pertenceram ao barão de Avelar e Almeida; dona Matilde Gomes da Rocha: uma medalha de bronze com a efígie da princesa Isabel e a data de 1892; dr. Luís Gastão d'Escragnolle Dória, em nome de sua família: uma mesa de mármore, um relógio-armário e uma bússola, peças que pertenceram ao almirante Teodoro de Beaurepaire; sr. José Joaquim Fabiano Alves: um prato de sobremesa, de porcelana francesa, com as iniciais A. M. do serviço do barão de Araújo Maia; dr. Floriano Reis: uma medalha comemorativa da chegada do imperador ao Brasil – 1888, comemoração popular; dr. Durval do Amaral: um licoreiro de cristal com busto de d. Pedro II; dr. Guilherme Guinle: dois vasos de porcelana de Sévres, decorados por Godin, presente feito a dom Pedro II pelo presidente de França, Adolfo Thiers (1871-1873), e um busto de d. Pedro II, adolescente, de “terracota”, feito por Zeferino Fetrez, em 1839; dr. Luís Gastão d'Escragnolle Dória, e outros: um aparelho de porcelana francesa para chá e café monograma E. T. entrelaçado, tendo pertencido ao comendador Félix Emile Taunay; sr. Eupróprio Grande de Arruda: uma pena de escrever, de aço, com a divisa Brasil, sob as armas do Império; sr. Sebastião Benevenuto Vieira de Carvalho, os documentos: 1) convite-circular do ministro e secretário de Estado dos Negócios do Império, convidando o sr. barão de Lages para acompanhar o imperador durante as cerimônias do casamento da princesa Isabel, 2) cartas da princesa Isabel dirigidas à viscondessa de Lages;

sr. Walter Spalding: autógrafo do príncipe Ferdinand de Saxe Cobourg Gotha; sr. Vasco Lima: 1) Recibos de arrendamento de terrenos diamantinos – província de Minas Gerais, 2) Idem Imposto sobre Lojas e Barcos do Interior, 3) Lista das vendas que há na metade deste arraial do Tejuco, em 1769, etc.; dr. Guilherme Guinle: um estojo de costura em marfim e ouro com coroa imperial e a letra inicial do nome da imperatriz; dr. Filignésio Augusto Pena de Carvalho: um prato de porcelana com as iniciais F. C.; dona Raquel Pereira Pinto: uma mantilha de renda preta de Bruxelas e um par de mitaines de rendas de Valenciennes; senhor Ibrahim Hipólito de Araújo: um retrato de d. Pedro II, em uniforme de almirante. Fotografia com “passepartout”, em forma oval, e uma cópia fotostática de uma carta de d. Pedro II, datada de 19 de março de 1870, e dirigida ao conselheiro Paulino Soares de Sousa, filho do visconde de Uruguai.

6. Transferências

Foram transferidos para o Museu Imperial os seguintes objetos: do Palácio do Catete: um quadro a óleo, de Henri Vinet, representando o trecho da baía de Guanabara, onde se vê, em primeiro plano, a fortaleza de Gragoatá, e, ao fundo, a cidade do Rio de Janeiro; do Museu Nacional: uma estátua de metal pintado representando uma mulher oriental, uma grande mesa redonda, com incrustações, e uma pia, em forma de coroa, trabalhada num bloco de pedra, peças estas outrora pertencentes ao Paço de São Cristóvão; do Ministério da Guerra: a grande tela de Pedro Américo, representando a Batalha de Campo Grande.

7. Permutas

Foram feitas permutas de porcelanas com as seguintes pessoas: dr. Odilon E. A. Sousa, sr. Elisabeto Porto Mendes e dona Maroquinha Jacobina Rabelo.

8. Inauguração de sala

Foi organizada mais uma sala de exposição, na ala direita do edifício principal, destinada às miniaturas e condecorações.

S. ex.^a, o sr. ministro Sousa Campos, teve ocasião de inaugurá-la quando de sua visita, realizada em 10 de novembro último.

Apronta-se, atualmente, uma nova sala para exposição de porcelanas de titulares do Império, cujo número cresceu muito.

9. Gabinete fotográfico

Entrou a funcionar o gabinete fotográfico, instalado numa das dependências externas deste Museu. Convenientemente aparelhado, este gabinete vem cumprindo, satisfatoriamente, a sua finalidade. Seus serviços, constam de reproduções de objetos para ilustrar as fichas técnicas, reproduções de fotografias e documentos históricos para o arquivo, para as edições do anuário, do catálogo, e para as publicações que divulgam notícias do Museu.

10. Novo regimento

Pelo decreto-lei nº 21.008, de 22 de abril de 1946, foi aprovado, pelo ex.^{mo} sr. presidente da República, o regimento do Museu Imperial. Por este novo regimento, o segundo do instituto, foram ampliados os serviços do museu, e estabelecidas novas disposições, consoantes o desenvolvimento que esta instituição vem realizando.

11. Correspondentes do Museu

De acordo com o art. 15, número IX *a*) do regimento, foram designados membros correspondentes do Museu Imperial: Luís Gastão d'Escragnolle Dória, Vasco Machado de Azevedo Lima e Francisco Marques dos Santos, no Distrito Federal; Antônio Pinto de Avelar Fernandes e Alberto Ribeiro Lamego, no Rio de Janeiro; Ricardo Gumbleton Daunt e José Pedro Leite Cordeiro, em São Paulo; Newton da Silva Carneiro, no Paraná; Walter Spalding e Armando Dias de Azevedo, no Rio Grande do Sul; Antônio Joaquim de Almeida, em Minas Gerais; Jair Etienne Dessaune, no Espírito Santo; Guilherme Martinez Auler e Jordão Emerenciano, em Pernambuco; Luís da Câmara Cascudo, no Rio Grande do Norte; Egas Moniz, em Portugal, e Robert Smith, nos Estados Unidos.

12. Palestras para estudantes

No intuito de despertar entre a juventude, o interesse pelas coisas da história e da arte do Brasil, estabeleceu o Museu Imperial uma série de palestras para estudantes de curso secundário. Durante mais de dois meses, de 6 de julho a 14 de setembro, todos os sábados, realizaram-se essas palestras, feitas pelo diretor e todos os conservadores, sobre os seguintes assuntos: “Considerações gerais sobre o Museu Imperial; Heráldica; Armas e bandeiras do Brasil; Arte em geral; Ordens honoríficas brasileiras; Dom Pedro II, protetor das ciências, letras e artes; Manuscritos, livros e incunábulo; Arquitetura; Artes industriais: cerâmica, leques, ourivesaria; A moeda através dos tempos”.

Inscreveram-se nessa série de palestras, alunos dos seguintes educandários: Ginásio Fluminense, colégio São Vicente de Paulo, colégio Carlos A. Werneck, colégio de Sion e colégio Pinto Ferreira, num total de 166 alunos, sendo 113 meninas e 53 meninos.

Essas palestras, que foram ilustradas pela exibição de peças históricas das coleções deste instituto e projeções luminosas, tornaram evidente não só a sua utilidade, como aconselharam a sua repetição anual.

13. Exposição Princesa Isabel

Por ocasião do centenário da princesa Isabel, ocorrido a 29 de julho, foi inaugurada numa sala a Exposição Princesa Isabel, permanecendo aberta durante 30 dias.

Constou essa exposição, de vários objetos e documentos relativos à vida de Isabel, a Redentora.

14. Biblioteca

Atingiu o tombamento de obras impressas ao nº 1.321 perfazendo assim um total de 7.372 volumes.

Foi incorporado ao acervo da seção de biblioteca, os volumes provenientes da coleção Moreira da Fonseca, adquiridos pelo Ministério da Educação e constantes de 43 obras na sua maioria bastante raras e de grande interesse para o estudo da história do Brasil.

15. Arquivo

Deu entrada nesta seção a importante doação da ex.^{ma} senhora d. Ítala Gomes Vaz de Carvalho constando dos preciosos manuscritos das óperas de seu pai o maestro Carlos Gomes. Tratam-se dos originais do grande compositor brasileiro, carinhosamente conservados em Milão pela Casa Ricordi, quando, agora, em homenagem ao Brasil decidiu ofertar à pátria do famoso musicista, através do Ministério das Relações Exteriores, e por manifesta vontade da ex.^{ma} filha do maestro, foram pelo Itamarati destinados ao Museu Imperial, ficando assim conservados neste instituto os originais do genial compositor do Império, intimamente ligado a dom Pedro II, do qual mereceu proteção e estímulo a seus estudos.

Prosseguem os trabalhos de classificação de todas essas peças que vieram aumentar o acervo do arquivo deste museu.

Não posso silenciar a respeito do trabalho realizado pelo conservador Alfredo Teodoro Rusins, da catalogação dos volumes da Casa Imperial existente no arquivo da Companhia Imobiliária de Petrópolis e cuja cópia foi entregue à D. D. H. do Museu Imperial.

16. Anuário

Do Anuário referente a 1943 foram expedidos, em 1946, aos seguintes estados do Brasil: Distrito Federal, 462; Amazonas, 2; Pará, 1; Maranhão, 2; Ceará, 14; R. G. do Norte, 4; Paraíba, 5; Pernambuco, 31; Alagoas, 5; Sergipe, 10; Bahia, 26; Espírito Santo, 7; Rio de Janeiro, 175; São Paulo, 163; Paraná, 14; Santa Catarina, 28; R. G. do Sul, 55; Minas Gerais, 40; Mato Grosso, 1; Goiás, 1; Fernando de Noronha, 1; Acre, 2; Iguazu, 1.

E ainda aos seguintes países: Estados Unidos, particulares, 7, instituições, 51; Canadá, instituições, 5; Venezuela, instituições, 4; Colômbia, instituições 2; Equador, instituições, 2; Peru, particulares, 2, instituições, 3; Bolívia, instituições, 1; Paraguai, instituições, 1; Argentina, particulares, 13, instituições, 8; Chile, particulares, 1; instituições, 1; Uruguai, instituições, 2, particulares, 9; Portugal, particulares, 5, instituições, 15.

17. Intercâmbio Cultural

Este Museu, desde sua inauguração, vinha mantendo intercâmbio cultural, com a remessa de publicações com 20 museus nacionais, e alguns estrangeiros, do continente americano. Este ano, pelas facilidades facultadas pelo pós-guerra, esse intercâmbio tomou grande impulso, sendo as seguintes as instituições estrangeiras, com as quais iniciamos correspondências:

Argentina: Comisión de Monumentos Históricos, Museu Colonial e Histórico de Lujan, Museu Histórico Nacional, Museu Histórico Sarmiento, Museu de la Plata, Museu de Armas de la Nación, Museu Mitre, Museu Saavedra, Museu Histórico de Córdoba.

Uruguai: Museu Histórico Nacional, Museu Municipal e Ateneu.

Chile: Museu Histórico Nacional.

Paraguai: Museu de Bellas Artes y Biblioteca Nacional.

Venezuela: Museu Bolivariano, Museu de Arte Colonial e Biblioteca Nacional.

Equador: Museu Nacional de Arte Colonial e Casa de la Cultura Equatoriana.

Peru: Museu Bolivariano, Museu Arqueológico de la Universidad Nacional de Cuzco.

Bolívia: Museu Nacional “Palácio Tihuanacu”.

Colômbia: Quinta de Bolivar e Museu de Arte Colonial.

Estados Unidos: Metropolitan Museum of Art, de Nova York, San Joaquim Historical Museum, of California, Museum of America History, de Chicago, Luisiana State Museum, de Baton-Rouge, Municipal Museum of the City of Baltimore, Museum for New England Antiquities, de Boston, Museum Mississippi State Department of Archives and History, Museum of the City of New York, Independence Hall National Museum, of Philadelphia, Colonial Williamsburg, of Virginia, The Taylor Museum, Library of Congress, Pennsylvania Historical Society, Philadelphia Museum of Fine Arts, Maryland Historical Society, Museum of Modern Art, de Nova York, Brooklyn Museum, Yale School of Fine Arts, Rhode

Island School of Design, Museum of Fine Arts, de Boston, Virginia Historical Society, Art Institute, de Chicago, Art Institute, de Detroit, Museum of Fine Arts, de Cleveland, Museum of Fine Arts, de Cincinnati, William Rockhill Nelson Museum of Art, City Art Museum, de Saint-Louis, Denver Museum of Art, San Francisco Art Museum, Los Angeles County Museum, San Diego Museum, Portland Museum, National Gallery of Art, Corcoran Museum of Art, Museum of the Cabildo, de Nova Orleans, University of Missouri, Columbia University, University of Michigan, Yale University, Harvard University, University of California, University of New Mexico, Tulane University, University of North Carolina, Duke University, Oliveira Lima Library, Johns Hopkins University, University of Pennsylvania, Princeton University, Institute of Fine Arts, de Nova York, John Carroll University.

Canadá: Provincial Museum of National History, Musée de la Province de Quebec, New Brunswick Museum, National Museum of Canadá.

Portugal: Museu de Alberto Sampaio, em Guimarães, Museu de Évora, Museu Machado de Castro, em Coimbra, Museu Nacional de Arte Antiga, em Lisboa, Museu Regional de Aveiro, Museu Nacional de Soares dos Reis, no Porto, Museu de Grão Vasco, em Viseu, e Museu da Cidade de Lisboa.

18. Concurso Escolar

Em colaboração com a Academia Petropolitana de Letras, nos festejos do centenário da princesa Isabel, ocorrido a 29 de julho, foi promovido um concurso, realizado neste Museu, entre alunos da quarta série ginásial de diversos educandários locais, com a distribuição de cinco prêmios correspondentes à colocação dos candidatos. Essa porfia, despertou o maior interesse, não só pelo número de concorrentes, representando seis estabelecimentos de ensino secundário como pelo brilho dos trabalhos históricos apresentados.

19. Discoteca

O Serviço de Divulgação, do departamento de difusão cultural da Secretaria de Educação e Cultura da prefeitura do Distrito Federal, por intermédio de seu diretor, professor Francisco

Gomes Maciel Pinheiro, entrou em entendimentos com a direção deste museu para a instalação de uma discoteca pública, destinada à divulgação artística e educação musical da infância e da juventude petropolitanas.

Sem qualquer ônus para este museu, aquele serviço propôs oferecer o material necessário, composto dos maquinismos e discos. Mesas e armários, foram oferecidos pelo príncipe dom Pedro de Bragança.

Concretizada que foi essa apreciável proposta, fez-se a instalação da discoteca em sala de uma das dependências do museu, com direto acesso para o público.

Foi organizada uma “discoteca de música imperial”, reproduzidas que foram em discos, inúmeras peças musicais existentes no arquivo do museu.

Numerosa já tem sido a freqüência de ouvintes à discoteca. Não se pode esconder a relevância dessa iniciativa, devida ao espírito de colaboração da Secretaria de Educação da prefeitura do Distrito Federal.

20. Prêmio Hildebrando de Góis

Não ficou apenas nessa iniciativa a colaboração da prefeitura do Distrito Federal.

Pela resolução nº 29, de 7 de junho, a Secretaria de Educação, assim estabeleceu o “Prêmio Prefeito Hildebrando de Góis”:

“Considerando que compete ao Estado estimular, na criança, o gosto e o amor ao estudo, recompensando o esforço dispensado pela mesma nesse elevado intuito;

Considerando que entre os prêmios geralmente distribuídos o que mais atrai o espírito da criança é, sem dúvida, o que se constitui de passeios e excursões a lugares pitorescos, e a pontos de reconhecido valor cultural;

Considerando que entre estes está, inegavelmente, o Museu Imperial de Petrópolis, magnífica realização do governo da República em bela cidade serrana, onde se poderá aliar ao interesse do estudo histórico, ali ministrado, o interesse pela paisagem circundante;

Resolve:

a) Instituir na Secretaria Geral de Educação e Cultura o “Prêmio Prefeito Hildebrando de Araújo Góis”, que constituirá na excursão ao Museu Imperial, da cidade de Petrópolis, às quintas-feiras, dos melhores alunos da 4ª e 5ª série das escolas primárias componente de cada distrito de educação;

b) O sr. diretor do Departamento de Educação Primária manterá um grupo de professores especializados no conhecimento das preciosas coleções daquele museu para explicar às crianças, que mais se distingam por seus trabalhos, a paisagem e significação histórica do ponto final da jornada;

c) Ainda o diretor daquele mesmo departamento providenciará condução e merenda para os alunos em excursão, empregando os meios que forem necessários”.

21. O Museu Imperial através da Rádio Roquete Pinto

Ainda como complemento do “Prêmio Prefeito Hildebrando de Góis”, a prefeitura do Distrito Federal, pelo seu secretário de Educação dr. Fioravanti Di Piero, em entendimento com esta direção, estabeleceu um programa cultural através da PRD-5 – Rádio Roquete Pinto, constituído por um curso para as professoras encarregadas de orientar os escolares nas visitas ao museu. A partir de 4 de julho, às 20 horas, de todas as quintas-feiras, foi irradiado o programa – “Em visita ao Museu Imperial”.

Foi encarregado desse programa, feito em treze palestras, o conservador srta. Haydée Di Tommaso Bastos. Matricularam-se 70 candidatos, entre professores, bibliotecários e funcionários, aos quais a Secretaria de Educação fornecerá um certificado, mediante a apresentação de um trabalho, julgado por comissão sob a presidência do diretor do Museu Imperial.

Constituiu assunto para o curso:

1. O papel do Museu Imperial na vida moderna.
2. A criação do Museu Imperial (histórico, finalidades).
3. O edifício, sua documentação.
4. A importância histórica da casa de d. Pedro II.

5. Técnica de museu (sua arrumação, normas e princípios, organização).

6. Gravuras.

7. A ourivesaria no Brasil.

8. Ordens honoríficas brasileiras.

9. Armas e bandeiras do Brasil.

10. Mobiliário brasileiro.

11. Porcelanas.

12. Vidros e cristais.

13. Uniformes militares brasileiros.

O assunto dessas palestras, após a sua irradiação, foi reproduzido no *Jornal do Comércio*.

22. Tertúlias históricas

Como de hábito, nos meses de verão, vários intelectuais reuniram-se aos sábados, numa das salas da biblioteca, promovendo tertúlias históricas, presidindo aos trabalhos, como vem fazendo há cinco anos, o grande espírito nacional de Afrânio Peixoto.

23. Conferências

No salão de conferências, o museu promoveu as seguintes palestras: “França e Brasil”, pelo acadêmico francês Emile Henriot; “A princesa Isabel”, pelo acadêmico Rodrigo Otávio Filho; “A princesa Isabel, inspiradora de música no Segundo Reinado”, pelo professor Maciel Pinheiro.

Patrocinadas pelo Instituto Histórico de Petrópolis foram realizadas, no mesmo local, as seguintes: “50º aniversário da chegada dos religiosos franciscanos a Petrópolis”, pelo dr. Mesquita Pimentel; “Rui Barbosa em Petrópolis”, pelo dr. Américo Jacobina Lacombe; “O primeiro vigário de Petrópolis”, por Lourenço Luís Lacombe; “Primeira visita de d. Pedro II a São Paulo”, por Alcindo Sodré.

Foi o salão do museu cedido à Academia Petropolitana de Letras, realizando-se a recepção do desembargador Paulino de Sousa Neto, que discorreu sobre “Perfil biográfico de Paulino Júnior”, e também a Escola de Música Santa Cecília realizou,

através do maestro Hans J. Koelreutter, uma palestra sobre os compositores Haendel e Bach, ilustrada pela execução em discos, de trechos musicais desses dois conhecidos compositores.

24. Filmes educativos

Foram feitas cinco projeções de filmes educativos a estudantes de curso secundário, gentilmente cedidos pelo serviço de difusão cultural da prefeitura do Rio de Janeiro e pela empresa petropolitana de cinema.

Destacaram-se entre eles, um filme referente à vida de Vicente de Carvalho, e outra sobre a abolição do cativo, assunto de Maria Eugênia Celso e execução do cinema educativo, dirigido por Roquete Pinto, tendo as instalações deste museu servido de cenário para certos trechos do filme.

25. Restaurações

Foram realizados vários trabalhos de restauração, sendo digno de menção, o realizado na grande tela a óleo de Pedro Américo, representando a Batalha de Campo Grande. Essa tela, que merecera medalha de ouro na Exposição de Viena de 1873, e agora transferida do Ministério da Guerra para este Museu, está avaliada em um milhão de cruzeiros, e foi restaurada pela importância de Cr\$ 15.000,00. Falta-lhe apenas a moldura, que já foi encomendada.

26. Parque

Os bosques e jardins do parque do museu, conservaram, regularmente, todos os seus serviços. Foram colocados três bustos em gesso de João Caetano, Martins Pena e Antônio José da Silva, trabalho de Rodolfo Bernardelli, e uma estátua em mármore do grego Aristides.

Foi inaugurada uma estufa com orquídeas e begônias.

27. Obras

Por falta de verba, permaneceram paralisadas as obras de restauração e adaptação do edifício que constitui a maior depen-

dência da construção principal do Museu, e destinado a receber a Sala do Soldado do Império, Sala das Viaturas e Sala de Petrópolis.

28. Prevenção contra incêndio

Uma das maiores preocupações da direção do museu tem sido as medidas preventivas contra incêndio. E essa preocupação, avulta de importância, quando se considera a extensão do edifício, já de construção secular, que guarda objetos, por natureza, insubstituíveis, e cujo valor não haveria seguro capaz de reparar o dano eventual de um incêndio.

Por isso, esta diretoria na época da instalação do museu, fez colocar, no interior do prédio, quatro bombas extintoras de incêndio.

Posteriormente, foram instalados quatro registros externos ligados diretamente à canalização do abastecimento público de água, com material adaptável ao instrumental do Corpo de Bombeiros da municipalidade. Este ano, para melhorar as condições de previsão, esta diretoria obteve do prefeito de Petrópolis, fossem esses registros experimentados mensalmente pelo referido Corpo de Bombeiros, em exercícios adequados.

São estas, sr. ministro, as principais ocorrências havidas neste museu durante o ano de 1946.

Aproveito a oportunidade para apresentar a vossa excelência os protestos da minha alta estima e elevada consideração.

Alcindo Sodré

Ao sr. dr. Clemente Mariani Bittencourt. D. D. ministro da Educação e Saúde.